



Área do Conhecimento
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS



EXTENSÃO: TRABALHOS COMPLETOS.....7

2768321 - ASSESSORIA, CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE APP'S: UM RELATO DE EXTENSÃO	8
3643530 - GESTÃO DE CUSTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM RELATO DE EXTENSÃO	18
9746595 - GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS ASSOCIADOS A COOPAFI	28
5766974 - RELATO DAS AÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO DA CONTABILIDADE SOCIAL NOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS DA AMREC.....	42

EXTENSÃO: RESUMOS DE TRABALHOS EM ANDAMENTO.....55

5619360 - INTERVENÇÃO NUTRICIONAL ATRAVÉS DE AÇÕES EDUCATIVAS EM SAÚDE JUNTO AO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (PAES) - UNESC.....	56
3338525 - ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL: O PAPEL DO FÓRUM REGIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO EXTREMO SUL CATARINENSE (FRESC).....	57
3293319 - APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA CASOS DE BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR.....	58
1827979 - DIREITOS HUMANOS E EPISTEMOLOGIAS NEGRAS EM MOVIMENTO: SABERES PARTILHADOS, FORMAÇÃO E LUTAS PELA CIDADANIA	59
2657449 - GÊNERO E MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO AMORA.....	60
4949765 - PROJETO AMORA: CAPACITANDO MULHERES EM DIREITOS HUMANOS NOS CLUBES DE MÃES DE CRICIÚMA-SC.....	61
1987828 - PROJETO AMORA: CAPACITANDO POLICIAIS MILITARES EM DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES EM CASO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	62
9413979 - PROJETO DE EXTENSÃO DIÁLOGOS URBANOS NO TERRITÓRIO PAULO FREIRE: POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE.....	63

PESQUISA: TRABALHOS COMPLETOS.....64

7592795 - A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA INVESTIGAÇÃO DE ALIENAÇÃO PARENTAL.....	65
6637680 - A TRIDIMENSIONALIDADE DO DIREITO EM MIGUEL REALE	78
5563429 - AS CONSTELAÇÕES FAMILIARES APLICADAS NA JUSTIÇA FEDERAL: ESTUDO DE CASO NO CEJUSCON.....	89
1695193 - CONTRIBUIÇÃO DO TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE NA GOVERNANÇA CORPORATIVA...	97



9181199 - ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE E-COMMERCE NO BRASIL: REVISÃO ENTRE 2013-2018.	103
1914120 - GOVERNANÇA NO TERCEIRO SETOR: UMA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA PARA UMA ENTIDADE FILANTRÓPICA DE CRICIÚMA.....	118
2715910 - IMPACTO DE PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA SOB A ÓTICA DA TEORIA NEOINSTITUCIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LOCALIZADA NO SUL DE SANTA CATARINA.....	134
3881121 - O DIREITO ENQUANTO PROCESSO DE DOMINAÇÃO LEGAL EM MAX WEBER	150
5333857 - REFORMA TRABALHISTA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	154
4352599 - RELAÇÃO ENTRE A CULTURA E O DESEMPENHO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS: ESTUDO DE CASO DE UM CURSO DO ENSINO SUPERIOR.....	166
6183328 - SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E SOCIOAMBIENTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL	181
PESQUISA: RESUMOS DE TRABALHOS CONCLUÍDOS.....	194
3894835 - ANÁLISE DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DA ATIVIDADE FUMAGEIRA EM UMA PROPRIEDADE FAMILIAR LOCALIZADA NA CIDADE DE IÇARA, SC	195
8877548 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE: PERCEPÇÕES DE DISCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	196
6594913 - GOVERNANÇA MULTINÍVEL: O ESTADO DA ARTE	197
3818721 - REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE CAPACIDADES ESTRATÉGICAS.....	198
8961557 - MODALIDADES DE FOMENTO, FINANCIAMENTO E OUTRAS FORMA DE APOIO, CONCEDIDAS COM RECURSOS PÚBLICOS ÀS ICES A PARTIR DA LEI DAS COMUNITÁRIAS.....	199
3844994 - ESTUDO DAS CAPACIDADES DINÂMICAS: REVISÃO SISTEMÁTICA.....	200
1448790 - CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO FINANCEIRA NAS GRANDES EMPRESAS DA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	201
4917111 - ESTÁGIOS EVOLUTIVOS DA CONTABILIDADE GERENCIAL NAS ORGANIZAÇÕES DA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	202
4111699 - A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA CATARINENSE DE ESTATAIS: CRÉDITO, ENERGIA, COMUNICAÇÃO, GÁS NATURAL, ÁGUA E SANEAMENTO (1955-2010).....	203
1897594 - ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS NO SUL CATARINENSE	204
1669761 - GOVERNANÇA PARA INOVAÇÃO: O ESTUDO DA ARTE	205
2913720 - PRÁTICAS GERENCIAIS DE COMÉRCIO EXTERIOR: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA VIVENCIADA PELOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COMÉRCIO EXTERIOR	206



9241655 - A SEGUNDA REPÚBLICA (1930 - 1945) NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA ATUAIS..	207
1976290 - ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DO VALE DO ITAJAÍ - SC	208
6317863 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, TRABALHO DECENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SUL CATARINENSE.....	209
2947390 - EMERGÊNCIA E LUTAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO BRASIL (1980-2018)	210
9289682 - EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE ECONOMIA CIRCULAR NO BRASIL	211
5873517 - INTEGRAÇÃO REGIONAL E O MODELO DE GESTÃO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUSSANGA, SANTA CATARINA.....	212
4613929 - MARKETING TERRITORIAL E COMPETITIVIDADE: CARACTERÍSTICAS DE ROTAS CERVEJEIRAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	213
7291990 - A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL NAS LUTAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES RURAIS.....	214
8727171 - A PARTICIPAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DOS IMÓVEIS DA CIDADE DE TREVISO/SC NOS RESULTADOS DA LAVRA EM MINA MANIFESTADA	215
5869749 - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: UMA ANÁLISE DAS DISCUSSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE CRICIÚMA-SC	216
3297144 - AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA ENTRE OS ANOS DE 2014 A 2017	217
2194597 - ASPECTOS GERAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A BUSCA PELA CONSOLIDAÇÃO DE UM MARCO REGULATÓRIO	218
2219883 - CONSTITUCIONALISMO CRÍTICO DESDE O GIRO DESCOLONIAL NUESTROAMERICANO	219
9963570 - DO DIREITO DO MENOR AO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL.....	220
5348935 - INSIDER TRADING: ANÁLISE JURÍDICA DO CASO SADIA – PERDIGÃO	221
6689280 - O COMUM COMO PRINCÍPIO POLÍTICO: ANÁLISE SOBRE A GESTÃO COMPARTILHADA DOS BENS E A REGULAÇÃO DO COMUM PELA ORDEM JURÍDICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	222
8994463 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA MULHERES IMIGRANTES: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA.....	223
PESQUISA: RESUMOS DE TRABALHOS EM ANDAMENTO	224
2746972 - MODELOS DE NEGÓCIOS ORIENTADOS À ECONOMIA CIRCULAR	225



1169793 - PRIMÓRDIOS DOS CORREIOS AÉREOS EM SANTA CATARINA (1927-1930)	226
1531956 - NOTAS ACERCA DO MOVIMENTO FOODTECH NO BRASIL.....	227
1478290 - NOVOS MERCADOS E TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL	228
7235747 - O CENÁRIO DA PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA	229
5245389 - OS POSSÍVEIS REFLEXOS SOCIECONÔMICOS GERADOS EM ARARANGUÁ APÓS A INSTALAÇÃO DO CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL NA CIDADE.	230
9919716 - OS TRABALHADORES RURAIS E O CULTIVO DE FUMO EM IÇARA NAS DÉCADAS DE 1960 A 1990.....	231
6716245 - A ATIVIDADE PROFISSIONAL DE CAMINHONEIRO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA: PERSPECTIVAS SOB O ENFOQUE DOS DIREITOS À SAÚDE E À SEGURANÇA NO TRABALHO.	232
7229496 - A POSSIBILIDADE DE UM PLURALISMO JURÍDICO COMUNITÁRIO-PARTICIPATIVO FRENTE A NOVA RAZÃO NEOLIBERAL	233
5371740 - AS TRANSVERSALIDADES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE RACIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO A PARTIR DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DE DIREITOS DOS MUNICÍPIOS DA AMREC.	234
2919923 - ESTADO BRASILEIRO ANALISADO A PARTIR DA CONCRETIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS	235
6685757 - ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE PERANTE A SOBERANIA DO TEXTO CONSTITUCIONAL	236
7238460 - MULHERES NEGRAS EM PAUTA? ANÁLISE DO PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE 2009 E O PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES DE 2013-2015.	237
4251725 - O CONFLITO SÍRIO SOB A ÓTICA DA “JUSTICIA DE LOS VENCEDORES”: ANÁLISE DA ATA Nº 8567 (2019) DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS	238
5187940 - O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL, A LUZ DA DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, SOBRE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.	239
5896762 - O QUÊ A MÚSICA DOS RACIONAIS MC'S TEM A ENSINAR SOBRE CRIMINOLOGIA	240
7796846 - OS ELEMENTOS SUBJETIVOS INFLUENCIAM NO COMPORTAMENTO SOCIAL DO INDIVÍDUO?	241
5648939 - SOBERANIA BRASILEIRA E REFORMAS CONSTITUCIONAIS NEOLIBERAIS.....	242
9799834 - “MULHERES, RAÇA E CLASSE”: RELENDO ANGELA DAVIS A PARTIR DE UMA ANÁLISE JURÍDICA	243



8491682 - A DEMONIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO E O ENDEUSAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO	244
6536638 - A DESCONSTITUIÇÃO DO BRASIL COMO AGENDA NEOLIBERAL.....	245
9942491 - O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DA ETNIA GUARANI MBYA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, A LUZ DA DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.	246
6841244 - APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS: UM ESTUDO MULTICASO NOS CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS NA UNESC	247
2422611 - AVANÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL AMAPAENSE	248
1999591 - INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: UM ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.	249
8748160 - POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTRAFISCALIDADE: ESTUDO DA ADEÇÃO AO PROUNI PELAS IES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	250
1865374 - EDUCAÇÃO SUPERIOR E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: REVISÃO SISTEMÁTICA NA PLATAFORMA LATTES.....	251
8293678 - TRABALHO (RE)PRODUTIVO E DE CUIDADO, USO DO TEMPO E PROJETO DE VIDA DE MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE UM MUNICÍPIO DO EXTREMO SUL CATARINENSE	252
RELATO DE ENSINO OU EXPERIÊNCIA: TRABALHOS COMPLETOS.....	253
2265532 - INICIAÇÃO CIENTÍFICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ENTRE O ENSINO MÉDIO E A GRADUAÇÃO.....	254
4449177 - O IMPOSTO DE RENDA APLICADO EM INVESTIMENTOS SOCIAIS	259
2949997 - VISITA DOMICILIAR E ARTICULAÇÃO EM REDE NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE.....	276
RELATO DE ENSINO OU EXPERIÊNCIA: RESUMOS DE TRABALHOS CONCLUÍDOS	287
5597927 - POTENCIALIDADES DA GESTÃO PÚBLICA LOCAL/REGIONAL PARA A VISIBILIDADE DO SEGMENTO AGRÁRIO.....	288
RELATO DE ENSINO OU EXPERIÊNCIA: RESUMOS DE TRABALHOS EM ANDAMENTO	291
2429896 - RELATO DE ENSINO: EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	292



EXTENSÃO: TRABALHOS COMPLETOS



2768321 - ASSESSORIA, CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE APP'S: UM RELATO DE EXTENSÃO

André de Assis Zanelato, Nycellen Garcia de Bem, Leonel Luiz Pereira, Ana, Paula Silva dos Santos, Jonas Scremin Brolese, Marja Mariane Feuser, Andréia Cittadin, Manoel Vilsonei Menegali, Milla Lucia Ferreira Guimarães

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

A Associação de Pais e Professores (APP) é um grupo composto em geral por pais, professores e funcionários internos da escola, que atua de forma a organizar os investimentos advindos do governo para as escolas. Neste contexto a presente pesquisa objetiva relatar por meio da experiência de extensão a prática da assessoria e consultoria contábil e de organização para a prestação de contas das APP's da rede pública e municipal de Lauro Müller. Para o alcance do objetivo foram propostos como procedimentos metodológicos um estudo qualitativo, descritivo e estudo de caso. Após a assessoria prestada a 12 APP's nos anos de 2018 e 2019, as mesmas atualizaram seu estatuto, prestaram contas para a retirada de recurso monetário do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e melhorando a forma como é registrado o seu fluxo de caixa. Com o envolvimento direto com livro caixa e estatuto das APP's, foi possível adquirir conhecimento, onde os extensionistas foram capazes de associar as informações referente as disciplinas que envolvem contabilidade e direito. Além de obter conhecimento referente à organização das escolas e APP's, conhecimento este aplicável a suas vidas profissionais. Ações realizadas foram registradas, podendo ser utilizado de modo satisfatório para a ampliação do projeto com outros municípios que estejam necessitando.

Palavras-chave: Associação de Pais e Professores, Extensão Universitária, Ciências Contábeis, Escola.

1 Introdução

As APP's são instituições com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), que atuam dentro de escolas com o intuito de organizar as despesas realizadas em seu interior. Conforme o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2017) os recursos podem ser gastos com desenvolvimento de atividades e avaliações dos alunos,

pequenos reparos e aquisição de material permanente, interagindo com pais, professores e funcionários, para a solicitação da compra.

A APP tem a função de auxiliar a gestão escolar com o cumprimento dos seus objetivos e seu projeto político pedagógico. Deve também representar os interesses dos pais e familiares dos estudantes, em prol da educação. A APP não possui uma legislação fortalecendo sua existência, com tudo, sua vivência é obrigatória caso a escola receba verbas federais do PDDE. O Art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) traz que a escola deve possuir uma gestão democrática do ensino público por meio da participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico. Está previsto também na estratégia 19.4 do Plano Nacional de Educação (PNE) o fortalecimento da APP e do grêmio estudantil (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018).

Frente as necessidades de uma APP, foi possível visualizar a necessidade das escolas em ter no seu ambiente interno um profissional que possua conhecimento legal e contábil. Neste contexto a secretaria de educação de Lauro Müller aceitou a proposta da Universidade do Extremo



Sul Catarinense (UNESC) para replicar o projeto de extensão, já aplicado nas APP's de Siderópolis. As APP's de Lauro Müller encontravam dificuldades para atualização de seu estatuto e controle de fluxo de caixa por meio do livro caixa, sendo realizado o controle de forma inconcessa, onde as APP's continham seu recurso referente ao PDDE bloqueado.

Neste cenário, a presente pesquisa objetiva relatar por meio da experiência de extensão a prática da assessoria e consultoria contábil e de organização para a prestação de contas das Associações de Pais e Professores da rede pública e municipal de Lauro Müller.

O estudo se justifica quanto a sua importância social como relevante em duas esferas, a universitária e a social. Em nível universitário, com a prática da extensão os acadêmicos tiveram a oportunidade de estarem em campo, acompanhados de professores, a fim de colocar a teoria em prática, fortalecendo seus conhecimentos. Em contra partida, houve o crescimento social, em que as escolas, professores, alunos e familiares obtiveram o melhor funcionamento do seu ambiente escolar, por meio das melhorias burocráticas aplicadas.

A contribuição teórica do estudo está relacionando ao baixo número de publicações científicas com o tema central das Associações de Pais e Professores. Onde está pesquisa poderá contribuir com novos estudos do tema, a fim do aprofundamento das possibilidades de gestão de uma APP.

2 Referencial Teórico

2.1 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES

A função da escola não é simplesmente promover valores ou uma ferramenta para impor os mesmos, é também um espaço para a união entre normas, procedimentos, ideias e práticas que formam o cotidiano da escola. Sua cultura mostra que possui forma própria de agir, tendo como base seus conflitos internos e externos que refletem na sua organização, nas principais práticas e em toda a sua infraestrutura da escola (SOUZA, 2001).

A democracia na Rede de Ensino Público é essencial para o desenvolvimento das escolas, devendo ser acompanhado pela comunidade, professores e equipe gestora. Por meio das Instâncias de Gestão Escolar Democrática (IGEDs), a comunidade escolar encontra um espaço que permite o debate referente à construção do projeto pedagógico e nisso os professores possuem papel fundamental. Porém, a construção de escolas democráticas se torna um desafio, analisando a dificuldade em participação de debates e diálogos por parte da comunidade escolar e necessitando da valorização das IGEDs para a decisão do rumo tomado pela educação (STÜRMEER; FERREIRA, 2010).

Frente a gestão democrática encontram-se as decisões com relação as políticas de financiamento. Para Souza (2001), a política de financiamento da educação e a política educacional possuem uma visão da escola como uma organização, focando as reformas educacionais na direção e conselho escolar, ignorando que as instituições possuem uma cultura própria a ser levada em consideração. Com essa visão as escolas se tornam meras prestadoras de serviço, buscando atingir somente eficácia e eficiência de ensino, desconsiderando o mundo social que existe dentro da escola, sua cultura, relação de poder e outros aspectos próprios de cada instituição. Com base nas pesquisas de Stürmer e Ferreira (2010), a construção de escolas democráticas na Rede de Ensino Pública, segundo os professores auxilia a formar uma visão da democratização nas escolas. Seu objetivo é analisar os meios de implementar a gestão democrática a partir das IGEDs, Associação de Pais e Professores (APP), Grêmios Estudantil e Conselho Escolar.

Na década de 70 as escolas públicas possuíam os colegiados, que serviram como início da participação da comunidade na escola para formação da gestão escolar, assim se deu início a gestão democrática na Educação Básica. Santa Catarina teve seu início somente na década de 80



com influência dos movimentos em prol ao fim da Ditadura Militar. Esses movimentos visavam os direitos políticos dos cidadãos, como a liberdade de expressão e de opinião (STÜRMER; FERREIRA, 2010). Stümer e Ferreira (2010), ainda comentando sobre a construção da escola democrática. Afirmam que teve início junto com a transformação da sociedade autoritária em democrática, quando em 1985 foi criado o Plano Estadual de Educação, o qual teve seu fim em 1988. O Plano Estadual de Educação era um conjunto de propostas de normatização da educação, à qual tinha como objetivo a participação da comunidade.

O site da Secretaria de Educação de Porto Alegre apresenta informações do projeto “Cidade Escola” como um novo formato de escola que contemple as necessidades e desejos dos alunos e a busca pela qualificação do ensino na rede municipal. As atividades de aumento da jornada são realizadas no contra turno dos alunos, no formato de Núcleos de Atendimento, sendo gerenciados por professores. As atividades que foram propostas são letramento, música, teatro, artes plásticas, teatro e esportes (BRANCO, 2012). Segundo Stümer e Ferreira (2010), é de grande importância a participação de todos os segmentos da comunidade escolar para que haja a aceitação dos envolvidos com os rumos da escola, constituída por meio de um debate sobre a democracia na escola e para cessar conflitos referentes à eleição de dirigentes para a mesma. Nesse sentido os professores são de muita importância, com a participação deles é possível fazer uma integração entre todos os segmentos, aproximando alunos e seus pais da escola, mostrando a importância da integração para a educação. Souza (2001) complementa dizendo que, a função da escola não é simplesmente promover valores ou uma ferramenta para impô-los, é também um espaço para uma união entre normas, procedimentos, ideias e práticas que formam o cotidiano da escola. Sua cultura mostra que possui sua própria forma de agir, tendo como base seus conflitos internos e externos que refletem na sua organização, nas principais práticas e em toda infraestrutura da escola. Essa integração por vezes chega às escolas por intermédio de projetos de extensão patrocinados pelas universidades.

2.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Com o objetivo de criar caminhos para a educação contínua, a extensão teve seu surgimento em meados do século XIX. Atualmente é utilizada no meio universitário, promovendo aprendizado e interações com a comunidade, possibilitando o compartilhamento de experiências por ambas as partes. A Universidade usa a extensão, para promover a prática do que foi adquirido na sala de aula. Com o contato oferecido entre o aluno e a comunidade surgem benefícios que podem ser utilizados por ambas as partes. O aluno adquirindo conhecimento que pode ser aplicado em sala de aula e a comunidade com os serviços oferecidos por meio da extensão (RODRIGUES *et al.*, 2019).

A extensão universitária tem o objetivo de promover seu compromisso social, deve-se utilizar o que é aprendido em sala de aula e levar para fora dela. A partir desse contato entre estudante e sociedade, o estudante acaba aprendendo muito mais com esse trabalho em conjunto, aproximando a Universidade e a comunidade criando benefícios e conhecimento para ambos (RODRIGUES *et al.*, 2019).

A extensão é uma forma de a universidade socializar o seu conhecimento, expandindo-o para a comunidade. A universidade pode ir à comunidade ou recebê-las em seu campus, prestando serviços, dando assistência e ouvindo seus interesses e necessidades. Dessa forma estará coletando dados e informações para a realização de futuros estudos e pesquisas, objetivando sempre servir à comunidade. Esse envolvimento possibilita uma renovação na estrutura, no currículo e ações da universidade (NUNES; SILVA, 2011).

Há uma carência de comunicação entre a Universidade e os demais setores da sociedade. A Universidade deve divulgar mais, justificar a importância e a magnitude das suas atividades de pesquisa e evidenciar que a ciência pode trazer melhoria na qualidade de vida. Cabe



aos profissionais universitários buscarem essa comunicação, os mesmos muitas vezes apenas informam os órgãos financiadores da ciência, dessa forma perdem a oportunidade de mostrar ao restante da população o quão importante são seus projetos (NUNES; SILVA, 2011).

Perante a uma sociedade com desigualdades sociais, onde os sistemas da educação e social são falhos, as atividades de extensão devem se voltar para as necessidades da maioria da população. Por exemplo, os projetos na educação, onde treinam e qualificam os atuais e futuros professores contribuindo para o aperfeiçoamento da qualidade do ensino dos níveis fundamental, médio e superior. Existem outras áreas temáticas de atuação das atividades de extensão além das citadas anteriormente, como, a saúde, comunicação, cultura, meio ambiente, direitos humanos, tecnologia e trabalho (NUNES; SILVA, 2011).

Para se adquirir um bom retorno da extensão, é necessário haver respeito as ideias de cada envolvido e ser ético, somente assim a interação universidade e sociedade poderá gerar bons resultados entre as partes (RODRIGUES *et al.*, 2019).

3 Metodologia

Toda pesquisa para ser considerada científica deve apresentar um processo pré-estabelecido, também conhecido como Procedimento Metodológico. Na busca pelo alcance do objetivo proposto, a presente pesquisa dispõe do seu enquadramento metodológico, onde quanto aos meios, a situação problema da pesquisa se classifica como qualitativa. Segundo Beuren (2006), a pesquisa qualitativa tem o objetivo de alcançar análises mais significativas em relação ao fenômeno estudado, um problema abordado qualitativamente pode ser um meio para explorar a natureza de um fenômeno social. Assim, por meio do relato disposto nos diários de campo dos extensionistas foi possível compreender como é realizada a organização interna das APP's e a forma como registram seu fluxo de caixa.

Quanto ao objetivo, a pesquisa se classifica como descritiva, conforme Beuren (2006), a pesquisa descritiva tem como característica principal a aplicação de técnicas padronizadas de coleta de dados. O pesquisador não deve interferir nos fatos, apenas observar, registrar, examinar, classificar e por último interpretar. Neste contexto, os extensionistas se deslocaram até as escolas, conversaram com os responsáveis pelas APP's, compreenderam suas dificuldades e relataram em diários de campo e relatórios semestrais, utilizando-as para a prestação de assessoria.

Com relação ao procedimento, essa pesquisa foi classificada como estudo de caso, uma vez que tem como característica principal se concentrar em um ou poucos objetos. Bauren (2006) afirma que esse método é utilizado por pesquisadores que pretendem dedicar seu conhecimento em um determinado caso específico. Percebe-se que esse procedimento é executado com maior intensidade devido ao foco estar apenas no fenômeno de estudo.

A coleta de dados se deu por meio da observação participante e documental. Richardson (2008) relata que a pesquisa documental pode ser utilizada para organizar informações em uma única fonte de consulta futura. Tem como objetivo retirar informações contidas em um material bruto e aplicar em um documento de pesquisa. Entre os documentos das APP's utilizados encontram-se por exemplo o estatuto e com relação a observação, os extensionistas após vivenciar a prática relatavam no formato de diário e relatório semestral.

A pesquisa utilizou como objeto de estudo a ação do projeto de extensão "Programa de Assessoria e Consultoria Contábil e de Organização das Documentações para Prestação de Contas das Associações de Pais e Professores – APP'S da Rede Pública Municipal", ligado ao "Programa de Extensão em Gestão Contábil" (PEGC), essa ação advém do curso de Ciências Contábeis da UNESC. O projeto busca atuar com 12 APP's, onde já foram trabalhados até o momento com 11. Os dois extensionistas se deslocavam até o município de Lauro Müller, lá com o auxílio da secretaria de educação, se locomoviam até as escolas onde ocorreram a aplicação da assessoria nas APP's.



4 Experiência de Extensão

4.1 HISTÓRICO DO PROJETO

A APP é composta em geral por pais e professores da escola. Possuem suas finalidades estipuladas em estatuto, prevendo mudanças realizadas no ensino, eventos e infraestrutura da instituição escolar, tornando obrigatório a convocação de reuniões para debater futuras alterações.

Neste cenário surgiu o projeto “Programa de Assessoria e Consultoria Contábil e de Organização para Prestação de Contas das Associações de Pais e Professores – APP’s da Rede Pública Municipal” teve seu início no ano de 2016 no município de Siderópolis e finalizou no ano de 2017. Com os resultados alcançados em Siderópolis, o município de Lauro Müller apresentou interesse e no ano de 2018 foi iniciado o projeto. Por meio do edital 101/2018, o projeto tem como objetivo geral “apoiar, por meio de orientação, assessoria e consultoria contábil às Associações de Pais e Professores–APP’s da rede pública municipal” (PROJETO, 2018). Para o alcance do objetivo foram segmentados alguns objetivos específicos: a) Diagnosticar a situação econômica e financeira das APP’s da rede municipal; b) Assessorar na elaboração de Fluxo de caixa com viés orçamentário; c) Prestar consultoria contábil, fiscal, financeira, tributária, trabalhista e previdenciária; d) Assessorar na prestação de contas dos recursos recebidos, através de convênios e transferências governamentais; e) Contribuir na elaboração do modelo de relatório anual de prestação de contas da gestão econômica e social; f) Ofertar cursos de capacitação para domínio gerencial sobre os assuntos abordados no projeto, tais como: controle orçamentário e financeiro, procedimentos para prestação de contas, entre outros; g) Elaborar cartilha com instruções de procedimentos a serem observados pelos gestores das APP’s em âmbito econômico e financeiro e fiscal e organizacional (PROJETO, 2018).

O projeto conta com 10 escolas municipais, onde duas delas possuem pré-escolar integrado com APP, totalizando 12 APP’s. A APP é independente do Poder Público e possuem direitos privados, sendo órgãos sem fins lucrativos, com o controle de saldo realizado por doações, eventos e recursos governamentais, como o PDDE, que segundo o FNDE ([2018 ou 2019]), tem a finalidade de auxiliar as escolas de forma financeira, com o objetivo de melhorar o ensino e a infraestrutura, buscando qualidade no desenvolvimento escolar. Com a disposição destes recursos as APP’s devem realizar controles contábeis e manter seus documentos sempre atualizados, como estatuto, ata de posse e livro caixa, essas atividades são cabíveis à um contador, gerando gastos para a APP, portanto, este projeto de extensão tem o propósito de levar consultoria contábil às APP’s de Lauro Müller.

4.2 AÇÕES NA COMUNIDADE

O projeto teve seu início com dois extensionistas. No final do primeiro semestre de atuação uma extensionista deixou o projeto, sendo substituída por outra, durante a prática do segundo semestre acabou se desvinculando do projeto, ficando somente um extensionista para o projeto. Na metade do primeiro semestre de 2019 uma nova extensionista se juntou ao projeto, dando continuidade aos objetivos.

No dia 10 de setembro de 2018 os extensionistas juntamente com os professores envolvidos no projeto foram ao município de Lauro Müller realizar uma reunião com a secretária de educação e representantes das APP’s que compõem o projeto, reunião a qual foi possível ter embasamento das principais dificuldades das APP’s. Esse público caracterizou o grupo a qual foram articuladas todas as ações do projeto.

Uma semana depois (18 de setembro de 2018) os extensionistas retornaram ao município e juntamente com a secretaria de educação foi dado início ao projeto nas escolas, iniciando com a APP 01(onde também se localiza a APP 02) e a APP 03. A dificuldade encontrada



por meio do diálogo, observação e análise documental nas APP's 01 e 02 foi em relação ao estatuto que estava desatualizado, para providenciar as adequações os extensionistas trabalharam com a mesma durante 1 (um) mês (finalizando em 22 de outubro de 2018), a dificuldade da APP 03 era também em relação ao estatuto, porém a mesma acabou desistindo do projeto, por acreditar que os extensionistas realizariam o trabalho de atualizações, o que não condizia com o proposto pelo projeto de extensão.

Logo após a resolução das dificuldades encontradas pelas escolas foram finalizadas as visitas no ano de 2018, dando início novamente em 09 de abril de 2019. Na data em questão foi realizada uma reunião na Secretaria de Educação de Lauro Müller com a presença da Secretária e sua assistente, a fim de retornar as atividades com as APP's.

Duas semanas após (25 de Abril de 2019) os extensionistas retornaram ao município, sendo levados até a APP 04, sendo então realizada análise no estatuto e livro caixa. Foram detectados erros no livro caixa, os extensionistas guiaram a direção da escola a convocar reuniões a fim de solucionar os problemas, foi necessário 1 (um) mês para solução, envolvendo reuniões entre APP, Secretaria de Educação e Contabilidade.

Em 07 de maio de 2019 o extensionista visitou a APP 05, estava com os documentos atualizados e demonstram dúvidas somente a respeito ao livro caixa, no qual foi resolvido com uma explicação de como poderia ser feito o livro caixa. No dia 21 de maio de 2019 o extensionista foi para a APP 06, a mesma está com os documentos atualizados, apresentando somente a falta de conhecimento para a elaboração do livro caixa, fazendo-o sem especificar todos os detalhes de dados, porém estava em conformidade com a contabilidade.

No dia 23 de maio de 2019 o extensionista foi para a APP 07(onde também se encontra a APP 08), a escola está com os documentos atualizados e não estava com o livro caixa no dia da visita, pois o mesmo estava com a contabilidade. Também informou que as escolas do município ainda não haviam recebido o dinheiro referente ao PDDE e não possuía informações sobre o motivo. No dia 28 de maio o extensionista foi para a APP 09, a mesma estava sem o livro caixa no dia da visita. A APP 09 havia passado por atualização recente, pois houvera uma reeleição no ano vigente e seus documentos estavam todos atualizados. No dia de 04 de junho o extensionista foi para a APP 10, a mesma separa o livro caixa em dois, contendo um com os gastos somente referentes à APP e outro referente a gastos da escola, a APP também estava se preparando para uma nova eleição de presidência no final do ano vigente.

Todas as APP's, com exceção da APP 03, demonstraram interesse em participar do projeto e foram muito receptivos com os extensionistas, porém, o que dificultou no andamento com a APP 04, foi que seus representantes possuíam certo receio em disponibilizar abertura para seu livro caixa, sendo que havia diversos problemas deixados pela antiga direção. Mas, após conversa e aproximação com as APPs, foi dada liberdade para os extensionistas acessarem os materiais, gerando facilidade através de pesquisa no livro e diálogo com a representante da APP para a solução das dificuldades enfrentadas.

Nos primeiros meses de andamento do projeto, os extensionistas foram preparados para irem à campo, neste contexto os mesmos foram entusiasmados para iniciarem pesquisas sobre os temas que seriam trabalhados no campo. De forma complementar os extensionistas também receberam capacitação para as atividades prestadas através da extensão, as quais podem ser observados no Quadro 1.

Quadro 1 - Capacitações

Capacitação	Data
Plataforma Lattes e Sucupira	16/08/2018
Relatório, Fichamento e Diário de Campo	22/03/2019
Imposto de Renda (Doação FIA)	28/03/2019



Fonte: Dados da pesquisa.

As capacitações que foram aplicadas com os extensionistas tiveram a função de prepará-los para a extensão e eventos referente ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ). A primeira capacitação foi designada para a criação do currículo Lattes e conhecimento da Plataforma Sucupira, a segunda foi referente ao modo como deve ser preenchido o relatório semestral/anual, fichamento e diário de campo da extensão. A terceira foi referente ao projeto do curso de Ciências Contábeis, Contabilidade na Praça.

Com a extensão, envolvendo o Projeto, o PEGC e a Universidade, foram realizados eventos envolvendo a comunidade interna e externa do próprio ambiente da universidade, como consta no Quadro 2.

Quadro 2 - Eventos

Evento	Data	Local
Reunião com as APP's de Lauro Muller	11/09/2018	Prefeitura - Lauro Muller
Reunião com secretaria de Educação de Lauro Muller	09/04/2019	Secretaria de Educação - Lauro Muller
Imposto de Renda na Praça	13/04/2019	Praça Nereu Ramos - Criciúma
Apresentação Cultural dia da Extensão	02/05/2019	Auditório Ruy Hulse - UNESC
Menção de Aplausos Ciências Contábeis	29/05/2019	Auditório Ruy Hulse - UNESC
Apresentação dos Projetos de Extensão UNESC	03/06/2019	Bloco O - UNESC
45º Simpósio Mundial de Auditoria Contínua e Relatórios	05/06/2019	CRC - Florianópolis
Salão de Inicialização Científica - Ciências Contábeis	25/06/2019	Blocos N e P - UNESC
Mostra Científica - Ciências Contábeis	06/07/2019	Hall de Entrada - UNESC

Fonte: Dados da pesquisa.

No dia 11 de setembro de 2018 os extensionistas e professores do projeto se locomoveram até a prefeitura de Lauro Müller para realizar uma reunião de apresentação com a Secretaria de Educação e representantes das APP's envolvidas no projeto. Em 09 de abril de 2019, após as férias das escolas de Lauro Müller o projeto teve seu retorno, havendo a realização de reunião na Secretaria de Educação do município para socialização e atualização referente ao andamento do projeto. Dia 13 de abril de 2019 os extensionistas juntamente com os professores e estudantes envolvidos no projeto Imposto de Renda na Praça se locomoveram para a Praça Nereu Ramos em Criciúma para a realização do evento, o evento pretendeu por meio dos estudantes auxiliar na declaração do imposto de renda da população local. No dia 02 de maio de 2019, a convite da UNESC os extensionistas e coordenadores de extensão de todos os projetos foram para o Auditório Ruy Hulse, localizado na UNESC para uma apresentação cultural referente ao Dia da Extensão. Em 29 de maio de 2019 os extensionistas auxiliaram na organização da Menção de Aplausos do curso de Ciências Contábeis no Auditório Ruy Hulse. Dia 03 de junho de 2019 houve um evento no bloco O da UNESC, destinado a apresentação dos projetos de extensão da Universidade. No dia 05 de junho de 2019 um extensionista do Projeto, foi para o Conselho Regional de Contabilidade (CRC) de Florianópolis juntamente com um extensionista de outro projeto da Ciências Contábeis e a coordenadora do Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC) para um Simpósio de auditoria contínua e relatórios, envolvendo contabilidade e inteligência artificial. Em 25 de julho de 2019 os extensionistas participaram na organização do evento do curso de Ciências Contábeis Salão de Inicialização Científica (SIC), entre os blocos N e P da UNESC. Dia 06 de julho de 2019 aconteceu a Mostra Científica do curso de Ciências Contábeis em frente a biblioteca da UNESC, projeto dedicado a oitava fase do curso para apresentação do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Por meio de visitas realizadas no município de Lauro Müller foi possível relatar como é realizada a organização da Secretaria de Educação e das escolas em relação à APP. As escolas,



em sua maioria, possuem as documentações da respectiva APP arquivadas e organizadas dentro de pastas de arquivo e em locais de fácil acesso para os membros. Porém, uma dificuldade detectada é em relação à gestão de informações, quando é alterada a direção de uma escola ou a presidência de uma APP, dificilmente a nova gestão consegue acompanhar o andamento da APP, encontrando dificuldades para realizar o fluxo de caixa, atas e atualizações com o estatuto, além de muitas vezes acabarem não se comunicando com a Secretaria de Educação e Contabilidade, realizando as operações da maneira que julga correta e podendo encontrar no futuro problemas com as declarações.

O projeto foi muito bem aceito por todas as escolas e nenhuma instituição demonstrou receio em conceder acesso aos documentos da APP, facilitando para a assessoria, consultoria e prestação de contas com a mesma. O Quadro 3 identifica as principais dificuldades encontradas até o momento.

Quadro 3 – Maiores dificuldades encontradas no campo

APP	Estatuto	Livro Caixa
1	x	x
2	x	x
3		
4		x
5		x
6		x
7		x
8		x
9		x
10		x

Fonte: Dados da pesquisa.

As principais dificuldades estão relacionadas à prestação de contas por meio do livro caixa, a forma como o recurso do PDDE pode ser aplicado e a atualização do estatuto para a substituição do uso de cheque para cartão eletrônico bancário e eleição da direção escolar. Com o padrão de dificuldades estabelecido foi possível elaborar separadamente com cada escola formas de resolução dos problemas, assessorando-as conforme suas necessidades e dificuldades, a fim de possibilitar a liberação de recursos referentes ao PDDE, pois o mesmo só é liberado ao município assim que todas as escolas estiverem com seus documentos atualizados.

Ao término da assessoria com uma escola, o projeto dava andamento à próxima instituição, sendo aplicado em até duas escolas simultaneamente sem levar documentações para a UNESC, aplicando a assessoria *in loco*. Com o *Feedback* dado pelas escolas será possível elaborar uma cartilha detalhando os processos para atualização da APP, como usar os recursos financeiros disponíveis, preenchimento de livro caixa, elaboração de ATA e outras práticas propícias à APP. Por meio do projeto os extensionistas tiveram um olhar mais amplo referente a Universidade, assessoria contábil e a Legislação Educacional, oferecendo resultados positivos e satisfatórios para as escolas e APP's também.

4.1 Desdobramentos das práxis de extensão

Por meio do programa os extensionistas conseguiram absorver os conteúdos ensinados em sala de aula e assessorar as APP's. O contato com a comunidade possibilitou também adquirir



conhecimento que pode ser aplicado em aula, principalmente em disciplinas envolvendo contabilidade pública e direito, pois são os principais temas trabalhados com as APP's. Os extensionistas obtiveram a possibilidade aprofundar seus conhecimentos com relação ao controle de fluxo de caixa e elaboração de estatuto, possibilitando a aplicação em suas vidas acadêmicas, pessoal e profissional.

Dentro da Universidade os extensionistas desenvolveram seu *network*, diminuindo eventuais dúvidas referentes à Universidade, ao curso e ao próprio projeto. Com a aplicação do projeto, foi possível também adquirir experiência em oratória, o entendimento do PDDE e a constituição da gestão escolar. A oratória em particular, permite o melhor desempenho do acadêmico, podendo ser replicado dentro da própria Universidade e em eventos aos quais os extensionistas participem e utilizando para ampliar o contato interno com a UNESC.

Infelizmente para o projeto, algumas APP's esperavam que os extensionistas realizassem eventuais atualizações necessárias, porém o objetivo da extensão é assessorar, ou seja, instruir a APP com informações referentes à suas atualizações. Assim uma APP preferiu se retirar do projeto e contratar um advogado para realizar suas atualizações, com isso houve um impacto nos extensionistas, mas sem prejudicá-los, não refletindo no projeto.

Os extensionistas encontraram um desafio com a locomoção entre os municípios, pois um extensionista chega à Universidade muito cedo ou muito próxima do horário que o ônibus fornecido pela secretaria de educação parte da Universidade. Além disso, encontram dificuldades no envolvimento com novas APP's, pois algumas delas se sentem desconfortáveis inicialmente com a abertura de seu estatuto e livro caixa para os acadêmicos, havendo a necessidade de uma maior interação com os representantes, a fim de desenvolver um vínculo de confiança.

5 Conclusão

Por meio do acompanhamento realizado com as escolas foi possível relatar uma melhoria significativa nas APP's, com a aquisição de maior compreensão por parte da presidência e tesouraria das APP's, quanto ao estatuto e livro caixa. Com o auxílio da Secretaria de Educação e as presidências de APP os extensionistas conseguiram assessorar as APP's com a atualização dos estatutos e atas para o fechamento do ano de 2018 e início de 2019, possibilitando às escolas o fechamento do ano letivo e o envio das informações para o recebimento do recurso monetário referente ao primeiro semestre do PDDE.

A secretaria de educação foi muito receptiva, cedendo transporte para locomoção entre os municípios, seu espaço físico para os extensionistas aguardarem a chegada do transporte e motorista para transitarem entre as escolas. Apesar de toda explicação fornecida aos representantes das APP's em reunião, a APP 03 aguardando envolvimento direto com a APP, preferiu se retirar do projeto, gerando assim uma reorganização no cronograma do projeto, porém não foi afetado negativamente no desempenho e andamento.

Apesar da dificuldade enfrentada pelos extensionistas quanto a locomoção entre os municípios, os resultados tem sido muito satisfatórios, podendo aplicar o conhecimento obtido em sala de aula na prática e o conhecimento adquirido com a extensão em sala de aula. Por meio da extensão muita experiência é absorvida e aplicada na vida acadêmica e pessoal, gerando facilidade para a compreensão de temas antes desconhecidos. A extensão também proporciona aos extensionistas a possibilidade de criação de uma rede de contatos e proximidade com a comunidade e a Universidade. No geral, o envolvimento proporcionado pela extensão tem gerado muitos pontos positivos nos extensionistas, como a facilidade com a comunicação, o interesse pela comunidade acadêmica e o crescimento da busca por conhecimento por meio da pesquisa.

REFERÊNCIAS



EDUCAÇÃO, Todos Pela. **Perguntas e Respostas: O Que é e Como Funciona uma Associação de Pais e Mestres?**. 2018. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/conteudo/perguntas-e-respostas-o-que-e-e-como-funciona-uma-associacao-pais-e-mestres>. Acesso em: 31 jul. 2019.

SOUZA, Angelo Ricardo de. Revista Iberoamericana de Educación (ISSN: 1681-5653) **A Escola por Dentro e por Fora: A Cultura da Escola e a Descentralização Financeira**. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Angelo_De_Souza/publication/307677280_A_escola_por_dentro_e_por_fora_a_cultura_da_escola_e_o_programa_de_descentralizacao_financeira_em_Curitiba-PR. Acesso em: 14 mar. 2019.

STÜRMER, Arthur Breno; FERREIRA, Liliana Soares. **A gestão democrática nas escolas públicas de Santa Catarina**. Educação, Santa Maria, v. 35, n. 1, p.155-168, jan. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1372/796>. Acesso em: 12 mar. 2019.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima et al. **Contribuições da extensão universitária na sociedade**. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/494/254>. Acesso em: 17 jun. 2019.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. **A extensão universitária no ensino superior e a sociedade**. 2011. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/60>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRANCO, Veronica. **Desafios para a implantação da Educação Integral: análise das experiências desenvolvidas na região sul do Brasil**. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/30009/19393>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2006. 195 p. ISBN 8522443912 (broch.).

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas** / Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al). - 3. ed. - 9. reimpr. - São Paulo : Atlas, 2008

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Programa Dinheiro Direto na Escola**, [2018 ou 2019]. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/pdde/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-pdde>. Acesso em: 18 jun. 2019.

Fonte financiadora: Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).



3643530 - GESTÃO DE CUSTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM RELATO DE EXTENSÃO

Anderson Cardoso Moreira, Filipe Martins dos Santos, Manoel Vilsonei Menegali, Andréia Cittadin, Ana Paula Silva Santos, Leonel Luiz Pereira, Milla Lúcia Ferreira Guimarães, Sérgio Mendonça da Silva, Leopoldo Pedro Guimarães Filho

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O projeto intitulado Gestão de Custos da Agricultura Familiar, vinculado ao Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC), tem o objetivo de oportunizar aos agricultores de pequenas propriedades rurais familiares acesso e capacitação para utilização de instrumentos de planejamento e controle de custos. Desta forma, esse artigo objetiva relatar a experiência de extensão do referido projeto no seu primeiro ano de atuação. Quanto aos procedimentos metodológicos realizou-se um estudo qualitativo, descritivo, por meio de observação participante e pesquisa documental. O projeto teve início em agosto de 2018, conforme aprovação em Edital nº 101/2018 - Processo de Seleção de Projetos de Extensão da PROACAD - Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias. A equipe do projeto é constituída com uma abordagem interdisciplinar, pois envolve os cursos de Ciências Contábeis e Engenharia de Produção. Atualmente o público alvo do projeto são os integrantes da Feira da Agricultura Familiar da Prefeitura Municipal de Criciúma, por meio da parceria com a Gerência de Agricultura e Agronegócio do município e Epagri. Constatou-se que os agricultores apresentam carência em relação ao gerenciamento de custos e necessitam de capacitação. Contudo, eles dispõem de pouco tempo para a gestão da propriedade e dos negócios.

Palavras-chave: Extensão universitária, Agricultura familiar, Planejamento e controle de Custos.

1 Introdução

No atual cenário de competitividade qualquer tipo de organização para poder manter-se atuando de maneira sustentável necessita planejar e controlar os gastos, independentemente de seu porte, tempo de atuação e ramo de atividade.

Integrante à gestão de negócios tem-se a gestão de custos como um instrumento gerencial, que além de possibilitar a mensuração dos custos dos produtos ou dos serviços, valorizar os estoques e apurar resultados (lucros ou prejuízos), promove o controle e disponibiliza informações para o processo de tomada de decisões. Em relação ao controle é responsável em fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsões de gastos. Quanto à decisão, disponibiliza informações sobre a área produtiva, como por exemplo: corte de produtos, administração de preços de venda, opção de compra e produção, dentre outros fatores (MARTINS, 2003).

A gestão de custos deve se fazer presente também na atividade rural, visto que este segmento está cada vez mais competitivo o gerenciamento dos gastos de produção transformou-se em um importante aliado ao processo de decisão (MARTIN *et al.*, 1994). Uma estratégia a ser adotada no setor agrícola poderia ser a adoção eficiente da gestão de custos, de modo que o preço de venda não seja inferior aos custos de produção. Isso se deve ao fato de que o preço de venda dos produtos provenientes da atividade agrícola sofre variações impostas pelo mercado.

Nesse contexto, encontram-se as propriedades rurais de agricultura familiar que têm grande representatividade para a economia nacional e carência na implantação desse tipo de controle (MAZETTO *et al.*, 2012). No Estado de Santa Catarina essa realidade não é diferente, pois está entre os que mais possuem agricultores familiares no país.



Diante disso, o Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC) vinculado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), passou a desenvolver o projeto de extensão Gestão de Custo na Agricultura Familiar no segundo semestre de 2018. O objetivo do projeto é oportunizar aos agricultores de pequenas propriedades rurais familiares acesso e capacitação para utilização de instrumentos de planejamento e controle de custos.

Dessa forma, esse artigo tem o objetivo de relatar a experiência de extensão ocorrida no primeiro ano de execução do projeto. Acredita-se que o desenvolvimento coletivo, entre academia e comunidade atendida, de instrumentos que oportunizem planejamento e controle dos custos, bem como a capacitação oferecida sobre o uso desses instrumentos gerenciais, darão autonomia para que agricultores possam continuar esse processo de gestão de seus empreendimentos.

2 Referencial Teórico

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, no seu art. 3º, é considerado agricultor familiar o que pratica atividades rurais e apresenta os seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2011).

O Censo Agropecuário de 2006 mostra que 87% dos estabelecimentos agropecuários catarinenses são de agricultores familiares e na questão da produtividade esses agricultores foram responsáveis por 67% da produção agropecuária do Estado (VIEIRA FILHO, 2013).

As organizações rurais e, principalmente, os pequenos produtores necessitam de conhecimento sobre os métodos de gestão rural. Para Callado e Callado (1999), toda organização necessita de gestão de custos para cumprir sua missão, independentemente do seu ramo de atuação. Nas propriedades rurais não é diferente, pois os custos precisam ser identificados de modo a buscar melhores resultados e, por seqüência, tornaram-se mais competitivas. Todavia, de modo geral, os agricultores não têm conhecimento para estar usufruindo dessas técnicas.

Para Weiss (2015) todas das propriedades rurais necessitam de um controle eficiente, que possibilita realizar adequada gestão. No entanto, na maioria das vezes, esse tipo de empreendimento é administrado somente com base no conhecimento empírico dos proprietários que não utilizam o gerenciamento de custos.

De modo geral, nessas propriedades os gestores estão preocupados apenas com o aumento da produtividade. Com isso, deixam de utilizar instrumentos gerenciais no cotidiano da propriedade, não realizam anotações, guardam as informações somente na memória e não descrevem acontecimentos importantes que acabam sendo esquecidos. Além disso, geralmente os proprietários rurais não possuem conhecimento sobre as técnicas necessárias para apurar os resultados de maneira individual de cada atividade, o que compromete a identificação da cultura mais rentável (BRAUM; MARTINI; BRAUN, 2013).

Além disso, os agricultores familiares enfrentam outras dificuldades como: a) a burocracia da legislação vigente para o registro dos empreendimentos e dos produtos agroindustriais; b) dificuldade de gerenciar o empreendimento; c) a contribuição previdenciária; d)



as altas taxas de legalização; e e) os altos valores dos tributos (ESTEVAM; LANZARINI; SALVARO, 2016).

3 Metodologia

O artigo tem abordagem qualitativa, que segundo Richardson (2008), possibilita descrever a complexidade do problema, compreender processos sociais, sem utilização de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 2008).

Quanto ao objetivo a pesquisa foi classificada como descritiva, pois explica de forma simplificada o assunto abordado, analisando os fenômenos sem que ocorra manipulação pelo pesquisador (ANDRADE, 2007).

Foi utilizado como procedimento a observação participante, uma vez que teve o papel de analisar, criticar de forma positiva ou negativa determinado assunto. Além disso, realizou-se uma pesquisa documental, que se trata da coleta de dados que não foram posteriormente publicadas em anais ou na comunidade científica e são encontrados espalhados (BEUREN *et al.*, 2006).

A observação participante ocorreu por meio dos integrantes desse projeto de extensão que estão envolvidos diretamente com o planejamento e realização das atividades. A análise documental se baseou nas atas das reuniões, diários de campos e demais documentos pertinentes ao projeto.

4 Experiência de Extensão

Nessa seção descrevem-se os objetivos e estratégias de ação do projeto Gestão de Custos de Agricultura Familiar. Em seguida, apresenta um relato de como foram desenvolvidas as atividades no primeiro ano de execução do projeto e as demandas para o próximo ano. Por fim, se expõe o relato dos estudantes extensionistas.

4.1 O projeto

O PEGC iniciou as atividades em fevereiro de 2016 com o objetivo de apoiar pessoas físicas de baixa renda, sociedades civis sem fins lucrativos e micro e pequenas empresas sem acesso às orientações básicas da contabilidade. O atendimento ao público externo ocorre semanalmente, no período vespertino, nas instalações do Centro de Práticas Contábeis (CPC) no *campus* da UNESC.

No período compreendido entre 2016 e 2017 o PEGC obteve a aprovação de dois projetos de extensão, por meio do Edital 22/2015/UNACSA, um deles denominado de Planejamento e controle de custos para formação do preço justo de vendas, com objetivo de desenvolver metodologia que oportunize a gestão de custos e formação do preço de venda justo aos empreendimentos participantes da Feira da Economia Solidária da UNESC. A execução desse projeto resultou em oficinas, minicursos, trabalhos científicos e no desenvolvimento e publicação da Cartilha Custo Social: Planejamento e Controle de Custos para Formação do Preço Justo de Vendas. Essa Cartilha, de forma didática, visa orientar a realização de controles no âmbito dos empreendimentos solidários e está disponível para acesso *on line* na página do Curso de Ciências Contábeis da UNESC.

A partir da execução desse projeto de extensão vislumbrou-se a possibilidade de sua replicação com os agricultores de pequenas propriedades rurais familiares da região. Assim, no segundo semestre de 2018, foi aprovado a criação desse novo projeto, com duração de dois anos conforme Edital nº 101/2018 - Processo de Seleção de Projetos de Extensão, denominado Gestão



de Custos na Agricultura Familiar. O projeto se enquadra na linha de extensão emprego e renda e em termos de conhecimento se encontra na área das Ciências Sociais Aplicadas.

Para execução das atividades do projeto foram delineadas as seguintes etapas, conforme os objetivos específicos, as quais são expostas no Quadro 1.

Quadro 1 – Estratégias de ação do projeto

Etapas relacionadas aos objetivos específicos	Descrição das estratégias de ação
ETAPA 1 OBJETIVO ESPECÍFICO 1	Promover fóruns entre a equipe de extensionistas, público alvo e comunidade em geral para identificação das demandas, discussão, encaminhamentos sobre as atividades propostas.
ETAPA 2 OBJETIVO ESPECÍFICO 2	Mapear e descrever o processo produtivo referente às atividades agrícolas realizadas pelos agricultores.
ETAPA 3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 3, 4, 5 E 6	ELABORAR, DE FORMA CONJUNTA INSTRUMENTOS QUE OPORTUNIZEM O ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS MENSIS DAS PROPRIEDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR, CÁLCULO DOS CUSTOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS (ANÁLISE CUSTO-VOLUME-LUCRO).
ETAPA 4 OBJETIVO ESPECÍFICO 7	CAPACITAR OS EMPREENDEDORES PARA A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE PARA REALIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DOS GASTOS DE PRODUÇÃO, APURAÇÃO DE CUSTOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS.

Fonte: Dados do projeto (2018)

A equipe de extensionista é composta por cinco integrantes, três professores e dois bolsistas. A professora coordenadora tem formação em Ciências Contábeis, bem como um dos professores colaboradores. O outro professor colaborador tem formação em Engenharia de Produção. Quanto aos discentes bolsistas, um é oriundo do Curso de Ciências Contábeis e outro do curso de Engenharia de Produção. Destaca-se que apesar de ocorrerem substituição dos estudantes bolsistas, ao longo do primeiro ano de desenvolvimento projeto, a estrutura permaneceu a mesma. Esse fato reforça a abordagem interdisciplinar do projeto, uma vez que está vinculado aos cursos de Ciências Contábeis e Engenharia de Produção.

Inicialmente, os integrantes tinham estabelecido como público alvo os agricultores cooperados da Cooperativa de Agricultura Familiar de Forquilha (COONAFOR), e demais interessados da comunidade acadêmica. No decorrer de seu desenvolvimento foram agregados os feirantes que participam da Feira da Agricultura Familiar da Prefeitura Municipal de Criciúma, os quais são associados da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Criciúma - Nosso Fruto e da Cooperativa Familiar de Produção Agrícola Nova Vida. Ademais, tem-se a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) como parceira desse projeto.

4.2 O desenvolvimento do projeto

As atividades do projeto iniciaram mediante reuniões internas entre os integrantes do projeto, bem como com extensionistas de outros projetos integrantes do PEGC no intuito de integrar a equipe e elaborar um planejamento das ações de cada projeto e coletivas.

No primeiro semestre de execução os estudantes bolsistas receberam capacitação sobre como elaborar citações e referências, de acordo com as normas da ABNT, fichamento, diário



de campo e plataforma Lattes e Sucupira. Assim, iniciaram levantamento bibliográfico visando construir conhecimento sobre aspectos da agricultura familiar.

No mês de setembro foi realizada uma ação de extensão para atender uma demanda pontual sobre aspectos legais da profissão de artesão. O encontro ocorreu no Centro de Treinamento da Epagri, no município de Araranguá-SC, tendo como público alvo os artesãos de São João do Sul, no qual foram abordados temas como cooperativismo, economia solidária e aposentadoria. A atividade ocorreu em parceria com o Paes (Programa de Ações em Economia Solidária) da UNESC.

Ao longo do semestre foram realizadas reuniões para planejamento e execução do projeto e outras ações desenvolvidas pelo PEGC, tais como: a) exposição Conhecer para Preservar, de Ciências Contábeis, que busca incitar nos acadêmicos e no público participante a visão crítica sobre a responsabilidade social e ambiental nas corporações; b) Mostra Científica de Projetos Acadêmicos de Ciências Contábeis, com o intuito de socializar os saberes adquiridos e desenvolvidos na disciplina de Estágio V - Elaboração de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso; c) Salão de Iniciação Científica (SIC), associado à disciplina Comportamento Organizacional, ofertada na 1ª fase do Curso de Ciências Contábeis, que tem o objetivo de demonstrar o uso prático da gestão contemporânea, por meio da iniciação científica e socialização dos resultados a comunidade acadêmica; d) Formandos em Retrospectiva que é realizado semestralmente e tem por objetivo integrar professores e estudantes formandos do curso de Ciências Contábeis, como forma de promover a consciência social e solidária, a fim de fortalecer e consolidar as práticas educativas do curso; e, e) Contabilizando Natal realizado anualmente, com vistas a integrar o corpo docente e discente do Curso em um espírito de solidariedade materializado na arrecadação de presentes de Natal para as crianças de entidades sociais.

Todas as reuniões foram gravadas, fotografadas, registradas em atas e possuem lista de presença. Ao final do ano elaborou-se relatório para a Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias da UNESC, que contém informações sobre o desenvolvimento do projeto.

No início de 2019, segundo semestre de execução do projeto, manteve-se a metodologia de reuniões periódicas entre os integrantes do projeto. Para oportunizar a interação dos extensionistas na comunidade tentou-se organizar fóruns com a entidade parceira COONAFOR, no intuito de identificar as demandas e discutir os encaminhamentos sobre as atividades do projeto. No entanto, não se obteve sucesso, devido à indisponibilidade de tempo dos integrantes da Cooperativa.

Dessa forma, os integrantes do projeto decidiram entrar em contato com a Gerência de Agricultura e Agronegócio da Prefeitura Municipal de Criciúma, que, por meio de sua representante, de pronto se colocou à disposição para participar de uma reunião, tendo em vista a realização da Feira da Agricultura Familiar. A Feira tem o objetivo de divulgar a importância da agricultura municipal e a existência do trabalho dos agricultores. O evento é organizado pela Gerência de Agricultura e Agronegócio em parceria com a Epagri e ocorre mensalmente no Paço Municipal.

A primeira reunião ocorreu em abril de 2019 e teve a participação dos extensionistas do projeto, da gerente da Agricultura e Agronegócio de Criciúma, do responsável pela vigilância sanitária do município e do engenheiro agrônomo da Epagri. Nessa ocasião, firmou-se parceria para atuação dos extensionistas do projeto junto aos participantes da Feira da Agricultura Familiar.

A partir disso, os extensionistas começaram a realizar a interação na comunidade, a qual possibilitou perceber as dificuldades que os agricultores enfrentam, principalmente, relacionadas ao controle da entrada e saída de recursos financeiros de seus empreendimentos, uma vez que eles dedicam mais tempo para a produção do que para a gestão do negócio.

Em uma das ocasiões foi aplicado um questionário que possibilitou identificar o perfil do produtor rural e as demandas dos agricultores, no intuito de coletar informações para subsidiar o planejamento das ações do projeto. Além disso, é feito um diário de campo do estudante



extensionista com informações sobre as entidades/instituições parceiras que ajudam no cumprimento dos objetivos desse projeto.

Paralelamente ao desenvolvimento das atividades do projeto ocorreu uma saída de campo da equipe extensionista para participar da Feira Agropecuária de São João do Sul – SC, de modo a ampliar os conhecimentos dos estudantes bolsistas a respeito da Agricultura Familiar.

Ademais, o grupo participou da organização das ações promovidas pelo PEGC, como: a) Imposto de Renda na Praça, que tem o objetivo de esclarecer as dúvidas da comunidade acerca do preenchimento da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) e divulgar a possibilidade de doação a instituições beneficentes por meio do incentivo fiscal; b) Contabilizando Saúde, que ocorre anualmente e consiste na realização de uma caminhada com partida da UNESC até o Santuário de Caravaggio, em Nova Veneza, com vistas a incentivar a prática esportiva no meio acadêmico e um momento de equilíbrio entre corpo, mente e espírito; c) Mostra Científica de Projetos Acadêmicos de Ciências Contábeis; d) Salão de Iniciação Científica (SIC); e, e) Formando em Retrospectiva.

4.3 Perfil dos feirantes

Com a realização da pesquisa junto aos agricultores da Feira da Agricultura Familiar de Criciúma, em maio de 2019, foram realizadas algumas perguntas com o objetivo de identificar as principais características dos empreendimentos familiares, descrição dos produtos que são produzidos e comercializados na feira, além de investigar as demandas e carências destes agricultores.

No Quadro 2 são expostos os tipos de produtos produzidos e comercializados por cada agricultor, que foram denominados como “Banca” para fins desse estudo.

Quadro 2 – Produtos comercializados na Feira da Agricultura Familiar de Criciúma

Produtos	Banca 01	Banca 02	Banca 03	Banca 04	Banca 05	Banca 06	Banca 07	Banca 08	Banca 09
Banana	x	x							
Maçã	x	x							
Laranja	x	x							
Pitáia	x	x							
Alface	x	x							
Agrião	x	x							
Rúcula	x	x							
Batatas	x	x							
Cenoura	x	x							
Mandioca	x	x							
Beterraba	x	x							
Feijão	x	x					x		
Lentilha	x	x					x		
Ervilha	x	x					x		
Biscoitos		x	x	x					
Cucas		x	x	x				x	



Bolos			x	x					x
Farinha de milho			x	x			x		x
Linguiça						x			
Queijos						x			
Banha						x			
Flores					x				
Geleia							x		x

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observa-se que são comercializados diversos produtos, como: frutas, verduras, legumes, pães, bolos, queijos, embutidos, flores, geleias e outros. Os agricultores das Bancas 1 e 2, tem enfoque direcionado para produtos agrícolas, com cultura diversificada. Na Bancas 3 e 4 são comercializados biscoitos, bolos, cucas e farinha de milho. A Banca 5 tem como foco a comercialização das flores; a Banca 6 produz queijos, banha e linguiça; a 7 farinha de milho, leguminosas e geleias; a 8 fabrica cucas; e a 9 bolos, farinha de milho e geleias.

Em seguida, buscou-se verificar se os agricultores são vinculados a alguma cooperativa, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Cooperativas integrantes da Feira da Agricultura Familiar de Criciúma

Cooperativa	Banca 01	Banca 02	Banca 03	Banca 04	Banca 05	Banca 06	Banca 07	Banca 08	banca 09
Nosso Fruto		x	x				x	x	
Nova Vida		x						x	x
Sem cooperativa	x			x	x	x			

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Percebe-se que 4 feirantes são associados a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Criciúma - Nosso Fruto; 3 são associados a Cooperativa Familiar de Produção Agrícola Nova Vida, destes 2 também estão associados a Cooperativa Nosso Fruto; e 4 não são associados a nenhuma cooperativa.

Foi verificado, ainda, às cidades onde os agricultores vivem e produzem os seus alimentos, ilustradas no Quadro 4.

Quadro 4 – Município de origens dos feirantes

Cidade	Banca 01	Banca 02	Banca 03	Banca 04	Banca 05	Banca 06	Banca 07	Banca 08	banca 09
Criciúma		x	x	x		x	x	x	
Maracajá									x
Nova Veneza	x								
Forquilha					x				

Fonte: Dados da pesquisa (2019)



Nota-se que a maioria (6 agricultores) pertence ao município de Criciúma. As demais famílias, pertencentes aos municípios de Forquilha, Maracajá e Nova Veneza, foram convidadas a participar da Feira de Agricultura Familiar de Criciúma.

Com a pesquisa evidenciou-se que a maioria dos agricultores não sabe descrever como é realizada a formação de preços de venda dos seus produtos. Além disso, eles não realizam controle e planejamento em relação aos produtos comercializados. Esses resultados corroboram como o entendimento de Martin *et al.* (1994), Mazetto *et al.* (2012), Weiss (2015) e Braum, Martini e Braun (2013) que afirmam que há carência no gerenciamento dos custos das propriedades rurais.

Foram identificadas outras necessidades por parte dos agricultores, como informações sobre o e-Social, questões burocráticas para a emissão de notas fiscais, regulamentações para a comercialização dos produtos, questões pertinentes à vigilância sanitária e legislações dos produtos fabricados a base de aves, suínos e derivados do leite.

4.4 Desdobramento das atividades do projeto para o segundo ano

Ao final do primeiro ano de execução do projeto de extensão Gestão de Custos na Agricultura Familiar foi realizada reunião que ocorreu na segunda quinzena de julho de 2019 entre a equipe extensionista e as entidades parceiras para avaliação do projeto e planejamento das futuras ações. Participaram da reunião, representando as entidades parceiras, o responsável pela vigilância sanitária e o engenheiro agrônomo do município de Criciúma, e o engenheiro agrônomo da Epagri.

Ficou estabelecido para o desdobramento do projeto continuar as intervenções mensais com a comunidade, participando da Feira da Agricultura Familiar de Criciúma; agendar reuniões com representantes das Cooperativas Nosso Fruto e Nova Vida, no intuito de colaborar com a gestão dessas organizações; e ofertar oficina de capacitação aos feirantes para planejamento e controle de custos e formação do preço de venda.

4.5 Relato dos estudantes extensionistas

Ao integrar o projeto, os extensionistas tiveram a oportunidade de participar de reuniões que trouxeram à discussão a carência dos agricultores familiares sobre a gestão de custos nas propriedades rurais. A leitura de artigos, capítulos de livros e trabalhos de conclusão de curso (TCC) sobre a temática também contribuíram para aprofundamento do tema. Com base nisso foi elaborado questionário com o objetivo de identificar o perfil dos agricultores familiares e as necessidades e dificuldades destes em relação a gestão de custos.

Com a interação na comunidade, oportunizada na Feira da Agricultura Familiar de Criciúma, foi possível perceber que as tarefas cotidianas dos agricultores familiares não são fáceis e demandam muito tempo. De modo geral, eles acabam utilizando seu tempo, quase que totalmente, para o desenvolvimento das tarefas operacionais, não apresentando disponibilidade para se dedicarem a gestão da propriedade.

Além disso, com o primeiro contato com a comunidade por meio da aplicação do questionário, foi possível perceber que os agricultores apresentam certo receio de exporem seus dados à equipe extensionista. Esse fato, de certa forma, acaba prejudicando a execução do projeto que necessita de dados sobre a produção e venda para poder desenvolver instrumento que auxiliem os agricultores na gestão de suas propriedades.

Por outro lado, quando se consegue a confiança de alguns desses agricultores, é possível desenvolver as tarefas de maneira mais fácil, pois eles passam a enxergar o grupo como pessoas amigáveis e a relatar suas dificuldades e expectativas. Esse fato contribui para que o trabalho do estudante extensionista torna-se mais gratificante, por conseguir executar e cumprir os objetivos do projeto.



Além disso, a experiência que o extensionista vivencia no tempo em que se dedica ao projeto é única, pois são proporcionados momentos incríveis e de extrema importância na formação profissional e pessoal dele. O acadêmico que participa da pesquisa e extensão se diferencia dos outros em questão de conhecimento porque durante esse tempo, que ele passa na universidade e comunidade, aprende com as pesquisas científicas e ainda pode colocar em prática o conhecimento adquirido. Isso torna o ensino muito mais efetivo, pois permite comparar a teoria com a prática, contribuindo para seu aprendizado, como também, possibilita que tenha mais facilidade de aprender os conteúdos em sala de aula por ter mais contato com as práticas de sua área.

5 Conclusão

Esse artigo tem o objetivo de relatar a experiência de extensão ocorrida no primeiro ano de execução do projeto Gestão de Custos na Agricultura Familiar, com período de abrangência de dois anos.

O primeiro semestre de execução foi norteado pela integração de equipe que é constituída com uma abordagem interdisciplinar, ao passo que envolve docentes e discentes os cursos de Ciências Contábeis e Engenharia de Produção. Em seguida ocorreu o planejamento das ações, que iniciou com capacitação dos estudantes bolsistas para elaboração de pesquisas bibliográficas visando melhor compreensão sobre o assunto, e reuniões entre a equipe de extensionistas.

No segundo semestre ocorreu a intervenção na comunidade, que passou por um processo de mudança de público alvo em virtude das dificuldades de contatar a COONAFOR. Dessa forma, passou-se a desenvolver o projeto junto aos feirantes que participam da Feira da Agricultura Familiar da Prefeitura Municipal de Criciúma.

Com a intervenção da comunidade foi possível perceber a carência que os produtores rurais apresentam em relação à gestão de custos e a falta de confiança destes na equipe do projeto. Outra dificuldade da execução do projeto é a troca constante dos estudantes bolsistas.

Para ações futuras planeja-se desenvolver capacitações relacionadas ao controle e planejamento de custos e formação do preço de venda juntos aos participantes Feira da Agricultura Familiar; e colaborar com a gestão das cooperativas Nosso Fruto e Nova Vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de Andrade. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5ª ed. São Paulo: Atlas. 174 p. ISBN 85-224-2965-0.

BEUREN, I. M. *et al.* **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. 195 p. ISBN 978-85-224-4391-8.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 01 mai. 2019.

BRAUM, L. M. dos S. MARTINI, O. J. BRAUN, R. S. Gerenciamento de custos nas propriedades rurais: uma pesquisa sobre o uso dos conceitos da contabilidade de custos pelos produtores. 2013. 16 f. **XX Congresso Brasileiro de Custos** – Uberlândia, Minas Gerais, 2013. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/35/35>> Acesso em: 29 abr. 2018



CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C. Custos: um desafio para a gestão no agronegócio. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 1999. . Disponível em: <file:///C:/Users/labcp/Downloads/3134-3134-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019

Censo agropecuário 2006: agricultura familiar: primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2006. 267 p. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 25 mar. 2018.

ESTEVAM, D. de O.; LANZARINI, J. J. S. SALVARO, G. I. J. O custo operacional das cooperativas descentralizadas da Região Sul de Santa Catarina. **REVISTA DE CONTABILIDADE DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UERJ**, v. 20, n. 1, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/labcp/Downloads/2864-6609-2-PB.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 10ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010. 370 p. ISBN 978-85-224-5940-7.

MARTIN, Nelson B. *et al.* Custos: sistema de custo de produção agrícola. **Informações Econômicas**, v. 24, n. 9, p. 97-122, 1994. Acesso em: 28 agost. 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Métodos quantitativos e qualitativos: Métodos qualitativos. In: RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Cap. 5. p. 1-301.

VIEIRA FILHO, J. E. R. Heterogeneidade estrutural da agricultura familiar. In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. **Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade**. Brasília: Ipea, 2017. Cap. 7, p. 305.

WEISS, C. Mensuração de custos e rentabilidade implícita das propriedades tabaqueiras do sul do Brasil. **Custos e @gronegócio on line** - v. 11, n. 3 – Jul/Set – 2015. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero3v11/14%20tabaqueira.pdf>> Acesso em 28 abr. 2018

Fonte financiadora: Edital nº 101/2018 - Processo de Seleção de Projetos de Extensão da PROACAD - Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias.



9746595 - GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS ASSOCIADOS A COOPAFI

Rosilane Rosa Duarte, João Carlos Mota Patrício, Michele Domingos Schneider, Ricardo Pieri, Volmar Madeira

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O movimento do cooperativismo tem se firmado na atualidade, como alternativa para pequenos agricultores, na busca de auxílio e orientações para atividades de gestão, compra, venda e meios de produção dos produtos e serviços. O presente trabalho tem como objetivo evidenciar a evolução do projeto de extensão denominado “Assessoria na gestão, capacitação empresarial e empreendedorismo para os empreendimentos da agricultura familiar do município de Içara, filiados à COOPAFI - Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara”. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva e estudo de caso multicaso. Foram realizadas visitas quinzenais aos cooperados para analisar a evolução dos resultados e atender as suas demandas. Como resultados são apresentados o diagnóstico realizado nos empreendimentos atendidos pelo projeto e sua evolução durante o assessoramento realizado, com base nas necessidades de auxílio. Apresentou-se os recursos utilizados para a realização das mudanças sugeridas, assim como as dificuldades encontradas durante o processo de conhecimento dos empreendimentos, como fragilidades na definição de estratégias de curto, médio e longo prazo e a falta de controles gerenciais.

Palavras-chave: Cooperativa, Coopafi, Agricultura Familiar, Projeto, Extensão.

1 Introdução

Santa Catarina é considerado um dos estados com o maior número de cooperados no Brasil, parte dessas cooperativas são de produção agrícola familiar (BOESCHE, MAFIOLETTI, 2008). Içara, por ser um município interiorano possui um considerável número de famílias agrícolas, o que a torna um campo fértil para o desenvolvimento de cooperativas, para auxiliá-los na comercialização e legalização dos resultados de suas produções (IBGE, 2019). Foi neste contexto que a Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara - COOPAFI foi criada, com o intuito de auxiliar esses agricultores, e faz parte do sistema União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES, que reúne cooperativas de agricultura familiar de todo Brasil.

A COOPAFI é uma cooperativa de agricultores familiares de natureza civil sem fins lucrativos e tem por missão promover o desenvolvimento sustentável das famílias rurais através da produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de seus produtos. Foi fundada em 2005 por 21 agricultores e hoje conta com 110 associados. Atualmente a cooperativa é presidida pelo agricultor Jairo Manoel da Silveira que juntamente com o conselho de administração e fiscal realiza os trabalhos com o objetivo de produzir e comercializar os produtos de origem animal, vegetal e agroecológicos das famílias de agricultores associados a cooperativa como intermediário ao mercado convencional e institucional dentro das recomendações técnicas de higiene, recomendadas pelas entidades de assistência técnica e fiscalização. A COOPAFI é responsável pelo gerenciamento de unidades familiares de beneficiamento e transformação de fruta, cereais, produção de pães, bolachas, doces, produtos lácteos (registrado no serviço de inspeção municipal) atende 16 agroindústrias de beneficiamento de diversos produtos de origem animal e vegetal disponibilizando responsável técnico e contabilidade.



Como a maioria dos produtores são pequenos empresários da agricultura familiar, um grupo de professores e alunos da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) juntamente com a COOPAFI organizaram um projeto de extensão intitulado: Assessoria na gestão, capacitação empresarial e empreendedorismo para os empreendimentos da agricultura familiar do município de Içara, filiados à COOPAFI. Com o objetivo de promover ações de assessoria na gestão, capacitação empresarial e de empreendedorismo aos empreendimentos da agricultura familiar do município de Içara, filiados à COOPAFI com foco no empreendedorismo turístico, rural e religioso.

O objetivo do presente estudo é apresentar os resultados do primeiro ano do projeto de extensão Assessoria na gestão, capacitação empresarial e empreendedorismo para os empreendimentos da agricultura familiar do município de Içara, filiados à COOPAFI.

2 Referencial Teórico

A definição de cooperativa segundo McPherson, (1995) surge após vários conceitos criados tentando explicar sua constituição. O conceito mais abrangente surge quando a ACI (Aliança Cooperativa Internacional), durante o XXXI Congresso, realizado em Manchester, elaborou a seguinte definição, segundo McPherson, (1995, p. 24) “[...] Uma cooperativa é uma associação de pessoas que estão unidas de forma voluntária para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum mediante uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática [...]”.

Segundo Singer (2001, p.101) o capitalismo como nós o conhecemos nos dias atuais “[...] exige ‘alguma’ competição, a livre competição do grande número é substituída pela competição oligopólica (poucos vendedores) ou oligopsônica (poucos compradores) [...]”. Já no capitalismo contemporâneo, “[...] a competição fundamental que ocorre é entre empresas gigantes ou multi-empresas transnacionais[...] “. Mas, no doméstico a dispersão continua a regra. “[...] Os compradores dos bens e serviços finais (destinados à satisfação direta de necessidades ou desejos humanos) vão ao mercado às dezenas de milhões, individualmente [...] “, esses compradores são forçados a escolher entre poucas marcas disponíveis no mercado que, oferecem produtos do mesmo padrão e com preços muito semelhantes.

Singer (2001, p.108) também nos diz que “[...]O principal campo de ação solidária das cooperativas já consolidadas é para fora. As suas sobras (‘lucros’) são em geral reinvestidas integralmente tendo em vista gerar novas fontes de trabalho e renda dentro da própria empresa ou sob a forma de novas cooperativas[...] “. Este exercício intercooperativo é uma peça vital para o crescimento das empresas solidárias. O desafio do mercado para à empresa capitalista é ou cresce ou perece, vale também para as cooperativas e demais organizações solidárias.

Ayres (2015) diz que “[...]a universidade só cumpre plenamente seu papel social se conseguir um bom equilíbrio entre essas três vertentes – pesquisa, ensino e extensão. [...]” Através de um projeto de extensão o acadêmico faz a transição da vida universitária para a profissional de uma forma mais suave, “[...]pessoas que produzem, ensinam e aprendem os saberes e as técnicas nas universidades em contato com as pessoas diretamente interessadas nos seus benefícios, ressignificar e enriquecer continuamente os saberes da universidade com os saberes e experiências da vida cotidiana[...]”.

3 Metodologia

Trata-se de um estudo de caso, multi-caso, pesquisa descritiva e de campo, com abordagem qualitativa. O estudo foi realizado no período de 08/2018 a 06/2019 e envolve a descrição dos procedimentos realizados e resultados obtidos no primeiro ano do projeto de extensão e os principais resultados e envolveu três cooperados da COOPAFI.



O objeto de estudo é o projeto de extensão e as ações desenvolvidas ao longo do primeiro ano.

4 Experiência de Extensão

4.1 Apresentação do projeto de extensão

O projeto de extensão, Assessoria na gestão, capacitação empresarial e empreendedorismo para os empreendimentos da agricultura familiar do município de Içara, filiados à COOPAFI, foi aprovado no edital de fomento 101/2018 promovido pela Pró-reitoria Acadêmica (PROACAD) e diretoria de extensão, cultura e ações comunitárias da Unesc. Iniciou suas atividades em 08/2018 e foi constituído com objetivo geral de promover ações de assessoria na gestão, capacitação empresarial e de empreendedorismo com foco no empreendedorismo turístico, rural e religioso. Seus objetivos específicos: Criar rotina e cronograma de assessoria; revisar o plano estratégico, operacional e de marketing dos empreendimentos, e planos de ação, fazendo as adequações; revisar as projeções econômico-financeiras do empreendimento; realizar levantamento das necessidades de capacitação dos empreendedores; estabelecer indicadores de controle do negócio; acompanhar o desenvolvimento os empreendimentos da agricultura familiar. O público atendido compreende associados da COOPAFI.

As ações iniciaram com reuniões com o presidente da COOPAFI para explanação do projeto, seus objetivos e potencialidades. Num segundo momento, o presidente da COOPAFI mobilizou os associados para identificar as demandas e necessidades dos associados que fossem condizentes com os objetivos do projeto. Desta forma, foi realizada uma reunião envolvendo COOPAFI, associados interessados, professores e acadêmicos ligados ao projeto de extensão, o que gerou as primeiras demandas de atuação.

Foi realizado um diagnóstico preliminar com os empreendimentos Di Fiore Café, Calegari Carnes e Embutidos e Jeniane Produtos Orgânicos. Com objetivo de analisar a gestão dos proprietários rurais por meio de observação sistemática. A partir deste diagnóstico preliminar, acadêmicos e professores foram organizados em pequenos grupos para realizar os atendimentos aos cooperados in loco. A seguir são apresentados os relatos dos atendimentos e direcionamentos definidos para cada associado da COOPAFI atendidos pelo projeto de extensão:

4.2 RELATO DE CASO DIFIORÉ CAFÉ

Di Fiore Café é um café colonial, localizado próximo ao Santuário Sagrado Coração de Jesus em Içara. É um empreendimento novo, iniciou as atividades em 24 de março de 2019, foi criado através de um plano de negócios elaborado pela Epagri, para obtenção de financiamento e implantação do empreendimento. O modelo de negócio implantado e executado, até o momento vem apresentando bons resultados. Um ambiente familiar, onde trabalha o proprietário Luiz Fernando Burigo, seus pais e irmã, também a sua namorada e outros familiares. Empresa está legalizada e registrada e conta com contador terceirizado.



Figura 01 – Imagens Di Fiore Café



Fonte: Instagram da empresa

Nas características operacionais do negócio identificou-se que a maioria dos produtos da empresa são de produção própria, outros produtos são terceirizados por outros cooperados da COOPAFI. Espaço agradável, ambiente familiar, localização privilegiada e segmento com pouca concorrência na região. Está localizada as margens da Rodovia Içarense que liga o município ao santuário Sagrado Coração de Jesus, o qual foi inaugurado em 2017, e se tornou a segunda maior igreja do estado de Santa Catarina, construído em um terreno de 13,5 hectares que acolhe praças, caminhos e demais edificações. Devido à proximidade com o Santuário, surgiu a ideia do negócio, e a oportunidade de atender os romeiros que visitam o santuário.

Com relação a análise dos custos e finanças, ainda sem possibilidade de avaliação devido abertura recente (março/2019), com atendimento somente aos sábados e domingos, mas na opinião de Luiz, superou as expectativas.

Em se tratando da análise de divulgação, vendas e inovação foram identificados os seguintes aspectos. A respeito de divulgação, a empresa desenvolveu folders que foram distribuídos no comércio local e na Unesc, utilizam-se das redes sociais para divulgação e promoção. Foi sugerido então, ações de sorteio para captação de contatos para eventuais promoções da casa, como divulgar novos eventos, pois pensam em inovar com a noite das sopas ou a noite da minestra, eventos que precisam ser bem divulgados, pois ampliaria os dias de atendimento da casa.



Figura 02 – Ação promocional Di Fiore Café



Fonte: Instagram da empresa

Com relação aos resultados e controles a empresa possui controle, porém os resultados ainda não podem ser mensurados, devido ao pouco tempo de atividade da empresa. Possui um sistema informatizado para a gestão e controle do negócio, incluindo controle de compras e vendas.

A partir destes elementos, foi realizado a análise do ambiente interno e externo da empresa.

4.2.1 Análise do Ambiente Interno

Na análise do ambiente interno da empresa, são identificados pontos fortes e pontos fracos, que são situações onde a empresa pode atuar e mudar.

Quadro 01 – Análise do ambiente interno

Pontos fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura • Localização • Equipe de trabalho • Empresa Familiar • Variedade cardápio • Negócio diferenciado para região • Sistema informatizado de gestão • Eventos 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexperiência no negócio • Poucas horas de atendimento • Não abertura para almoço

Fonte: dados da pesquisa

4.2.2 Análise do Ambiente externo

Na análise do ambiente externo, são identificadas oportunidades e ameaças para a empresa, onde ela não pode influenciar, mas aproveitar ou se defender utilizando-se dos seus pontos fortes.



Quadro 02 – Análise do ambiente externo

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Pouca concorrência • Ponto Turístico (Santuário) • Cooperativismo • Valorização da Agricultura Familiar pela comunidade • Maior procura por alimentos saudáveis / orgânicos • Busca por produto direto do produtor • Vigilância Sanitária 	<ul style="list-style-type: none"> • Crise econômica • Concorrência • Vigilância Sanitária

Fonte: dados da pesquisa

4.2.3 Ações desenvolvidas

Partir-se para a identificação das necessidades apontadas pelo empreendedor:

- Levantamento de custos
- Forma de cadastro ou telefone clientes
- Divulgador para as redes sociais
- Muita sobra de produtos na mesa

De posse das informações do diagnóstico, nas análises de ambiente interno e externo e do apontamento das necessidades do empreendedor, foram apresentadas as alternativas de possibilidades de:

- Implementação de Ficha Técnica para a padronização dos produtos
- Identificação dos custos
- Implantação de Controle de Custos
- Utilização de planilha de cálculo de custos para o acompanhamento dos custos
- Sugestão de cadastro de clientes
- Sugestões de ações promocionais para ampliação da divulgação
- Sugestões de marketing e propaganda.

4.3 RELATO DE CASO CALEGARI

A agroindústria “Calegari Carnes e Embutidos” é uma empresa associada a (COOPAFI), localizado na Rodovia SC 445 Km 73, foi inaugurado em 29 de outubro de 2016. O projeto da agroindústria contou com um plano de negócios elaborado pela EPAGRI para a obtenção de financiamento e implantação do empreendimento vinculado a Sra. Anair Sartor Calegari, possuidora do registro de agricultora.

O ambiente é familiar, administrado pelo Sr. Evanir Calegari (filho da Sra. Anair) e sua esposa, Sra. Rita de Cássia Ferreira. Conta ainda, com auxílio de uma terceira pessoa na parte operacional em dois dias da semana. O modelo de negócio implantado e executado, até o momento vem apresentando bons resultados com a industrialização e comercialização de cortes de carnes de suínos, salame, linguiça, morcilha, banha, torresmo, miúdos de suínos, etc.



Figura 01- Imagem produtos Calegari Carnes e embutidos



Fonte: Facebook da empresa

Empresa legalizada e registrada. É assessorada pela COOPAFI para emissão de notas fiscais e qualquer outra documentação ou exigências da vigilância sanitária e/ou outros órgãos públicos ou privados.

De acordo com sua característica operacional a agroindústria “Calegari Carnes e Embutidos” tem como base a compra de “carcaças de suíno” de frigorífico da região e o seu fracionamento, ou seja, o corte e separação das carnes, ossos, toucinhos e para assim realizar a elaboração de seus produtos, tais como: cortes de carnes de suínos, salame, linguiça, morcilha, banha, torresmo, miúdos de suínos, etc. para comercialização. Além desses produtos, também comercializa queijos e ovos de outros associados da cooperativa e outros produtos de terceiros.



Figura 02 – Preparação de cortes



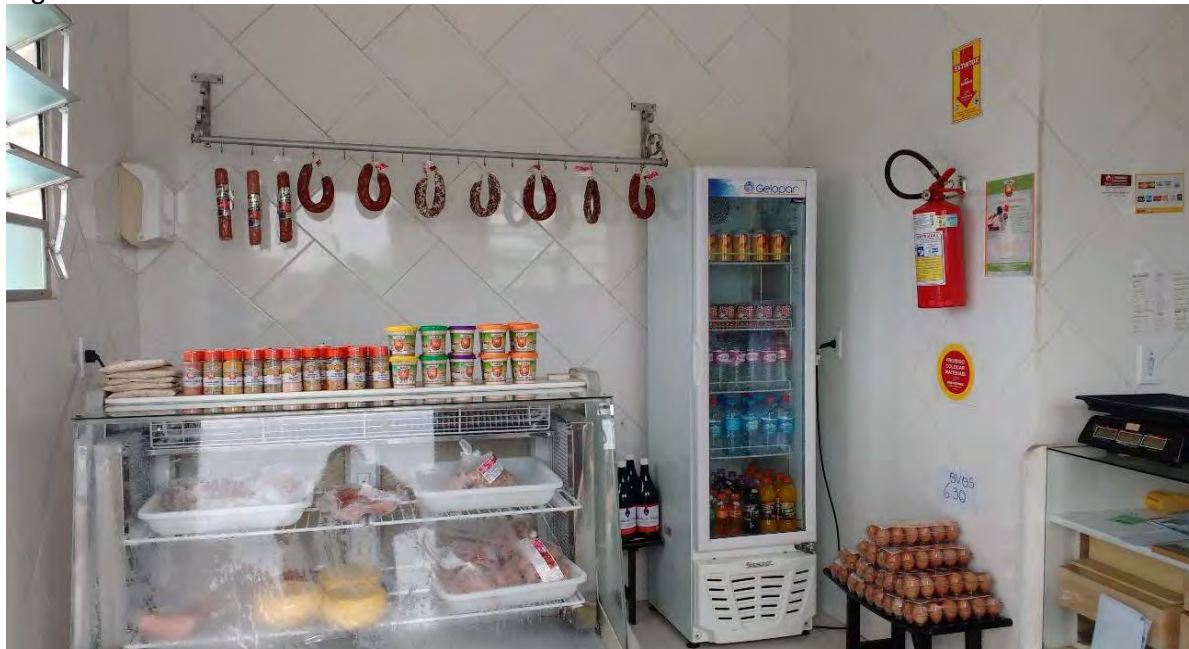
Fonte: Facebook da empresa

O controle de custos e finanças é realizado com base nas anotações das entradas e saídas do caixa, avaliando o que foi comprado e vendido durante a semana. Com estes dados é projetado as compras da semana seguinte, e com relação aos custos, de tempo em tempos, é realizado o levantamento dos custos das carcaças de suíno e o resultado financeiro obtido, para avaliar a rentabilidade da operação.

Em se tratando da análise de divulgação, vendas e inovação foram identificados os seguintes aspectos: eles fazem uso de cartão de visita e de algumas divulgações em redes sociais (WhatsApp e Facebook), já fizeram divulgação em uma rádio local, concluíram que tiveram retorno pelo número de pessoas que comentaram, mais não mensuraram o tamanho do retorno. As vendas ocorrem no próprio local de terça a sábado e realizam entregas de produtos para as escolas Estaduais (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE). E, no aspecto inovação, pretendem ampliar a área de vendas por considerarem pequena, no momento não se interessam em ampliar a linha de produtos comercializada.



Figura 03- Área de vendas



Fonte: Do extensionista.

De acordo com os resultados e controles, eles possuem um caderno de entrada e saída, onde ficam registrados todos os movimentos de mercadoria, inclusive o que é consumo da família é registrado como retirada dos sócios. Importante ressaltar que eles separam tudo que é conta da empresa e conta pessoal. No final do mês é apurado o resultado, em relação as entradas e saídas do fluxo de caixa e, segundo o Sr. Evanir, os resultados estão dentro do esperado, apesar da baixa que tem ocorrido em alguns meses. Apesar disto, conseguem manter em dia os pagamentos dos fornecedores e do financiamento realizado para implantação do negócio.

A partir destes elementos, foi realizado a análise do ambiente interno e externo da empresa.

4.3.1 Análise do Ambiente Interno

Na análise do ambiente interno da empresa, são identificados pontos fortes e pontos fracos, que são situações onde a empresa pode atuar e mudar.



Quadro 01 – Análise do ambiente interno

Pontos fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Controle de entrada e saída • Equipe de trabalho • Empresa Familiar • Controle Sanitário • Registros legais • Uso de redes sociais • Linha de produtos • Associado à COOPAFI • Instalações • Processo produtivo • Localização 	<ul style="list-style-type: none"> • Controle e registro mais detalhados • Cadastro dos clientes • Linha de produtos • Fornecedor único • Propaganda e Publicidade • Informatização dos controles • Layout da área de venda • Localização

Fonte: dados da pesquisa

4.3.2 Análise do Ambiente Externo

Na análise do ambiente externo, são identificados oportunidades e ameaças para a empresa, onde ela não pode influenciar, mas aproveitar ou se defender utilizando-se dos seus pontos fortes.

Quadro 02- Análise do ambiente externo

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar • Cooperativismo • Busca por produtos menos industrializados. • Busca por produtos direto do produtor. • Valorização das cooperativas familiares pela sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concorrentes • Vigilância sanitária • Produtos Industrializados

Fonte: dados da pesquisa

4.3.3 Ações desenvolvidas

De posse das informações do diagnóstico, nas análises de ambiente interno e externo e do apontamento das necessidades do empreendedor, foram apresentadas as alternativas de possibilidades de:

- Implementação de Ficha Técnica para a padronização dos produtos
- Implantação de Controle de Custos
- Sugestão de Informatização
- Sugestão de cadastro de clientes e fornecedores



- Sugestões de modernização da comunicação visual da empresa
- Sugestões de marketing e propaganda para captação de clientes
- Mudança do layout da área de vendas
- Realizado projeto arquitetônico da área de vendas

4.4 RELATO DE CASO JENIANI PRODUTOS ORGANICOS

Empresa de produtos orgânicos, associada a Cooperativa da Agricultura Familiar (COOPAFI), localizada na Vila Alvorada no município de Içara. Se deu o início das atividades em 2014, tendo seus proprietários Jeniani Candido Rabelo e seu esposo. Seus produtos são legumes, verduras e frutas orgânicas.

Figura 01- Plantação



Fonte: do extensionista

Empresa registrada e associada a cooperativa que é responsável pela emissão de notas fiscais, assessoria contábil e qualquer outro tipo de documentação. As características da operação são as compras de mudas, adubação e revenda sem adição de agrotóxicos.

Quanto ao controle de custos e finanças não existe um controle formal, a formulação do preço se dá pelos custos de insumos, mão de obra, margem de lucro e o preço das mudas utilizadas, sem mensurar os custos variáveis como: transporte, embalagens e divulgação que acabam não sendo inclusos na formulação do preço. Também não é feita a dedução das perdas. Nas finanças também não possuem um registro formal documentado.

Em se tratando da análise de divulgação, vendas e inovação foram identificados os seguintes aspectos: possui uma boa divulgação através da cooperativa, com página em site da feira e divulgação em rádio. Vendas através das feiras que participam, nas quartas, sextas e sábados, vendas em casa e entrega semanal para o PNAE. A maneira que acharam para inovar foi a criação de um novo segmento, a plantação de maracujá e a panificação de produtos sem glúten e sem lactose.



De acordo com os resultados e controles não possui controle formal de qualquer tipo de operação (financeiro, fornecedor, clientes, estoque). Não separam o que é da empresa com o que é pessoal e o resultado é avaliado apenas pelo extrato bancário, mas não possuem nenhum tipo de fluxo de caixa.

A partir destes elementos, foi realizado a análise do ambiente interno e externo da empresa.

4.4.1 Análise do Ambiente Interno

Na análise do ambiente interno da empresa, são identificados pontos fortes e pontos fracos, que são situações onde a empresa pode atuar e mudar.

Quadro 01- Análise do ambiente interno

Pontos fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Produtos frescos • Mix de produtos • Clientes fixos • Empresa Familiar • Associado a COOPAFI 	<ul style="list-style-type: none"> • Controle e registro formal • Cadastro de clientes • Cadastro de fornecedores • Gestão do negócio • Redes sociais (propaganda e publicidade)

Fonte: dados da pesquisa

4.4.2 Análise do Ambiente externo

Na análise do ambiente externo, são identificadas Oportunidades e Ameaças para a empresa, onde ela não pode influenciar, mas aproveitar ou se defender utilizando-se dos seus Pontos Fortes.

Quadro 02- Análise do ambiente externo

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Vendas em feiras • Procura por produtos orgânicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Crise financeira • Adversidades de estação climática • Concorrência • Questões sanitárias

Fonte: dados da pesquisa

4.4.3 Ações desenvolvidas

Partir-se para a identificação das necessidades apontadas pelo empreendedor:

- Levantamento de custos
- Criação de Marca



De posse das informações do diagnóstico, nas análises de ambiente interno e externo e do apontamento das necessidades do empreendedor, foram apresentadas as alternativas de possibilidades de:

- Implementação de Ficha Técnica para a padronização dos produtos
- Identificação dos custos
- Implantação de Controle de Custos
- Implantação de controle financeiro

4.1 Desdobramentos das práticas de extensão

Os desdobramentos da experiência de extensão, foram muito importantes tanto para os extensionistas, quanto para os associados da cooperativa beneficiados pelo projeto. Através dessa interação, pode-se conhecer a realidade de cada empreendimento e as fragilidades na gestão.

Através das visitas realizadas aos estabelecimentos dos cooperados do projeto, houve a interação da realidade dos negócios e com essas informações foi realizado um diagnóstico onde foi identificado a necessidade de cada empreendimento, e entender qual seria o trabalho a ser desenvolvido em cada empresa.

Algumas etapas foram realizadas na universidade, onde foi possível elaborar um estudo de caso, para cada empreendimento atendido, chegando assim aos pontos fracos e fortes de cada um, e dessa forma trabalhando esses pontos que precisariam ser melhorados, para com isso ter uma visão completa de cada negócio e apresentando soluções para cada problema encontrado.

Não foi possível dar continuidade a um dos projetos, por falta de disponibilidade dos proprietários para atender aos extensionistas. Foram feitas muitas tentativas para agendamento das visitas para continuidade dos trabalhos, porém, não se obteve retorno por parte da associada Jeniani Candido Rabelo.

Do ponto de vista da contribuição da extensão para com a formação dos estudantes, ficou clara uma mudança comportamental nos participantes do projeto, fazendo com que eles obtivessem um maior entendimento organizacional, uma oportunidade de associar a teoria à prática, dentre outros, os tornando mais aptos para o mercado de trabalho.

5 Conclusão

Cooperativismo deixa de ser só um modelo de negócio, e passa a ser uma filosofia de vida, buscando melhores oportunidades no coletivo, fazendo o ser humano entender que, pensando no bem de todos ele estará pensando em si próprio, pois visa uma melhor qualidade de vida para todos. Mostrando que é possível sim unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo. Pois é isso que o cooperativismo nos mostra, que o trabalho coletivo traz muitos benefícios para todos. Onde as pessoas se juntam em torno de um mesmo objetivo, em uma organização onde todos são donos do próprio negócio.

Enfrentando muitas dificuldades, 21 agricultores Içarense, criaram a COOPAFI em 2005, para juntos unirem forças em prol de um bem comum para todos. E que hoje já conta com mais de 100 associados da agricultura familiar de Içara. A COOPAFI é responsável pelo gerenciamento de unidades familiares de beneficiamento e transformação de fruta, cereais, produção de pães, bolachas, doces, produtos lácteos (registrado no serviço de inspeção municipal) atende 16 agroindústrias de beneficiamento de diversos produtos de origem animal e vegetal disponibilizando responsável técnico e contabilidade.

Partindo deste contexto o objetivo do presente estudo é apresentar os resultados do primeiro ano do projeto de extensão "Assessoria na gestão, capacitação empresarial e



empreendedorismo para os empreendimentos da agricultura familiar do município de Içara, filiados à COOPAFI”.

Como resultado conclui-se como positivo, pois dos três empreendimentos atendidos, conseguiu-se realizar um bom trabalho em dois dos associados, uma vez que o terceiro desistiu por falta de tempo para o necessário atendimento aos extensionistas. Os dois que foram mantidos os atendimentos até o final desse primeiro ano, conseguiram aproveitar ideias e sugestões de melhorias ou adaptações, implantando essas sugestões com sucesso.

Encontrou-se algumas dificuldades no início, para obtermos informações, mas conforme a confiança ia se estabelecendo entre as partes, conseguiu-se colher as informações necessárias, para a conclusão do diagnóstico e a elaboração do estudo de caso de cada associado.

Conclui-se, ainda, que seria viável uma estruturação do método desenvolvido, para servir de modelo para o uso em outros empreendimentos em trabalhos desta natureza.

REFERÊNCIAS

AYRES, José Ricardo. **Extensão universitária: aprender fazendo, fazer aprendendo**. Revista de Medicina, v. 94, n. 2, p. 75-80, 29 out. 2015.

BOESCHE, Leonardo; MAFIOLETTI, Robson. **Evolução e Indicadores do Cooperativismo Brasileiro e Paranaense**. Revista Negócios e Tecnologia da Informação, Curitiba, v. 7, n. 1, p.1-15, 01 maio 2008. Disponível em: <publica.fesprr.br/index.php/rnti/issue/download/1/7>. Acesso em: 18 jul. 2019.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/icara/pesquisa/24/76693>> Acesso em: 18 jul. 2019.

SCHNEIDER, Jose Odelso; HENDGES, Margot. **Educação e Capacitação Cooperativa: sua importância e aplicação**. Esac Economia Solidária e Ação Cooperativa, São Leopoldo, v. 1, p.36-36, abr. 2006.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 16, n. 1-2, p.101-101, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 16, n. 1-2, p.108-108, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005>. Acesso em: 18 jul. 2019.

Fonte Financiadora: Programa de Projetos de Extensão UNESC



5766974 - RELATO DAS AÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO DA CONTABILIDADE SOCIAL NOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS DA AMREC.

João Vitor Fratoni, Ednelson de Souza Cardoso, Manoel Vilsoni Menegali, Jonas Scremin Brolese, Marja Mariane Feuser, Ana Paula Silva dos Santos, Leonel Luiz Pereira, Andreia Cittadin, Milla Lúcia Ferreira Guimarães

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O presente artigo relata as ações do projeto de extensão da contabilidade social nos observatórios sociais da AMREC, vinculado ao Programa de extensão e gestão contábil (PEGC). O projeto é uma ação de cunho educativo para acadêmicos e professores, com a participação da comunidade da AMREC, e transcende o ambiente tradicional de ensino, indo além da sala de aula. A atividade está vinculada à duas disciplinas: Contabilidade Pública e Planejamento e Controle da Produção. As disciplinas apresentam caráter interdisciplinar no que toca às questões de direito, cidadania e a gestão pública, ainda promovem análise e debates subsidiados nos Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais das Entidades do Setor Público. As ações tem intuito de preparar os voluntários dos Observatórios Sociais da região da AMREC e sociedade em geral para o acompanhamento do uso dos recursos públicos. A metodologia para alcançar os objetivos deste relato, se dá por meio de coleta de dados, pela observação dos participantes e pela utilização bibliográfica e documental como abordagem qualitativa, com objetivo de pesquisa descritiva. Realizou-se uma mineração de dados com a intenção de verificar os limites constitucionais do Município de Criciúma. Foram analisados os limites com saúde, educação e pessoal. Constatou-se que o Município de Criciúma apresenta um equilíbrio em suas contas, e que vem obedecendo os limites constitucionais quanto aos investimentos obrigatórios em saúde, educação e com pessoal, no período de 2016 à 2018.

Palavra-Chave: Observatório Social, Extensão interdisciplinar, Setor público.

1 Introdução

O debate nos ambientes acadêmicos, políticos e sociais, ocorrido nas últimas décadas sobre o desenvolvimento sustentável, provocou o nascimento de uma nova área

da contabilidade: a contabilidade social. Segundo Rodrigues, Alves e Silva (2018, p. 25) “atualmente este continua a ser um tema emergente, assim como, as condições em que os seus resultados são divulgados às partes interessadas, para além do detentor do capital.” Para Kroetz (1999), a contabilidade social é uma especialização ciência contábil, com instrumentos metodológicos, que visa mensurar os efeitos das organizações sobre a sociedade.

O Observatório Social (OS) é uma organização não governamental, apartidária, sem fins lucrativos que, de forma colaborativa, visa acompanhar os gastos públicos e promover diversas atividades em atendimento aos programas idealizados pela rede do Observatório Social do Brasil (OSB). Para Maia (2010), os observatórios são organizações independentes (ONGs) que foram constituídas a partir de iniciativas autônomas da sociedade, com a incumbência de acompanhar os gastos e as contas públicas, totalmente desvinculadas de qualquer ambiente de poder ou centro de influência normativa.

Os trabalhos de análise das contas públicas necessitam da disponibilidade das informações, indispensáveis para os pesquisadores na identificação e no diagnóstico da administração pública. Esses relatórios são importantes na busca de evidências probatórias de improbidade administrativa. A transparência destas informações é prevista por mecanismos legais



como a Lei complementar 131, de 27 de maio de 2009, que se refere à transparência em tempo real sobre a execução orçamentária da união, estados e municípios (BRASIL, 2009).

O Projeto Contabilidade Social, tem por objetivo subsidiar os voluntários dos OS da região da AMREC e sociedade em geral, para o acompanhamento de como está o uso dos recursos públicos. O Observatório Social é uma organização não governamental, apartidária, sem fins lucrativos que, de forma colaborativa, visa acompanhar os gastos públicos e promover diversas atividades em atendimento aos programas idealizados pela rede do OSB (OSB, 2019).

Diante dos apontamentos supracitados, este artigo tem como objetivo geral apresentar um relato das ações do projeto de extensão em Contabilidade Social nos observatórios sociais da AMREC. Como objetivos específicos pretendem-se: a) apresentar projeto de extensão; b) criar um fluxograma da mineração de dados; c) apresentar os resultados das coletas dos dados.

2 Fundamentação Teórica

Com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o tema estudado, desenvolveu-se a pesquisa bibliográfica trazendo os temas: Contabilidade Social, Extensão e Observatório Social. Esses temas abordam o significado do controle social, a importância dos Observatórios Sociais para a promoção da transparência e, a qualidade na aplicação dos recursos públicos.

2.1 CONTABILIDADE SOCIAL

A contabilidade social é a contabilidade que “congrega instrumentos de mensuração capazes de auferir o movimento da economia de um país num determinado período de tempo” (PAULINI, BRAGA, 2012, P. 4).

A abordagem social já era debatida por grandes pensadores como Marco Aurélio 161 a 180 da era cristã, admitia-se que as relações humanas se desenvolviam, eram necessárias aplicações de estudos na compreensão das relações intersubjetivas. A ciência da contabilidade está diretamente ligada às relações humanas pois sofre e recebe influências sociais, por seu patrimônio, que está inserido na sociedade gerando interferências sociais e ambientais (LOPES DE SÁ, 1998).

Na Contabilidade Social, busca-se a causa e efeito da circulação da riqueza entre a entidade e a sociedade. Esses impactos sociais necessitam de uma mensuração que represente em números. Cada órgão público utiliza métodos e procedimentos diferentes para demonstrar as informações, dificultando a transparência e o comparativo das contas públicas (SILVA; RODRIGUES; JORGE, 1998).

2.2 EXTENSÃO

A extensão surgiu na Inglaterra do século XIX, seu principal objetivo era de mostrar novos caminhos para a sociedade, além de promover a educação continuada. Segundo Rodrigues *et al.* (2013), atualmente é utilizada pelas universidades para efetivação do seu compromisso social, proporcionando benefícios e conhecimento para a comunidade e para instituição que a faz. Ainda segundo a autora, a sociedade e a comunidade acadêmica vivenciam uma relação de benefício mútuo, fornecendo melhora na qualidade de vida dos cidadãos a partir do rompimento das barreiras da sala de aula. A extensão universitária promove a quebra da rotina da sala de aula, passando a colocar em prática o que foi aprendido anteriormente e se aproximando do mercado de trabalho, objetivando a qualidade na assistência prestada.

Para Carbonari e Pereira (2017), as funções de pesquisa, produção de conhecimentos e técnicas voltadas para as demandas da sociedade, surgiram aos poucos, dessa forma as



atividades passaram a ser exercidas além dos muros das Universidades, procurando soluções para problemas sociais por meio da extensão.

Através da extensão e da pesquisa, a sociedade recebe novos conhecimentos e tecnologias, gerando melhora na qualidade de vida da mesma.

2.3. OBSERVATÓRIO SOCIAL

Em 2003 foi criado o Movimento pela Cidadania Fiscal por meio da Sociedade Ética Responsável (SER). O surgimento de ações de empresários ligados à Associação Comercial de Maringá (ACIM) e da Federação das Associações Comerciais do Paraná (FACIAP) em 2004, confluíram para a formação do Movimento Pela Cidadania Fiscal em 2005, mesmo ano em que aconteceu a XV Convenção Estadual da FACIAP cujo tema foi “Micro e Pequena Empresa e a Cidadania Fiscal”, evento que apresentou uma série de ações da Federação nas diversas regiões do Estado, como a realização de painéis, palestras, concurso de redação e feirões do imposto (OSB, 2019; SANTOS, 2018).

A função do Observatório Social, no que tange à Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), assegura à população o direito de acesso à informação. No que diz respeito ao controle social, a Constituição favoreceu a adoção de práticas de transparência, controle e participação social na gestão pública, incorporando elementos de acompanhamento dos atos praticados pelo setor público, que podem ser exercidos por controle interno da administração pública, ou externamente pelo Parlamento com auxílio dos Tribunais de Contas e, também, pelo cidadão de forma individual ou coletiva (OBS, 2019).

Cada Observatório Social é integrado por cidadãos brasileiros que transformaram o seu direito de indignar-se em atitude: em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos. São empresários, profissionais, professores, estudantes e outros cidadãos que, voluntariamente, entregam-se à causa da melhoria da gestão pública (OBS, 2019).

3 Procedimentos Metodológicos

Os métodos e técnicas de pesquisa científica surgiram com o desenvolvimento intelectual humano, impulsionados pela observação, na tentativa de entender e descrever os acontecimentos naturais e sociais. A ciência tem como objetivo descrever os fenômenos observáveis e de experimentação, demonstrando informações na forma de probabilidade. O conhecimento gerado é objetivo e, os resultados que refletem a realidade são o comprometimento com as informações independente do pesquisador. (GIL, 2011).

Quanto ao objetivo, a pesquisa se caracteriza como descritiva (GIL 1999), pois atende ao objetivo de descrever características de determinada população. Um dos procedimentos é descrever o relato das ações do projeto de extensão contabilidade social nos observatórios sociais da AMREC.

Durante a execução da pesquisa foi aplicado o processo de observação do participante como descreve o autor Richardson (1999), o pesquisador deverá se inserir na rotina de trabalho dos pesquisados, com a presença de extensionistas no campo de pesquisa. A atividade foi aplicada ao OSB – Morro de Fumaça, de forma que o aluno pode participar de processos internos do mesmo, podendo acompanhar na prática como o município disponibiliza os dados que estão sendo estudados.

Já a mineração de dados da Prefeitura Municipal de Criciúma, ocorreu com a coleta das informações do portal de contas de Santa Catarina, disponível para consulta pública no sistema de integração de gestão E-SFINGE. Foram analisados os limites constitucionais selecionados poder/órgão executivo.



4 Apresentação E Análise De Dados

Nesta seção, apresentam-se os resultados da extensão do Projeto da Contabilidade Social nos observatórios sociais da AMREC, vinculados ao Programa de Extensão e Gestão Contábil (PEGC).

4.1. O PROJETO

O Projeto Contabilidade Social tem por objetivo preparar os voluntários dos Observatórios Sociais da região da AMREC e, sociedade em geral para o acompanhamento do uso dos recursos públicos.

A proposta deste projeto está alinhada aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Ciências Contábeis e Engenharia de Produção, sustentada pelos princípios e valores da UNESC e amparada por sua missão que é de: "Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida". O projeto é uma ação de cunho educativo para acadêmicos e professores, com a participação da comunidade da AMREC e, transcende o ambiente tradicional de ensino, indo além da sala de aula.

A atividade está vinculada à duas disciplinas: Contabilidade Pública e Planejamento e Controle da Produção, dos Cursos de Ciências Contábeis e Engenharia de Produção, respectivamente. As disciplinas apresentam caráter interdisciplinar no que tange às questões de direito, cidadania e gestão pública. Ainda promovem análises e debates subsidiados nos Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais das Entidades do Setor Público (RCPGs).

Neste contexto, o envolvimento dos acadêmicos no processo os permitirá que intensifiquem o conteúdo das disciplinas versus a prática da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) melhorando significativamente a aprendizagem.

Foram traçados os objetivos específicos para atingir o resultado planejado com os observatórios da região, apresentados na figura 1.

Figura 1-Diagrama dos objetivos específicos



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).



Os objetivos ilustrados na figura 1 foram alcançados por meio de reuniões, onde a Universidade convidou a sociedade, representada por meio dos observatórios sociais, para participar do projeto. Com isso, foram realizadas diversas reuniões levando o projeto a ser divulgado pelas mesmas mídias digitais. Esses encontros com a comunidade também promoveram fóruns, debates e afins para identificar as demandas da comunidade alvo do projeto.

4 2. EXTENSÃO

O projeto deu início às suas atividades no segundo semestre de 2018. Nos primeiros cinco meses foram realizados levantamentos bibliográficos, encontros e reuniões com os OS da AMREC e sociedade em geral para o acompanhamento do uso dos recursos públicos.

Durante a execução do projeto, alunos e professores foram capacitados para fazer o levantamento das informações por meio de mineração de dados públicos, disponibilizados em portais *on-line* pelas próprias prefeituras, esse conhecimento técnico foi repassado à comunidade e aos OS por meio de relatórios, que foram apresentados e discutidos pelos acadêmicos e sociedade em geral. Inicialmente o projeto teve o seu *start*, nos OS de Morro da Fumaça e OS de Criciúma – SC.

4 2.1. Observatório Social de Morro da Fumaça

O Município de Morro da Fumaça tem uma população estimada 17.642 habitantes, dados IBGE (2018), extensão territorial 82,818 km² IBGE (2018), IDH 0,738 IBGE (2010). N primeiro momento o projeto atendeu o Observatório de Morro da Fumaça nas seguintes atividades apresentadas no quadro 01.

Quadro 01-Atividades desenvolvidas no OS Morro da Fumaça.

Atividades OS Morro da Fumaça				
Montagem e revisão da apresentação do relatório quadrimestral	Elaboração do Check-list para análise do portal de transparência	Atualização no software monilegis	Desenvolvimento do Projeto Observatório Mirim	Comparativo do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), dos municípios da AMREC.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

As atividades desenvolvidas no observatório de Morro da Fumaça por meio do extensionista, compreendem várias atividades internas, dentre: montagem e revisão da



apresentação do relatório quadrimestre; Elaboração do Check-list para análise do portal de transparência com enfoque nas despesas da Câmara Municipal; Atualização no software Monitilegis, com informações da Câmara de Vereadores de Morro da Fumaça; Desenvolvimento do Projeto Observatório Mirin, que neste ano foi apresentado um trabalho na APEC; Comparativo do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), dos municípios da AMREC.

4 2.2. Observatório Social de Criciúma

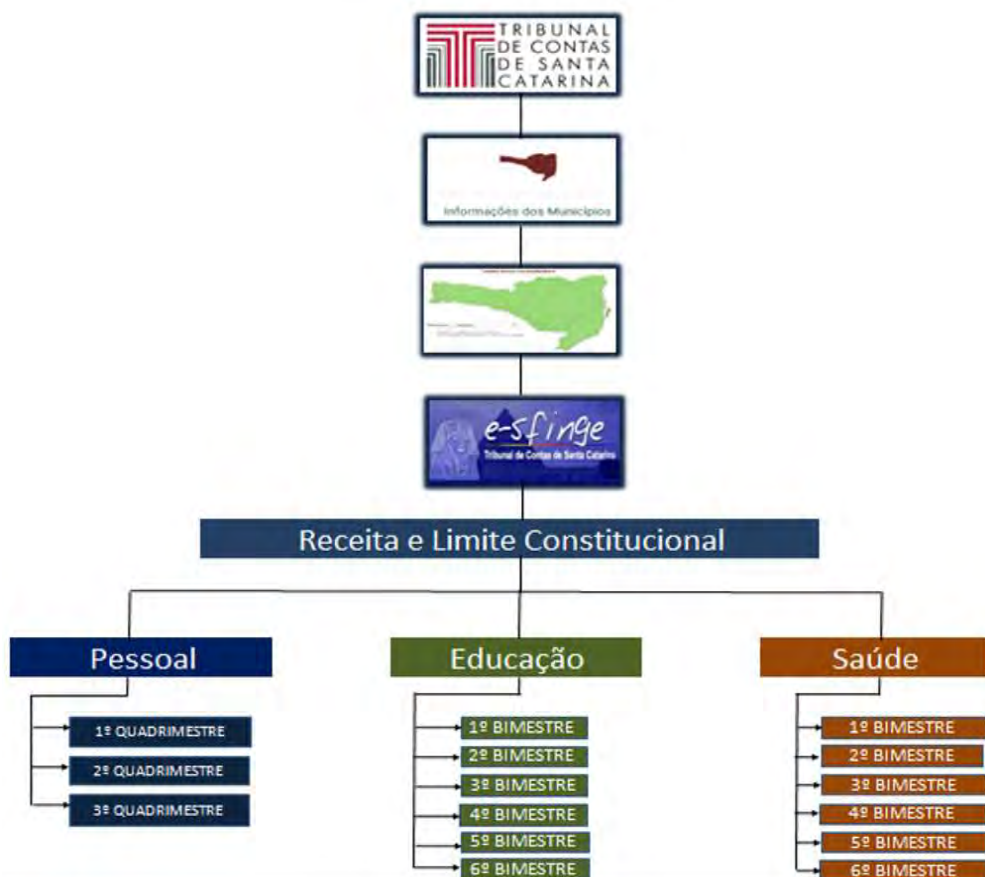
O município de Criciúma tem uma população estimada em 213.023 habitantes, extensão territorial 235,063 km², segundo dados do IBGE (2018) e, o IDH é de 0,788 segundo o último censo do IBGE em 2010.

Iniciou em meados de 2018 uma preparação para atingir os objetivos com o OS de Criciúma, dentre elas oficina metodológica, busca sistemática no site do TCE e base de dados da própria prefeitura, disponibilizada pela plataforma da Betha Sistemas. Houve conciliação das informações visando a realidade dos dados nos dois portais pesquisados. Em outubro de 2018, foi apresentado um resumo do projeto na Semana de Ciências e Tecnologia.

O objetivo do projeto no primeiro semestre de 2019, foi o de buscar e conciliar as informações contábeis nos portais do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e da Prefeitura Municipal de Criciúma.

O foco foi a análise os limites constitucionais do município, para atingir o objetivo proposto, foi realizado um fluxo de mineração de dados, apresentado na figura 2.

Figura 2-Fluxo de mineração de dados de um município de Santa Catarina



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).



Foram analisados os limites com pessoal, educação e saúde. Os resultados foram apresentados para os membros do OS de Criciúma, na Associação Comercial Industrial de Criciúma (ACIC), no dia 10 de junho de 2019.

4 2.2.1 Resultados apresentado ao Observatório Social de Criciúma

A receita total do período de 2016 à 2018 do município, compreende todos os aspectos que geraram alguma arrendação, tanto de recursos oriundos de fontes próprias quanto de transferências da união e do estado. Também foi apresentada uma análise vertical e horizontal dos dados da receita total do município. Na tabela 1, apresenta-se a descrição da arrecadação do município de Criciúma.

Tabela 1 – Descrição da Arrecadação do Município de Criciúma

Tipo Receita	2016		2017			2018		
	Valor em R\$	Av%	Valor em R\$	Av%	AH%	Valor em R\$	Av%	AH%
Receita Tributária	115.125.190	19,89%	128.330.340	19,46%	11,47%	173.806.377	24,35%	35,44%
Receitas de Contribuições	17.784.681	3,1%	31.234.548	4,7%	75,6%	30.239.911	4,2%	-3,2%
Receita Patrimonial	25.251.589	4,4%	21.678.173	3,3%	-14,2%	16.547.784	2,3%	-23,7%
Receita de Serviços	175.478	0,0%	489.444	0,1%	178,9%	197.426	0,0%	-59,7%
Transferências Correntes	367.613.991	63,5%	391.217.292	59,3%	6,4%	445.009.990	62,3%	13,8%
Outras Receitas Correntes	37.912.200	6,5%	73.650.814	11,2%	94,3%	34.210.501	4,8%	-53,6%
Alienação de Bens	733.395	0,1%	712.946	0,1%	-2,8%	3.453.791	0,5%	384,4%
Transferências de Capital	14.235.615	2,5%	12.306.783	1,9%	-13,5%	10.296.390	1,4%	-16,3%
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	578.832.138	100,0%	659.620.340	100,0%	14,0%	713.762.170	100,0%	8,2%

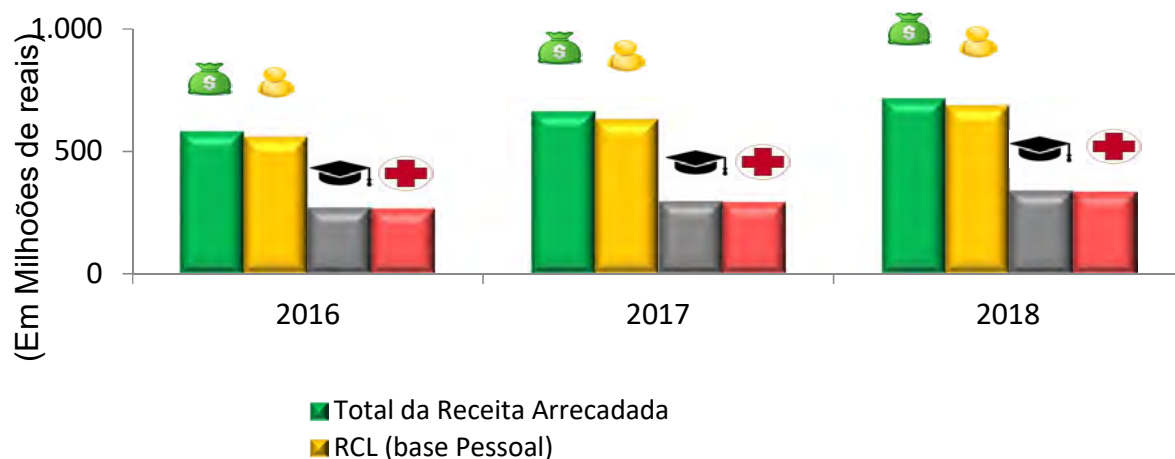
Fonte: Tribunal de Contas do Estado, 2019.

A receita geral do município apresentou uma evolução conforme a tabela 1 apresentada. Os limites constitucionais apresentados são embasados pela lei de responsabilidade fiscal, que obriga os municípios a terem porcentagens mínimas a serem aplicadas na educação e saúde, além de um teto máximo de gastos com pessoal. Os limites constitucionais são reflexos de diferentes bases de cálculo.

O gráfico 01 a seguir, apresenta o comparativo entre total da receita do Município e a base de cálculo das receitas que constituem os limites constitucionais para pessoal, educação e saúde nos anos de 2016, 2017 e 2018.



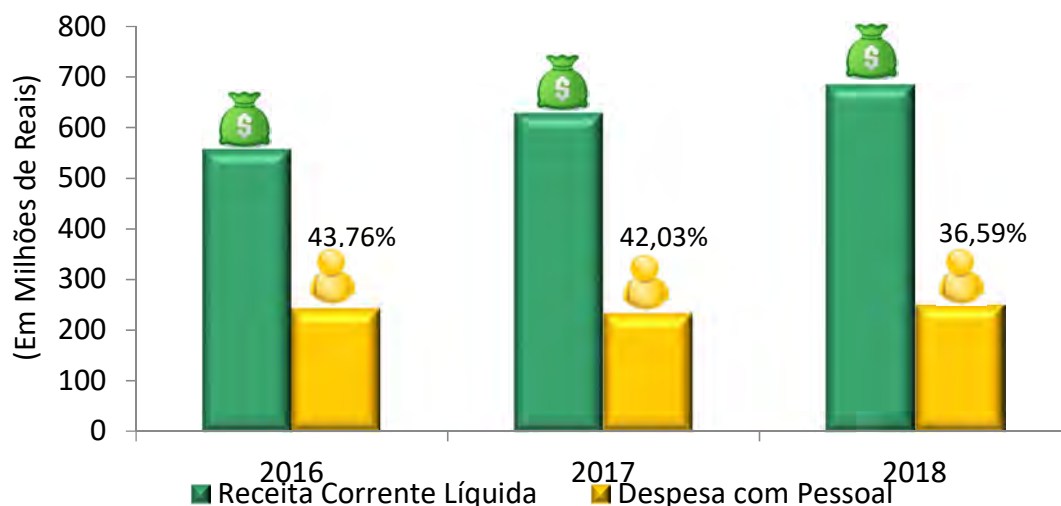
Gráfico 01 – Receita x Limites Constitucionais



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Para obter a base de cálculo das despesas com pessoal, leva-se em consideração os 12 meses anterior de receita. O comparativo é realizado entre a receita corrente Líquida com o limite constitucional de 54% dos gastos com pessoal. Apresenta-se no gráfico 02 a análise dos gastos e limite constitucional com pessoal.

Gráfico 2 – Análise dos gastos e limite constitucional com pessoal.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

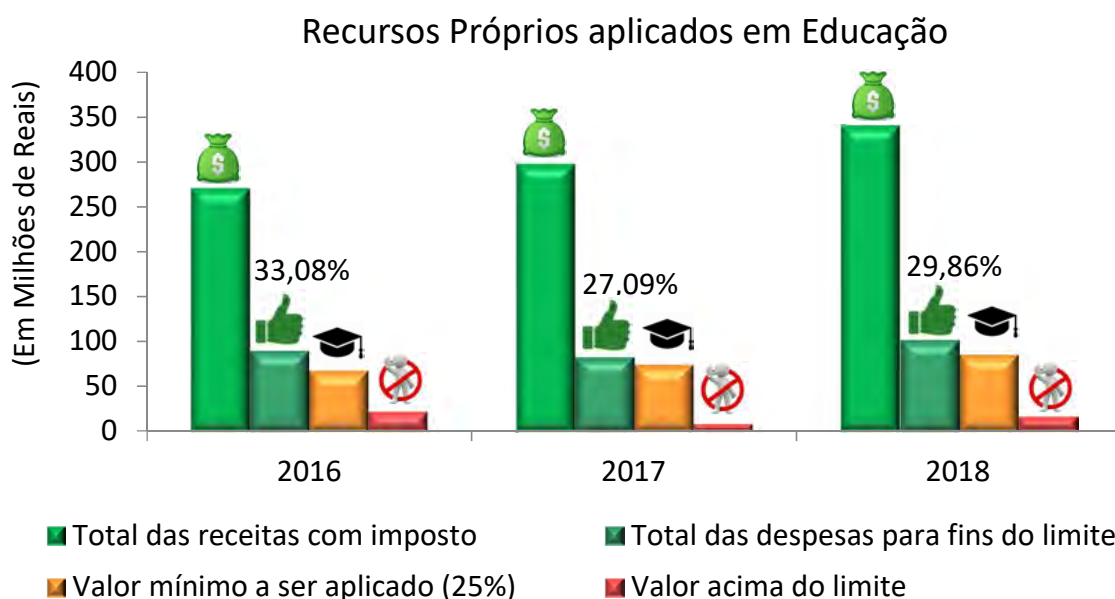
Analisando, os dados refletem que a receita líquida do Município vem evoluindo ao longo dos anos. E, os gastos com pessoal, em termos de percentual, vêm baixando gradativamente entre os anos, sendo que, no ano de 2018 apresentou o menor valor pago com pessoal no período estudado.



Para fortalecer a afirmação da redução dos gastos com pessoal, será necessário um melhor detalhamento das informações de outras entidades que orbitam em torno da Prefeitura Municipal de Criciúma.

Os investimentos com educação estão assegurados pelo art.212 da constituição federal de 1988, os municípios devem aplicar na manutenção do ensino básico e fundamental, 25% da receita de impostos e transferências constitucionais do estado e união. No gráfico 02 a seguir, apresenta-se a relação da receita e os limites constitucionais com a educação.

Gráfico 02 – Receita x Limites Constitucionais com Educação



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

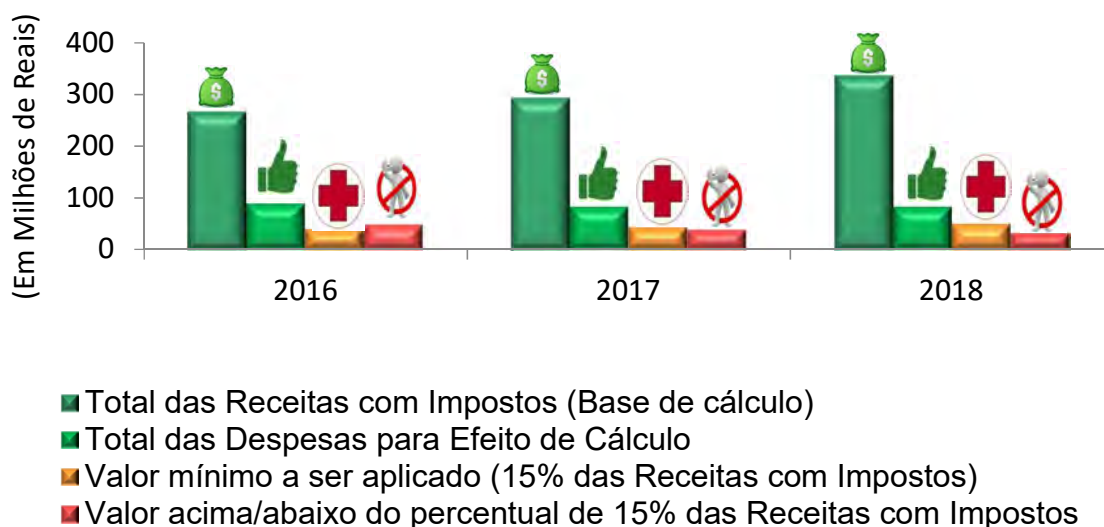
O Município de Criciúma apresentou um investimento bem consistente em termos monetários na educação no geral. A educação infantil não evoluiu suas contas ao longo dos anos, seu investimento teve uma redução no ano de 2018. O ensino Fundamental ao contrário do ensino infantil teve seu aporte alavancado em 2018 com um investimento de R\$ 134.327.217,00.

Os municípios devem aplicar recursos na saúde conforme o art.77, III c/c § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que define a aplicação de 15% em ações no sentido de serviços públicos de saúde. A receita base da saúde é proveniente da receita tributária e das transferências constitucionais. As diferenciações entre a base da educação e saúde estão na transferência corrente do fundo de participação municipal (FPM) de 1% de julho e dezembro que



não entram no cálculo da saúde. No gráfico 03 apresenta-se a comparação das receitas com os limites constitucionais da saúde.

Gráfico 03 – Receita x Limites Constitucionais da Saúde



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Mediante as coletas e análises dos dados citadas acima, indispensáveis para a execução deste projeto, ressalta-se que o pilar “Transparência” é fundamental para que a sociedade possa cobrar resultados e criticar omissões de seus governantes e representantes políticos.

4.3 RELATOS DO EXTENSIONISTA

O projeto desenvolvido para o Observatório Social é de grande relevância, nele são demonstrados diversos gastos da Prefeitura Municipal de Criciúma em relação ao seu orçamento. Os dados foram coletados de diversos portais que o município disponibiliza contendo informações contábeis, com intuito de se adequar à Lei Complementar 131/2009, que obriga a União os estados e os municípios a divulgarem seus gastos em tempo real, como o site do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através do *e-sfinge* e o sistema *Fly* Transparência.

Com o auxílio dos professores, os dados passaram por um processo de análise. Primeiro eles foram comparados entre si, onde uma mesma conta, retirada de diferentes portais de transparência era confrontada, se o valor não era igual, buscou-se uma explicação. Normalmente isso aconteceu pois os diferentes portais têm diferentes métodos para divulgação de determinadas contas do município, alguns trazem explicações mais detalhadas, outros demonstram números de forma sintética para que leigos, ou pessoas que não tenham conhecimento em contabilidade ou finanças, consigam entender as informações.

No sistema *Fly* Transparência, as informações são apresentadas de forma mais lúdica, com a intenção de facilitar o entendimento do público em geral, porém não é o que acontece de fato, as informações são difíceis de serem encontradas e muitas vezes dados sobre um mesmo valor são apresentados em locais separados no site, o que além de dificultar o entendimento dos números dificulta também a procura dos mesmos. Esse sistema é constantemente atualizado e,



ainda uma informação sobre determinado gasto é apresentada de uma forma para o ano de 2017 e de outra forma no ano de 2018.

Mesmo diante dessas dificuldades, observa-se um empenho do município para que as informações sejam divulgadas e compreendidas pelo público em geral. Durante a procura de dados de diferentes anos nota-se uma evolução pequena, mas constante nesse sentido.

Já no sistema *e-sfinge*, disponibilizado através do site do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, as informações são apresentadas de forma direta e analítica, porém o sistema é engessado, não permite uma navegação fácil pelo site ou troca rápida de período para determinada informação, dificultando ao usuário realizar uma análise ao longo de períodos diferentes, ou confrontar gastos em diferentes áreas. Os pontos fortes desse sistema estão na solidez dos dados, e na forma que são apresentados, que independente do período, seguem o mesmo formato, permitindo ao usuário que compreender os dados de 2017, possa também compreender perfeitamente os dados de 2018.

5 Considerações Finais

No OS de Morro da Fumaça as ações foram mais direcionadas para a educação, onde um dos projetos mais importantes foi o Observatório Social Mirim de Morro da Fumaça, que objetivava a conscientização e a formação de cidadãos.

Já no município de Criciúma, o desenvolvimento do presente estudo possibilitou análise dos recursos públicos investidos no município, em saúde e educação além dos gastos com pessoal. Durante a mineração das informações foram notadas inconsistências nos dados, expondo a dificuldade do Município em divulgar as informações, porém nota-se também o empenho do Município para se adequar à Lei de Transparência (Lei Complementar 131/2009).

Durante a execução do projeto os alunos levaram seus conhecimentos teóricos para a prática, vendo no dia a dia como funcionam os registros contábeis da Prefeitura Municipal do Município de Criciúma. A análise e apresentação dos dados possibilitaram a sociedade, representada pelos observatórios sociais da AMREC, e aos alunos, compreenderem melhor a situação financeira do Município além de entender um pouco mais sobre como funciona o orçamento público e os limites constitucionais.

A sociedade em geral será beneficiada, vista a observância da aplicação dos recursos públicos. Fatos como estes, justificam a aplicação dessa ação em um projeto de extensão, pois com perenidade maior, dispendo de estudantes bolsistas e voluntários, professores com horas destinadas a sua execução poderão atender um maior número de municípios e de cidadãos da região, com melhor qualidade, bem como atender às demandas dos Observatórios Sociais dos municípios da AMREC.

Ademais, essa prática extensionista revelou uma perspectiva inclusiva, na medida em que ocorre a orientação de como analisar os relatórios contábeis das entidades do Setor Público, além de desenvolver o principal papel da extensão que é o de criar um elo entre a universidade e a comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

BRASIL. Lei Complementar n.º 12.527, de 18 de novembro 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111,



de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em 30.05.2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de Maio de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 25 jun. 2019.

CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL, DO ASSISTENCIALISMO À SUSTENTABILIDADE**. São Paulo, Setembro de 2007. Disponível em: <<https://pgsskroton.com.br/seer/index.php/educ/article/download/2133/2030>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Metodologia do ensino superior. 4a ed. São Paulo: Atlas.2011

CIDADES, I.B.G.E Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística 2018. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/criciuma/panorama>. Acesso em: 08 Ago. 2019.

CIDADES, I.B.G.E Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística 2018. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/morro-da-fumaca/panorama>. Acesso em: 08 Ago. 2019.

Kroetz, Cesar Eduardo. Contabilidade Social. Ijuí: Rio Grande do Sul, 1999.

LOPES DE SÁ, Antônio. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1998.

MAIA, L. Síntese. **Revista TCE-RJ**, Rio de Janeiro, v.5, n.1/2, p. 50-67, jan./dez. 2010. Disponível em: <http://egem.org.br/wp-content/uploads/2016/01/As-praticas-de-Transparencia-Governamental-sobre-as-Contas-Publicas-do-MPSC.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL – OSB. Disponível em: <http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/>> Acesso em: 09 jun. 2019.

PAULINI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. A Nova Contabilidade Social. Editora Saraiva. 2017
RODRIGUES, Margarida Maria Mendes; ALVES, Maria do Céu Gaspar; SILVA, Rui Jorge. A contabilidade social e a sua divulgação: uma revisão bibliométrica. **DESAFIOS DA GESTÃO ATUAL**, p. 25, 2018.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima, COSTA, Carmem. Lúcia Neves do Amaral, PRATA, Michelle Santana, BATALHA, Talia Beatriz Silva, PASSOS NETO, Irazano de Figueredo. **CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA SOCIEDADE**. 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/view/494>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SANTOS, Gelson Arlei Dos. Observatório Social E O Controle Cidadão Da Gestão Pública. **Observatório Social do Brasil**. 2018. Disponível em: <http://osbrasil.org.br/artigos-e-monografias/>. Acesso em: 09 jun. 2019.

Richardson, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 1999.



SILVA, João Pina da, RODRIGUES, Ana Maria e JORGE, Susana. Novos Desenvolvimentos da Contabilidade: A Contabilidade Social. Revista: Revisores &Empresas. Lisboa – Portugal: a.1, n. 1, abril/jun. 1998, pp. 31- 47.

Fonte financiadora: Edital nº 101/208 – Processo de Seleção de Projetos de Extensão da PROACAD – Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias.



EXTENSÃO: RESUMOS DE TRABALHOS EM ANDAMENTO



5619360 - INTERVENÇÃO NUTRICIONAL ATRAVÉS DE AÇÕES EDUCATIVAS EM SAÚDE JUNTO AO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (PAES) - UNESC

Filipe Fernandes Gabriel, Rita Suselaine Vieira Ribeiro, Aline Martins, Marina Kikusa Mendes, Fabiane Maciel Fabris, Isadora de Oliveira Monteiro, Dimas de Oliveira Estevam

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A Feira de Economia Solidária é composta por associações de artesanato e cooperativas de agricultores familiares da região e acontece todas as quartas-feiras letivas das 9 às 22 horas no campus da UNESC. São ofertados produtos do artesanato regional, além de uma série de alimentos que são produzidos mantendo-se os atributos de produtos coloniais artesanais. E foi neste mesmo ambiente que aconteceu a intervenção educativa, através do projeto de extensão ações de alimentação e nutrição solidária, para os feirantes e público circulante do campus. As ações portaram com o objetivo a promoção das práticas alimentares saudáveis com o foco na economia solidária e agricultura familiar, visto que é relevante para encarar os novos desafios no campo da alimentação e nutrição. Conteve estratégias para mudanças e melhorias das práticas alimentares. Sendo assim usando métodos educativos, claros e objetivos, com temáticas e abordagens diferentes a cada quinzena. Dos materiais utilizados foram, objetos lúdicos, cartazes, embalagens, rótulos, alimentos e materiais impresso. A organização dos temas abordados e didáticas foi realizada em reuniões com professores coordenadores e acadêmicos bolsistas e voluntários, e assim se obteve pesquisa, estudo e dialogo para realização de cada ação educativa. Grande parte das ações ocorreram juntamente à feira da economia solidária, onde foram demonstrados como avaliar e escolher o que se compra, preparar e comer da maneira adequada. No laboratório de técnica e dietética da UNESC, também foi realizado um minicurso de culinária com receitas típicas e regionais, fomentando a sazonalidade e a cultura, focalizando em questões econômicas, políticas e sociais que visem a manutenção do pequeno agricultor em seu exercício, valorizando e preservando a sua cultura. As ações educativas são importante meio de apoio à promoção e construção do conhecimento em saúde e nutrição, que objetiva modifica o ser humano em suas expressões ético, político, social e comunitária. Desta forma, as práticas educativas trouxeram o diálogo, participação e a reflexão crítica complementar e libertadora com os indivíduos, como também uma nova visão de valorização aos produtos comercializado oriundos da agricultura familiar.

Palavras-Chave: Educação em Saúde; Educação Alimentar e Nutricional; Feira; Economia Solidária; Agricultura Familiar.



3338525 - ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL: O PAPEL DO FÓRUM REGIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO EXTREMO SUL CATARINENSE (FRESC)

Caroline Jacques, Jaqueline da Cunha Souveral, Paula Denize Barcelos, Dimas de Oliveira Estevam

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O surgimento da Economia Solidária, no século XVIII, ocorreu em resposta às condições de trabalho dos operários nas fábricas e empobrecimento dos artesões no contexto de um capitalismo não-regulado. A exploração do trabalho não tinha limites e colocava em risco a vida do proletariado, com jornadas longas que causavam riscos à saúde. Atualmente, os empreendimentos de economia solidária representam uma alternativa à informalidade e ao desemprego ao combinar tanto a produção como a comercialização por meio das cooperativas e associação de artesãos. De maneira geral, a economia solidária é o conjunto das atividades, sob diversos formatos organizacionais, que contribuem para a democratização econômica a partir do engajamento de grupos de indivíduos. Sua ideia traz consigo princípios que perpassam em diferentes graus a busca pela satisfação das necessidades, a cooperação, a igualdade de oportunidades, a preservação do meio ambiente e a luta por justiça social, trabalho decente e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos (IPEA, 2016). Entende-se que a Economia Solidária faz parte de um movimento multidimensional e está diretamente ligada a uma esfera de relações e atividades transnacionais criadas por atores coletivos – movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil – que são independentes dos governos e das empresas privadas. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é refletir sobre o papel e a importância do Fórum de Economia Solidária do Extremo Sul Catarinense (FRESC) enquanto um espaço de articulação e de diálogo entre diferentes atores sociais envolvidos no movimento da Economia Solidária da região. A pesquisa foi realizada a partir de observação participante nos encontros mensais do FRESC. Foram averiguados dados relativos a participação dos empreendimentos de Ecosol bem como entidades de apoio. Dados foram coletados nas atas das reuniões. No sul catarinense, a rede é composta por diferentes instituições tais como secretários de prefeituras municipais, Epagri, SESC, IFSC, Cooperativas de Crédito Solidário, universidades com seus respectivos projetos de extensão para a comunidade e os empreendimentos de economia solidária. Portanto, na sua organização participam gestores públicos, entidades de apoio e fomento e empreendimentos. Enquanto um movimento social, o FRESC possui as competências para articular, representar e propor a elaboração de políticas públicas de economia solidária bem como apoiar ações para o fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária. A pesquisa demonstrou que, na região, o FRESC representa o movimento social nas instâncias deliberativas estadual e nacional. Em âmbito local, o FRESC atua no sentido de fortalecer as competências produtivas e de comercialização dos empreendimentos de economia solidária.

Palavras-Chave: Economia Solidária, Movimentos Sociais, Fórum Regional de Economia Solidária do Extremo Sul Catarinense, Empreendimentos, Desenvolvimento Socioeconômico.



3293319 - APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA CASOS DE BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR

Marja Mariane Feuser, Fabrizio Guinzani, Sarah Fagundes, Eduardo Campos Ferreira, Andrielli Figueiredo Martins

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Nosso Objetivo geral é aplicar procedimentos da Justiça Restaurativa na comunidade escolar, objetivando a prevenção e resolução de conflitos provenientes da prática de bullying. A Justiça Restaurativa tem se apresentado como uma das formas mais eficientes de resolução de conflitos decorrentes da prática de bullying, pois em muitos casos, é possível uma reconciliação, perdão, confissão e arrependimento por meio do diálogo. Alguns objetivos específicos serão os estudos de tipos de violações de direitos humanos como resolução de conflitos, comunicação, didática, aprimorando e fortalecendo a boa conexão entre escola-família-comunidade, principalmente na desconstrução de estereótipos discriminativos no âmbito escolar, capacitando os membros da comunidade situados na escola e que serão facilitadores, juntamente com a equipe de professores do projeto, na aplicação de técnicas da Justiça Restaurativa. Como público-alvo do projeto, temos principalmente os alunos do nono ano do ensino fundamental de duas escolas localizadas em Criciúma: Escola Básica Coronel Marcos Rovaris e a Escola Básica Irmã Edviges. Os casos de bullying são frequentes entre os alunos que frequentam essas turmas. Também procura-se a interação com a comunidade escolar (Associação de Pais e Professores, clubes de mães e dos próprios moradores do Bairro), para que o efeito de conscientização e prevenção de tais práticas seja maior. A metodologia para execução do projeto tem sete etapas que serão realizadas pelos acadêmicos extensionistas, sob a supervisão e acompanhamento dos professores orientadores. A primeira e segunda etapa consistirão na execução de estudo, reuniões da equipe para debater e fortalecer o conhecimento dos bolsistas acerca dos direitos humanos e suas violações no âmbito da adolescência. Em seguida será efetuada a preparação do material pedagógico para utilização da execução do projeto. A quarta etapa será a realização de oficinas pelos acadêmicos bolsistas. A quinta etapa contará com a participação de pessoas da comunidade escolar visando o empoderamento e autonomia local na utilização das técnicas da Justiça Restaurativa. A sexta etapa a ser realizada será a apresentação dos resultados do projeto, tanto em eventos acadêmicos como na mídia. Os métodos apresentados poderão ocorrer em ordem distinta, além da possibilidade de inclusão de novos métodos ao longo do desenvolvimento do projeto. O projeto iniciou recentemente, estando na sua fase inicial, em andamento.

Palavras-Chave: Justiça Restaurativa, Casos Bullying, Discriminação na Adolescência, Preconceito no Ambiente Escolar.



1827979 - DIREITOS HUMANOS E EPISTEMOLOGIAS NEGRAS EM MOVIMENTO: SABERES PARTILHADOS, FORMAÇÃO E LUTAS PELA CIDADANIA

Maria Eduarda Defino das Chagas, Tatiane Beretta, Fernanda da Silva Lima, Lucy Cristina Ostetto

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O seguinte projeto tem a finalidade de realizar formação em direitos humanos, relações étnicas raciais, feminismos, identidades e políticas públicas junto aos movimentos sociais e escolas de ensino regular de Criciúma e região, estes integrados num contexto de enfrentamento político pela promoção e defesa de seus direitos. Propõem-se a realização de debates teóricos em torno dos temas citados, com oficinas que objetivam formar novas epistemologias do saber pela escuta das trajetórias de vida, entrelaçando diferentes pontos de vista propiciados pela interdisciplinaridade que contribui para que as formas de organização possam ser ampliadas. A metodologia das oficinas e demais atividades são pensadas a partir da produção teórica desenvolvida e compreendida pelas acadêmicas bolsistas a partir de um embasamento teórico, e também pelos atores envolvidos, construtores do processo de conhecimento. Os encontros se dão através de palestras e rodas de conversa, com auxílio de instrumentos como músicas, vídeos, dinâmicas de grupo, poemas e outros. Com o intuito de criar um espaço de discussão e um espaço político, durante a execução do projeto, buscamos através da constante socialização dos resultados das atividades promovidas: estudar junto aos acadêmicos/as extensionistas, os direitos humanos numa perspectiva interseccional e decolonial aprofundando os debates; promover oficinas e palestras sobre democracia participativa a fim de mobilizar o público alvo e academia à fiscalização e luta pela garantia de políticas públicas já vigentes; otimizar em conjunto uma consciência crítica, potencializando a criação de estratégias e formas de enfrentamento do racismo e do sexismo; divulgar o conhecimento obtido na realização do projeto em eventos de extensão acadêmica, na elaboração de artigos científicos e também junto à mídia local. O projeto de extensão que está em andamento, realiza quinzenalmente encontros com escolas e com os movimentos sociais envolvidos em uma dinâmica qualitativa, se pautando no objetivo de protagonizá-los. De maneira dialética e coletiva, este projeto se tenciona como um espaço educador transgressor, contribuindo para que a sociedade persista em sua luta a partir das questões que envolvem a historicidade da resistência do povo negro e a emergência de valorização dos direitos humanos. A enunciação das experiências de vida das mulheres negras, crianças e adolescentes que englobam o projeto vêm sucedendo-se de maneira enriquecedora, sendo esse o foco da pesquisa e o que proporciona, portanto, aos pesquisadores envolvidos, o desenvolvimento de novas epistemologias.

Palavras-Chave: Direitos Humanos, Racismo, Feminismos, Epistemologias Negras, Decolonialidade.



2657449 - GÊNERO E MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO AMORA

Daiane dos Santos Possamai, André Curtts de Souza Godoy, Cláudia Figueiró Schneider, Janete Triches, Monica Ovinski de Camargo Cortina, Murilo Borges Candido

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A inserção das mulheres nas Policiais Militares brasileiras ocorreu de forma lenta e gradual. Em Santa Catarina, a inclusão aconteceu recentemente, através da Lei n.º 6.209/83, que criou o Pelotão de Polícia Militar Feminina (MELO, 2013). É neste cenário, em meio às relações de gênero construídas no âmbito da Polícia Militar de Santa Catarina, que se insere o “Projeto Amora: capacitando pessoas em Direitos Humanos das Mulheres.” O projeto de extensão comunitária cumula uma trajetória de nove anos de atuação em grupos de mulheres no extremo sul catarinense, incluindo mulheres participantes de clubes de mães e mulheres atendidas pelos CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), promovendo capacitações em direitos humanos das mulheres, com ênfase em instrumentos de prevenção à violência doméstica e familiar. O trabalho realizado com as mulheres apontou para outras necessidades, como capacitar profissionais da área da segurança pública para um atendimento mais sensível às questões de gênero, inclusive policiais militares, o que está sendo feito desde o segundo semestre de 2018. Neste sentido, as trocas de conhecimentos com policiais militares levaram à necessidade de investigar outra questão: as representações sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres como policiais no contexto das relações de gênero que ocorrem no âmbito desta instituição militar, sendo este o objetivo do presente estudo. Para tanto, utilizou-se o método indutivo, em pesquisa do tipo teórica e qualitativa, a partir de material bibliográfico diversificado, além de anotações constantes em diário de campo construído a partir das atividades de extensão realizadas em um Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina. Deste modo, percebeu-se que, atualmente, persistem diferenças entre homens e mulheres para o acesso à carreira de policial militar, bem como para o desempenho das atividades no cotidiano. Entre as policiais que já participaram das atividades realizadas pela equipe do projeto, observa-se que grande parte identifica que ainda há desigualdade de gênero na profissão, haja vista que a instituição foi construída para atuar com policiais homens e que muitas vezes sentem-se desrespeitadas pela população quando estão realizando trabalho operacional. Houve relatos de mulheres que expressaram o desejo de participar mais de trabalhos operacionais e menos de atividades administrativas. Ademais, alguns/as policiais identificaram que a situação está melhorando lentamente, e que homens e mulheres podem desenvolver um bom trabalho, do mesmo modo, visto que recebem do Estado os mesmos treinamentos e instrumentos para o exercício diário da profissão.

Palavras-Chave: Gênero, Mulheres, Polícia Militar, Trabalho, Extensão Universitária.



4949765 - PROJETO AMORA: CAPACITANDO MULHERES EM DIREITOS HUMANOS NOS CLUBES DE MÃES DE CRICIÚMA-SC

Gislaine Velho da Silva, Ana Karolina Matias Emydio, Janete Trichês, Lídia Piucco Ugioni, Mônica Ovinski de Camargo Cortina

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

INTRODUÇÃO: A Amora, um fruto pequeno e cheio de gomos, representa a união de mulheres em torno do mesmo propósito, que é a busca de conhecimento e o exercício da cidadania. A trajetória de mais de nove anos de atuação ininterrupta junto às mulheres do município de Criciúma-SC, com atividades realizadas também em outros municípios, trouxe para o Amora a maturidade e o repensar de sua atuação, qual seja, a de contribuir para o avanço dos direitos humanos das mulheres e a prevenção da violência doméstica e familiar na região, enquanto formas de violência de gênero. O objetivo do projeto é difundir os instrumentos jurídicos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) para as mulheres participantes dos Clubes de Mães da AFASC (Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma-SC) visando promover a cidadania das mulheres e o processo de desnaturalização da violência doméstica e familiar. **METODOLOGIA:** O projeto emprega recursos audiovisuais, como banners e música, além de metodologias como dinâmicas de grupo e rodas de conversa e reflexão. Os encontros são realizados uma vez em cada Clube de Mães, tendo a duração de uma hora e meia. Os temas tratados são: desnaturalização da violência doméstica e familiar contra as mulheres; tipos de violência; ciclo da violência; medidas protetivas de urgência: quais são e como pedir; instruções de como agir em caso de violência física, sexual e de ameaça e locais onde se dirigir para receber atendimento no município. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Atualmente estão cadastrados 140 Clubes de Mães na AFASC, os quais atendem aproximadamente 3.053 mulheres de diferentes classes sociais, raças/etnias e idades, que residem nos bairros do município. O projeto propicia espaço de fala e escuta para as mulheres. Relatos espontâneos de violência emergem durante as intervenções envolvendo violência sofrida por parte de seus companheiros e filhos com dependência química e alcoólica, principalmente. As mulheres têm o desejo de romper com a violência sofrida e são incentivadas pelas ações do projeto. A partir do aprendizado propiciado, dúvidas particulares surgem e as mulheres são orientadas a obter assistência jurídica gratuita nas Casas da Cidadania do Curso de Direito da UNESC e na Defensoria Pública do Estado, bem como atendimento psicológico na Clínica de Psicologia da Universidade. O conhecimento acumulado pelo projeto é constante, promove a cidadania das mulheres, o avanço da Lei Maria da Penha e, ao mesmo tempo, contribui para a formação das acadêmicas participantes.

Palavras-Chave: Direitos Humanos das Mulheres, Violência de Gênero, Prevenção da Violência Doméstica e Familiar, Lei Maria da Penha.



1987828 - PROJETO AMORA: CAPACITANDO POLICIAIS MILITARES EM DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES EM CASO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Murilo Borges Candido, André Curtts de Souza Godoy, Cláudia Figueiró Schneider, Daiane dos Santos Possamai, Janete Triches, Laura Mitkus, Monica Ovinski de Camargo Cortina

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O projeto Amora atua na comunidade desde 2011, desenvolvendo suas atividades de forma ininterrupta, com objetivo de difundir os instrumentos jurídicos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) entre mulheres da região de Criciúma/SC. Nesse período, já capacitou mais de 4.200 mulheres. Dada a constante demanda que emergiu dos grupos de mulheres capacitadas pelo projeto, o Amora direcionou suas atividades para ofertar capacitação em direitos humanos das mulheres, especialmente sobre a dinâmica do ciclo de violência doméstica e familiar e suas formas de prevenção e enfrentamento, para profissionais que atuam na área da segurança pública, policiais militares e civis, incumbidos/as diretamente da função de atendimento das mulheres em situação de violência. O objetivo da capacitação é compartilhar conhecimentos sobre a Lei Maria da Penha e a realidade da violência doméstica e familiar no município, levando em conta a visão e experiência dos/as policiais. Desde agosto de 2018, o projeto atua diretamente em parceria com o 9^o Batalhão de Polícia Militar, com intervenções semanais de duração de 2 horas para grupos de 20 pessoas, em média, participantes do Plano Anual de Revitalização, para capacitar todos os 251 policiais. O projeto é realizado por quatro acadêmicos/as dos cursos de Direito e Psicologia, apresentando o tema pelo viés interdisciplinar, a partir de dinâmicas, slides e rodas de conversa, que permitem a sensibilização dos policiais a par do conhecimento mais aprofundado sobre o tema. Ao fim de cada dia de atividade as experiências e relatos são inseridos em diários de campo pelos/as bolsistas, para registrar o conhecimento produzido. A primeira etapa de formação dos bolsistas, incluiu levantamento bibliográfico, estudo das obras e reuniões da equipe para debater o conteúdo estudado, com o intuito de que os(as) estudantes extensionistas construíssem o conhecimento acerca dos direitos humanos das mulheres e da Lei Maria da Penha, bem como sobre as especificidades da prática da violência contra as mulheres. A partir do conhecimento bibliográfico adquirido, iniciaram-se as capacitações dos policiais militares do 9^o Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina. O projeto está em andamento e em 2019 pretende-se ofertar a capacitação para os/as policiais civis da 6^a Delegacia Regional de Polícia Civil (6^a DRP), que inclui a Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI), com sede em Criciúma-SC. O trabalho de campo vem reafirmando algumas questões já observadas nas pesquisas bibliográficas, principalmente na desigualdade da mulher policial dentro da instituição e também trazendo alguns pontos positivos como o reconhecimento dos/as policiais da importância da questão da violência de gênero e da necessidade do trabalho de conscientização no processo de revitalização dos servidores da segurança pública.

Palavras-Chave: Extensão, Gênero, Polícia Militar, Projeto Amora, Trabalho.



9413979 - PROJETO DE EXTENSÃO DIÁLOGOS URBANOS NO TERRITÓRIO PAULO FREIRE: POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Thaina Cabral Eugenio, Mário Ricardo Guadagnin, Yasmine de Moura Cunha, Amanda Castro, Leonardo da Costa Bernardo

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A gestão ambiental no espaço urbano ocorre na interface ambiente natural/ambiente construído, e apropriação do espaço, na transformação da paisagem, na identidade com o lugar, no exercício de poder, no território e suas novas territorialidades. O projeto “Diálogos Urbanos no Território Paulo Freire – políticas públicas e construção do direito à cidade” discute o espaço urbano e seus processos de gestão, tendo o fator ambiental como elo de religação das pessoas com o espaço habitado para o resgate das relações dialógicas homem/ambiente na reflexão das ações e reações das territorialidades construídas no Bairro Cidade Mineira, na periferia de Criciúma, SC, Brasil. Buscando resolver e amenizar as vulnerabilidades sociais do bairro, o projeto utiliza metodologias participativas. Isto envolve atividades de integração e troca de saberes entre a Universidade e Sociedade, a mobilização dos participantes em torno de processos de construção de mecanismos e ferramentas participativas que permitam o desenvolvimento da identidade territorial; o diagnóstico e mapeamento dos problemas ambientais e sociais vividos pela comunidade; a contribuição na busca de soluções e a consolidação das políticas públicas ambientais. As atividades são realizadas com encontros quinzenais, por meio de oficinas e rodas de conversas voltadas para debates e levantamento de questões ambientais trazidas pelos participantes em metodologias participativas e dinâmicas de grupo, como linha do tempo, biomapa, diagnóstico rápido participativo, árvore de problemas, atividades e exposições. A comunidade por meio da participação e integração ao longo dos encontros, atinge um novo nível de empoderamento e autonomia comunitária e social. Todo o decorrer do processo na comunidade se efetua a partir das metodologias participativas, que trouxeram à tona duas temáticas: coleta seletiva e o controle dos animais e zoonoses no bairro. Com isso, os últimos encontros deram-se de forma voltada aos sonhos e objetivos construídos pela comunidade. O papel desempenhado pelos professores e bolsistas é apenas de mediação das situações e contatos, para que a comunidade saiba com quem entrar em contato e os problemas sejam resolvidos de forma definitiva. As dinâmicas de grupo vêm estimulando a interiorização pessoal, levando o indivíduo ao reconhecimento de suas práticas individuais, comunitárias e promoção das mesmas. As técnicas permitem a dinamização do grupo de moradores para construir um consenso mediante as necessidades pontuadas durante cada encontro. A integração dos membros do grupo foi o ingrediente mais importante para a busca de soluções para as vulnerabilidades identificadas no território. A coesão grupal, tendo em vista a territorialidade, torna o grupo mais forte e os integrantes cooperam muito mais entre si, possibilitando bons resultados, por meio do fortalecimento da identidade de lugar.

Palavras-Chave: Cidadania, Sustentabilidade, Gestão Territorial.



PESQUISA: TRABALHOS COMPLETOS



7592795 - A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA INVESTIGAÇÃO DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Letícia Manique Barretto, Bruna Pereira Possamai, Cristina Adriana Rodrigues Kern, Mariana Schutz Faraco, Renise Terezinha Mellilo Zaniboni, Vitoria Bisognin Ceretta, Sheila Martignago Saleh

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Inspirado nas experiências vivenciadas pelo projeto de Extensão “Prevenção e Erradicação da Síndrome da Alienação Parental”, financiado pela UNESC, cujas atividades acontecem desde o ano de 2013, o presente artigo tem como objetivo geral discorrer sobre as técnicas de avaliação psicológica utilizadas em casos de investigação sobre alienação parental. Com o fim de atingir o objetivo proposto, o presente artigo apresenta, inicialmente, um breve esboço sobre alienação parental, incluindo conceito, estágios, alienador e vítimas, consequências psicológicas e as possíveis penalidades aplicadas ao alienador, segundo a Lei. A seguir, apresenta-se a metodologia da pesquisa e os resultados atingidos, para, ao final, mencionar as conclusões sobre o tema e as referências das obras citadas. Utilizou-se o método indutivo para a realização do artigo e a pesquisa conclui que a investigação sobre a alienação parental deve ser minuciosa e de responsabilidade de um psicólogo especializado, pois será considerada um meio de prova judicial e auxiliará o magistrado a tomar decisões. São utilizados com mais frequência os testes projetivos, como o Horse Tree Person e o Teste de Apercepção Temática. Tendo como base o resultado da perícia, o magistrado aplicará as penalidades cabíveis pela Lei, sempre visando o melhor interesse da criança e do adolescente.

Palavras-chave: alienação parental, avaliação psicológica, penalidades, testes projetivos.

1 Introdução

O presente artigo foi elaborado a partir de pesquisa extraída de experiências vivenciadas pelo projeto de extensão: “Prevenção e Erradicação da Síndrome da Alienação Parental”. O projeto iniciou em 2013 com professoras e alunos dos cursos de Direito e Psicologia da UNESC. Foi criado a partir da demanda constatada com o aumento de divórcios e mediante a aprovação da Lei da Alienação Parental, possuindo os objetivos de promover a conscientização acerca da alienação parental e seus efeitos, informar os instrumentos jurídicos presentes na Lei 12.318/2010 e, fundamentalmente, visar a convivência familiar sadia e o melhor interesse da criança/adolescente. O artigo tem como objetivo discorrer sobre as técnicas de avaliação psicológica utilizadas em casos de investigação sobre alienação parental.

A alienação parental é constituída por diferentes atitudes praticadas por um dos genitores, com o intuito de afastar o outro genitor do convívio com os filhos. Por causar diversos problemas aos filhos, muito mais do que aos genitores, é importantíssima sua constatação, e, para tanto, a necessidade de utilização de técnicas psicológicas em perícia judicial.

A fim de contextualizar o tema, será apresentada uma síntese sobre alienação parental: conceito, estágios, alienador e vítimas, consequências psicológicas e as possíveis penalidades aplicadas ao alienador, segundo a Lei.

Na sequência do artigo, será mencionada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa e os resultados alcançados.

Ao final, serão demonstradas as conclusões e as referências das obras citadas.

2 Contextualização da alienação parental



A Alienação Parental é um problema, que apesar de ser antigo, tornou-se mais visível e comum para a sociedade nas últimas décadas e pode ser facilmente praticado por qualquer pessoa, independente do seu nível de escolaridade e conhecimento sobre o assunto. Configura-se alienação parental quando um genitor influencia o filho a ter sentimentos negativos em relação ao outro genitor e, por consequência, ocasiona o afastamento das partes. (ROCHA, 2012).

Segundo o artigo 2º da Lei 12.3188/10, é considerada alienação parental o ato de interferir na formação psicológica da criança ou adolescente, praticada diretamente pelos guardiões ou com ajuda de terceiros, para que repudie ou quebre o vínculo com o outro genitor (BRASIL, 2010).

A lei citada apresenta, de modo ilustrativo, diversas formas de sua ocorrência, como o fato de o genitor alienante promover campanha de desqualificação do outro genitor; dificultar o exercício da autoridade parental; omitir informações relevantes sobre a criança ou adolescente; apresentar falsa denúncia prejudicando a convivência e mudar de domicílio sem justificativa. A legislação aponta também algumas medidas cabíveis caso for constatada a ocorrência da alienação parental para tentar conscientizar e refrear o fenômeno. Entre elas: ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado; multar o alienador; determinar acompanhamento psicológico; inverter a guarda ou alterá-la para guarda compartilhada; fixar o endereço da criança ou adolescente e suspender a autoridade parental em casos extremos. (BRASIL, 2010).

Rocha (2016, p.01), em comentário à Lei acima referenciada, explica que:

estes incisos trazem instrumentos a serem utilizados em cada caso concreto, levando-se em consideração a gravidade dos atos. Sendo assim, dispõem-se nos incisos as consequências que sofrerá o genitor alienador levando-se em consideração o nível de gravidade, onde a declaração de existência da alienação parental e advertência ao alienador seria a medida tomada em casos de estágio mais leve, enquanto a declaração da suspensão da autoridade parental consistiria na atitude mais drástica, em casos de alta gravidade.

O professor Dr. Richard Gardner, criador do termo Alienação Parental, classificou as consequências psicológicas desses atos em três estágios: leve, médio, grave. No primeiro estágio a criança não é completamente influenciada pelo genitor alienador, que tem dificuldade no momento de entregar para o outro; o menor mantém comportamentos normais durante as visitas, que ocorrem de maneira tranquila, e vínculos equivalentes com ambos os pais. (ROCHA, 2012).

No nível médio o alienador utiliza várias táticas para excluir o outro genitor, o filho nega as influências negativas, mas começa a colaborar com o genitor alienador na campanha de desqualificação para agradá-lo, é introduzida uma imagem ruim do genitor alienado sem justificativa, fazendo com que os laços familiares não sejam saudáveis mas ainda existam. (ROCHA, 2012).

No último estágio, o grave, a criança começa a recusar visitar o genitor alienado por meio de comportamentos agressivos e revoltosos, por influência de ideias introduzidas na sua criação psicológica, o que impossibilita a ocorrência das visitas e afasta-o do genitor alienado. Por consequência, a relação com o guardião é intensificada e torna o filho cada vez mais dependente e inseguro. (ROCHA, 2012).

Afastando-se do convívio familiar necessário, o filho alienado começa a sentir ódio e repulsa e trata o genitor como uma ameaça. Começam, a partir de então, conflitos internos no seu entendimento de bem e mal, de certo e errado, e o instinto de lealdade o faz optar por um dos pais, o qual ele defende e tem medo de se opor e desagradar.

A melhor maneira de se fazer o diagnóstico do nível de alienação é por intermédio de entrevistas com todos os envolvidos, a fim de que possa ser investigada a verdade e aplicadas as devidas penalidades (LAGO; BANDEIRA, 2009).



No entanto, nem sempre é fácil constatar a presença de atos de alienação parental e, se constatados, o nível em que se encontram. A avaliação psicológica do(s) filho(s) e pais é imprescindível. É necessária uma investigação minuciosa, cuja tarefa é de responsabilidade do psicólogo forense, nas Comarcas que possuam tais cargos; ou, caso a Comarca não contenha um psicólogo, deverá ser nomeado um perito psicólogo pelo Juiz.

A competência para a ação que reconhece ou não atos de alienação parental é da Vara de Família em que estiver localizado o domicílio da criança ou do adolescente alienado. (TEIXEIRA; RODRIGUES, 2013). A lei 12.318/2010 apresenta em seu artigo 4º os momentos processuais em que pode ser proposta a investigação da alienação parental, expondo que tal ação poderá ser realizada tanto de forma autônoma, quanto incidental, no curso da ação de fixação de guarda, por exemplo. Esta observância poderá ser feita a requerimento ou de ofício pelo juiz, deve-se atentar, porém, para que não exista o suprimento dos direitos de defesa, devido processo legal e contraditório. (FIGUEIREDO; ALEXANDRIS, 2014).

Ademais, o ordenamento jurídico brasileiro ampara a proteção dos menores de idade ao destacar em sua Carta Magna no artigo 227 em conjunto com o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Este princípio baseia-se na ideia de vulnerabilidade e fragilidade da criança pois encontram-se ainda em fase de desenvolvimento, necessitando assim, de um regime especial de proteção (DA CUNHA PEREIRA, 2004). Para que se possa preservar o melhor interesse da criança, como citado, pode-se utilizar a tutela de urgência¹ como uma medida rápida. Visto que é necessária a observância aos requisitos do artigo 300² do Código de Processo Civil, em que há a probabilidade de direito ou o risco de dano ao resultado útil do processo (BRASIL, 2002)

A tutela de urgência tem como base um adiantamento do direito pleiteado, para que se assegure que o direito não será perdido no decurso da ação até a sua sentença, desta forma o artigo 4º da referida lei, traz a possibilidade de o juiz fixar liminarmente as penalidades previstas no artigo 6º da lei, em que pese dar limites ao alienador, garantindo assim a segurança e dignidade da criança ou adolescente envolvido. (FIGUEIREDO; ALEXANDRIS, 2014). Neste sentido, vê-se respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que um dos princípios norteadores da atuação do Estado é a intervenção precoce, que combinada com a Lei de Alienação Parental prevê como prioritária os casos em que há indícios de alienação parental. (TEIXEIRA; RODRIGUES, 2013).

2.1 As penalidades aplicáveis a partir da constatação da Alienação Parental

A Lei 12.318/10 enumera, em seu artigo 6º, as penalidades que podem ser aplicadas uma vez que existam indícios da ocorrência de atitudes que configurem alienação parental. Apresenta-se desta forma o artigo:

¹ A tutela de urgência é uma espécie de tutela provisória, juntamente com a tutela de evidência, nestas modalidades tem-se como base a probabilidade com um exame prévio e superficial da causa. (CÂMARA, 2015).

² Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. (BRASIL, 2015).



Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - declarar a suspensão da autoridade parental. (BRASIL, 2010).

No *caput* do citado artigo, a noção de que a aplicação de tais medidas delimitadas pela lei não impede a propositura de ações de responsabilidade civil, por danos morais e materiais por exemplo ou criminais, no caso de falsas denúncias. (MADALENO; MADALENO, 2018). Freitas (2014) faz considerações referentes à multa, em que essa normalmente está associada a alguma prática que deve ser coibida no alienado, como por exemplo para o descumprimento dos dias de visitas, não comparecimento no psicólogo. Também no que se refere à suspensão da autoridade parental, uma vez que após a aplicação dessa penalidade, a reincidência em ações de alienação parental, pode levar à extinção do poder familiar. (FREITAS, 2014). Constitui o poder familiar, segundo Diniz:

[...] conjunto de direitos e obrigações quanto à pessoa e bens do filho menor não emancipado, exercido, em igualdade de condições por ambos os pais, para que possam desempenhar os encargos que a norma jurídica lhes impõe, tendo em vista o interesse e a proteção do filho. (DINIZ, 2014, p.618).

Como dito, o poder familiar, poderá ser suspenso e até mesmo extinto. A suspensão poderá ocorrer devido ao cometimento de infrações elencadas no artigo 1.637³ do Código Civil, como por exemplo a delapidação do patrimônio material do filho, abuso da autoridade parental, sendo possível reaver o poder familiar. A extinção poderá ocorrer por causas judiciais, das quais previstas no artigo 1638 do Código Civil:

Art. 1.638. Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:

- I - castigar imoderadamente o filho;
- II - deixar o filho em abandono;
- III - praticar atos contrários à moral e aos bons costumes;
- IV - incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente.
- V - entregar de forma irregular o filho a terceiros para fins de adoção.

Parágrafo único. Perderá também por ato judicial o poder familiar aquele que:

- I – praticar contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar:
 - a) homicídio, feminicídio ou lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher;

³ Art. 1.637. Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha.

Parágrafo único. Suspende-se igualmente o exercício do poder familiar ao pai ou à mãe condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão (BRASIL, 2002).



- b) estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão;
- II – praticar contra filho, filha ou outro descendente.
 - a) homicídio, feminicídio ou lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher;
 - b) estupro, estupro de vulnerável ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão. (BRASIL, 2002).

Para Teixeira e Rodrigues (2013) as penalidades dispostas no artigo 6º podem ser enquadradas em duas categorias: as punitivas e as protetivas. A categoria das medidas punitivas estaria representada pelos incisos I, III, IV e VII, uma vez que são medidas que atingem e devem atingir somente o genitor alienador, enquanto as medidas protetivas apresentadas nos incisos II, V e VI visam garantir o melhor interesse da criança. (TEIXEIRA; RODRIGUES, 2013).

As penalidades aplicáveis visam reconstruir um ambiente de convívio saudável, bem como cercear o alienador, para que cesse suas ações. De forma a proteger as crianças e adolescentes que se encontrem sofrendo os malefícios da alienação parental, proporcionam uma maneira de proteger seus laços familiares e garantem a aplicação do princípio do melhor interesse da criança, restabelecendo, assim, uma relação sadia com seus genitores ou responsáveis e familiares.

3 Metodologia

Utilizou-se o método indutivo com o uso de pesquisa bibliográfica, nomeadamente, uma “revisão narrativa”, que se caracteriza por: não aplicar critérios explícitos e sistemáticos para a utilização e análise crítica da literatura; os estudos não precisam esgotar as fontes de informações; não requer estratégias de buscas exaustivas e, tanto a seleção dos estudos quanto a interpretação das informações, podem ser atingidas pela subjetividade dos autores. As revisões narrativas constituem-se de referências da literatura publicada em livros, artigos – impressos ou por meio eletrônico -, e análise crítica do autor. (ROTHER, 2007).

As buscas foram realizadas em livros e nas bases Scielo, e literatura cinza, especificamente Google acadêmico, sem restrição de datas, utilizando os descritores avaliação psicológica e alienação parental.

Na base de dados da literatura cinza, especificamente Google acadêmico, em virtude da amplitude de resultados, foi feita busca selecionando apenas alguns dos estudos que contemplassem o objetivo desta pesquisa.

4 Resultados

A avaliação psicológica é um procedimento que ocorre por meio de instrumentos como: entrevistas, técnicas e testes psicológicos, observação de comportamento, dentre outros. O objetivo desse procedimento é chegar a uma conclusão sobre o funcionamento psicológico do sujeito. A avaliação psicológica está inserida em diversos campos de atuação do psicólogo, inclusive na área de psicologia jurídica. Nesse contexto ela é conhecida como avaliação psicológica pericial ou perícia psicológica forense e tem o intuito de subsidiar decisões judiciais. (JUNG, 2014).

A perícia psicológica forense é a avaliação do estado psíquico dos sujeitos com a finalidade de ilustrar alguns aspectos do seu funcionamento psicológico para fornecer informações técnicas à pessoa que solicitou a perícia, normalmente o juiz. Durante a perícia psicológica, todo o processo de avaliação, que é feito por instrumentos adequados, deve ser exclusivamente direcionado aos objetivos judiciais. Considerada um meio de prova na área forense e utilizada para



auxiliar o juiz durante a sua tomada de decisão, a perícia psicológica é materializada pelo laudo pericial. (JUNG, 2014).

A escolha dos instrumentos que serão utilizados durante a avaliação pericial vai depender das especificidades de cada caso que está sendo analisado. A partir das determinações judiciais prévias e da leitura do processo em questão são criadas hipóteses para serem investigadas durante a perícia psicológica. A metodologia utilizada durante as perícias psicológicas, de modo geral, são as seguintes:

- a) leitura dos autos do processo (identificação da demanda, das questões psicológicas que serão alvo da investigação pericial e dos quesitos que deverão ser respondidos pelo psicólogo);
- b) levantamento das hipóteses prévias que nortearão a coleta dos dados;
- c) coleta dos dados junto ao sujeito (entrevista inicial) e, quando necessário, junto a terceiros ou a instituições;
- d) planejamento da bateria de testes/técnicas mais adequada para o caso;
- e) aplicação da bateria de testes;
- f) interpretação dos resultados dos testes à luz dos dados colhidos nos autos processuais e na(s) entrevista(s);
- g) redação do informe psicológico com o objetivo de responder à demanda jurídica que motivou tal avaliação (e, quando presentes, responder aos quesitos/perguntas constantes no processo judicial). (JUNG, 2014, p. 02).

Para Shine (2009, p. 40) “a perícia psicológica é um recurso previsto no Código do Processo Civil para instruir litígios processuais em vara de família”. A partir do processo de avaliação pericial é formulado um laudo psicológico que deve preencher os requisitos formais, para ser aceito como prova dentro no meio jurídico.

Nos casos de alienação parental, em que há um conflito nas situações de litígio, Duarte (2017) defende que a perícia psicológica com a criança deve ser feita a partir de brincadeiras, histórias, desenhos, jogos e dramatizações, pois para a autora, as crianças constroem os seus conflitos internos por meio do mundo simbólico, os expressando pelo seu corpo. A observação dos sintomas apresentados pela criança que está sob suspeita de alienação parental também é um ponto crucial dentro desse processo avaliativo, pois esses sintomas infantis podem revelar a verdadeira intenção do genitor alienante. (DUARTE, 2017).

O psicólogo deve iniciar a perícia psicológica estudando o processo, com o intuito de extrair dados importantes sobre o litígio para levantar as primeiras hipóteses do caso a serem investigadas. Os métodos e a técnicas utilizadas durante o processo de perícia deverão ser selecionados conforme as seguintes perguntas:

- As estratégias escolhidas estão disponíveis?
- São éticas?
- São aceitáveis para o meio e o contexto profissional e social?
- São práticas? (ROVINSKI, 2004, p. 64).

Um dos métodos utilizados na perícia psicológica são as entrevistas, elas oferecem a oportunidade de observar e avaliar a linguagem não verbal, a conduta e as emoções que estão associadas à verbalização dos entrevistados durante a avaliação psicológica. Na observação, o perito deve estar embasado teoricamente sobre as possíveis formas de simulação e dissimulação para conseguir identificar estes comportamentos durante a sua investigação. Em todo o decorrer desse processo, o investigador ou perito deve manter uma postura de neutralidade, imparcialidade e objetividade. (ROVINSKI, 2004).

Outros métodos que o psicólogo pode utilizar durante o processo pericial são os testes psicológicos, estes são caracterizados por objetivar o estado mental dos indivíduos com maior precisão. Sendo assim, os testes são uma forma padronizada de avaliar as habilidades funcionais,



déficits, personalidade e *status* mental dos sujeitos. Como já foi explicado anteriormente, a escolha dos testes psicológicos irá depender da demanda que o processo litigioso necessita, mas dentre eles podem ser citados o Machover, HTP, Desenho da família, T.A.T., dentre outros, com o objetivo de observar, identificar e medir os comportamentos que são considerados importantes para a perícia, ou seja, aquilo que a lei pretende saber sobre determinada conduta humana. (ROVINSKI, 2004).

A escolha dos testes psicológicos irá depender da demanda que o processo litigioso necessita. A utilização dos testes psicológicos permite à perícia:

Maior uniformidade nos procedimentos e definições na avaliação de habilidades legais relevantes, evitando-se os erros e desvios;
Maior uniformidade permite comparações de condutas do sujeito através do tempo;
Métodos de avaliação quantitativos permitem a construção de amostras normativas que favorecem a interpretação da conduta com normas;
Possibilidade de comparação entre resultados de diferentes examinadores;
Permite programas de pesquisa sobre validade e confiabilidade dos métodos de avaliação. (ROVINSKI, 2004, p. 87).

Em uma pesquisa realizada no estado do Rio Grande do Sul, por Rovinski e Elgues (1999), levantou-se que 87% dos psicólogos forenses pesquisados utilizavam instrumentos além da entrevista clínica, dando preferência para os projetivos e gráficos e, dentre eles, podem ser citados os testes gráficos projetivos como o House Tree Person (HTP)⁴ e o projetivo Teste de Apercepção Temática (T.A.T)⁵, dentre outros.

Esses instrumentos são, geralmente, desenhados para avaliar estados psicopatológicos, traços de personalidade e inteligência geral. Apesar de terem um papel importante no processo de avaliação psicológica, nem sempre são capazes de satisfazer as necessidades impostas pela demanda legal, quanto à relevância e à credibilidade. Os autores salientam a importância de uma utilização criteriosa desses instrumentos, considerando a relevância para a questão legal específica, a relevância hipotética dos resultados do teste, a limitação na reconstrução de contextos e a consideração sobre a validade aparente, isto é, sua aceitação como instrumento de valor reconhecido junto ao contexto jurídico. (ROVINSKI, 2004, p.185).

O psicólogo atua nas Varas de Família como perito, a partir de determinações judiciais, “analisando os litígios que lhes são apresentados para o parecer técnico, utilizando para tanto o seu conhecimento técnico ou científico”. (RODRIGUES, COUTO, HUNGRIA, 2008, p. 22). A maior demanda desse profissional dentro da Vara familiar é de disputa de guarda, quando por exemplo,

⁴ O H-T-P, técnica projetiva de desenho da Casa – Árvore – Pessoa, como todas as técnicas projetivas, estimula a projeção de elementos da personalidade e de áreas de conflito, permitindo que eles sejam identificados com o propósito de avaliação e usados para o estabelecimento de comunicação efetiva. (Brelet-Fourlard; Chabert, 2005).

⁵ O TAT é um instrumento psicológico do tipo projetivo, elaborado em 1935 nos Estados Unidos por Henry A. Murray e Christina D. Morgan e em 1943 sua forma definitiva foi publicada. É utilizado para revelar impulsos, emoções, sentimentos, complexos e conflitos da personalidade, expondo tendências que o paciente não pode admitir por não ter consciência delas, sendo um importante recurso para estudos da personalidade, interpretação do comportamento, doenças psicossomáticas, neuroses e psicoses. (Brelet-Fourlard; Chabert, 2005).



os genitores tiveram uma separação mal resolvida e ainda estão em conflito. Ou seja, a pericia psicológica é acionada em situações das quais a esfera emocional ultrapassa a esfera legal. (RODRIGUES, COUTO, HUNGRIA, 2008).

Nos processos em que se deseja diagnosticar a síndrome de alienação parental, o perito deve realizar entrevistas conjuntas com todas as partes envolvidas nesse fenômeno, pois segundo Lago e Bandeira, “É durante as entrevistas conjuntas que o examinador tem a possibilidade de confrontar as informações e investigar a verdade”. (2009, p. 295).

Apesar das conquistas no conhecimento desse fenômeno, ainda há um caminho a ser percorrido, especialmente quanto à escassez de estratégias consistentes para a identificação, enquadramento e encaminhamento resolutivo da alienação.

Por ser tratar de uma situação conflitiva, permeada por fatores sociais, psicológicos e jurídicos, a identificação de achados que comprovam a existência de Alienação Parental muitas vezes recai sobre pressupostos de inferência empírica, o que dificulta a assertividade dos resultados. (TRINDADE, 2013)

Baseadas na emergente necessidade de auxiliar a identificação e confirmação objetiva surgiram as Escalas de Indicadores Legais de Alienação Parental, que constituem um instrumento digital, apresentado sob a forma de Escala, que se destina a auxiliar na identificação de indicadores legais. Trata-se de um instrumento de natureza quantitativa/qualitativa destinado a instrumentalizar os profissionais que compõem as equipes multidisciplinares de que trata o artigo 5º, parágrafo 2º, da Lei 12.318/2010. Entre os objetivos específicos estão: Avaliar a incidência dos fatores indicadores legais de Alienação Parental; - Constatar a intensidade e cronicidade de Alienação Parental; - Analisar os tipos de indicadores predominantes da Alienação Parental; - Verificar consistência no cruzamento dos achados sobre a descrição dos indicadores de alienação parental. (TRINDADE, 2017).

A utilização inadequada ou com desvio de finalidade é de inteira responsabilidade do usuário, que antes deverá firmar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Por se tratar de uma questão própria do Direito de Família, que abrange no mínimo três envolvidos (filho e genitores), a Indicadores Legais de Alienação Parental é composta por três modelos diferenciados. As duas primeiras destinam-se ao filho, que responderá questões igualitárias sobre os comportamentos da mãe e do pai, e, separadamente, cada uma delas. A terceira escala deverá, sempre que possível, ser respondida por ambos os genitores (ou terceiros que tenham a guarda), e compreende a análise da criança ou adolescente em questão. Os três modelos interligam-se em uma mesma sistemática, na busca convergente de indicadores legais de Alienação Parental. (TRINDADE, 2017).

As Escalas de Indicadores Legais de Alienação Parental são compostas por três diferentes questionários - Escala para a criança/adolescente em relação à mãe, Escala para a criança/adolescente em relação ao pai, e Escala para os genitores em relação ao filho – com 21 itens cada. Os itens elaborados correspondem às sete formas exemplificativas de Alienação Parental descritas na Lei 12.318/2010. (TRINDADE, 2017).

Para cada forma exemplificativa foram construídos três indicadores situacionais, diretos ou indiretos, e distribuídos ao longo do questionário de forma aleatória, sendo eles (TRINDADE, 2017):

I- Realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da maternidade ou paternidade:		
Escala para a criança/adolescente em relação à mãe	Escala para a criança/adolescente em relação ao pai	Escala para os genitores em relação ao filho



1 - Minha mãe diz que o meu pai é uma pessoa boa.	1- Meu pai diz que a minha mãe é uma pessoa boa.	1- Meu filho (a) me considera uma pessoa boa.
12- Minha mãe diz que o meu pai fez coisas erradas e por isso não gosto dele.	12- Meu pai diz que minha mãe fez coisas erradas e por isso não gosto dela.	12- Meu filho (a) considera que fiz muitas coisas erradas e por isso não gosta de mim.
21- Minha mãe diz que o meu pai não me ama e não se interessa por mim.	21- Meu pai diz que a minha mãe não me ama e não se interessa por mim.	21- Meu filho (a) considera que não o amo (a) e não me interessa por ele (a).

II - Dificultar o exercício da autoridade parental;		
Escala para a criança/adolescente em relação à mãe	Escala para a criança/adolescente em relação ao pai	Escala para os genitores em relação ao filho
5- Minha mãe diz que é somente ela quem pode mandar em mim.	5- Meu pai diz que é somente ele quem pode mandar em mim.	5- Meu filho considera que eu não tenho autoridade sobre ele (a).
13- Quando faço coisas erradas e o meu pai me repreende, minha mãe o apoia e mostra que ele está preocupado com a minha educação.	13- Quando faço coisas erradas e o minha mãe me repreende, meu pai a apoia e mostra que ela está preocupada com a minha educação.	13- Quando preciso repreender meu filho (a) ele reconhece que o faço por estar preocupado com a sua educação.
20- Minha mãe diz que não devo obedecer meu pai, pois ele não merece respeito.	20- Meu pai diz que não devo obedecer minha mãe, pois ela não merece respeito.	20- Meu filho (a) não me obedece, pois considera que eu não mereço respeito.

III – dificultar contato de criança ou adolescente com o genitor		
Escala para a criança/adolescente em relação à mãe	Escala para a criança/adolescente em relação ao pai	Escala para os genitores em relação ao filho
2- Quando estou com minha mãe e meu pai quer falar comigo, ela diz que eu não posso falar ou estou ocupado mesmo não sendo verdade.	2- Quando estou com minha mãe e meu pai quer falar comigo, ela diz que eu não posso falar ou estou ocupado mesmo não sendo verdade.	2- Quando não estou com o meu filho (a) e tento falar com ele, não consigo contatá-lo.
8- Minha mãe diz que não devo falar com o meu pai pelo telefone ou pela internet (MSN, Skype, Facebook, etc.).	8- Meu pai diz que não devo falar com minha mãe pelo telefone ou pela internet (MSN, Skype, Facebook, etc.).	8- Quando não estou com o meu filho, não consigo falar com ele (a) pelo telefone ou pela internet (MSN, Skype, Facebook, etc.).
15- Minha mãe incentiva que ligue ou encontre o meu pai quando ficamos tempo sem nos vermos.	15- Minha mãe incentiva que ligue ou encontre o meu pai quando ficamos tempo sem nos vermos.	15- Meu filho (a) me liga ou vai ao meu encontro quando ficamos tempo sem nos vermos.



IV – dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

Escala para a criança/adolescente em relação à mãe	Escala para a criança/adolescente em relação ao pai	Escala para os genitores em relação ao filho
10- Minha mãe não gosta que eu conviva com o meu pai e a família dele.	10- Meu pai não gosta que eu conviva com a minha mãe e a família dela.	10- Meu filho não convive comigo e com os meus familiares.
17- Quando estou com a minha mãe e tenho que encontrar o meu pai, ela inventa alguma coisa e eu acabo não podendo ir.	17- Quando estou com o meu pai e tenho que encontrar a minha mãe, ele inventa alguma coisa e eu acabo não podendo ir.	17- Quando vou rever o meu filho (a) acontece alguma coisa e ele acaba não podendo ir.
18- Minha mãe faz com que rever o meu pai seja uma coisa boa, que ocorre de maneira fácil e tranquila.	18- Meu pai faz com que rever a minha mãe seja uma coisa boa, que ocorre de maneira fácil e tranquila.	18- Para o meu filho estar comigo é uma coisa boa, que ocorre de maneira fácil e tranquila.

V – omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

Escala para a criança/adolescente em relação à mãe	Escala para a criança/adolescente em relação ao pai	Escala para os genitores em relação ao filho
6- Quando vou ao médico com a minha mãe ela informa para o meu pai o que houve na consulta.	6- Quando vou ao médico com o meu pai ele informa para a minha mãe o que houve na consulta.	6- Quando o meu filho (a) vai ao médico e não o acompanho, sou informado (a) sobre o que houve na consulta.
7- Se acontece alguma coisa importante comigo é só a minha mãe que fica sabendo.	7- Se acontece alguma coisa importante comigo é só o meu pai que fica sabendo.	7- Se acontece alguma coisa importante na vida do meu filho eu fico sabendo.
19- Minha mãe esconde do meu pai o que acontece comigo na escola.	19- Meu pai esconde da minha mãe o que acontece comigo na escola.	19- Não sou informado sobre que acontece com o meu filho (a) na escola.

VI – apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar e dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

Escala para a criança/adolescente em relação à mãe	Escala para a criança/adolescente em relação ao pai	Escala para os genitores em relação ao filho
3- Eu não convivo com o meu pai porque a minha mãe insiste que ele me faz mal.	3- Eu não convivo com a minha mãe porque o meu pai insiste que ela me faz mal.	3 – Eu não convivo com o meu filho, pois ele acredita que lhe fiz mal.



9 - Quando me machuco minha mãe insiste em dizer que foi por culpa do meu pai.	9 - Quando me machuco meu pai insiste em dizer que foi por culpa da minha mãe.	9- Quando meu filho se machuca, a mãe/pai dele (a) diz que a culpa foi minha.
14- Minha mãe diz que o meu pai cuida bem de mim e não me faria mal.	14- Meu pai diz que a minha mãe cuida bem de mim e não me faria mal.	14- Meu filho (a) considera que cuida bem dele.

VII – mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.		
Escala para a criança/adolescente em relação à mãe	Escala para a criança/adolescente em relação ao pai	Escala para os genitores em relação ao filho
4- Minha mãe não se mudaria para um lugar em que eu ficasse longe do meu pai.	4- Meu pai não se mudaria para um lugar em que eu ficasse longe da minha mãe.	4- Meu filho (a) não se mudaria para um lugar em que ficasse longe de mim.
11- Minha mãe muda de casa e isso dificulta que eu conviva com o meu pai e a família dele.	11- Meu pai muda de casa e isso dificulta que eu conviva com a minha mãe e a família dela.	11- Meu filho muda de casa, dificultando a convivência dele (a) comigo e com a minha família.
16- Minha mãe troca de casa e meu pai não fica sabendo.	16- Meu pai troca de casa e minha mãe não fica sabendo.	16- O pai (mãe) do meu filho (a) troca de casa e eu não fico sabendo.

As Escalas visam constatar, não apenas a existência ou não de alienação parental, mas, sobretudo, ponderar acerca da intensidade em que tal condição é experienciada. As Escalas de Indicadores Legais de Alienação Parental devem ser autoaplicadas, sempre que possível, para ambos os genitores e filho (s) envolvido (s), fornecendo uma percepção mais assertiva e solidificada dos achados. Crianças que não detenham essa condição podem responder a Escala com auxílio de profissional comprovadamente qualificado na área de alienação parental. As Escalas de Indicadores Legais de Alienação Parental constituem uma técnica de autoresposta, devendo ser respondidas de forma individual e sem a influência ou interferência de terceiros. (TRINDADE, 2017).

Considerando as capacidades esperadas para o estágio de desenvolvimento emocional e cognitivo, recomenda-se que a utilização das Escalas de Indicadores Legais de Alienação Parental em crianças (até 12 anos) seja acompanhada por profissional com conhecimento, experiência e treinamento especializado em alienação parental. (TRINDADE, 2017).

5 Conclusão

A investigação sobre a alienação parental deve ser minuciosa e de responsabilidade de um psicólogo especializado, pois será considerada um meio de prova judicial e auxiliará o magistrado a tomar decisões.

Após o estudo minucioso sobre o caso, durante a avaliação pericial o psicólogo fará a escolha dos instrumentos e metodologia a serem utilizados, conforme o caso. Os testes projetivos são os mais utilizados.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, 87% dos psicólogos utilizam, além da entrevista clínica, testes gráficos projetivos, como o Horse Tree Person e o Teste de Apercepção Temática.



As Escalas de Indicadores Legais de Alienação Parental são compostas por três diferentes questionários - Escala para a criança/adolescente em relação à mãe, Escala para a criança/adolescente em relação ao pai, e Escala para os genitores em relação ao filho – com 21 itens cada.

Uma vez constatada a alienação parental e sua intensidade, o magistrado definirá qual(is) penalidade(s) será(ão) aplicada(s) ao alienador, conforme o artigo 6º. da Lei, o que também não impede a condenação civil ou criminal. Outrossim, dentre as penalidades aplicáveis ao alienador, há também medidas de caráter protetivo à criança e/ou ao adolescente, com o objeto de resgatar a convivência familiar sadia.

Por fim, as penalidades visam o melhor interesse da criança e do adolescente, direito constitucionalmente assegurado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069**, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 11 de jul 2019.

BRASIL. **Alienação Parental, Lei nº 12.318**, de 26 de agosto de 2010. DOU de 26/08/2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm>. Acesso em: 11 de jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 22.jul. 2019.

CÂMARA. Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRELET-FOURLARD, F.; CHABERT, C. **O Novo Manual do TAT: Abordagem Psicanalítica**. São Paulo, SP: Vetor. 2005.

DA CUNHA PEREIRA, Rodrigo. **Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. Disponível em:<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/2272/Tese_Dr.%20Rodrigo%20da%20Cunha.pdf>. Acesso em 11 jul. 2019.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, v. 5: Direito de Família. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DUARTE, Lenita Pacheco Lemos. A dimensão trágica da alienação parental nos conflitos familiares: fragmentos da clínica. **ATUALIDADE EM PSICOLOGIA JURÍDICA**, Rio de Janeiro – RJ: NAU, 2017.

FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. **Alienação parental**. 2. ed. – São Paulo : Saraiva, 2014.



FREITAS, Diogo Phillips. **Alienação parental: comentários à Lei 12.318/2010**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

JUNG, Flávia Hermann. Avaliação psicológica pericial: áreas e instrumentos. **Revista Especialize On-line IPOG-Goiânia–Edição Especial**, n. 008, 2014.

LAGO, Vivian de Medeiros; BANDEIRA, Denise Ruschel. A Psicologia e as demandas atuais do direito de família. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 29, n. 2, p. 290-305, 2009.

MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais**. 5. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

ROCHA, Karina Ferreira da. **Alienação parental: um mal devastador às crianças e adolescentes**. 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-155/alienacao-parental-um-mal-devastador-as-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em 11. jul. 2019

ROCHA, Mônica Jardim. **Alienação Parental: a mais grave forma de abuso emocional**. In PAULO, Beatrice Marinho (coord.) *Psicologia na prática jurídica: a criança em foco*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RODRIGUES, Maria Cláudia; COUTO, Eunice Maria; HUNGRIA, Maria Cristina Leme. A influência dos laudos psicológicos nas decisões judiciais das Varas DE família e Sucessões do Fórum Central da capital de São Paulo. **AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E LEI: Adoção, Vitimização, Dano Psíquico, Separação Conjugal e outros temas**, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2018.

ROTHER, Edna Terezinha.. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), V-VI. 2007 Recuperado em 05 de dezembro de 2018 em <http://www.redalyc.org/pdf/3070/307026613004.pdf>

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **FUNDAMENTOS DA PERÍCIA PSICOLÓGICA FORENSE**. São Paulo: Vetor, 2004.

SHINE, Sidney Kiyoshi. Andando no fio da navalha: riscos e armadilhas na confecção de laudos psicológicos para a justiça. **Saúde, Ética & Justiça**, v. 14, n. 1, p. 40-41, 2009.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. Alienação parental: aspectos materiais e processuais. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 2, n. 1, jan.-mar./2013. Disponível em: <http://civilistica.com/alienacao-parental/>. Acesso em 11 jul. 2019.

TRINDADE, J. *Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito*. 6ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

TRINDADE, Jorge. Escala de alienação parental: Indicadores legais de alienação parental. Porto Alegre, 2013. Disponível em: http://www.codajic.org/sites/www.codajic.org/files/30%20-%20ESCALA%20DE%20ALIENA%C3%87%C3%83O%20PARENTAL_0.pdf. Acesso em: 02 jun. 2019.

Fonte financiadora: UNESC. Edital n. 101/2018.



6637680 - A TRIDIMENSIONALIDADE DO DIREITO EM MIGUEL REALE

Caroline Rabello Cabreira de Souza, Michel Alisson da Silva

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O presente artigo visa o desenvolvimento de uma revisão bibliográfica das contribuições de Miguel Reale sobre a compreensão do que é Direito e como se desenvolve seu conceito de tridimensionalidade. O projeto está integrado nas atividades do Grupo de Pesquisa em Republicanismo e Instituições Políticas - Res Publicae – do curso de Direito e se caracteriza como uma pesquisa qualitativa exploratória, com o objetivo principal de revisar os conteúdos do autor supracitado, abordando sobretudo sua concepção de Direito, bem como as contribuições geradas e as críticas relativas a esse entendimento em outros estudiosos.

Palavras-Chave: Tridimensionalidade. Direito. Reale.

1. Introdução

As ideias sobre a tridimensionalidade do Direito não se resumem a um único autor, posto que grandes filósofos como Icilio Vanni, Del Vecchio e Adolfo Ravà já aplicavam a repartição desse objeto para fins pedagógicos. Conquanto, Miguel Reale traz à vida uma nova concepção, cuja estrutura transcende os limites positivistas, usualmente representados por Hans Kelsen, e ousa ao conceber a “fórmula realeana”, a qual tornou-se uma das mais célebres teorias do Direito, não somente no Brasil como no mundo.

Ao alegar em sua obra que “o Direito é uma integração normativa de fatos segundo valores” (REALE, 1968, p. 97), é possível perceber que o autor não vê o Direito como a manifestação exclusiva de um dos elementos, mas sim, como a ação dos três de forma conjunta e inseparável, pois a norma jurídica é apenas a indicação de um caminho, que parte do fato, culminando no valor. Ainda, a concepção unilateral do fenômeno do Direito acarretaria uma tridimensionalidade genérica, ou seja, para Reale, observar a experiência jurídica unicamente perante o campo do moralismo, do sociologismo ou do normativismo traria como consequência reduções indesejáveis, uma vez que são apagadas características fundamentais do objeto estudado.

Dessa forma, faz-se necessária a análise da Teoria Tridimensional posta pelo jurista Miguel Reale, dado que o Direito é um fenômeno histórico-cultural e deve se manter sempre consoante com a sociedade que o abriga. As normas jurídicas não podem resultar da mera vontade do legislador, e a experiência jurídica não pode ser resumida a normas, o Direito deve ser enxergado como a equação perfeita entre os três elementos: fato, valor e norma.

2. Referencial Teórico

2.1. A ESTRUTURA SOCIAL AXIOLÓGICO-NORMATIVA

Por ser parte integrante das ciências humanas e não fugir de um dos traços mais marcantes dela, o Direito não cabe em uma conceituação clara e objetiva, mas pelo contrário, ele agrega ao seu significado inúmeras nuances, as quais dependem de determinados fatores. A história do homem foi e continua sendo um deles, logo, possui caráter essencial, uma vez que é nela que se descobre como ser humano vem vivenciando o direito e como este se apresentou em primeiro lugar a aquele.



Dessarte, Miguel Reale discorre em sua obra “Filosofia do Direito” sobre a importância de reconhecer que o homem, inicialmente, viveu o Direito como experiência, realizando-o como fato social, sempre relacionado à religião e aos mitos de determinada cultura, pois é característico dele ser um fenômeno ligado à vida social do homem. Entretanto, nesse ponto, o ser humano ainda não reconhecia as relações, atos e comportamentos próprios desse âmbito, impedindo que se tornasse uma ciência. Após a superação da imagem do Direito ligado unicamente ao sentimento de justiça, esse passa a ser analisado como fato, todavia, é estudado de forma metódica somente na Idade Moderna. Por fim, em uma terceira fase o fenômeno jurídico passa a ser visto como norma, episódio que sofreu grande influência do Direito Romano.

Logo ao realizar essa viagem, Reale consegue deixar explícito o porquê da necessidade do fato, do valor e da norma, e leva a conclusões como a de Gonzaga e Roque (2017):

“[...] onde quer que se encontre a experiência jurídica haverá um fato como condição da conduta, que liga sujeitos entre si; haverá o valor como intuição primordial, que avaliará o fato; haverá a norma, que é a medida de concreção do valioso no plano da conduta social.”

Ou seja, não viável realizar a separação dos três elementos primordiais do Direito, posto que esses carecem de complementariedade, e de forma alguma apresentam-se isoladamente em um contexto de social.

2.2. SUBCLASSES DO TRIDIMENSIONALISMO

Aceita a tripartição do direito em fatores essenciais, duas vertentes tomam importância: o Tridimensionalismo Abstrato ou Genérico e o Tridimensionalismo Específico, sendo que ambos aceitam a existência do fato, do valor e da norma na experiência jurídica, contudo, lidam com os elementos de formas distintas.

2.2.1. O tridimensionalismo genérico

A dada concepção busca explicar o Direito partindo de um olhar privilegiado para determinado elemento, não negando a existência dos demais, porém, não destina grande atenção a eles. As teorias reducionistas podem ser o Sociologismo Jurídico, o Moralismo jurídico e o Normativismo Jurídico.

<i>Elementos constitutivos</i>		<i>Nota dominante</i>		<i>Concepções unilaterais</i>	
Fato	→	Eficácia	→	Sociologismo jurídico	} <i>Tridimensionalidade genérica</i>
Valor	→	Fundamento	→	Moralismo jurídico	
Norma	→	Vigência	→	Normativismo abstrato	

Fonte: CELLA, José Renato Gaziero, 2001. Adaptado.

2.2.1.1. Sociologismo Jurídico



Encontrado em diversas correntes, o Sociologismo Jurídico implica a simplificação do fenômeno jurídico ao fato social, logo, negligência as atuações do valor e da norma. A teoria de Karl Marx e Friedrich Engels exemplifica muito bem a manifestação desse ponto de vista: ao reduzir a experiência jurídica à economia, os autores deixam de lado a influência do positivismo e da moral, dessa forma, veem o Direito apenas como um fato da sociedade, cuja natureza alimenta um sistema opressivo.

Vai de encontro com a visão sociológica dos autores supracitados o que aponta Chauvi (1980, p. 35):

“Através do Estado, a classe dominante monta um aparelho de coerção e de repressão social que lhe permite exercer o poder sobre toda a sociedade, fazendo-a submeter-se às regras políticas. O grande instrumento do Estado é o Direito, isto é, o estabelecimento das leis que regulam as relações sociais em proveito dos dominantes. Através do Direito, o Estado aparece como legal, ou seja, como “Estado de direito”. O papel do Direito ou das leis é o de fazer com que a dominação não seja tida como uma violência, mas como legal, e por ser legal e não violenta deve ser aceita. A lei é direito para o dominante e dever para o dominado. Ora, se o Estado e o Direito fossem percebidos nessa sua realidade real, isto é, como instrumentos para o exercício consentido da violência, evidentemente ambos não seriam respeitados e os dominados se revoltariam.”

Para esses pensadores o Direito é um elemento histórico-cultural, entretanto, essa simplificação é perigosa. Os componentes sociológicos de um meio influenciam diretamente a experiência jurídica, mas ela não pode ser assim resumida, uma vez que dessa forma será capaz de perder traços fundamentais de sua existência.

2.2.1.2. Normativismo Jurídico

A abordagem que traz à memória o jurista e filósofo austríaco Hans Kelsen toma como bandeira o Direito de natureza puramente normativa, sem grande interesse nos seus aspectos morais e sociológicos. Em sua principal obra, “Teoria Pura do Direito”, Kelsen (1934, p. 1) afirma:

“Quando a si própria se designa como ‘pura’ teoria do Direito, isto significa que ela se propõe garantir um conhecimento apenas dirigido ao Direito e excluir deste conhecimento tudo quanto não pertença ao seu objeto, tudo quanto não se possa, rigorosamente, determinar como Direito. Quer isto dizer que ela pretende libertar a ciência jurídica de todos os elementos que lhe são estranhos. Esse é o seu princípio metodológico fundamental.”

Mas o fenômeno jurídico não pode ser apático a outras dimensões da vida humana, e é a partir desse ponto que surge a maior divergência entre o autor que é a expressão máxima do Positivismo Jurídico e Miguel Reale, uma vez que o último vê o Direito como uma interligação entre fato, valor e norma sem exaltar um dos componentes em detrimento aos outros, ao contrário de Kelsen.

Nas palavras de Reale (1968, p. 61) explicita-se essa diferença:

Deve-se “entender por norma jurídica bem mais que uma simples proposição lógica de natureza ideal: é antes uma realidade cultural e não mero instrumento técnico de medida no plano ético da conduta, pois nela e através dela se compõem conflitos de interesses, e se integram renovadas tensões fático-axiológicas, segundo razões de oportunidade e prudência.”



Outro autor que merece destaque por sua antítese ao austríaco é o jurista soviético Evgeni Bronislávovich Pachukanis, o qual teve sua vida prematuramente encerrada devido a perseguição do governo Stalinista. Falecido em 1937, Pachukanis foi pai de obras proscritas durante décadas, cujas traduções para o português foram feitas recentemente.

Entre os materiais por ele elaborados “Teoria Geral do Direito e Marxismo” (1924) é o que aqui merece mais destaque. Nesse texto, o teórico que se enquadra na concepção do Sociologismo Jurídico, critica a ideologia de Hans Kelsen e de todo o Normativismo Jurídico ao afirmar que:

“O direito, enquanto fenômeno social objetivo, não pode esgotar-se na norma ou na regra, seja ela da escrita ou não. A norma como tal, isto é, o seu conteúdo lógico, ou é deduzida diretamente das relações já existentes ou, então, representa quando é promulgada como lei estadual apenas um sintoma que permite prever com certa probabilidade o futuro nascimento das relações correspondentes. Para afirmar a existência objetiva do direito não é suficiente conhecer apenas seu conteúdo normativo, mas é necessário igualmente saber se este conteúdo normativo é realizado na vida, ou seja, através das relações sociais.” (PACHUKANIS, 1924, p. 48)

Apesar de se encontrar em uma ramificação da tridimensionalidade que comete equívocos reducionistas, assim como Kelsen, Pachukanis expõe que a experiência jurídica não pode nem deve ser voltada inteiramente para as leis, uma vez que essas são apenas os reflexos dos demais fatores intrínsecos à convivência humana. Todavia, tanto ao analisar a obra do soviético quanto a do austríaco, é possível concluir que em ambas há descaso com conteúdos necessários para o estudo do Direito, divergindo, assim, da construção teórica de Miguel Reale, que apresenta uma correlação entre os três elementos básicos do Direito, contemplando todas as suas necessidades.

2.2.1.3. Moralismo Jurídico

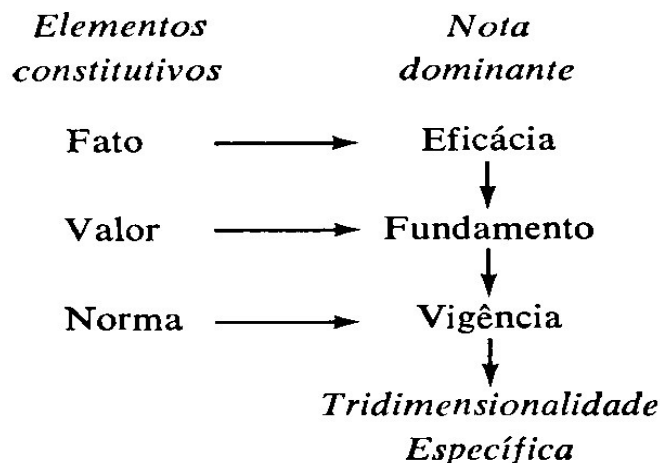
Seguindo o mesmo raciocínio, se o sociologismo privilegia o elemento fato, o normativismo se volta exageradamente para a norma, o Moralismo Jurídico apresenta uma concepção na qual o valor é a peça que merece mais destaque.

Os indivíduos que se enquadram nessa vertente são os chamados “moralistas”, pois conforme Reale “não compreendem juridicidade indiferente à licitude ou ilicitude moral da conduta prescrita ou proibida, vinculando o Direito à Moral de maneira absoluta” (1953, p. 481).

Os representantes dessa ideia são encontrados frequentemente entre os Jusnaturalistas, os quais acreditam em direitos pré-existentes e soberanos, logo, para eles, o direito positivo não deve de forma alguma fugir desses preceitos.

2.2.2. Tridimensionalismo Específico

Como abordado nos tópicos anteriores, as teorias englobadas pelo Tridimensionalismo Genérico podem induzir a erros indesejados na análise jurídica, contudo, não é necessário que se escolha um dos três elementos para receber maior destaque. O Tridimensionalismo Específico vai além de concepções reducionistas, unindo as esferas autônomas do fato, do valor e da norma.



Fonte: CELLA, José Renato Gaziero, 2001. Adaptado.

No entanto, mesmo que o Tridimensionalismo Específico não caia nas simplificações da Tridimensionalidade Genérica, ele pode cometer a falha de se tornar estático, não indo “além de uma justaposição de esferas autônomas, no fundo incomunicáveis, e incapaz de dar-nos a unidade do Direito” (REALE, 1953, p. 542). Ou seja, não basta que fato, valor e norma sejam reconhecidos como os elementos básicos do Direito, mas que eles interajam entre si. Ciente disso, Miguel Reale defende, dentro da Tridimensionalidade Específica, a versão dinâmica e concreta dela.

2.2.2.1. Tridimensionalidade Dinâmica e Concreta

Pela perspectiva da Tridimensionalidade Dinâmica o grande problema das teorias genéricas é não estabelecer uma combinação entre os três elementos básicos do fenômeno jurídico. Como aponta Reale (1968, p. 57):

“Fato, valor e norma estão sempre presentes e correlacionados em qualquer expressão da vida jurídica, seja ela estudada pelo filósofo ou o sociólogo do direito, ou pelo jurista como tal, ao passo que, na tridimensionalidade genérica ou abstrata, caberia ao filósofo apenas o estudo do valor, ao sociólogo o do fato e ao jurista o da norma.”

A partir dessa crítica, Reale afirma em “O Direito como experiência” (1968) que existem duas verdades fundamentais acerca da composição do Direito que precisam ser lembradas.

Segundo o autor, é necessário que o objeto de estudo e as conclusões tomadas por sociólogos ou filósofos não coincidam com aquelas tidas pelos juristas, e vice-versa, uma vez que assim, todas as áreas seriam transformadas em uma unidade, em uma área de pesquisa uniforme. Contudo, a tridimensionalidade é a essência do Direito, logo, o fato, o valor e a norma, que são os pilares o sustentam, precisam agir de forma consoante, manifestando-se de modos diversos, dependendo da “orientação do estudo em função de um dos três elementos apontados, distinguindo-se pelo sentido de seu desenvolvimento respectivo, de conformidade com o sentido vetorial de cada tipo fundamental de pesquisa.”(REALE, 1968, p. 59)

Reale (1968, p.61) ainda aponta:

“As diferentes ciências, destinadas à pesquisa do direito, não se distinguem umas das outras por se distribuírem entre si fato, valor e norma, como se fossem fatias de algo divisível, mas sim pelo sentido dialético das respectivas investigações, pois ora



se pode ter em vista prevalentemente o momento normativo, ora o momento fático, ora o axiológico, mas sempre em função dos outros dois.”

Ou seja, Miguel Reale não trata a Tridimensionalidade Específica e Concreta como uma vertente na qual as áreas de estudo envolvidas chegarão aos mesmos resultados ou serão seccionadas, mas como uma vertente em que todo os elementos trabalham em consonância, podendo culminar em variações diversas de acordo com o ângulo escolhido, “a diferença é, pois, de ordem metodológica, segundo o alvo que se tenha em vista atingir” (REALE, 1968, p. 121)

Dessa forma há três ordens de estudos diferentes, mas interligadas:



Fonte: REALE, Miguel, 1968.

Nas palavras de Reale (1968, p. 120): “no primeiro caso, visa-se atingir a norma, para interpretá-la é aplicá-la, e temos a Dogmática Jurídica ou a Jurisprudência (sentido clássico desta palavra, equivalente a “Ciência do Direito”) Positiva. Donde se conclui que, nesse caso, estamos perante a dialeticidade do Direito enquanto este é cultivado pela Ciência do Direito, pela Dogmática Jurídica.” Já no segundo caso o Direito vai da norma para ao valor e ao fato, que é o ponto de chegada da Sociologia do Direito. Nela, o sociólogo não quer conhecer um fato qualquer, mas primordialmente o fato jurídico, dessa forma, não é capaz de alcançar seu objetivo sem se estruturar no valor e na norma. Por fim, a Filosofia Jurídica parte do fato e termina no valor, o qual buscar ser sempre uma modalidade do justo.

Assim, o fato, o valor e a norma “são dimensões essenciais do Direito, o qual é, desse modo, insuscetível de ser partido em fatias, sob pena de comprometer-se a natureza especificamente jurídica da pesquisa” (REALE, 1968, p. 59). Dessarte, conclui-se que o Direito é uma experiência trivalente, que precisa ser dotado de unidade. Todos os momentos do fenômeno jurídico devem ser estudados, sempre se mantendo a relação de um elemento com os demais, uma vez que esses são indissociáveis, e nenhum aspecto do Direito é sustentável sem que haja a colaboração dos três seguimentos envolvidos.

Isso posto, discorre Reale sobre o momento normativo da experiência jurídica, que inegavelmente recebe maior atenção por parte dos juristas:

“A Jurisprudência ou Ciência do Direito é dialética e concretamente normativa, assim como o jurista, como tal, só pode pensar sub specie regulativa, subordinando fatos e valorações à medida integrante que se contém nas regras de direito. Cada norma jurídica, considerada em si mesma, constitui uma integração racional de fatos e valores, tal como se aperfeiçoa graças à mediação do poder, o qual lhe assegura vigência nas conjunturas espaço-temporais. Quando o poder social ou o poder estatal, em virtude de seu ato decisório, aperfeiçoa o nascimento de uma norma costumeira ou legal, uma certa ordem de valores resulta consagrada, tomando-se obrigatória: a norma não é, assim, um “objeto ideal”, mas uma realidade cultural, inseparável das circunstâncias de fato e do complexo de estimativas que condicionam o seu surgir e o seu desenvolvimento, a sua vigência e, à luz desta, a sua eficácia.” (REALE, 1968, p. 60)



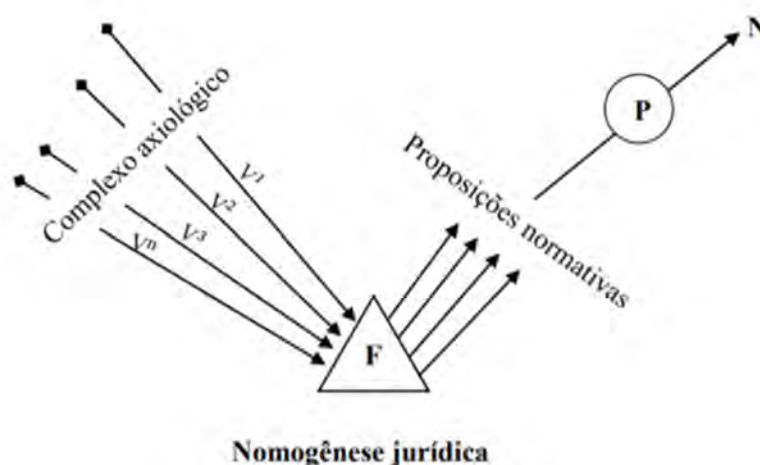
2.3. NOMOGÊNESE JURÍDICA

Conhecendo a formação do Direito, faz-se necessário que seja conhecido o processo de nascimento das normas jurídicas, o qual é denominado por Miguel Reale de Nomogênese.

É incontestável que em meio as inúmeras sociedades existentes há incontáveis juízos de valor que podem divergir em determinados pontos, entretanto, não somente em culturas distintas que os valores e vontades dos indivíduos são contrastantes. Não é preciso ir muito longe para ilustrar o exposto nessa afirmação, ao passo que o Brasil, um país de dimensões continentais, manifesta-se dessa forma quando são abordados assuntos de grande repercussão: a legalização do aborto e a política com viés armamentista do atual governo, por exemplo, são pautas que fazem opiniões conservadores e progressistas entrarem em conflito. Assim sendo, não é possível que todo fim almejado por determinado indivíduo ou comunidade seja válido, pois dessa forma a problemática relativista traria à tona a presunção de que todas as normas são válidas, tirando o espaço de desenvolvimento do fenômeno jurídico.

Portanto, Reale concebe mais um traço de sua teoria ao demonstrar que entre os diversos valores existentes apenas alguns deles são objetivados, porém, para que se torne viável essa seleção é imprescindível a manifestação do Poder, o qual realiza a “interferência da vontade na ordenação dos fins e na ordenação dos meios” (REALE, 1953, p. 551) determinando quais são as vontades positivas e negativas, a serem preservadas ou proibidas, respectivamente.

O processo nomogenético é comparado pelo autor à um raio luminoso, como mostra o esquema a seguir:



Fonte: REALE, Miguel, 1968, p.123.

Compreende-se que “V” é um feixe de valores que incide sobre o prisma “F”, ou seja, no âmbito dos fatos, que se refrata e se transforma em várias proposições normativas, as quais serão filtradas quando chegarem à esfera do Poder. Essa última sempre existirá, uma vez que ela é componente substancial da nomogênese, e é a partir dela que nasce a norma jurídica positivada. Ou seja, “o mundo jurídico é formado de contínuas “intenções de valor” que incidem sobre uma “base de fato”, refragando-se em várias proposições ou direções normativas, uma das quais se converte em norma jurídica em virtude da interferência do Poder.” (REALE, 1968, p. 124)

A fim de melhor exemplificar o esquema apresentado acima, tome-se como exemplo uma norma jurídica ligada à acessibilidade de pessoas com deficiência: diante de valores como o princípio da isonomia, o direito à liberdade e à vida digna, existe um cenário no qual indivíduos portadores de deficiência sentem-se invisíveis perante a sociedade, uma vez que usualmente se deparam com situações que lhes impõe barreiras urbanas, arquitetônicas, de transportes ou de comunicação. Surgem, então, proposições normativas que serão filtradas pelo Poder. No caso



brasileiro, após a aprovação do Poder Legislativo em 2015, entrou em vigor em 2016 o Estatuto da Pessoa com Deficiência, contemplando essa parcela marginalizada da população.

Cella (2001, p.83) sintetiza bem a concepção do autor estudado:

“A elaboração de uma determinada e particular norma de direito não é mera expressão do arbítrio do poder, nem resulta objetiva e automaticamente da tensão fático-axiológica operante em dada conjuntura histórico-social: é antes um dos momentos culminantes da experiência jurídica, em cujo processo se insere positivamente o poder (quer o poder individualizado em um órgão do Estado, quer o poder anônimo difuso no corpo social, como ocorre na hipótese das normas consuetudinárias) mas sendo sempre o poder condicionado por um complexo de fatos e valores, em função dos quais é feita a opção por uma das soluções regulativas possíveis, armando-se de garantia específica (institucionalização ou jurisfação do poder na nomogênese jurídica).”

Assim sendo, fica clara a interligação entre os três elementos na Nomogênese Jurídica de Miguel Reale e como é imprescindível a participação de diversas esferas para a estruturação do Direito.

2.4. A DIALÉTICA NORMATIVA E A SEMÂNTICA JURÍDICA

O processo normativo é inegavelmente dinâmico, posto que esse não somente está sempre em contato com as esferas da vida humana que são por natureza instáveis, como também é uma delas. Conforme Reale (1968, p. 99):

“A experiência jurídica é sempre uma composição de estabilidade e movimento. Este é determinado tanto por fatores de ordem factual como por motivos de natureza axiológica. Há épocas em que predominam exigências ideais; outras em que prevalecem impulsos ou reclamos de caráter empírico. De uma forma ou de outra, porém, a mutabilidade é inerente à vida jurídica [...]”

Como afirmado pelo autor, o Direito está sempre em transformação, podendo esse deixar de cumprir sua função ao não se adaptar as mutações factuais, axiológicas e normativas da sociedade que o sustenta, logo, as normas não podem nem devem ser rígidas ao ponto de não servirem aos fins para que foram concebidas.

Levando em conta essa característica, uma nova área de estudo se torna necessária: a Semântica Jurídica, “ciência esta que estuda as variações na interpretação e aplicação das normas mesmo que nestas não ocorra nenhuma modificação gráfica (literal ou gramatical)” (CELLA, 2001, p. 76). Por conseguinte, Reale, ciente de que uma norma não precisa ser literalmente alterada para que seus efeitos se modifiquem, traz dois exemplos nos quais a aplicação das normas foi diferente do esperado, um deles em função de transformações operadas no plano dos fatos e outro em função do plano dos valores.

No primeiro deles o autor vê a mudança em virtude do plano axiológico, partindo do ponto que “a norma jurídica está imersa no mundo da vida, ou seja, na nossa vivência cotidiana, no nosso ordinário modo de ver e de apreciar as coisas” (REALE, 1968, p. 125). A alteração se deu no significado do Art. 924 do Código Civil vigente na época, o qual discorria sobre o poder de o Juiz reduzir a multa convencionalizada no contrato proporcionalmente ao adimplemento da avença:

“Pois bem, na época de individualismo que se seguiu ao Código Civil de 1916 até a década de 30, que faziam os advogados? Os advogados são uns seres muito espertos, dotados de esperteza da técnica que é fundamental. Os advogados



punham no contrato: a multa será sempre devida por inteiro, qualquer que seja o tempo de adimplemento do contrato. De maneira que aconteceu um caso muito doloroso em São Paulo, quando uma pobre costureira, que havia cumprido o contrato até o 20º mês, na compra de uma máquina de costura, não conseguiu pagar as duas últimas prestações. O credor exigia, além da devolução da máquina, mais a multa por inteiro. Ora, pela primeira vez na história do Direito brasileiro o Tribunal de Justiça de São Paulo declarou: “Alto lá! O contrato não pode prevalecer sobre a lei, sendo a ressalva contratual nula de pleno direito”. Até então não havia sido posta em dúvida a cláusula contratual, por entender-se que o artigo do Código Civil era apenas dispositivo. O Tribunal de São Paulo, ao contrário, entendeu, e entendeu bem, que essa norma legal era de ordem pública, dirigida ao juiz para um juízo de equidade. Além disso, determinou que o bem fosse avaliado, cabendo à costureira parte do valor apurado, o que a lei veio depois consagrar.” (REALE, 1978, p.125)

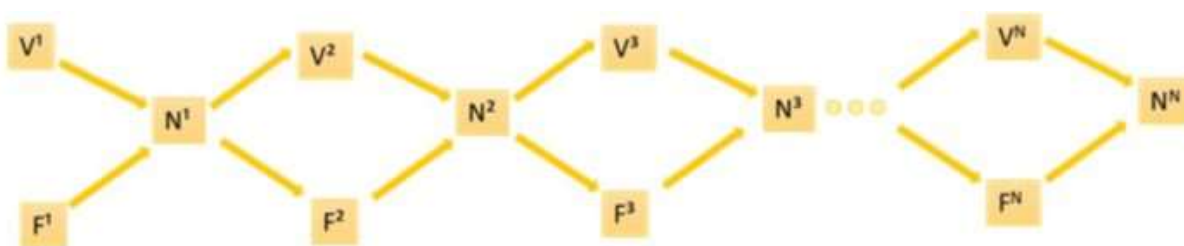
Portanto, o artigo em questão passou a significar algo diverso exclusivamente por uma alteração valorativa, abandonando a atitude individualista que já era usual nesse contexto e começou a ser aplicado com intuito de prezar por princípios de equidade.

Já no segundo exemplo a transformação é no âmbito dos fatos:

“Havia em São Paulo, uma grande casa de modas, chamada Casa Vogue, que marcava, digamos assim, o esplendor da moda feminina. A Casa Vogue cresceu muito, cresceu tanto que o dono da casa, que era meu cliente, resolveu derrubar uma parede para aumentar a sua oficina. Sabendo disso, o locador entrou na mesma hora com uma ação de despejo, porque havia uma cláusula no contrato que proibia alterações no imóvel locado. O inquilino me procurou porque ia perder a oficina no coração de São Paulo. Aceitando a causa, procurei no Código Civil um artigo segundo o qual os tapumes, as paredes divisórias de madeira, podem ser removidos livremente pelo locatário. Então disse ao Tribunal de São Paulo mais ou menos o seguinte: ‘Ilustres Desembargadores, o que houve foi uma mudança essencial no plano dos fatos. O Código Civil Brasileiro foi feito numa época em que as paredes sustentavam edifícios, mas, hoje em dia, quando os edifícios têm estrutura metálica, ou de cimento armado, as paredes internas são removíveis como se fossem tapumes, não afetam a estrutura do edifício. Quando o inquilino sair, no término do contrato, ele reporá a parede no lugar’” (REALE, 1968, p. 126).

Eis uma situação na qual a Tridimensionalidade do Direito foi posta em prática e trouxe resultados positivos. Reale ganhou a causa ao trazer à tona fatos sociais (como o desenvolvimento da engenharia civil), entretanto, se não houvesse a flexibilização jurídica o feito não seria possível, posto que a interpretação da norma jurídica em sua literalidade não abrangeria essa nova visão.

Após a compreensão desses dois cenários, fica visível a real influência que determinados fatores têm sobre o direito positivo. Portanto, Miguel Reale desenvolve um gráfico para representar a variação semântica do Direito em sua concepção:



Fonte: REALE, Miguel, 1968, p.126.



Tido “F” como o elemento fato e “V” como o elemento valor, o autor retrata a dialética de complementaridade que envolve os dois fatores, os quais culminam em uma determinada norma. Assim, retrata Cella (2001, p. 82):

“A correlação entre aqueles três elementos é de natureza funcional e dialética, dada a ‘implicação-polaridade’ existente entre fato e valor, da cuja tensão resulta o momento normativo, como solução superadora e integrante nos limites circunstanciais de lugar e tempo.”

Todavia, essa dialeticidade não se limita experiência jurídica, como aponta Reale, pois é também fundamental para a compreensão da própria cultura, uma vez que a história é essencialmente dialética.

3. Metodologia

Pesquisa com abordagem qualitativa exploratória. Fundamenta-se em referenciais bibliográficos como livros e artigos, os quais possuem enfoque na análise do pensamento construído pelo autor Miguel Reale.

4. Resultados

No presente momento é realizada a confecção de um artigo, o qual se encontra em fase de finalização. Além disso, espera-se que outro trabalho seja produzido com o intuito de ser exposto em eventos.

5. Conclusão

Diante do exposto, fica clara a imensurável contribuição do autor para o âmbito do Direito, visto que Miguel Reale, em sua Teoria Tridimensional, traz à vida uma concepção marcada pela originalidade, ao passo que retira a experiência jurídica dos limites impostos pelo positivismo do século XX e das teorias jusnaturalistas, ousando ao conceber a “fórmula realeana”.

A interação do fato, do valor e da norma é essencial para a manutenção do fenômeno jurídico. O Direito não pode ser pura norma, uma vez que essa provém de um contexto histórico-cultural no qual diversos fatores externos estão a todo tempo influenciando os costumes de determinada sociedade e regendo os valores pelos quais os indivíduos se norteiam. A tridimensionalidade exposta pelo jurista e filósofo brasileiro mantém o Direito consoante às mutações que ocorrem no complexo das relações sociais, impedindo que esse se torne inflexível ou apático à realidade, como também, orienta a movimentação do fenômeno jurídico em direção a transformações gradativas e racionais, sem permear o estabelecimento de rupturas capazes de acarretar violência e arbitrariedade.

Dessarte, é compreensível e coerente que Miguel Reale seja um dos maiores nomes do Direito brasileiro, visto que em toda a trajetória de sua vida se manteve envolvido na busca pelo aprimoramento das relações sociais em seu país. Indiscutivelmente, a Teoria Tridimensional do Direito foi um grande avanço na sua área, proporcionando novos rumos para a ciência jurídica no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS



CELLA, José Renato Gaziero. **Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale**. Curitiba: Jaruá, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** [s.l.]: Brasiliense, 1980

GONZAGA, Alvaro de Azevedo; ROQUE, Nathaly Campitelli. **Teoria Tridimensional do Direito**. 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/64/edicao-1/tridimensional-do-direito,-teoria>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 6ª ed. - São Paulo : Martins Fontes, 1998

PACHUKANIS, Evgeni Bronislávovich. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988. Tradução de: Silvio Donizete Chagas

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. [s.l.]: Saraiva, 1953.

REALE, Miguel. **O Direito como Experiência: Introdução à epistemologia jurídica**. [s.l.]: Saraiva, 1968.

REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito**. [s.l.]: Saraiva, 1968.



5563429 - AS CONSTELAÇÕES FAMILIARES APLICADAS NA JUSTIÇA FEDERAL: ESTUDO DE CASO NO CEJUSCON

Adenir Guilherme Otto, Caroline Vieira Ruschel, Jessica Raianny dos Santos Alia, Maria Luiza Aguiar, Nycolle Thais Schuler, Paulo Pimont

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Com a crescente demanda de processos no poder judiciário, a busca por métodos alternativos de solução de conflitos se torna necessário para que os processos tenham uma duração razoável, as decisões sejam eficazes, além de haver uma economia processual. Dessa forma, o presente artigo possui como tema as constelações familiares aplicadas na Justiça Federal: estudo de caso no CEJUSCON e como problema de pesquisa descobrir se os métodos alternativos aplicados na prática estão apresentando resultados positivos. Este estudo busca analisar a aplicação da constelação familiar, definir conceitos e analisar de forma quantitativa e qualitativa o desfecho dessa aplicação. O método utilizado para a pesquisa foi o indutivo, havendo uma observação dos casos práticos e se o mesmo é efetivo ou não. A pesquisa foi dividida em três partes, onde a primeira apresenta referencial teórico utilizado, a segunda a metodologia empregada e a terceira verifica os resultados obtidos com a investigação.

Palavras-chave: Constelação Familiar, Conciliação, Efetividade, Cejuscon, Justiça Federal.

1. Introdução

O presente artigo tem como escopo relatar as atividades desenvolvidas na oficina do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCON) que ocorre na Justiça Federal de Santa Catarina, as quais visam a solução de conflitos extrajudicialmente, colaborando com a diminuição de demandas no Poder Judiciário e simultaneamente trazendo um maior proveito para as partes, que conseguem deliberar sobre o conflito de forma pacífica.

Para isto, o presente estudo inicia de uma forma mais teórica, contextualizando o objeto de estudo, após, diferenciando e conceituando os métodos alternativos de solução de conflitos, destacando a constelação e conciliação, com intuito de transmitir com mais clareza suas serventias. Por fim, demonstrando de forma quantitativa e qualitativa o resultado final obtido por meio da pesquisa em destaque.

Esta atividade é muito recente e precisa ser analisada cientificamente, até mesmo considerando a grande aproximação do método sistêmico com o Direito pátrio. E por ser de extrema relevância, é necessário explorar uma ferramenta como esta que auxilia significativamente na solução de controvérsias sem que estas precisem chegar ao judiciário, onde as pessoas costumam sair insatisfeitas.

E principalmente pelo fato de o mesmo ser recente, nota-se a carência de estudos científicos sobre o tema. Sendo assim, o problema de pesquisa do presente artigo consiste em questionar a efetividade das oficinas de constelação familiar aplicadas durante o ano de 2018 no CEJUSCON - Justiça Federal de Santa Catarina.

Como objetivos da pesquisa, destacamos 1) Apresentação do objeto de Estudo; 2) Conceituar e diferenciar mediação, conciliação e constelação familiar; 3) demonstrar a metodologia da coleta de dados, bem como os resultados obtidos.

A pesquisa desenvolveu-se através de visitas regulares a Justiça Federal, acompanhando e observando as oficinas sistêmicas que são realizadas mensalmente. Para



analisar as informações extraídas, o método empregado foi o quantitativo, através da estatística e da comparação dos dados coletados, como também, o método qualitativo, coletando informações e dados.

2. Referencial teórico

Para o desenvolvimento da pesquisa, primeiramente, faz-se necessário entender o objeto de estudo, que consiste na aplicação da constelação familiar no CEJUSCON de Santa Catarina, como também, a conceituação dos termos constelação familiar e conciliação.

Dessa forma, este referencial traz embasamento para verificar como é realizada a aplicação destes métodos alternativos de solução de conflitos e posteriormente verificar sua efetividade.

2.1. Entendendo o objeto a ser estudado: A aplicação de oficinas de constelação familiar no CEJUSCON - Santa Catarina

A constelação familiar veio como um método opcional de resolução de conflitos, dado que, a maior parte das ações judiciais estão relacionadas a área do Direito das Famílias. As demandas acabam acumulando-se, visto que nosso sistema não é célere o bastante e os atritos existentes entre as partes podem vir a deixar o andamento do processo mais lento.

Na Justiça Federal de Santa Catarina, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCON) juntamente com o Instituto Ipê Roxo, proporciona oficinas sistêmicas no campo do Direito, coordenadas pela Juíza Michele Polippo e dirigidas pelo psicólogo Paulo Pimont. As oficinas não são obrigatórias, a participação é facultativa e o resultados são significativos, comumente as partes que frequentam as oficinas fazem acordo. Essa técnica contribui para a redução dos processos no Poder Judiciário, assim como, ocasiona para as partes um resultado mais vantajoso.

A maior parte das dificuldades financeiras, relacionamentos problemáticos, comportamentos e doenças podem estar conexos com entes familiares que passaram por circunstâncias similares. A partir dessa técnica é possível entender que o modo de se comportar é reproduzido de forma padrão, entre a geração familiar, mesmo que de forma inconsciente. E a constelação entra para tornar claro as partes, que integram o conflito de interesses, o que está por trás dessa situação e entender a real origem do problema. Quando as partes conseguem compreender e encarar a dor ou obstáculo existente, elas enxergam a responsabilidade que cada um possui no surgimento do conflito e deixam de carregar uma culpa que talvez não seja dela.

As oficinas de constelação familiar foram direcionadas a devedores da Caixa Econômica Federal, com o objetivo de auxiliá-los a entender o motivo pelo qual se emaranham na dívida. Este fato, segundo os profissionais da área contribuem para a solução eficaz do processo, na qual ambas as partes saem satisfeitas com o acordo firmado.

Segundo Hellinger,

Em todos os nossos relacionamentos, as necessidades fundamentais atuam umas sobre as outras de maneira complexa: 1) a necessidade de pertencer, isto é, de vinculação; 2) a necessidade de preservar o equilíbrio entre o dar e receber; 3) a necessidade da segurança proporcionada pela convenção e previsibilidade sociais, isto é, a necessidade de ordem (HELLINGER, 2008, p. 16).



O grande desafio deste projeto foi colocar de um lado, pessoas naturais, que podem entender e fazer o movimento, entendendo a origem do conflito e, de outro, uma pessoa jurídica de direito privado, que tem suas decisões tomadas por terceiros.

Com isto, este artigo justifica-se pela necessidade de verificarmos a eficácia e os limites das constelações familiares aplicadas ao Direito.

2.2. O que é constelação familiar?

Conhecida também como constelação sistêmica, a constelação familiar consiste em uma técnica ou método terapêutico que foi desenvolvido pelo alemão Bert Hellinger a partir de observações empíricas, principalmente como base a psicoterapia familiar e os padrões que se repetiam de geração em geração (THESTON, 2017).

Adhara Campos Vieira menciona que essa é uma técnica terapêutica sintética, que consiste em introduzir novamente pessoas excluídas de um sistema, além reconciliar partes dessa rede em conflito e reordenar as estruturas de ordem do sistema observado. Sendo baseada ainda:

[...] nas leis sistêmicas ou ordens do amor, sintetizadas por Anton Suitbert Hellinger, conhecido atualmente como Bert Hellinger, a saber: 1) vínculo, relativo ao direito de pertencimento; 2) ordem, relacionada à hierarquia; e 3) equilíbrio, referente às trocas nas relações, sejam elas, parentais, fraternas ou conjugais, se familiares e societárias ou de subordinação, se vinculadas a estruturas organizacionais (VIEIRA, 2016, p. 13).

Este método tem como objetivo esclarecer a conexão que existe entre os membros de uma família por meio da ressonância mórfica e que, normalmente, está emaranhado em seu campo familiar, com a capacidade de mostrar o diagnóstico de determinado conflito. Dessa forma, a constelação familiar busca a causa do problema, mostrando para a pessoa que pretende resolver o seu conflito a forma como deve agir, qual a postura que deve assumir, com o intuito de solucionar o conflito (RUSCHEL, 2018).

Na esfera jurídica o método é utilizado com o escopo de auxiliar na solução dos conflitos, dando a oportunidade para que as partes percebam a situação de uma outra maneira e assim retornem seus olhares para a real causa do problema.

O início de sua aplicação no direito se deu pelo Dr. Juiz Sami Storch em 2012, no estado da Bahia, que utilizava a técnica antes das sessões de mediação e conciliação. Devido aos satisfatórios resultados a aplicação no judiciário se expandiu, estando hoje presente em mais de 16 estados e no Distrito Federal (CNJ, 2018). Um desses estados em que este método se faz presente é o de Santa Catarina, em especial, na Justiça Federal, o qual, é objeto deste presente estudo.

2.3. O que é conciliação?

Consiste em um método alternativo de solução de conflitos, que pode ocorrer na forma extrajudicial/pré-processual ou judicial - antes ou durante o processo, respectivamente. Esse método é utilizado, preferencialmente, quando há uma lide entre duas partes que não possuíam vínculo anterior ou que não tenham uma relação continuada (NEVES, 2019, p. 65).

O processo da conciliação foca na resolução do conflito em si, com isto, o terceiro que intervém na lide (o conciliador), sugere as partes uma solução para a pretensão resistida, atuando sempre de forma neutra e imparcial, aliás, não cabe a ele resolver o problema, resultando assim, em uma auto composição com a participação de um terceiro (DIDIER JR., 2019, p. 326).



Na conciliação, diferente dos outros métodos de solução de conflitos, como a mediação⁶, o conciliador pode apresentar sua opinião e incentivar as partes, dizendo qual é a solução mais justa para a lide. A simples intervenção de um terceiro com o intuito de solucionar a lide (mesmo não sendo designado), já configura uma tentativa de conciliação.

O conciliador deve seguir com os princípios estabelecidos na Resolução nº 125/2010 (CNJ, 2010) que são: confidencialidade, decisão informada, competência, imparcialidade, independência e autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes, empoderamento e validação. Não podendo fazer juízo de valor e nem dizer quem está certo ou errado, devendo apenas seguir de forma neutra, focando nas normas próprias.

Este, como os outros métodos alternativos de solução de conflitos, estão previstos no art. 165, *caput*, do Código de Processo Civil (BRASIL, 2015), no qual, estipula que os tribunais criarão centros que terão como objetivo orientar e estimular a auto composição. Cabe salientar, que o terceiro designado não julgará o processo, mas, somente irá ajudá-los a obter uma solução consensual.

Outra previsão legal que merece destaque é a Lei n. 9.099 (BRASIL, 1995), que institui os Juizados Especiais, e que em seu art. 21, cita que aberta a sessão, o Juiz, seja ele togado ou leigo, apresentará as partes as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as consequências do litígio.

Percebe-se assim, que existem disposições legais que incentivam a conciliação, mas cabe ressaltar que se faz necessária a devida capacitação dos conciliadores, para que não haja prejuízos ao processo e nem as partes. Aliás, quando as partes compõem um acordo, é de maior probabilidade seu cumprimento voluntário, mostrando a eficácia de tal método.

3. Metodologia

Para observação dos dados, utilizou-se o método quantitativo, por meio da técnica estatística e comparativa. Verificou-se o número de acordos firmados nos processos em que as partes não participaram das oficinas, comparando-os com o número de acordos firmados em processos nos quais as oficinas ocorreram.

Quanto a metodologia qualitativa, utilizou-se o método de observação *in loco*. Este método serve para coletar informações e dados. Tem um número amostral menor, apesar de consumir mais tempo dos pesquisadores durante o processo de pesquisa. Tem uma característica de personalidade, focando em características por meio da utilização dos sentidos.

4. Resultados

Utilizando-se da fundamentação apresentada e da metodologia de pesquisa empregada, neste momento, será analisado de forma quantitativa e qualitativa o estudo realizado no CEJUSCON, com base nos dados coletados em 2018.

4.1. Dados quantitativos

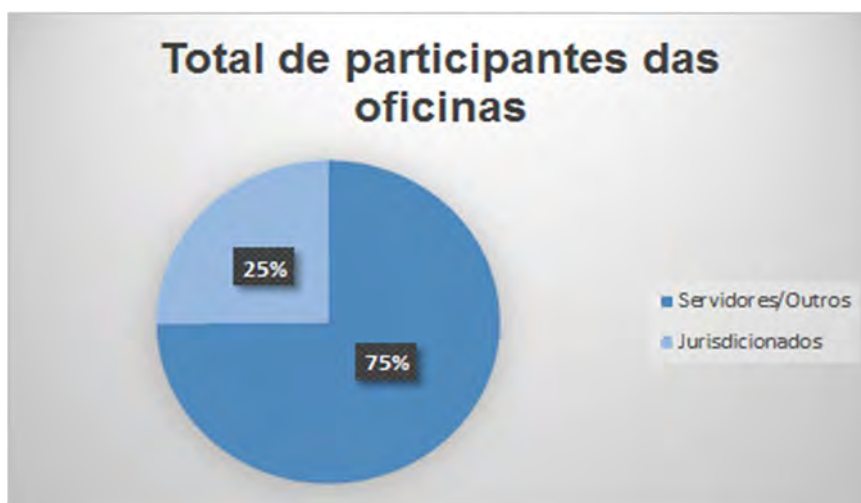
No presente capítulo, analisaremos a pesquisa quantitativa realizada com os jurisdicionados que obtêm processo na Justiça Federal do município de Florianópolis - Santa

⁶ Diferentemente da conciliação, a mediação foca na causa que levou ao conflito e não o mérito da questão, dessa forma, o mediador (terceiro) não propõe uma forma de solução para o conflito, deixando que as partes façam isto. Este método deve ser utilizado principalmente quando há um convívio anterior entre as partes ou uma relação continuada. (NEVES, 2019, p. 65)



Catarina. Os dados foram coletados no ano de 2018 e a análise dos mesmos foram no primeiro semestre de 2019, por meio de relatórios ou planilhas atualizadas para um controle interno do setor, as quais foram produzidas por meio da oficina realizada do CEJUSCON.

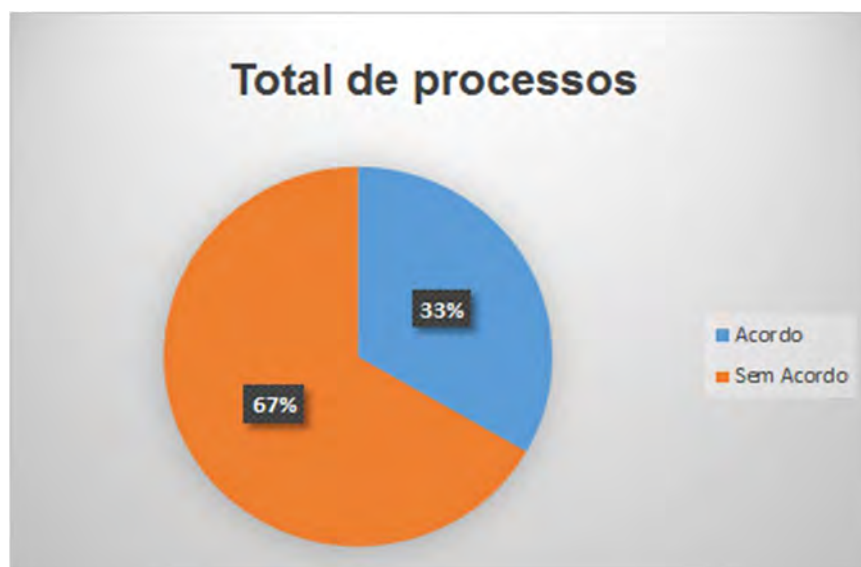
Com relação ao total de audiências realizadas na Justiça Federal, onde tem a Caixa Econômica Federal como parte, verificou-se o total de 630 audiências. Bem como, o total de pessoas que participaram das oficinas foram 42.



Fonte: CEJUSCON - JF

Importante destacar que com base no acima exposto, no tocante ao total de participantes nas oficinas, o número dos servidores presentes é superior quanto ao número de jurisdicionados. Com isto, nota-se que ainda há uma ausência de interesse das partes, ou mesmo, uma escassez na divulgação de outras vias de soluções de conflitos, que não seja a via judicial.

Mas, por outro lado, verifica-se um importante interesse dos servidores do judiciário na realização e conhecimento de outros meios de soluções de conflitos, como por exemplo a oficina de constelação familiar feita junto a Justiça Federal.



Fonte: CEJUSCON - JF



Conforme o gráfico acima verifica-se que com base no número total de jurisdicionados que participaram das oficinas, o mesmo foi superior, ou seja, 67% não realizaram acordo, no entanto, o número de acordos realizados foi de 33%.

Das 630 audiências, houve acordo em 186 processos. Destes, 14 jurisdicionados participaram das oficinas. Foram 444 audiências sem acordos, com 28 participantes de oficina.

O que podemos perceber apenas com os dados coletados em 2018, é que em termos quantitativos, não tivemos uma grande influência das oficinas em relação ao número de acordos firmados em audiência de conciliação. A pesquisa ainda se mostra incipiente. Infelizmente, não será possível coletar mais dados, pois com a transferência da juíza responsável pelo CEJUSCON, o projeto das oficinas foi extinto no ano de 2019.

Além disso, faz-se necessário analisar o projeto qualitativamente, para verificarmos os ganhos reais do projeto.

4.2. Dados qualitativos

O método qualitativo utilizado foi o de observação *in loco*. Sendo assim, os pesquisadores observaram as oficinas, bem como as audiências entre a Caixa Econômica Federal e as partes no ano de 2018.

O que se percebe é que os jurisdicionados estavam dispostos a negociar. No entanto, ao fazerem a proposta de pagamento da dívida, o preposto da Caixa Econômica, mesmo tendo participado das oficinas, não tinha o 'poder' de decidir o caso, ficando os processos dependentes dos cálculos prontos apresentados pelo sistema de computação.

Quando estudamos a técnica das constelações familiares, o que se percebe é que os participantes precisam fazer um movimento para a mudança. Como as pessoas da Caixa Econômica Federal - que tem o poder de decisão - não participaram das oficinas, não se verificou um grande avanço em termos de acordos firmados.

No entanto, averiguou-se que as pessoas que tinham a dívida, haviam mudado a sua postura após terem participado das oficinas. Foi perceptível que as pessoas que participaram das oficinas chegavam com uma postura de decisão, com a vontade de resolver o problema. As pessoas que não participaram, geralmente chegavam com uma postura cabisbaixa, com um visível vitimismo.

Esta foi a primeira grande mudança percebida na análise qualitativa.

Em segundo lugar, percebeu-se que recentemente a Caixa Econômica Federal começou uma campanha de 90% de descontos para quitação de dívidas extrajudicialmente. Como este trabalho é incipiente, não é possível mensurar se o que foi trabalhado no campo mórfico, por meio da técnica das constelações familiares no CEJUSCON, teve ou não influência indireta nesta campanha.

Tal pesquisa deve ter seguimento para que possamos aferir tal ligação e benefício para todos os clientes da Caixa Econômica Federal.

5. Conclusão

Os métodos alternativos de solução de conflitos estão se tornando cada vez mais presentes dentro e fora do poder judiciário. Neste caso, em especial a aplicação da constelação familiar no CEJUSCON, mostra que a utilização do meio torna mais provável a realização de um acordo entre as partes, do que a sua não utilização.

Mesmo a pesquisa sendo muito recente, os dados obtidos através deste não são taxativos ou finalísticos, pelo contrário, a pesquisa precisará continuar a acontecer para ser



analisado se a aplicação meios alternativos estão sendo efetivos no poder judiciário, em especial, no CEJUSCON. Contudo, os objetivos específicos deste estudo foram alcançados.

Em relação ao primeiro objetivo, que consistia em apresentar o objeto de estudo, o mesmo foi alcançado, conforme fundamentado no primeiro capítulo - item 2, apresentando o projeto do CEJUSCON a ser estudado, as oficinas sistêmicas realizadas, bem como a diferenciação entre constelação familiar e conciliação. A constelação sistêmica é aplicada com o intuito de reorganizar/reordenar demonstrando a causa do conflito, diferentemente da conciliação, que foca somente na solução da lide.

Já, o nosso segundo objetivo tinha o intuito de demonstrar a metodologia empregada, conforme demonstrado no segundo capítulo, item 3 do trabalho. Sendo utilizada, neste estudo, a quantitativa sob o método estatístico, onde comparou-se o número de acordos entre os participantes da oficina e aqueles que se ausentaram. Além do método qualitativo com observação in loco, sendo este integralmente cumprido e após, apresentados os resultados no último capítulo.

Por fim, podemos destacar com esta pesquisa, que em termos quantitativos, a aplicação das oficinas não acarretou em um número maior de acordos realizados em audiências de conciliação. Em relação aos dados qualitativos, primeiramente, percebe-se que os jurisdicionados que participavam das oficinas tinham um interesse maior em realizar acordo, diferente daqueles que não participavam. Outro ponto de destaque, foi que no segundo semestre de 2019, a Caixa Econômica Federal iniciou um projeto para quitar, com desconto de 90%, as dívidas extrajudicialmente, algo que pode ter sido influenciado pelas oficinas.

Com isto, e principalmente pelo fato dos dados quantitativos serem de uma breve e recente pesquisa, se faz necessário continuar a pesquisa, observando se o projeto realmente está acontecendo e se os acordos estão sendo cumpridos efetivamente. Aliás, necessita-se não somente da realização do acordo, mas sim, de seu cumprimento.

Por fim, conclui-se que as constelações familiares são de grande valia para o poder judiciário, tendo em vista, o desejo pela mudança que as partes que participam dela possuem. Dessa forma, faz-se necessário continuar com projetos como o do CEJUSCON, para que se tenha em menor número de demandas ao judiciário e em transações efetivamente cumpridas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CAMPOS, Adriana Pereira; DE SOUZA, Alexandre de Oliveira Bazilio. A conciliação e os meios alternativos de solução de conflitos no Império brasileiro. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 59, n. 1, p. 271-298, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Conciliação e mediação - portal da conciliação**.

Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. **Constelação Familiar: no firmamento da Justiça em 16 Estados e no DF**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86434-constelacao-familiar-no-firmamento-da-justica-em-16-estados-e-no-df>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

_____. **Resolução nº 125**, de 29 de novembro de 2010. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=156>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. 21. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.



- GOULARTE, Victor Gabriel de Almeida. **Conciliação e mediação** : métodos alternativos de solução de conflitos e o Direito de família. 2017. 80 f. Trabalho acadêmico (graduação em Direito) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2017. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Victor%20Gabriel%20de%20Almeida%20Goularte.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- HELLINGER, Bert. **A simetria oculta do amor**. São Paulo: Cultrix, 2008.
- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 11. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.
- SALES, Lília Maia de Moraes; CHAVES, Emmanuela Carvalho Cipriano. Mediação e conciliação judicial: a importância da capacitação e de seus desafios. **Seqüência: estudos jurídicos e políticos**, v. 35, n. 69, p. 255-280, 2014.
- SIMÃO, Lucas Pinto. Os meios alternativos de solução de conflitos e o dever/poder de o juiz incentivar a conciliação e a mediação. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/tutelacoletiva/download/meios-alternativos.pdf>>. Acesso em: 15 jul. de 2019.
- SOUZA, Ana Carolina de Jesus. O CEJUSC COMO INCENTIVO À AUTOCOMPOSIÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: EM BUSCA DA PACIFICAÇÃO SOCIAL. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, v. 5, n. 2, p. 133, 2019.
- RUSCHEL, Caroline Viera. **OS LIMITES DO DIREITO AMBIENTAL NA PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS COMUNS: EPISTEMOLOGIA DA SUSTENTABILIDADE E ESTUDOS DE CASO**. 2018. 299 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- THESTON, Nelson. **O que é constelação familiar**: conceito e história. 2017. Disponível em: <<https://www.nelsontheston.com.br/o-que-e-constelacao-familiar-conceito-e-historia>>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- VIEIRA, Adhara Campos. **A constelação sistêmica como um dos instrumentos de mediação para a solução de conflitos no Poder Judiciário**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação) Direito, Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Nefi Cordeiro. 2016.
- WEISS, Izanara Bressler. **A constelação familiar como método de solução de conflitos na vara da família**. 2017. 99 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2017. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/PDF/Izanara%20Bressler%20Weiss.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.



1695193 - CONTRIBUIÇÃO DO TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE NA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Mayara Pereira de Souza, Samuel Henrique Colombo da Luz

A administração de empresas atualmente abrange além dos desafios econômicos, também os aspectos sociais e ambientais, os quais impactam nas estratégias das organizações. Portanto, ao combinar o tripé da sustentabilidade, que compreende os pilares econômicos, sociais e ambientais, com os princípios básicos da governança corporativa (transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa) melhora a reputação e imagem da organização, proporcionando maior credibilidade aos *stakeholders*. Neste contexto, o objetivo do estudo é compreender a contribuição do tripé da sustentabilidade na governança corporativa. A metodologia caracteriza-se como aplicada com uma abordagem qualitativa e objetivo de pesquisa descritivo. Como resultados tem-se que as empresas que incorporam o tripé da sustentabilidade, junto aos princípios da governança corporativa, possuem melhor imagem e maior reputação perante aos investidores, aumentando seu valor de mercado e gerando maior credibilidade para a organização, o qual ocasiona no aumento de sua legitimidade.

Palavras-chave: Organizações; *Triple bottom line*; Sustentabilidade; Legitimidade.

1 Introdução

O sistema de governança ampliou seus interesses para além dos administradores das empresas e seus sócios, acrescentando a preocupação com a sociedade ao qual está inserida, demandando maior zelo na tomada de decisão organizacional. Neste contexto, os escândalos empresariais ocorridos nos Estados Unidos e no Brasil reforçam a responsabilidade das organizações com relação à sustentabilidade, corrupção, fraude e ética no mundo dos negócios. Assim, para evitar novos episódios como este, tem-se a melhora contínua dos Princípios de Governança, que são elaborados nacionalmente pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015).

A governança corporativa consiste no modo como as empresas são gerenciadas, monitoradas e incentivadas, no qual se considera o relacionamento entre sócios, órgãos de fiscalização, conselho de administração e demais partes interessadas. Sendo as empresas de capital aberto as principais utilizadoras deste modelo, já que os desafios da administração perpassam os resultados econômicos, pois possuem também compromissos sociais e ambientais, que impactam diretamente em suas estratégias organizacionais (IBGC, 2015). Neste contexto, tem-se como problema de pesquisa: qual a contribuição do tripé da sustentabilidade na governança corporativa? Portanto o objetivo do estudo é compreender a contribuição do tripé da sustentabilidade na governança corporativa, no qual a combinação dos princípios básicos da governança corporativa (transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa) junto ao modelo do tripé da sustentabilidade (*triple bottom line*) o qual possui três pilares: econômico, social e ambiental, gera legitimidade, aceitação, credibilidade e maior reputação para a empresa, agregando valor às organizações.

O artigo está estruturado em cinco seções, na primeira tem-se a introdução que compreende tema, justificativa e objetivo, na segunda seção consiste a fundamentação teórica sobre os temas governança corporativa e tripé da sustentabilidade. Na terceira seção tem-se a metodologia do estudo. Na quarta seção os resultados obtidos e por fim as considerações finais.

2 Referencial Teórico



A fim de compreender de que forma o tripé da sustentabilidade pode contribuir com a governança corporativa de modo a gerar legitimidade para a organização, faz-se necessário primeiramente entender sobre os conceitos envolvidos.

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa surge por meio da união dos princípios norteadores do fundo LENS, do relatório Cadbury e da OCDE, incorporando ao longo dos anos novas práticas como à Lei Sarbanes-Oxley (OLIVEIRA, 2015). O fundo de investimento LENS foi constituído por Robert Monks em 1992, com objetivo de criar um novo modelo de gestão que consolidasse melhores resultados e maior valor para as empresas, abordando três pontos principais: ética, atuação dos acionistas e riqueza para comunidade, isto é, as empresas deveriam gerar riquezas não apenas para seus proprietários, mas também para a comunidade onde atuam, sendo que empresas éticas possuem resultados melhores e adicionam valor pelo monitoramento dos acionistas (OLIVEIRA, 2015).

O relatório Cadbury, produzido no Reino Unido em 1992, estruturou as responsabilidades dos executivos e conselheiros, reforçando a importância de uma prestação de contas responsável e transparente, visando fortalecer os canais de comunicação entre acionistas, conselheiros e executivos. Em 1999 o documento da OCDE consiste não em reforçar o tratamento igualitário e equitativo aos acionistas da empresa, enfatizando a importância da transparência e veracidade nas informações, no qual todos os fatos relevantes devem ser prontamente divulgados aos públicos interessados (OLIVEIRA, 2015).

Idealizada por Paul Sarbanes e Michael Oxley em resposta a sequência de fraudes bilionárias na economia americana, a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) foi sancionada em 2002, nos Estados Unidos, ponderando dois aspectos: o rigor das auditorias e das fiscalizações dos atos empresariais; e a punição severa, de atos fraudulentos praticados pelos administradores. A eficácia da legislação se estende a qualquer empresa no mundo que deseja negociar na bolsa de valores norte-americana (OLIVEIRA, 2015). Por meio da conexão entre esses relatórios, originam-se as boas práticas de governança corporativa, que consistem em “recomendações objetivas, com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão, sua longevidade e o bem comum”. (IBGC, 2015, p.20). As boas práticas de governança corporativa possuem quatro princípios básicos: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

O primeiro princípio refere-se a transparência e está relacionado com a disponibilização de informações aos investidores, acionistas e ao mercado, “consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos” (IBGC, 2015, p. 20). Em seguida a equidade caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os sócios, considerando seus direitos, deveres, interesses e expectativas. Andrade e Rossetti (2014, p.116) ressaltam que o princípio trata do “respeito aos direitos minoritários, por participação equânime com a dos majoritários, tanto no aumento da riqueza corporativa, quanto nos resultados das operações”.

As prestações de contas devem ser claras, de fácil entendimento e cabíveis, sendo de total responsabilidade dos agentes qualquer consequência de seus atos, seja de omissões, alterações ou qualquer outro tipo de irregularidade encontrada. A prestação de contas deve ser fundamentada nas melhores práticas contábeis e de auditoria, nos quais, os agentes respondem integralmente por todos os atos que praticaram (ANDRADE, ROSSETTI, 2014; FIORINI; JUNIOR; ALONSO, 2016; IBGC, 2015). O último princípio da responsabilidade corporativa consiste no zelo pela viabilidade econômico-financeira das organizações, onde os agentes devem reduzir as externalidades negativas e aumentar as positivas, otimizando as organizações. Além disso, deve-



se levar em consideração “os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional etc.) no curto, médio e longo prazos” (IBGC, 2015, p. 21).

Nesse contexto, servindo de consulta para as organizações, tem-se o código de melhores práticas, no qual a “adequada adoção resulta em um clima de confiança tanto internamente quanto nas relações com terceiros” (IBGC, 2015, p. 20). Ao cumprir as boas práticas de governança corporativa, a empresa pode obter vários benefícios, entre eles destacam-se “maior facilidade de acesso a recursos externos, diretamente ligados a um menor custo de capital; um melhor desempenho organizacional; facilitação na resolução de conflitos; e a diminuição de riscos empresariais”. (POLIZEL, 2012, p. 23)

2.2 TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE

Embora apresentado em 1981, apenas recentemente o tripé da sustentabilidade (*triple bottom line*) ficou conhecido pelas organizações, devido às constantes preocupações com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. No tripé as empresas mensuram suas performances envolvendo três aspectos: o pilar econômico, que consiste nos resultados financeiros; o pilar social, que consiste nas pessoas, seus direitos e responsabilidades; e o pilar ambiental, que defende a conservação dos recursos naturais a fim de preservar o meio ambiente (ELKINGTON, 2012; POLIZEL, 2012).

A definição do tema governança corporativa, alinhando seus quatro princípios envolve além da busca por resultados econômicos, mas engloba também a identificação dos impactos da organização na sociedade em que está inserida, com as pessoas que se relaciona, isto é, os sócios, funcionários, investidores e clientes, os quais ao adquirir seus produtos são diretamente impactados pelas ações das organizações (POLIZEL, 2012). Nesse sentido, para que as empresas mantenham-se competitivas, precisam utilizar processos sustentáveis, minimizando os possíveis efeitos negativos.

Portanto, a governança corporativa, “passa a apresentar eventos ambientais, assumindo o papel de divulgação das ações de gestão ambiental, tendo em vista prevenir e corrigir danos, bem como salvaguardar os patrimônios empresarial e nacional”. (CASAGRANDE, LAVARDA, 2014, p. 7). A fim de incorporar o tripé da sustentabilidade, as empresas efetuam a inovação para a melhoria dos processos produtivos, gerando valor a organização e obtendo um consumo consciente por meio do descarte correto dos produtos e embalagens. A avaliação das consequências socioambientais precisa ser incluída nos processos de inovação a ponto de interromper ou redimensionar um projeto que apresenta resultados sociais ou ambientais negativos, e não apenas restringir-se a avaliação econômica (BARBIERI *et al.*, 2010).

Diferentemente da inovação tradicional, que se preocupa apenas com os fornecedores e clientes, ao utilizar o tripé, tem-se uma ampla lista de partes interessadas, como as comunidades locais e ativistas sociais e ambientais. Para conseguir atender aos anseios dessas partes deve-se manter canais abertos para diálogo e divulgação com transparência de suas atividades e os impactos econômicos, sociais e ambientais que as mesmas causam (BARBIERI *et al.*, 2010). Assim, como benefício do uso do tripé da sustentabilidade tem-se ganhos para a empresa, como imagem e reputação e melhores resultados financeiros (ROSSETI; ANDRADE, 2014).

3 Metodologia

O presente estudo classifica-se como uma pesquisa aplicada com abordagem qualitativa, que visa compreender os processos envolvidos por meio da análise dos dados coletados (GIL, 2010). O objetivo de pesquisa é descritivo, já que busca descrever as características de determinado fenômeno, ou população (GIL, 2010). Trata-se de uma pesquisa documental, no qual



foram utilizados materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, por meio da pesquisa no site institucional da empresa Natura Cosméticos S/A (GIL, 2010).

4 RESULTADOS

Para verificar a contribuição do uso do *triple bottom line* na governança corporativa, observou-se por meio de seu site institucional, as tomadas de decisão da empresa Natura Cosméticos S/A. A qual possui sistema de governança corporativa desde 1998, com a criação do Conselho de Administração, evoluindo com a criação de Comitês específicos para cada área da empresa: comitê de governança corporativa, comitê de pessoal e desenvolvimento organizacional, comitê estratégico, comitê operacional de grupo e comitê de auditoria, gestão de riscos e finanças.

Contudo, como uma forma de aumentar a legitimidade das organizações, a BM&F Bovespa criou em 2000 uma listagem separada de organizações, o Novo Mercado, destinado às companhias submetidas a maiores exigências nos direitos dos acionistas e melhores práticas de governança corporativa (RIBEIRO NETO; FAMÁ, 2002). No qual a empresa natura passa a fazer parte em 2004, seguindo padrões internacionais mais rígidos de governança. Essa adesão em mercados diferenciados garante maior grau de confiança e credibilidade da companhia perante os investidores, já que empresas pertencentes a este mercado são melhores gerenciadas, mais transparentes e mais confiáveis, impactando em maior valor de mercado de suas ações (RIBEIRO NETO; FAMÁ, 2002; ROSSONI; MACHADO-DA-SILVA, 2013).

O site da Natura, em conformidade com os princípios da governança corporativa, apresenta de forma clara e transparente todas as tomadas de decisão da mesma, seus investimentos em projetos sociais e ambientais, códigos de conduta e melhores práticas de governança, além dos balanços contábil-financeiros. Assim, baseada em sua missão, que é promover o Bem Estar Bem, ao desenvolver os produtos, a empresa integra o conhecimento científico e o uso sustentável da biodiversidade botânica brasileira, na qual o tripé da sustentabilidade permeia todo o seu modelo de governança.

Visando o desenvolvimento sustentável a empresa possui o Programa Natura Amazônia, que já contribuiu para a conservação de 1,8 milhão de hectares de floresta auxiliando 4.636 famílias na Pan-Amazônica. O programa baseia-se em três pilares: ciência, tecnologia e inovação; cadeias produtivas da sociobiodiversidade; e fortalecimento institucional. Em 2014, foi inaugurado o Ecoparque em Benevides, no Pará, o qual consiste em um centro tecnológico industrial com 172 hectares, onde empresas com os mesmos preceitos éticos e sustentáveis da Natura podem se instalar e trabalhar em simbiose produtiva, com objetivo de diminuir o impacto de produção e promover o desenvolvimento local.

Em 2018, a empresa recebeu o selo da UEBT (União para o BioComércio Ético), que têm como missão promover práticas de abastecimento que assegurem a conservação da biodiversidade, respeitem o conhecimento tradicional e garantam a distribuição equitativa de benefícios ao longo da cadeia produtiva. Portanto, o selo confirma que os ingredientes vegetais da formulação dos produtos da linha Ekos são norteados pelos três pilares que guiam os negócios da empresa: comércio justo, conservação da biodiversidade brasileira e relacionamento de confiança com a comunidade.

Deste modo, mediante a utilização do tripé da sustentabilidade, preocupando-se com os impactos ambientais e sociais de suas ações no meio ao qual está inserida, a empresa almeja garantir legitimidade organizacional, a qual é decorrente da interpretação das ações de uma organização, se são desejáveis e apropriadas dentro do sistema socialmente construído por valores, crenças e normas (ROSSONI; MACHADO-DA-SILVA, 2013). Neste contexto, percebe-se que as organizações necessitam mais do que recursos técnicos e informação do ambiente, elas necessitam



de aceitação e de credibilidade, proporcionadas pela utilização do tripé da sustentabilidade atrelada as boas práticas da governança corporativa (CASAGRANDE; LAVARDA, 2014).

5 CONCLUSÃO

A governança corporativa está apoiada em um conjunto de princípios para melhorar a gestão da empresa, visando incrementar o seu valor de mercado, fazendo com que as organizações obtenham vantagens perante o mercado, principalmente a confiabilidade das partes interessadas, ao alinhar as estratégias organizacionais com os princípios básicos da governança. A cada nova estratégia, deve-se levar em consideração o conjunto de fatores que serão impactados pela mesma, inclusive fatores externos a organização, como fatores sociais e ambientais, com isso respeita-se a responsabilidade corporativa. É nessa ótica que entra o tripé de sustentabilidade, que funciona mensurando a performance econômica, social e ambiental da empresa visando a geração de valor agregado na sua totalidade.

Logo, as empresas que incorporam suas estratégias ao tripé da sustentabilidade, agregando o aspecto social, ambiental, além do econômico, possuem melhor imagem e maior reputação perante aos investidores, aumentando seu valor de mercado. O mercado acionário precisa de empresas transparentes, éticas, que tratem seus investidores de forma igualitária e ainda gerem resultados positivos para a sociedade ao qual estão inseridas, além de reduzir o impacto negativo de suas ações para o meio ambiente. Fica também evidente a importância da legitimidade na organização, uma vez que gera maior aceitação da empresa, e desta forma maior credibilidade para a mesma, principalmente quando se refere a companhias de capital aberto, na qual ter uma boa prática de governança, atrelada a legitimidade proporciona credibilidade aos *stakeholders*.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J.C. *et al.* **Inovação e sustentabilidade**: novos modelos e proposições. RAE: São Paulo, v.50, n.2, abr./jun.2010, 146-154 p.

CASAGRANDE, Rodrigo Moreira; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. **Convergências teóricas entre a governança Corporativa e a sustentabilidade, sob a Perspectiva da legitimidade**. 2014.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade**: canibais com garfo e faca. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

FIORINI, F. A.; JUNIOR, N. A.; ALONSO, V. L. C. **Governança Corporativa**: Conceitos e Aplicações. Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5.ed. São Paulo, SP: IBGC, 2015. 108p.

NATURA. **Natura e Co. investidores**. Disponível em<
<http://natu.foinvest.com.br/?idioma=ptb>>Acesso em: 30 jun. 2019.



OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Governança Corporativa na Prática: Integrando Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva na Geração de Resultados**, 3ª edição. Atlas, 01/2015.

POLIZEL, Caio. **Governança corporativa na educação superior** - Coleção Gestão Universitária na Prática - 1ª edição. Saraiva, 12/2012.

RIBEIRO NETO, R. M; FAMÁ, R. Uma alternativa de crescimento para o mercado de capitais brasileiro: o Novo Mercado. **RAUSP-Revista de Administração da USP**, v. 37, n. 1, p. 29-38, 2002.

ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. **Governança Corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências**, 7ª edição. Atlas, 09/2014.

ROSSONI, L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Legitimidade, governança corporativa e desempenho: análise das empresas da BM&F Bovespa. [RAE-Revista de Administração de Empresas, vol. 53, n. 3, 2013.](#)



9181199 - ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE E-COMMERCE NO BRASIL: REVISÃO ENTRE 2013-2018.

Anderson Correa Benfatto, Erico Souza Costa, Keli Nuernberg Ronchi

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Escola Superior de Criciúma - ESUCRI

O acesso à internet as pessoas de diversas classes sociais, assim sendo, ocorreram mudanças nas características dos consumidores, os consumidores do *e-commerce*, tem característica inerentes ao seu perfil moderno e contemporâneo, desejam tem um relacionamento com a marca, buscam agilidade e conforto, aliado a confiança de relacionamento e rapidez no atendimento. O estudo tem como objetivo geral analisar por meio de revisão bibliográfica o cenário das publicações brasileiras de dezembro de 2013 a dezembro de 2018 com o tema *e-commerce*. Esta pesquisa se classifica como bibliográfica e documental, abordagem qualitativa e objetivo descritivo. Para coleta de dados, optou-se pela plataforma *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), essa base de dados tem como objetivo dar visibilidade à produção científica em periódicos editados no Brasil. Entre os resultados encontrados a Universidade de Caxias do Sul (UCS) se destacou a universidade conta com várias ações na área da tecnologia, já em relação aos periódicos a Revista Brasileira de Marketing se destacou, a revista é especializada na área de *marketing*, agora em relação as publicações por autor, Harrison Bachion Ceribeli obteve o maior número de publicações, porém não encontrou um especialista sobre o tema, Em relação aos artigos mais citado no Google Acadêmico não se encontrou estudos que se destaquem como uma referência, pôr fim aos artigos com aderência a temática proposta, por mais que os artigos fossem aderentes, não se encontrou nenhum estudo em profundidade e relevância.

Palavras-chave: Comércio eletrônico, *marketing*, bibliométrico.

1 Introdução

No decorrer da década de 90 foi facilitado o acesso à internet as pessoas de diversas classes sociais, assim sendo, vem se observando mudanças significativas no cotidiano de seus usuários, no entanto também é possível observar as evoluções e transformações em que a internet vem passando. Com seu surgimento as diversas ferramentas e possibilidades de mercado foram elevadas ao patamar nunca alcançado, tais como o *e-commerce* que será objeto desse estudo (COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013).

Com surgimento do *e-commerce*, a relação da empresa com consumidor experimentou diversas mudanças, tais como, comportamento do cliente, prático atendimento, tomada de decisão apurada, flexibilidade de escolha, quantidade de informações sobre os produtos, comparar preços, avaliar concorrentes, tornando a possibilidade de compra mais cômoda (MENDES, 2013).

Tais características permitiram às empresas poder oferecer mais comodidade aos seus clientes, dinamismo de estoque, concedendo diversas possibilidades às empresas interessadas, outro fator muito importante foi o alcance em que seus produtos e serviços puderam ser oferecidos, ou seja, globalizou as suas possibilidades de oferta, aumentado seus horizontes de vendas muito além de suas localidades, como outrora em um comércio comum como ainda pode ser facilmente observado (AMARAL, et al., 2015).



Em relação ao contexto em que o objeto de estudo está inserido, é importante destacar que os processos do *e-commerce* tiveram início no Brasil há cinco anos, desde então, vem se expandindo e sendo utilizados por diversos ramos do mercado brasileiro (ANDRADE; SILVA, 2017).

O *E-commerce* no mercado brasileiro obteve a marca em 2016 de R\$ 44,4 bilhões de faturamento, em termos percentuais alcançou um crescimento de 7,4% diante dos R\$ 41,3 bilhões registrados em 2015, segundo dados da 35ª edição do relatório Webshoppers da Ebit de 2017 (WEBSHOPPERS, 2017).

Segundo a 37ª edição do relatório Webshoppers da Ebit (2018), o faturamento do *e-commerce* cresceu 7,5% em 2017. Já em 2018, se prever um crescimento de 12%. Em relação às vendas realizadas via internet no ano de 2017, totalizaram R\$ 47 bilhões, com estimativas para 2018 de R\$ 53 bilhões nessa modalidade de vendas (WEBSHOPPERS, 2018).

Diante disso se levante a questão de pesquisa: qual o cenário brasileiro de publicações acadêmicas da temática *e-commerce*? Com isso e nesse sentido para responder tal questão de pesquisa o presente estudo tem como objetivo geral analisar por meio de revisão bibliográfica o cenário das publicações brasileiras de dezembro de 2013 a dezembro de 2018 com o tema *e-commerce*.

Há uma estimativa de mais de 60 milhões de consumidores que vão adquirir algum tipo de produtos ou serviço em lojas virtuais durante ano de 2018. O Relatório afirma que o mercado do *e-commerce* está consolidado no Brasil, contribui positivamente para a economia do país. Com esses dados é possível perceber a expansão do *e-commerce* e as inúmeras possibilidades que esta plataforma trouxe para o mercado e a sociedade e geral, deste modo se justifica o presente estudo, pela relevância com seus resultados a serem no futuro comparado e para que se possa ter um panorama do cenário em que o objeto de estudo está imerso (WEBSHOPPERS, 2018).

2 Referencial Teórico

Para melhor entender a temática proposta, se faz necessário explanar alguns conceitos já estudados por pesquisadores da área em questão, nesse sentido serão abordados alguns indicadores de institutos renomados, para melhor intender o contexto em que a temática está inserida.

2.1 *E-commerce*

O *e-commerce* só teve início de fato em 1991 quando a internet teve liberação para utilização comercial. A internet é uma rede conectada a outras redes que estão presentes em todo o planeta. Ela não é dirigida por nenhuma organização ou governo, apesar disso, opera dentro de padrões técnicos e protocolos que viabilizam que ela opere com uma infraestrutura global (MENDES, 2013).

Ainda para Mendes (2013), conseqüentemente, a internet é indiretamente guiada pelas organizações que desenvolvem esses padrões e protocolos aos quais ela se propõe. Isso significa que essas organizações terão sempre uma vantagem competitiva perante as organizações e países que não estão incluídos diretamente no processo.

Segundo Martins, Stolt e Freire (2010, p.1), “os consumidores estão mais exigentes e críticos quanto ao atendimento mais rápido, de alta qualidade, proporcionando comodidade nas compras e formas diferenciadas de fidelização e relacionamentos.” Diante disso, para suprir essas exigências do consumidor, as organizações encontraram como solução o uso da internet que possibilitou uma nova forma de comercializar e de aproximar os clientes.

Porém, o *e-commerce* encontra grandes desafios que é conquistar a fidelidade e interatividade do cliente, visto que a interatividade é responsável pelo prazer da compra e pela



satisfação do cliente. Assim sendo o *e-commerce* vai além de uma troca de produtos e serviços por dinheiro realizado por meio da internet. É uma tecnologia que abriu espaço para as empresas serem mais precisas e eficientes no processo de transações do negócio. Ainda, permite a troca de informações entre os clientes e fornecedores, beneficiando todos envolvidos na cadeia (COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013).

O *e-commerce* veio para simplificar a compra e venda, tornando prático, rápido e de baixo custo. Além de não precisar se deslocar até a loja física, o cliente pode comprar de qualquer lugar. As empresas estão utilizando cada vez mais a Internet como meio de executar os seus processos de negócio, predominando o foco no atendimento aos clientes. (ALBERTIN, 2000; ANDRADE; SILVA, 2017).

2.1.1 Tipos de *e-commerce*

Há vários tipos de *e-commerce* e cada um deles é próprio para cada transação, por oportunizar possibilidades para realizar operações eletrônicas. Elas podem ser de empresas para empresas, entre setores ou entre as empresas e seus usuários. As operações de *e-commerce* podem abranger diversas classes, recebendo diferentes denominações (COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013). Dentre elas estão as:

Quadro 1 – Classificação do *e-commerce* por autor

Classificação	(SILVA; MARQUES, 2016)
B2B (<i>Business – to – Business</i>)	São transações de compras, vendas de produtos ou serviços realizados entre fornecedores e empresas, ou seja, de empresa para empresas por meio da internet.
B2C (<i>Business – to – Consumer</i>)	São transações de compra e vendas de produtos ou serviços realizados entre empresas com o consumidor final por meio da internet.
C2C (<i>Consumer – to – Consumer</i>)	São transações de compras e venda de produtos ou serviços realizados entre consumidores através da internet, esse tipo de comercialização pode ser realizado diretamente ou através de uma empresa intermediária.
Classificação	(COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013; GALINARI et al., 2015)
B2B (<i>business-to-business</i>)	São negócios realizados entre empresas
B2C/C2B (<i>business-to-consumer/consumer-to-business</i>)	São operações entre empresas e os consumidores finais.
C2C(<i>consumer-to-consumer</i>)	Os negócios ocorrem entre os consumidores finais.
G2C/C2G (<i>government-to-consumer/consumer-to-government</i>)	São transações que se dão por meio do governo com os consumidores finais.
G2G (<i>government-to-government</i>)	São negócios realizados somente entre os departamentos do governo.

Fonte: Adaptado de Coelho, Oliveira e Alméri (2013), Galinari et al. (2015), Silva e Marques (2016).

Dentre os tipos de *e-commerce*, o que mais se destaca é o B2C (*business-to-consumer*), pois este representa maior número de transações, porém no Brasil o modelo de *e-commerce* que se destaca é o B2B (*business-to-business*), por apresentar o maior número transações nos setores



industriais e do varejo, esse setor também apresenta a maior necessidade de investimento para sua logística, desenvolvimento e manutenção (COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013).

2.1.2 Características do e-commerce

O *e-commerce* tem como característica processos que abrangem o ambiente eletrônico, possui diversas ferramentas tecnológicas. Nesse sentido o comércio virtual pode acontecer de forma completa ou parcialmente. Para os autores o *e-commerce* são transações que ocorrem via internet, por meio da ligação entre os que compram e vendem, por meio da utilização das tecnologias de informação para realizar negócios (ALBERTIN, 2000; BALARINE, 2002; NAKAMURA, 2001).

Quadro 2 – Características do e-commerce

Autor	Vantagem
(ALBERTIN, 2010)	Inovação de seus produtos – customização de produtos consolidados e novo. Fidelização e relacionamento com cliente – canais variados de comunicação, coleta de dados e personalização de atendimento. Economia direta- infraestrutura informação e conhecimento compartilhado para redução de custo e ganhos em escala de produção. Novas formas de negociação – distribuição e logística. Novas oportunidades de negócio - Inovação e customização nos produtos e serviços. Redução no tempo de resposta ao cliente - novo canal de vendas e distribuição para as organizações.
(MARIANO, 2018)	Comodidade e acessibilidade a um portfólio abrangente e variado ao mercado de consumidores a produtos serviços e informações.
(COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013)	São vantagens para os clientes – acesso rápido e a baixo custo e de forma mais detalhada, com flexibilidade nos métodos de pagamentos promovendo além da satisfação do consumidor a satisfação da organização.
Autor	Desvantagem
(MARIANO, 2018)	Produtos que possuem características que certos consumidores precisam presenciar para aprovar seu interesse. Nível de segurança das organizações na captura e armazenamento dos dados dos consumidores no ambiente digital ainda é frágil.
(SILVA; MARQUES, 2016).	Tempo de <i>feedback</i> entre a compra e aprovação do cliente quanto a qualidade do bem ou serviço adquirido pelo consumidor.
(ALEXANDRINI et al., 2011)	O <i>e-commerce</i> depende de massivo e constante investimento em tecnologias da informação; ausência de leis específicas para os processos de transações digitais e segurança dos consumidores no ambiente digital.
(GOBERTO, 2012)	Processo de entrega de produtos depende dos padrões de logística do mercado.

Fonte: Adaptado de Albertin (2010), Alexandrini et al. (2011), Goberto (2012), Coelho, Oliveira e Alméri (2013), Silva e Marques (2016) e Mariano (2018).

Também permite o acesso a um seguimento maior de consumidores e de forma direta e assim pode fazer uso da criatividade e inovação para atender necessidades específicas dos consumidores. Contudo dentre as características do e-commerce além dos benefícios tidos como vantagens, também são identificados pontos fracos que precisam ser considerados pelas empresas e consumidores quanto ao seu uso como ferramenta (COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013).



Ainda com a evolução da internet e aumento da tecnologia, o *e-commerce* tende a crescer cada vez mais, favorecendo a satisfação para as organizações e conquista de novos clientes, como também dos consumidores (COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013).

2.2 Perfil e comportamento do consumidor

Os e-consumidores possuem características peculiares e para avaliar o perfil dos consumidores é necessário entendê-las. Uma delas são os dados demográficos e psicográficos associados, que se desdobram em três proporções: renda; poder aquisitivo; e postura diante da tecnologia. Estas pode ser otimista ou pessimista. Por fim a motivação principal, que podem ser profissionais, família ou entretenimento (NASCIMENTO, 2011).

Para que empresas de comércio eletrônico fidelizar seus clientes no atendimento seus interesses e necessidades é indispensável delinear o perfil dos clientes e conhecer seu comportamento. Isso possibilita mensurar e identificar demandas determinado seguimento de cliente. Conhecer os gostos e preferencias dos clientes em relação aos produtos que desejam oferecer, permite a elaboração de estratégias bem-sucedidas nas transações entre organizações e consumidores no ambiente digital (MACEDO, 2013). Outra variável muito importante é agilidade no retorno ao cliente em todas as suas (COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013).

Os fatores motivacionais que levam a efetuar compras por meio de lojas virtuais, muitas vezes surgem pela ausência de tempo e características da vida de cada cliente, uma vez que as lojas físicas possuem algumas dificuldades como horários específicos de funcionamento, dificuldade de estacionar, ou seja, esse perfil de consumidor prioriza seu tempo para outras atividades ao invés de comprar em uma loja física convencional (COELHO; OLIVEIRA; ALMÉRI, 2013).

2.3 E-commerce no mercado brasileiro

Para Albertin (2000, p.100) “o comércio eletrônico no mercado brasileiro está consolidado e apresenta claros sinais de evolução, mesmo que ainda possa ser considerado em um estágio intermediário de expansão”. Considerando a evolução do comércio eletrônico no Brasil, investir em ferramentas nessa plataforma de vendas e relacionamento com cliente têm sido como uma estratégia empresarial, na busca pelo diferencial e competitividade (ALBERTIN, 2000).

O Brasil apresenta 116 milhões de usuários de internet e uma amostragem feita até o final de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstrou um aumento de mais de 7% no total de cidadãos on-line, esses dados também demonstram uma tendência como a preferência pelos *smartphones* como dispositivo preferido para acesso à rede (DEMARTINI, 2018). Nesse sentido, é importante destacar alguns outros dados em relação à utilização da internet no Brasil em 2016.

Conforme a 37ª edição do relatório *Webshoppers* da Ebit (2018) empresa que divulga pesquisas e *insights* sobre o consumo na internet, o faturamento do *e-commerce* no Brasil em 2017 obteve um total de R\$ 47,7 bilhões, representando uma variação positiva de 7,5% em relação ao ano de 2016 que registrou um total de R\$ 44,4 bilhões. Ainda prevê aumento nominal de 12% no setor de *e-commerce* para 2018, em termos numéricos se espera um faturamento de R\$ 53,5 bilhões. Esse aumento é ocasionado pela consolidação das vendas efetuadas em dispositivos móveis e das transações nos *marketplaces*.

3 Metodologia



Esta pesquisa se classifica como bibliográfica, uma vez que os dados coletados e posteriormente analisados se baseiam em artigos publicados. A Pesquisa torna-se bibliográfica quando produzida a partir de material já publicado, com a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com todo documento já escrito sobre o assunto em questão (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Na abordagem do problema, a pesquisa classifica-se por qualitativa uma vez que as informações apuradas pelo pesquisador não se apresentam de maneira quantitativa, pois as mesmas têm que ser identificadas e interpretadas de maneira subjetiva, muitas vezes se utilizando de dados numéricos ou não para que as conclusões nelas fundadas reproduzam um papel ínfimo na análise (MARCONI; LOKATOS, 2003).

Quanto ao seu objetivo classificasse como descritivo, onde “o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena os dados, sem manipulá-los” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.52).

3.1 Procedimentos para coleta e análise de dados

Os dados foram coletados na base de dados bibliográficos acadêmicos *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL). É importante destacar que se justifica a escolha da plataforma (SPELL) uma vez que o presente estudo, tem como objetivo principal reunir artigos acadêmicos publicados no cenário nacional. Em seu endereço eletrônico consta como um dos seus objetivos “Proporcionar visibilidade à produção científica, particularmente aquela divulgada em periódicos editados no Brasil” (SPELL, 2019), ainda nesse sentido verifica-se:

Iniciado em 2012, o Spell - Scientific Periodicals Electronic Library consiste em uma ferramenta virtual que agrega a produção científica disponibilizada eletronicamente por periódicos nacionais das áreas de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo, reunindo artigos científicos, artigos tecnológicos, pensatas, entrevistas, editoriais, resenhas, casos de ensino, resumos de teses e dissertações, apresentações de fóruns, assim como seus similares, todos disponíveis livremente para consulta e download (SPELL, 2019).

Os dados da pesquisa foram coletados no dia 11 de janeiro de 2019, condicionando a seleção dos materiais como do tipo “artigos acadêmicos”, compreendidos no período de dezembro de 2013 a dezembro de 2018, ou seja, aproximadamente nos últimos 5 anos. O intuito no período definido é o de encontrar estudo atualizados em relação a temática.

Os termos para busca compreendem ao descritor “e-commerce” e “Comércio eletrônico”. O emprego do termo em português visa aumentar a abrangência de busca. Após coletados, os dados e informações foram tabulados no Microsoft Excel® e sucederam os seguintes resultados:

Quadro 4 - Filtragem base Spell

E-commerce/Comércio eletrônico			
Data da busca	E-commerce	Comércio eletrônico	Total
11/01/2019	53	46	99
Período da busca	Total Repetidos	Total sem Repetição	
dez/2013 a dez/2018	33	66	

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

A pesquisa efetuada separadamente na base de dados, resultou em um total de 99 artigos, dos quais foram excluídos 33 por representarem materiais duplicados na junção dos resultados. Após leitura dos artigos selecionados, seguiu-se nos trabalhos de quantificação e



análise sobre as instituições de origem, revista em que foi publicado e autores, onde após seleção foram tabulados e quantificados.

Em relação as instituições de origem, revista em que foi publicado e autores, serão caracterizados os que obtiveram maior número em relação ao demais encontrados em cada tabela. Foram inseridos os títulos no Google Acadêmico® e selecionados os dois artigos maior número de citações por outros estudos a serem analisados, essa estratégia se deu no intuito de encontrar um estudo ou autor referência na temática, quando se parte do princípio de que se o estudo está sendo citado por outros estudos na área, de certa forma pode ser relevante.

Após atenciosa leitura dos resumos de cada estudo e seleção para uma observação e caracterização mais minuciosa dos estudos com maior aderência à temática *e-commerce* com base nas referências bibliográficas no item 2 do presente estudo.

4 Resultados

Nessa seção será apresentada e análise dos dados, que por meio dos resultados obtidos serão explanadas algumas características, que se inicia com (quadro 5) que aborda o número de publicações por instituição.

Quadro 5 – Publicação por Instituição

Instituição	Nº
Universidade de Caxias do Sul (UCS)	13
Universidade de São Paulo (USP)	11
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP)	8
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	8
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	7
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	7
FAE Centro Universitário	6

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Em relação ao (Quadro 5) que constam as instituições que mais publicaram, a Universidade de Caxias do Sul (UCS) apresenta 13 publicações sobre a temática. A universidade em questão tem características que justificam esse número de publicações. Esta enquadrada como uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), possuindo fortes laços com a comunidade ao seu entorno e mantém unidades em oito cidades, com seu Campus-Sede localizado na cidade de Caxias do Sul, um polo de desenvolvimento industrial com reconhecimento nacional e demais unidades universitárias localizadas nas cidades de Bento Gonçalves, Vacaria, Canela, Farroupilha, Guaporé, Nova Prata e São Sebastião do Caí (UCS, 2019).

Um importante centro acadêmico em vários cursos com foco nas graduações em tecnologias da informação, a UCS buscar justificar o resultado encontrado no âmbito de uma temática que faz parte de uma área de atuação tecnologia e de informação eletrônica. Também possui vários programas, parcerias, parques, incubadoras e convênios para os desenvolvimentos tecnológicos, tais como: Parque de Ciência, Tecnologia e Inovação (TecnoUCS), Incubadora Tecnológica de Caxias do Sul (ITEC/UCS), Escritório de Transferência e Tecnologia (ETT-UCS), StartUCS e Pró-Reitoria de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (UCS, 2019).

Tendo essas características da UCS, observa-se que o resultado de 13 publicações em revistas em periódicos de autores da Universidade se justificam, pois, a este campus em questão apresenta ações que vão de encontro com a temática de estudo sobre *e-commerce*, no sentido da



Tecnologia e Inovação (TecnoUCS) e suas ramificações, contribuem para a pesquisa e publicações dos resultados obtidos nos eventos e periódicos sobre a temática.

Quadro 6 – Revistas e periódicos

Revistas e periódicos	Nº
Revista Brasileira de <i>Marketing</i>	7
Perspectivas em Gestão & Conhecimento	3
Revista de Gestão	3
Revista Gestão & Tecnologia	3
Revista Interdisciplinar de <i>Marketing</i>	3
Revista Pensamento Contemporâneo em Administração	3
Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS- BASE	2
Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão	2
Desafio Online	2
Journal of Information Systems and Technology Management	2
Revista Brasileira de Gestão e Inovação	2
Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios	2

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Quanto ao número de publicações por revista e periódicos (quadro 6), se destacou com 7 publicações, a Revista Brasileira de Marketing (ReMark). Esta revista oferece publicações trimestrais e tem como objetivo a divulgação de pesquisas científica brasileiras como a temática na área de *marketing*. Ela surge da necessidade de ter espaço independente e exclusivo para divulgar os temas relacionados ao *marketing*, uma vez que no decorrer do tempo o assunto ficou restrito a avaliação entre as revistas científicas de administração, economia, engenharia da produção e correlatas (REMARK, 2019).

A ReMark conta com apoio do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e atualmente está indexada em algumas bases de dados para busca de artigos acadêmicos, tais como: Redalyc, Latindex, Proquest, Spell (ANPAD), Ebsco Host, ErihPlus, Gale Cengage Learning; Redib, Livre, Dialnet, Web of Science (Thomson Reuters) e Directory of Open Access Journals (DOAJ), é importante destacar que a revista em questão está indexada na Spell (ANPAD), que foi utilizada para a busca do presente estudo, contribuindo também para o resultado (REMARK, 2019).

Ela também tem seu Conselho Editorial composto com membros nacionais e internacionais com editorial independente, quem avaliam trabalhos nas áreas de: Métodos de Pesquisa e Teoria em *Marketing*, Comportamento do Consumidor, Gestão e Estratégia de *Marketing* e *Marketing* em Contextos Específicos, a ReMark tem como missão “Divulgar a produção intelectual na área de *marketing*, organizacional e de mercado, estimulando as contribuições criativas e inéditas do trabalho acadêmico e de pesquisa.” (REMARK, 2019).

Quadro 7 – Publicações por autor

Autores	Nº
Harrison Bachion Ceribeli	3
Cristiane Junqueira Giovannini	2
Edgard Monforte Merlo	2



Flávio Régio Brambilla	2
Gabriel Sperandio Milan	2
Ivano Ribeiro	2
Jorge Brantes Ferreira	2
Luis André Wernecke Fumagalli	2

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Do número de publicações por autor (Quadro 7), Harrison Bachion Ceribeli se destaca com 3 publicações. O autor é graduação em administração de empresas com especialização em *e-learning*, mestrado e doutorado em ciências pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP), atuando como professor na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) nas áreas de: Gestão de Pessoas, Comportamento Humano no Trabalho, Comportamento do Consumidor e participa do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Comportamento Humano nas Organizações (UFOP, 2019).

É possível perceber que pelo currículo do autor e sua atuação (UFOP) se justifica o presente resultado, porém há um pequeno número de publicações por autor, indicando que não se destacou alguém como uma referência ou especialista com o tema do presente estudo.

Quadro 8 – Artigo mais citado no Google Acadêmico.

Título, Autor e nº de citações	Resultados
Efeitos das estratégias de <i>marketing</i> de compras coletivas sobre o comportamento impulsivo	O Brasil é o segundo maior mercado de <i>e-commerce</i> no mundo. Principal modelo de negócio é o de "compra coletiva". Sua característica é a de venda por impulso. Dentre os fatores que podem influenciar o comportamento do consumidor, dois dos quais são: a impulsividade individual e as estratégias do mix de <i>marketing</i> . A compra impulsiva é caracterizada pela compra não planejada. Dependendo do grau de impulsividade, os consumidores respondem de forma diferente às estratégias utilizadas. O artigo objetiva analisar a eficácia de diferentes estratégias relacionadas ao composto de <i>marketing</i> para o comportamento de compra do consumidor impulsivo e não-impulsivo. 137 participantes receberam um questionário contendo a escala <i>Buying Impulsiveness</i> de Rook e Fisher (1995) e declarações sobre as estratégias de <i>marketing</i> utilizadas por sites de compra coletiva. A análise de regressão três estratégias relacionam-se à impulsividade: busca por marcas bem conhecidas; busca de ofertas e grandes descontos; e confiança em receber o produto. O estudo contribui para o <i>e-commerce</i> e pesquisadores apresentando as estratégias que, a partir da perspectiva do consumidor, são vistas como eficazes ao consumo.
Suzi Elen Ferreira Dias; Rosilene Maria dos Santos; Vinicius Martins; Giuliana Isabella. (DIAS et al., 2014)	
12 citações	
Novos tempos, novas estratégias: proposta de uma nova dimensão para os 4 P's para <i>e-commerce</i> dot-com	O gerenciamento adequado de <i>marketing</i> é fundamental no empreendimento comercial, incluindo empresas pontocom. Contudo, na revisão da produção do Jornal Internacional de Comércio Eletrônico (IJEC) e nos últimos 10 anos do EnANPAD (EnANPAD é a conferência anual da Academia Brasileira de Administração), não há trabalhos sobre a aplicabilidade dos 4P's ao <i>e-commerce</i> , uma lacuna na literatura que este



<p>Maximiliano Gonetecki Oliveira; Ana Maria Machado Toaldo. (OLIVEIRA; TOALDO, 2015)</p>	<p>estudo se propõe a preencher. Utiliza uma metodologia de abordagem qualitativa, investiga diversos estudos empíricos sobre comércio digital e comparando-os com a literatura de <i>marketing</i> estratégico dominante. Inferências foram desenvolvidas, empurrando ainda mais os limites da teoria deste campo. Tanto trabalhos clássicos como os de Borden (1964) e McCarthy (1960) e muitos outros contemporâneos são avaliados. A presente pesquisa utiliza esses trabalhos como fonte de informações e dados. Usando um processo de comparação com o modelo de mix de <i>marketing</i>, ele procura uma possível falta de ajuste entre os ambientes empíricos relacionados e tal modelo. Os resultados apontam diversas variáveis-chave em cada um dos P's relacionados à segurança no comércio eletrônico. Esta dimensão aparenta ser a chave na formação da percepção do valor do cliente.</p>
<p>11 citações</p>	

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

O estudo de Dias et al., (2014) obteve 12 citações no Google Acadêmico® e tem como tema característica da venda por impulso e tem como “objetivo analisar a eficácia de diferentes estratégias relacionadas ao composto de *marketing* para o comportamento de compra do consumidor impulsivo e não-impulsivo” (DIAS et al., 2014, p.138).

Os resultados demonstraram que à impulsividade está relacionada a procurar produtos de marcas bem conhecidas, busca de ofertas com grandes descontos e confiança em receber o produto (DIAS et al., 2014).

O segundo estudo obteve 11 citações no Google Acadêmico® e se utilizou de trabalhos como fonte de informações e dados sobre o tema 4P's para na utilização no e-commerce “[...] em uma revisão da produção do *Jornal Internacional de Comércio Eletrônico (IJEC)* e nos últimos 10 anos do *EnANPAD*[...]” (OLIVEIRA; TOALDO, 2015, p. 107).

Quadro 9 – Artigos com aderência a temática proposta.

Título e autor	Resumo
<p>Efeitos do Comércio Eletrônico: a percepção dos empresários associados à Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de São Miguel do Oeste-SC</p>	<p>No cenário econômico atual, empresários buscam agilidade, facilidade e precisão nos processos de venda e gestão de estoques. O comércio eletrônico propõe ao empresário forma diferenciada para disponibilizar seu produto ou serviço em ambiente virtual ou, ainda, fazer uso dessa ferramenta em transações com indústria e fornecedores. O objetivo desta pesquisa foi verificar as consequências do comércio eletrônico para os comerciantes do município de São Miguel do Oeste e descobrir se essas empresas realizam alguma ação para enfrentar a concorrência desse tipo de comércio. Percebeu-se que as empresas pesquisadas são de micro e pequeno porte, e que as mulheres estão no comando de muitas delas. Os empresários comentaram que o comércio eletrônico facilitou as compras de produtos em transações B2B. Os entrevistados apontam como vantagem no comércio eletrônico, a facilidade, comodidade e baixo custo, tanto para o consumidor final como para transações entre empresas. Pouco mais da metade dos entrevistados afirma que a internet ainda não afetou os lucros da sua empresa.</p>
<p>Dayani Gwozdz; Josiane Romancini; Karina Fries; Lucas Miguel Gnigler; Sodriane Cezar (GWOZDZ et al.,2014)</p>	<p>Estratégias competitivas são norteadoras e pontos divergentes entre empresas, que por sua vez garantem a evolução do mercado. No setor de bens de capital, a necessidade de se diferenciar em suporte se traduz na exigência em disponibilidade de máquina, pois somente assim é possível</p>
<p>Influências do comércio eletrônico B2B no processo de atendimento de pós-vendas no segmento de bens de capital: estudo de caso em uma empresa representante de equipamentos pesados</p>	<p>Estratégias competitivas são norteadoras e pontos divergentes entre empresas, que por sua vez garantem a evolução do mercado. No setor de bens de capital, a necessidade de se diferenciar em suporte se traduz na exigência em disponibilidade de máquina, pois somente assim é possível</p>



<p>Tiago Correa do Amaral; João Batista de Camargo Júnior; Andrea Kassouf Pizzinatto; Teresa Cristina Dias de Toledo Pitombo (AMARAL et al., 2015)</p>	<p>proporcionar o retorno sobre o investimento realizado na aquisição do equipamento. O pós-vendas visa suporte ao produto em condições operacionais. Trata-se de relacionamento de longo prazo e deve ser realizado com excelência objetivando proporcionar segurança, confiança e conseqüentemente, fidelizar o cliente. A agilidade desse atendimento e o provisionamento de soluções rápidas é essencial para o consumidor. Disto sucinta a hipótese de que o comercio eletrônico agrega valor no processo. Em uma pesquisa conduzida por meio de entrevistas exploratórias com profissionais que atuam diretamente no relacionamento com clientes do segmento de equipamentos pesados para construção em uma empresa com mais de 70 anos de mercado, objetivou identificar como o comércio eletrônico pode influenciar na qualidade de atendimento, velocidade de resposta e redução de custos no processo de atendimento em pós-vendas nas relações B2B. Os resultados apontam que a efetiva implantação de uma ferramenta de tecnologia da informação, como o comércio eletrônico, pode proporcionar vantagens competitivas por meio de atendimento assertivo e otimizado em pós-vendas.</p>
<p>O Impacto da Utilização de Ferramentas Virtuais na Gestão de Pequenos Negócios</p>	<p>Se faz eminente empresas de diversos portes atualizem suas ferramentas tecnológicas para seu processo operacional. Conforme SEBRAE (2015) um número significativo de empresas tem aderido ou demonstrado pretensão de aderir ao e-commerce. O presente trabalho concebido sob a ótica do estudo de caso, analisa uma empresa do setor de serviços da cidade de Osasco, São Paulo, buscando analisar resultados da implementação de ferramentas virtuais voltadas a vendas (aplicativo de mensagens e endereços eletrônicos) em pequena empresa. Foram analisadas operações desta empresa, comparando-se as semelhanças e diferenças entre a operação de vendas eletrônicas e em loja física, e como os resultados destes canais se comportaram. Pela análise notou-se o crescimento nas vendas após a adoção das referidas ferramentas. Ressalta-se que a comodidade e o cumprimento de prazos são fundamentais para que o e-commerce e o atendimento eletrônico sejam bem-sucedidos dentro do mercado.</p>
<p>Johnny Seki; Eliane Herrero; Evandro Luiz Lopes; Ricardo Luis Pereira Bueno; Luis Hernan Contreras Pinochet (SEKI et al., 2017)</p>	<p>Se faz eminente empresas de diversos portes atualizem suas ferramentas tecnológicas para seu processo operacional. Conforme SEBRAE (2015) um número significativo de empresas tem aderido ou demonstrado pretensão de aderir ao e-commerce. O presente trabalho concebido sob a ótica do estudo de caso, analisa uma empresa do setor de serviços da cidade de Osasco, São Paulo, buscando analisar resultados da implementação de ferramentas virtuais voltadas a vendas (aplicativo de mensagens e endereços eletrônicos) em pequena empresa. Foram analisadas operações desta empresa, comparando-se as semelhanças e diferenças entre a operação de vendas eletrônicas e em loja física, e como os resultados destes canais se comportaram. Pela análise notou-se o crescimento nas vendas após a adoção das referidas ferramentas. Ressalta-se que a comodidade e o cumprimento de prazos são fundamentais para que o e-commerce e o atendimento eletrônico sejam bem-sucedidos dentro do mercado.</p>

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Fica perceptível conforme Quadro 9 que tanto nas perspectivas dos empresários como dos consumidores, ferramentas voltadas para o comercio eletrônico parecem viabilizar melhores resultados no processo de transação (AMARAL et al., 2015) e contribuindo para um aumento nas vendas e fidelização dos clientes por meio de atendimento pós-venda (SEKI et al., 2017). Diante do observado nos estudos, a percepção é de que o emprego do e-commerce não afetou negativamente os resultados dos empresários, além de comportar e contribuir no desenvolvimento de pequenos empreendimentos (GWOZDZ et al., 2014).

5 Conclusão



O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão de literatura abrangendo o período de dezembro de 2013 a dezembro de 2018, buscando o entendimento e conceituação sobre e-commerce. Ao conceituar a temática, observou-se que os consumidores do *e-commerce*, tem característica inerentes ao seu perfil moderno e contemporâneo, desejam ter um relacionamento com a marca, buscam agilidade e conforto, aliado a confiança de relacionamento e rapidez no atendimento. Com isso empresas que buscam ingressar modalidade do e-commerce, precisam entender as características associadas a contextos demográficos, renda, poder aquisitivo, buscar mensurar e identificar as demandas de determinados seguimentos de clientes no seu setor de atuação.

No que cabe ao objetivo do presente estudo, os resultados alcançados na coleta de dados na plataforma de busca de estudos acadêmicos *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL), ressalta-se as iniciativas e ações da intuição Universidade de Caxias do Sul (UCS), na área da tecnologia incluindo cursos de graduação e programa de pós-graduação e contando com Parque de Ciência, Tecnologia e Inovação (TecnoUCS) e Pró-Reitoria de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, o que viabiliza o fomento em pesquisas para o setor de inovação e comercio eletrônico.

Também se destaca a Revista Brasileira de *Marketing* com maior número de publicações. Especializada na área de *marketing* ela surgiu da necessidade de ter uma revista que publicasse sobre o tema, uma vez que esse tema, o *marketing*, estava sendo associado a revistas de outras áreas.

O autor, Harrison Bachion Ceribeli obteve o maior número de publicações, porém não encontrou um especialista sobre o tema, evidenciado pelo pequeno número de publicação por autor. Quanto aos artigos mais citado no Google Acadêmico, Dias et al., (2014) com 12 citações e Oliveira e Toaldo, (2015) com 11 citações, ou seja, não se encontrou estudos que se destaquem como uma referencias para demais estudo realizados durante o período, uma vez que o número de citações é pequeno. E por fim Artigos com aderência a temática proposta, por mais que os artigos desse tópico fossem os que mais se achou aderente a temática, não se encontrou nenhum estudo em profundidade e relevância.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Alberto Luiz. **Comércio Eletrônico: Modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALBERTIN, Alberto Luiz. O comércio eletrônico evolui e consolida-se no mercado brasileiro. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 94-102, dez. 2000. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902000000400009>>. Acesso em: 19 set. 2018.

ALEXANDRINI, Fábio et al. **Marketing de Varejo na Era Virtual: o Comércio Eletrônico nos Supermercados de Rio do Sul**. VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2011. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/38514577.pdf>>. Acesso em 03 set. 2018.

AMARAL, Tiago Correa et al. Influências do Comércio Eletrônico B2B no Processo de Atendimento de Pós-Vendas no Segmento de Bens de Capital: Estudo de Caso em uma Empresa Representante de Equipamentos pesados. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 14, n. 2, p. 223-236, 2015. Disponível em: <<http://www.revistabrasileirmarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/view/2933>>. Acesso em: 04 set. 2018.



ANDRADE, M. C. F.; SILVA, N. T. G. O Comércio Eletrônico (*E-commerce*): Um Estudo com Consumidores. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 7, n. 1, p. 98-111, 2017. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/45744/o-comercio-eletronico--e-commerce---um-estudo-com-consumidores>>. Acesso em: 04 set. 2018.

ANDRADE, Rogério de. **Guia Prático de E-commerce**. São Paulo: Angra, 2001.

BALARINE, Oscar Fernando Osorio. Tecnologia da informação como vantagem competitiva. **RAE electron**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-11, junho de 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482002000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BOTELLHO, Grace Kelly Novais; GOMES, Eveline de oliveira, SILVA, Hermes Moretti Ribeiro. **E-commerce: análise do hábito de compra de jovens universitários em lojas virtuais em relação ao composto de marketing**. Anais do 4º ECAECO, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://anaisonline.uems.br/index.php/ecaeco/issue/view/22>>. Acesso em: 12 set. 2018.

BRETZKE, M. **Marketing de relacionamento e competição em tempo real**. São Paulo: Atlas, 2000.

COELHO, Lidiane da Silveira; OLIVEIRA, Rafaela Carvalho; ALMÉRI, Tatiana Martins. O crescimento do *e-commerce* e os problemas que o acompanham: a identificação da oportunidade de melhoria em uma rede de comércio eletrônico na visão do cliente. **Revista de Administração do Unisal**, v. 3, n. 3, maio 2013. Disponível em: <<http://www.revista.unisal.br/sj/index.php/RevAdministracao/article/view/235>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2008.

DEMARTINI, Felipe. **Brasil tem 116 milhões de usuários de internet**. 2018. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/internet/brasil-tem-116-milhoes-de-usuarios-de-internet-afirma-ibge-108612/>>. Acesso em: 19 set. 2018.

DIAS, Suzi Elen Ferreira et al. Efeitos das estratégias de *marketing* de compras coletivas sobre o comportamento impulsivo. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 3, p. 138-151, 2014.

ECKERT, A.; BÓ, G. D.; MILAN, G. S.; EBERLE, L. *E-commerce*: Privacidade, Segurança e Qualidade das Informações como Preditores da Confiança. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 5, p. 49-69, 2017. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/48638/e-commerce--privacidade--seguranca-e-qualidade-das-informacoes-como-preditores-da-confianca-ii/pt-br>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

E-CONSULTING. **E-commerce brasileiro espera faturar R\$ 77,5 bilhões em 2018**. 2018. Disponível em: <<http://www.e-consultingcorp.com.br/e-commerce-brasileiro-espera-faturar-r-775-bilhoes-em-2018/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

GALINARI, Rangel et al. **Comércio eletrônico, tecnologias móveis e mídias sociais no Brasil**. Abr. 2015. Disponível em:



<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15284/1/BS%2041_Com%C3%A9rcio%20eletr%C3%B4nico%20tecnologias%20m%C3%B3veis%20e%20m%C3%ADdias%20sociais_BD.pdf>. Acesso em: 03 set. 2018.

GOBERTO, M. **Desvantagens do Comércio Eletrônico**, 2012. Disponível em: <<https://ecommercenews.com.br/artigos/cases/desvantagens-do-comercio-eletronico>>. Acesso em: 04 set. 2018.

GOOGLE ACADÊMICO, 2018. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: 14 de fev 2019.

GWOZDZ, Dayani et al. Efeitos do Comércio Eletrônico: a percepção dos empresários associados à Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de São Miguel do Oeste-SC. **Navus-Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 4, n. 1, p. 111-125, 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua**. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2016. 8 ISBN 978-85-240-4445-8, IBGE 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/c62c9d551093e4b8e9d9810a6d3bafff.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

MACEDO, Dayana Carla et al. Comércio eletrônico: identificação do perfil do e-consumidor **Rev. FAE**, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 90 - 103, jan. /jun. 2013. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/127/72>>. Acesso em: 12 set. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MARIANO, Ari Melo et al. Comportamento de compra do consumidor on-line no distrito **federal**: uma pesquisa descritiva por meio das equações estruturais. **Revista científica eletrônica de engenharia de produção**. v.18, n.1, 2018. Disponível em: <<https://www.producaoonline.org.br/rpo/article/view/2812>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MARTINS, Diego; STOLT, Mauricio Sanelli, FREIRE Robson. **Comércio eletrônico**: um enfoque baseado no comportamento de compra dos acadêmicos da Univali. 2010. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/252_artigo_seget_2010_-_autores.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MENDES, Laura Zimmermann Ramayana, **E-commerce**: origem, desenvolvimento e perspectivas. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/78391>>. Acesso em: 01 set. 2018.

MORAIS, Felipe. **Quem é o e-consumidor? E-commerce Brasil**. 2011. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/quem-e-o-e-consumidor/>>. Acesso em: 16 set. 2018.

NAKAMURA, Rodolfo Reijiro. **E-commerce na Internet**: Fácil de Entender. São Paulo, Érica, 2001.



NASCIMENTO, Rafael Moraes. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. Curso de Mestrado Executivo. **E-commerce no Brasil: perfil do mercado e do e-consumidor brasileiro**. 2011. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8182/Rafael%20Moraes.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

OLIVEIRA, Maximiliano Gonetecki; TOALDO, Ana Maria Machado. **New times, new strategies: proposal for an additional dimension to the 4 P's for e-commerce dot-com**. JISTEM-Journal of Information Systems and Technology Management, v. 12, n. 1, p. 107-124, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

REDAÇÃO E-COMMERCE NEWS. **E-commerce brasileiro espera faturar R\$ 69 bilhões**. 2018. Disponível em: <<https://ecommercenews.com.br/noticias/balancos/e-commerce-brasileiro-espera-faturar-r-69-bi-em-2018/>>. Acesso em: 20set. 2018.

REMARK. **Revista Brasileira de Marketing**. 2019. E-ISSN: 2177-5184. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiramarketing.org/>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

SEKI, Johnny et al. **O Impacto da Utilização de Ferramentas Virtuais na Gestão de Pequenos Negócios**. Intern. Journal of Profess. Bus. Review, v. 2, n. 1, p. 01-27, 2017.

SILVA, Carolina Ribeiro do Couto; MARQUES, Emerson. **Evolução do Comércio Eletrônico**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Pindamonhangaba/SP, 2016. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.funvicpinda.org.br:8080/jspui/bitstream/123456789/494/1/SilvaMarques.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2018.

SPELL. **Características**. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/sobre/caracteristicas>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

UCS. **Universidade de Caxias do Sul**: Fundação Universidade de Caxias do Sul. 2019. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/institucional/>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

UFOP. **Universidade Federal de Ouro Preto**: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. 2019. Disponível em: <<https://icsa.ufop.br/o-instituto>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

WEBSHOPPERS. **Redação E-commerce Brasil**. *Webshoppers* 35ª edição. 2017. Disponível em: <<https://www.e-commercebrasil.com.br/noticias/e-commerce-cresce-74-moda-lideranca-webshoppers/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

WEBSHOPPERS. **Redação E-commerce Brasil**. *Webshoppers* 37ª edição. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/LucasModesto6/webshoppers-37-2018>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Fonte financiadora: O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC/SC – Brasil.



1914120 - GOVERNANÇA NO TERCEIRO SETOR: UMA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA PARA UMA ENTIDADE FILANTRÓPICA DE CRICIÚMA

Fernanda Nart Colombo, Sílvio Parodi Oliveira Camilo

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A governança das organizações tem sido moldada com base nos princípios de *Fairness*, *Disclosure*, *Accountability* e *Compliance*. Embora desenvolvida nas corporações, vê-se avanço de suas práticas em instituições organizacionais de naturezas diversas. Nesse sentido, este estudo se dedica aos princípios da Transparência e da Prestação de contas em uma Entidade de Terceiro Setor (TS). O trabalho tem como objetivo geral elaborar uma proposta de prestação de contas para uma Instituição filantrópica de Criciúma. Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, com estratégia de investigação o levantamento de informações de contas em sítios informacionais de organizações brasileiras do terceiro setor. Fez-se uso da técnica de entrevista e exame documental para, conjugado a buscas em sítios divulgacionais, elaborar proposição de um modelo possível de adesão. Os levantamentos preliminares apontaram para imaturidade das organizações que integram o setor no pertinente a forma de transparecer e prestar suas contas a comunidade externa. Essa evidência é baseada na análise de 60 instituições de Terceiro Setor no Brasil e em outros países, o qual ficou evidente a carência da prestação de contas analítica e, igualmente, de natureza simplificada. O levantamento de campo identificou somente demonstrações contábeis sintéticas, como o Balanço Patrimonial e Demonstração Resultado Exercício, em algumas organizações do TS. A proposta preconiza que, a organização objeto de instituição de natureza privada com finalidade pública, com foco na captação de recursos, seja por parcerias ou editais abertos, ao transparecer e prestar contas do uso de recursos pode torná-la mais confiável e, com isso, ampliar o poder de captação.

Palavras-chave: Instituição filantrópica. Transparência nas contas. *Accountability*.

1 Introdução

A governança corporativa tem seu início pautado em meio a relações conflituosas que necessitaram de uma estrutura capaz de facilitar o desempenho organizacional, bem como sua gestão nas decisões e o fácil acesso das informações pelos principais interessados, preservando de forma equitativa as relações comerciais Oliveira (2015).

Para que haja eficiência e credibilidade nos processos organizacionais, os princípios por meio de práticas Governança vêm se estabelecendo como excelente instrumento de gestão capaz de impulsionar resultados promissores em diversos segmentos, portes ou natureza jurídica em que for implantado, abrangendo desde órgãos públicos, empresariais ou instituições de terceiro setor.

Essas práticas são classificadas como *Fairness*, *Disclosure*, *Accountability* e *Compliance* (ANDRADE; ROSSETTI, 2014).

A adoção dessas práticas de Governança se tornou substancial às instituições de diversos setores, pois seguindo todos 4 princípios de governança ou pelo menos alguns desses princípios, a empresa está resguardando sua imagem e aumentando credibilidade ao transparecer suas informações.

Pelo fato de sua grande aplicabilidade e repercussão, seus pilares foram implantados não somente em empresas privadas, classificadas de Segundo Setor – Organizações não governamentais com fins lucrativos - como também foi reproduzida no Primeiro Setor – Empresas



Públicas, ou organizações governamentais sem fins lucrativos - e no Terceiro Setor existindo uma grande aderência das partes, tendo resultados tão positivos quanto no Segundo Setor.

Como Terceiro Setor, estão enquadradas pessoas jurídicas de direito privado, não governamentais e sem fins lucrativo, que recebem por meio de parcerias, convênios ou doações, os recursos necessários para manutenção do bem-estar social.

Para que haja a situação descrita acima, mantendo uma relação de boas práticas entre as partes correlatas também no Terceiro Setor, é preciso que as organizações fundamentem suas ações observando os princípios da Governança. Oliveira (2015)

Considerando esse contexto, com relação a essas instituições e princípios citados, destacam-se a Transparência (*Disclosure*) e Prestação de Contas (*Accountability*), que as permitem prestar contas dos recebimentos e investimentos das quantias recebidas como forma de retratar as devidas destinações e evitar possíveis fraudes.

Assim sendo, formula-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual o modelo de prestação de contas e transparência é mais aderente a uma empresa do terceiro setor de acordo com os princípios e valores de governança?**

Por esse motivo, como forma de estudar e aplicar os conceitos descritos, o trabalho tem como objetivo geral propor uma estrutura de prestação de contas para a transparência dos recursos recebidos pelo Bairro da Juventude (BJ). Para atingir o objetivo geral, apresentam-se como objetivos específicos estudos sobre as fontes de recursos recebidas pela instituição e sua destinação, analisar como o Bairro da Juventude presta as informações atualmente de suas ações, bem como o estudo de modelos de prestação de contas e transparência adequado à instituição, implantando os pilares da governança.

O Bairro da Juventude é uma Instituição de Ensino do Terceiro Setor na área de Educação, que possui como intuito auxiliar crianças e jovens por meio de uma educação de qualidade desde o ensino básico ao técnico profissionalizante e que necessita de doações e parcerias para subvencionar seus projetos, que atualmente não possui um modelo estruturado de prestação de contas e transparências a seus interessados.

Com este estudo, pretende-se analisar como as organizações de terceiro setor lidam com os princípios de governança, como forma de propor um modelo de prestação de contas e transparência para o Bairro da Juventude, a fim de que a sociedade possa conhecer de onde vem e como são distribuídos tais recursos para projetos desta instituição com a finalidade de aumentar a entrada de investimentos financeiros, beneficiando um maior número de crianças e adolescentes carentes.

Portanto, evidenciam-se achados importantes com relação à Governança aplicada a Terceiro Setor, com benefícios à organização objeto deste estudo, Bairro da Juventude, instigando a implantação de mecanismos de transparência e prestação de contas, como forma de iniciar outros programas alicerçados a Governança Corporativa, possuindo uma melhor administração dos recursos.

2 Fundamentação Teórica

Nesta seção, serão apresentados os fundamentos teóricos que apoiam o desenvolvimento acerca do tema Governança nas organizações. As discussões compreendem as instituições de terceiro setor e o *disclosure* apresentado por essas instituições organizacionais.

2.1 – PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa tem seu surgimento pautado em meados da década de 1980 e 1990, quando empresas norte-americanas sofriam diversos escândalos por fraudes, manipulações de ações e conflitos entre sócios, gerando um grande desconforto dos potenciais



investidores, que necessitavam de um mecanismo hábil capaz de transparecer as ações da empresa passando maior segurança aos interessados (LODI, 2000). Nesse sentido, a Governança Corporativa se desenvolveu como um conjunto de práticas com o desígnio de potencializar as ações da empresa, preservando investidores, credores, empregados e viabilizando o acesso ao capital (SILVA, 2006).

Seguindo esse pensamento, o Brasil passou por uma grande adaptação com relação ao mercado de capitais, necessitando modernizar seus processos gerenciais visando tornar-se mais atraente aos investidores, tendo como resposta um movimento de melhores práticas de governança, que teve como marco a criação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) em 1995, estabelecendo assim a Governança Corporativa no Brasil (SILVA, 2012).

Para o IBGC (2015), a Governança Corporativa é o sistema o qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, funcionando como um grande elo entre as partes envolvidas e os investidores, tendo como finalidade primordial aumentar o valor da sociedade, viabilizando acesso ao capital e perenidade da empresa.

A literatura que investiga essa temática sugere que adoção dos pilares que sustentam os valores da organização e o compromisso com os relacionamentos da empresa com a sociedade e seus demais stakeholders, são essenciais para uma boa governança. Embora sustentada nos três pilares primordiais, a governança possui outros princípios e valores que norteiam e dão sustentação, unindo convicções para conduzir as melhores práticas de governança corporativas, que se destacam como, *Disclosure*, *Fairness* ou *Equity*, *Accountability* e *Compliance* (ANDRADE; ROSSETTI, 2014).

O *Disclosure* também traduzido como Transparência, conforme cita o autor Silva (2012), trata da “Obrigação de informar”, ou seja, transmitir informações à Administração da empresa, bem como seus sócios e sociedade interessada em geral. Dessa forma, ao aplicar esse princípio na organização, as empresas mantêm uma boa comunicação interna e externa, tornando suas ações cada vez mais transparentes, transmitindo uma relação de confiança maior aos interessados.

Vale ressaltar que essa comunicação não deve estar restrita somente às questões ligadas à performance econômico-financeira da instituição, mas também a contingências não inclusas no balanço patrimonial, bem como os preceitos contábeis e normas aplicadas na empresa como um todo, que, de certa forma, alteram os rumos financeiros que muito interessam aos envolvidos (ANDRADE; ROSSETTI, 2014).

De modo geral, exprimindo melhor esse princípio, o IBGC (2015) trata o *Disclosure* como o desejo de apresentar aos interessados informações que sejam do seu interesse, designando uma relação de transparência que vai além da obrigatoriedade disposta em leis ou regulamentos.

O *Fairness* ou *Equity*, também conhecido como senso de justiça, em consoante com Andrade e Rossetti (2014), diz respeito ao tratamento justo e igualitário para com todos os acionistas ou sócios, não permitindo que ocorram atitudes ou políticas discriminatórias, diminuindo, ou denigrando qualquer outro sócio minoritário ou majoritários no que tange à riqueza corporativa ou o resultado de operações.

Ainda dessa forma, primando pela igualdade dentre todos, as remunerações dos sócios são discutidas pelo Conselho de Administrando, devendo estar expostas a toda sociedade, a fim de que não haja conflito entre as partes, zelando pela equidade.

Accountability, do português Prestação Responsável de Contas, é caracterizada por Silva (2012) como o procedimento pelo qual os agentes de governança devem prestar contas de todas suas execuções e atitudes para quem os elegeu, respondendo integralmente por todos os atos ilícitos cometidos durante seu mandato.

Para Andrade e Rossetti (2014), a prestação de contas está baseada nas melhores práticas contábeis e de auditoria, pois exige dos responsáveis, uma revisão detalhada sobre a real



posição financeira da empresa e suas ações para amenizar os problemas existentes a fim de corrigi-los com maior transparência.

A *Compliance* significa conformidade legal quanto ao cumprimento das normas reguladoras, que estão disponibilizadas em estatutos, normas, regimes internos e nas leis vigentes no país (ANDRADE; ROSSETTI, 2014).

Muitas empresas estão aderindo a esse princípio justamente para acompanhar as relações empresariais seja entre sócios, acionistas ou empregados.

É importante lembrar que este princípio não deve ser tratado como um modismo, e, sim, como uma ferramenta capaz de regular as ações de um determinado grupo que possui relação direta com a organização. Desta forma, para o IBGC (2017), a *compliance* está estritamente ligada à coerência naquilo que se espera de uma organização, no sentido de respeito a regras e valores principais que representam a personalidade organizacional e o que de fato a empresa pratica sistematicamente.

2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA NO TERCEIRO SETOR

Nesta seção, serão apresentadas as características do Terceiro Setor, bem como a transparência e a prestações de contas das organizações pertencentes.

2.2.1 Características do Terceiro Setor

Ao abordarmos questões econômicas, podemos dividir o Estado em três setores da Economia, ou como cita Najam (1996), em três metáforas: o Príncipe, tratando das relações do Primeiro Setor, Mercado, intitulado o Segundo Setor e o Cidadão, correspondendo ao último e Terceiro Setor.

O Primeiro Setor, também chamado de Estado, é formado por organismos estatais considerados como público, que possui como objetivo representar os interesses da nação devido a sua autoridade legítima (NAJAM, 1996). O Segundo Setor é caracterizado pelas principais atividades econômicas privadas, atuando em benefício próprio, com o objetivo fundamental de lucro (NEVES, 2018). O Terceiro Setor - TS por sua vez, atua em um âmbito diferente dos demais, pois, embora possua uma ligação direta com os dois setores, apresentando características de uma organização privada sem fins lucrativos, seu objetivo maior é proporcionar qualidade de vida social em vários âmbitos onde as mazelas sociais afrontam cotidianamente a população.

Organizações pertencentes ao terceiro setor vêm assumindo um desfecho primordial na sociedade, principalmente devido ao fato de que o Estado vem mostrando-se ineficiente com relação a algumas de suas funções na área social e educacional (COELHO, 2000). Para Nunes (2006), o Terceiro Setor é caracterizado como uma organização de origem privada, que possui autonomia e que apesar dessa característica, não possui fins lucrativos, pelos quais, os objetivos essenciais são a promoção do bem social.

Ainda para Hudson (1999), o Terceiro Setor consiste em organizações ou entidades filantrópicas, cujo objetivo acima de tudo é o social e não econômico. Sua essência compreende entidades, associações, ONG's que visam à prestação de serviço social em promoção ao bem comum. Como se demonstra a interação por meio do fluxo abaixo.

Figura 1 – Fluxograma da interação entre os Três Setores



Fonte: elaborado pelos autores com base em Machado (2010).

Nesse contexto, as Organizações TS possuem ações que são revertidas à manutenção da vida social em amparo dos direitos difusos ou emergente, que, por vezes, vem suprimindo as lacunas deixadas pelo setor público.

Por essa razão, visando perfazer tal necessidade do primeiro setor é que essas instituições garantem sua isenção ou imunidade perante a Constituição Federal Brasileira, sendo dispensadas do pagamento de determinados tributos, garantidos pelo Código Tributário Nacional em seu Artigo 150, no parágrafo VI alínea “d” e prescrito no art. 14 do Código Tributário Nacional (BRASIL, 1966).

Ainda sobre essa interação entre os setores, Machado (2010) desenvolveu um fluxograma que representa bem tal situação:

Baseando-se na legislação exposta pelo Código Tributário, essas instituições necessitam cumprir os itens predispostos para atender os requisitos filantrópicos e, assim, manter sua essência de organização não governamental voltada à filantropia.

Dessa maneira, atendendo a legislação, essas instituições necessitam captar recursos de terceiros como doações de modo a perpetuar as ações sociais e expandir o recebimento de recursos financeiros.



Ainda como forma de angariar recursos e perenizar a sua continuidade, essas instituições necessitam exercer dois princípios de Governança Corporativa, que dizem respeito à transparência de suas ações e à prestação responsável de contas.

2.2.2 Transparência e Prestação de contas em uma Entidade de Terceiro Setor

A transparência das informações no Brasil foi um processo muito lento, porém, gradativo, que ganhou forças em todas as empresas em novembro de 2011, mas, em especial, em organizações de Terceiro Setor, que necessitam informar suas ações realizadas em prol da sociedade.

De um modo total, de acordo com a Controladoria Geral da União (GCU, 2015), a transparência é uma forma moderna de divulgação das informações a toda população brasileira, fortalecendo os laços de democracia do povo ao inteirar-se sobre as despesas realizadas e receitas recebidas das determinadas instituições.

Diante disso, a Lei 12.527/2011 em seu artigo 2º, define:

Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres (BRASIL, 2011).

Pode-se interpretar o artigo de lei supramencionado que tais obrigações compreendem a prestação de contas de organizações TS. Pois, independentemente da atividade desenvolvida ou do porte, essas organizações devem prestar contas de seus atos principalmente quando recebem recursos de órgãos governamentais para manter suas ações sociais.

Muitas instituições filantrópicas se preocupam com os custos da implantação de métodos para transparecer suas informações. Isso pode estar associado ao receio em demonstrar suas movimentações econômicas e financeiras, e por essa razão decidem por não investir em processos internos que propiciam a transparência. Vale ressaltar que, com o passar do tempo, as organizações de Terceiro Setor vêm percebendo que para atrair mais recursos, é preciso investir na nitidez de suas ações sociais, motivando novos investidores a contribuírem para o bem social (FALCONER, 1999).

Conforme Board, Sutcliffe e Wells (2002), é desejável que as organizações tenham um elevado nível de *disclosure*, pois, dessa maneira, todo custo mesmo que alto se transformará em progresso frente à sociedade. Dessa forma, as instituições são movidas a prestar contas que devem englobar dois tipos: A prestação de contas financeira e a não financeira.

Para Oliveira (2015), a prestação de contas financeira está relacionada à forma de destinação dos valores recebidos bem como a distribuição e o uso desses recursos. Por outro lado, a não financeira corresponde a relatórios de progresso no que tange às atividades sociais, detalhando a origem do recebimento e de forma metódica para quem se destinou tal ação.

Sendo assim, de acordo com a resolução do CFC 1.409/2012, podemos citar Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Período, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa como enquadrados na modalidade financeira de detalhar a situação da instituição (CFC, 2012).

Por outro lado, as não financeiras, são conhecidas como Relatório de Gestão, que reúne o Relatório da Administração e as Notas Explicativas evidenciando as ações realizadas e os métodos de avaliação para cada item (SANTOS; DUQUE; ALVES, 2016).

Embora as Organizações de Terceiro Setor possuam suas peculiaridades com relação aos demais setores, principalmente no que diz respeito aos incentivos fiscais garantidos pela



Constituição Federal Brasileira em seu Código Tributário Nacional Art. 150, estas precisam manter uma contabilidade idônea que atenda às necessidades gerenciais com relação à informação e prestação de contas, obedecendo às predisposições do Conselho Federal de Contabilidade atendendo a resolução 1.409/2012 (MARTINS,1990).

Para Ludícibus (1997), o *Disclosure* ou a evidenciação está interligada à finalidade da Contabilidade ao garantir informações fidedignas aos vários usuários, dando-lhes ciência sobre suas ações, representando com transparência em todos os aspectos.

Dessa maneira, segundo Connors (2002), é possível medir o sucesso de uma Organização de Terceiro Setor pelo quanto ela beneficiou a sociedade com o recurso disponível e o empenho para tornar os projetos realidade, atingindo sua missão como organização de caráter filantrópico.

Para Milani Filho (2004), é de suma importância que as instituições de Terceiro Setor exponham sua missão, os recursos investidos e distribuídos para a população por meio da prestação de contas, pois dessa forma, ela torna essa informação um convite ao público em geral a participar dos projetos sociais, seja beneficiado ou possibilitando subsídios como doações financeiras.

3 Metodologia da Pesquisa

Nesta seção, será demonstrado o enquadramento da pesquisa bem como a linha de pensamento utilizada para coleta de dados. Em seguida, serão descritos os procedimentos utilizados como forma de obtenção dos dados para o estudo em questão.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa possui uma abordagem qualitativa, visto que os dados obtidos das pesquisas e entrevistas serão utilizados como embasamento para criação de um modelo para prestação de contas em uma organização do terceiro setor, levando em consideração os princípios e valores da governança.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa preocupa-se com a realidade não quantificável, motivadas pelas crenças, valores, atitudes, ao contrário da quantitativa. Ainda para Vianna (2001), a pesquisa qualitativa permite que seus dados sejam examinados de maneira indutiva, sem a primazia maior de confirmação de hipóteses, mas de construir abstrações acerca dos dados estudados na proporção em que as informações se inter-relacionam.

Com relação aos objetivos, o estudo é enquadrado como descritivo, visto que tem por finalidade analisar os dois princípios da governança, a transparência e a prestação de contas em uma entidade de terceiro setor, levantar os recebimentos e as aplicações dos recursos no Bairro da Juventude, bem como apresentar um modelo aplicável à instituição deste estudo, como forma de facilitar a transparência dos trâmites financeiros e aumentar o número de investidores.

Por se tratar de uma pesquisa descritiva, conforme Vianna (2001), este estudo deverá utilizar técnicas padronizadas como questionários, observações, documentos entrevistas, dentre outros meios que viabilizem uma efetiva coleta de dados.

No que se refere aos procedimentos, efetuou-se em um primeiro momento, um levantamento em 60 instituições filantrópicas no Brasil, afim de detectar modelos de prestação de contas mais aderente as organizações de TS para estruturação da proposta do trabalho e após um Estudo de Caso empírico e único sobre o tema apresentado como forma de compreender os fenômenos individuais, os processos organizacionais e as políticas envolvidas da prestação de contas em organizações de terceiro setor.

Conforme Yin (2005), o estudo de caso é uma ferramenta estratégica, pois agrega maior conhecimento e experiência sobre os fenômenos estudados que geralmente são ligados a questões



sociais complexas que por intermédio do estudo de caso empírico, será possível testar junto a pesquisas e implantação se as teorias aplicáveis estão condizentes com as práticas implantadas socialmente, em específico, em se tratando de transparência no terceiro setor.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente, foram analisadas no total, 60 organizações filantrópicas estando abrangidas nesse número, instituições dos segmentos de assistência social, educação e saúde. Esse levantamento prévio, por meio de buscas em sítios eletrônicos, teve por objetivo identificar como as entidades de TS prestam as suas contas à sociedade. A partir desse levantamento, considerando a natureza das atividades do BJ, foi identificada a legislação concernente à filantropia e seus incentivos fiscais.

No sentido de ampliar os conhecimentos sobre a filantropia, realizou-se uma pesquisa acerca da Lei 12.101/2009, cujo objeto da norma é tratar da certificação das entidades beneficentes de assistência social, bem como das isenções fiscais e benefícios às instituições organizacionais.

Além desse estudo, foi contatada uma instituição no segmento de educação de terceiro setor distinta do Bairro da Juventude e questionado sobre as questões da prestação de contas, as quais são realizadas apenas as que são obrigatórias, não possuindo uma transparência ao público em geral.

Para realizar os procedimentos de coleta de dados frente à Instituição de estudo, foi aplicado um questionário com 16 perguntas com 3 setores distintos, a fim de captar as informações necessárias à criação do projeto. O questionário foi aplicado em dois momentos distintos, a qual, a primeira entrevista foi com a Assistente Social e com o responsável pelo novo setor do Bairro chamado de Projetos. Diante desse primeiro instrumento, foi possível comensurar as formas de prestação de contas externas e/ou por Lei e a forma de captação de recursos.

No segundo momento, foi realizada a entrevista junto ao responsável pela Administração Financeira e Contábil da Instituição, o qual explanou de forma financeira e detalhada as informações do Bairro com relação à captação de recursos, contabilização e prestação de contas a órgão competentes, bem como a forma simplificada de prestação de contas.

Por meio dos dados levantados e a forma com que a empresa organiza suas contas, elaborou-se uma proposta de prestação de contas de recursos recebidos e destinados para divulgação externa. Essa preposição consta mais bem descrita a partir da sessão que segue.

4 Resultados

Esta seção será específica para as análises e resultados obtidos por meio da coleta de dados, bem como para expor a proposição da prestação de contas almejada para a Instituição em questão.

4.1 HISTÓRICO E PROJETOS DO BAIRRO DA JUVENTUDE.

O Bairro da Juventude é uma Instituição filantrópica de Terceiro Setor que foi criada no ano de 1949 por iniciativa do Rotary Clube, a qual, em seu início, era conhecida como SCAN – Sociedade Criciúmensense de Auxílio aos Necessitados e que a partir de 1975 passou a ser da Comunidade, contando com 25 Entidades e Clubes elegendo o primeiro Conselho Deliberativo.

Segundo o site institucional do Bairro da Juventude, atualmente o mesmo atende aproximadamente 1,5 mil alunos promovendo a inclusão social, bem como a promoção dos direitos das crianças e dos jovens incentivando a educação solidária, cultura, esporte e profissionalização. Tal posicionamento representa sua importância social na região de Criciúma/SC. Para que isso ocorra, o Bairro, por meio de suas ações, disponibiliza gratuitamente ônibus que busca as crianças



entre as 82 localidades de Criciúma e região e que as trazem novamente após um dia dedicado a atividades extracurriculares.

A Instituição conta com uma escola municipal totalmente independente atuando nas dependências do BJ, porém, a criança que estuda lá tem direito a um contra turno para realização de projetos como coral, cerâmica, esporte, cultura dentre outros que são fornecidos gratuitamente. Além disso, são disponibilizados cursos profissionalizantes na área de Mecânica de Automóveis, Eletroeletrônica, Programador de Computador, Mecânica Geral, Cozinheiro Industrial e Padeiro de Confeiteiro.

A entidade proporciona aos alunos inclusão social, assegurando o pleno exercício da cidadania por meio da educação solidária, cultura, esporte e profissionalização. O Bairro da Juventude visa transmitir valores, compartilhar conhecimentos, criando condições para que se estabeleça a responsabilidade, a educação e a igualdade, e para que isso se consolide, a instituição atua em projetos para melhor atender a todos (BAIRRO DA JUVENTUDE, 2019).

O BJ atua com cerca de 10 projetos, que possuem uma conta específica para arrecadação, oriundas de verbas de Leis de Incentivo, da ajuda de Empresas, e pessoas físicas em geral que possuem conhecimento da importância dessa doação para o nosso futuro, e, por meio disso, passam a apoiar os projetos, campanhas e programas que transformam a comunidade cricumense e demais cidades, recebendo jovens profissionais capacitados para o mercado de trabalho e cidadãos comprometidos com responsabilidade social.

Para manter suas atividades, o Bairro procura manter e fidelizar novos contribuintes, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas que estão interessadas em aportar recursos em benefício da assistência social, contribuindo para o desenvolvimento da missão, visão e valores da instituição, que, dentre eles, encontra-se a seriedade e transparência. Considerando esse valor como forma de transparecer suas informações e conseqüentemente aumentar a captação de recursos, este estudo abordou a *disclosure* nas entidades de Terceiro Setor, em que o BJ foi a unidade de análise.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A literatura precedente aponta que a prestação de contas é fundamental a toda e qualquer instituição organizacional, independentemente dos setores de atuação e da sua natureza jurídica. Os levantamentos realizados demonstram que a prestação de contas é restrita, pois os tipos de informações econômicas são mais aderentes a Balanço Patrimonial (BP) e Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), ou seja, não se encontram outros mecanismos de prestação de contas.

Essa dificuldade se tornou ainda maior quando analisadas, em média, 60 instituições de Terceiro Setor no Brasil e no mundo, o qual ficou evidente a falta da prestação de contas analítica, muito menos de natureza simplificada. O levantamento de campo identificou somente demonstrações contábeis sintéticas, como o BP e DRE, em algumas organizações do TS.

Da população de 60 entidades filantrópicas, foram identificadas em apenas três instituições mecanismos interativos de demonstração de suas arrecadações e despesas, das quais em duas dessas organizações as prestações de contas foram semelhantes, porém, não tão detalhadas. Somente na terceira foram evidenciadas as movimentações de recursos com os respectivos documentos comprobatórios mediante arquivos digitais.

Diante dessa evidenciação, com bases na prestação de contas das 3 instituições analisadas, foram identificadas informações mais aderentes aos estudos anteriores sobre *disclosure* e a prestação de contas. Em seguida, as questões de pesquisa foram elaboradas para coleta dos dados, base para criação de um mecanismo de transparência das informações financeiras à sociedade.

Na primeira entrevista realizada com o Assistente Social – Entrevistado 1 (E1)- e o responsável pelo setor de projetos – Entrevistado 2 (E2) - no dia 16/05/2019, foi possível



compreender que a instituição, apesar de manter uma escola em suas dependências, legalmente atua na área de assistência social, a qual, segundo o E1, é impossível separar a educação da assistência visto que a educação age como instrumento de inclusão social e que, de antemão, a educação forma pessoas instruídas profissionalmente quanto pessoalmente.

Embora o Bairro possua uma escola, esta é de responsabilidade do município, para o qual a instituição cede as acomodações e educadores, mas o município é quem financia com parte das eventuais despesas cabíveis, não sendo esses valores contabilizados pelo BJ e, sim, pelo Município conforme mencionado em pesquisas ao BJ (BUSARELLO; WATANABE, 2017).

Como meio de promover a inclusão social, o BJ disponibiliza às crianças que estudam na escola um contra turno com várias atividades totalmente gratuitas, que se torna possível por meio das doações recebidas.

Segundo o Gerente Administrativo e Financeiro – Entrevistado 3 (E3) -, em entrevista no dia 22/05/2019, percebemos que o Bairro da Juventude se subsidia de aproximadamente 30 formas de diversificação na arrecadação das receitas, as quais, são compostas por doações de pessoas físicas e jurídicas, editais e Leis de incentivo, as quais estas mencionadas por último correspondem a cerca de 20 a 25% da arrecadação total.

O Bairro não atua com ações de pedágio e seus recebimentos do Estado são estritamente ligados às Leis de incentivo Fiscal como o FIA – Fundo especial para Infância e Adolescência, Lei Rouanet que incentiva a cultura e a Lei 11.438/2006 de incentivo ao Esporte, que são recebidas em fases após a captação do valor estipulado.

Para esses recebimentos oriundos das Leis de incentivo, a prestação de contas é estabelecida pelo edital, exigindo-se informar relatório de captação com montantes arrecadados, relatório de execução com as ações desenvolvidas e projetadas, além da parte financeira e contábil.

Com relação às doações sem destinações prévias, ou desígnios, segundo o E2 eles são destinados exclusivamente à manutenção da instituição ou produtos emergenciais como medicamentos. Dentre as arrecadações, os editais vêm ganhando representatividade, visto que por meio deles, empresas interessadas nas questões sociais, doam valores determinados a uma das três áreas de atuação do Terceiro Setor - assistência social, educação e saúde, para os quais, há uma avaliação na oportunidade de recebimento.

Para cuidar dessa nova fonte de recursos, o Bairro instaurou recentemente o novo setor de Projetos, tendo como responsável o E2, que explicou sobre sua função e setor como forma de melhor compreensão dos fins arrecadatórios do bairro, contando como um ponto positivo quando analisado a proposição desse estudo.

Por intermédio dessa entrevista, foi possível compreender o objetivo do setor que se resume em analisar os editais que as empresas abrem para doação de valores destinados às causas sociais, analisando se o BJ se enquadra na situação solicitada e, caso sim, um documento é redigido mencionando a importância do valor para o BJ, de que forma ele irá investir (exemplo: cadeira, mesa, merenda) de maneira que a empresa compreenda e libere o valor. Além do citado, caso a empresa seja contemplada pelos editais, após o término do projeto, esse setor realiza a prestação de contas conforme o estabelecido pelos editais, descrevendo ações documentais e se apropriando de fotos comprobatórias. Além disso, segundo E2, o Bairro disponibiliza a todo e qualquer cidadão interessado os arquivos de prestação de contas para análise, contendo as informações contábeis e financeiras, bem como outros documentos solicitados, desde que compareça à instituição e tenha uma finalidade sólida para análise dos documentos que ficam guardados por tempos.

Com o intento de identificar as arrecadações e prestações de contas que o Bairro realiza, segundo E3, este possui um plano de contas que segrega as arrecadações e despesas seguindo o padrão do plano de contas das demais organizações, o qual não foi disponibilizado para análise. A respeito de cada conta contábil, além das receitas, são demonstradas as despesas, que também são agregadas aos relatórios de prestação de contas e possuem políticas disciplinadas



como a licitação feita com no mínimo três empresas para compra dos materiais, descartando esse requisito, caso a compra seja emergencial.

Vale ressaltar que conforme mencionado pelo E3, cada receita ou despesa é contabilizada em uma conta contábil e bancária específica, sendo comprovados por meio de notas fiscais e extratos bancários. Tomando conhecimento dessas informações com relação a cada conta bancária ser específica aos projetos, bem como as contas e as formas de arrecadação, foi possível elencar as informações necessárias para compor a proposição de prestação de contas, detalhando por contas e valores legíveis aos cidadãos.

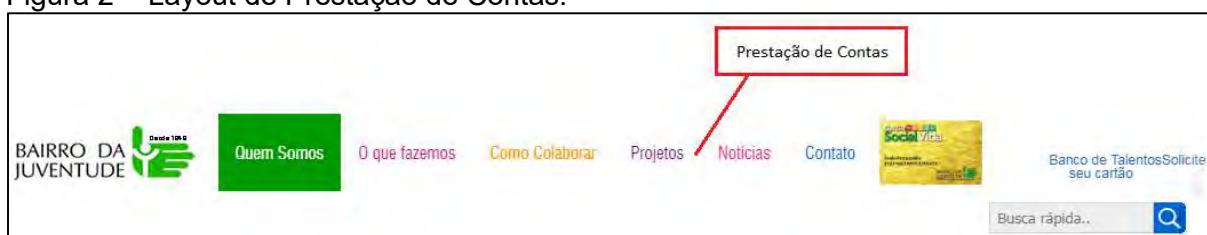
Por meio das análises, vale ressaltar que foram extraídas informações relevantes à proposição da prestação de contas, visto que a visita e o estudo da instituição permitiram conceber um caminho de escolha para prestação de contas externas ao público, por meio do seu site. Além dos itens mencionados, é notório o avanço do Bairro da Juventude em querer demonstrar à sociedade seus valores, a fim de tornar esses elementos chave para maior captação de recursos, que tem como exemplo o setor de Captação e prestação de contas, que se torna um passo relevante à proposição desse projeto.

4.3 PROPOSIÇÃO DO ESTUDO

O BJ é uma instituição de natureza privada com finalidade pública e por esta razão, deve focar na captação de recursos, seja por parcerias ou editais abertos e administrar da melhor forma os recursos para atender em maior número as crianças e jovens (BUSARELLO; WATANABE (2017). Diante desse pressuposto e com base na investigação teórico-empírica e nos dados coletados e analisados, foi elaborada uma prestação de contas específica às informações do BJ, a qual é detalhada em grau analítico em uma figura e expostos seus itens em grau mais detalhado.

A proposição foi planejada para que o Bairro da Juventude utilizasse do seu site como dispositivo de transparecer as informações, tendo com um ícone a “Prestação de Contas”, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2 - Layout de Prestação de Contas.



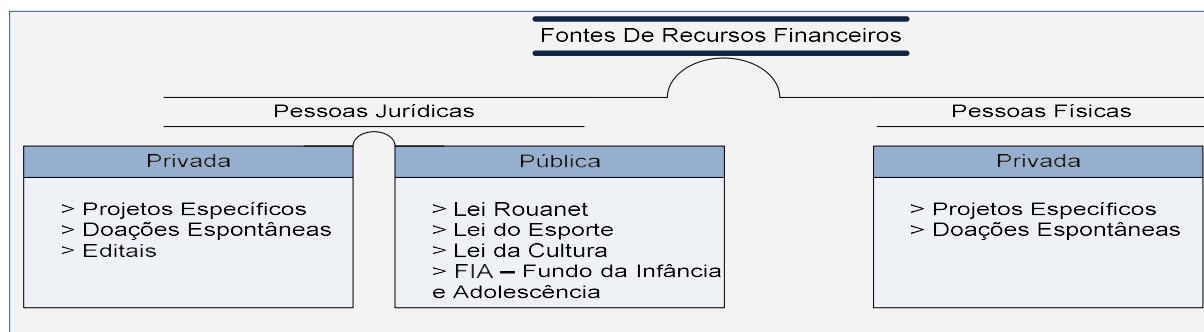
Fonte: elaborado pela autora (2019).

Ao acessar esse menu, será possível visualizar a prestação de contas do Bairro da Juventude, detalhando por mês e ano a busca, com a possibilidade de ser analisado por mês, ou em períodos acumulados, ou no geral compreendendo até 12 meses, conforme o layout dos ícones demonstrados na Figura 2.

A prestação de contas é compreendida pelas receitas conforme sua origem de recursos e pelos desembolsos operacionais e administrativos. Conforme o quadro 5, a proposta de prestação de contas está segmentada em dois tipos de receitas. Ao abrir o ícone das fontes de recursos, estas serão divididas em Receitas oriundas de Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas.

As receitas de Pessoas Jurídicas serão desdobradas em Privadas e Públicas, conforme dispõe a Figura 3:

Figura 3 – Detalhamento por Fontes de Recursos Financeiros



Fonte: elaborada pelos autores (2019).

As pessoas de direito jurídico privado são caracterizadas por empresas que possuem como finalidade o lucro, cuja destinação é para um projeto específico ou para uma doação sem determinada finalidade. Além disso, os recursos podem ser originados por meio de editais, tipificados como fonte de recursos, os quais possuem destinação estipulada para fins sociais.

Outro subitem dentro da receita é o recurso proveniente de pessoas jurídicas de natureza pública em que se enquadram a União, os Estados-membros e os Municípios. As receitas desse grupo são exclusivamente resultantes das Leis de Incentivo que podem ser caracterizadas como a Lei Rouanet, Lei do Esporte, Lei da Cultura e o FIA – Fundo Especial para Infância e Adolescência. Este último passa por um período de captação e conscientização antes do efetivo recebimento do Estado.

Outro grupo proposto foi nominado como receita derivada de Pessoas Físicas, sendo segregados em Projetos específicos, como o “Débito em Crédito” que é caracterizado por uma ação que visa a arrecadação de recursos, mediante a contribuição espontânea do doador, por meio do desconto em folha de pagamento.

Em síntese, os itens que compõem a estrutura da figura 4 compreendem a destinação de recursos recebidos, que advêm de recursos de pessoas físicas e jurídicas, a serem aplicados no sentido de suportar as demandas internas por recursos com monitoramento de gastos (custos e despesas) de acordo com sua natureza. Ao selecionar as Despesas e Custos, estes serão divididos em Operacionais como sendo os gastos ligados estritamente ao funcionamento das atividades filantrópicas do BJ e as despesas Administrativas. Observa-se que as categorias de contas totalizadoras são formadas por elenco de contas específicas e em níveis mais detalhados. Desse modo, a organização poderia transparecer as contas contábeis e financeiras de acordo com a utilização de recursos.

Vê-se na figura 4, os itens são subdivididos em Cursos Técnicos, Oficinas Musicais, Oficina de Esportes e Teatrais. Foi sugerido monitoramento dos custos operacionais por projetos, sendo classificados em “P1”, “P2” e “P3” representando cada projeto, seja na área dos cursos técnicos ou das oficinas. Ao selecionar uma das chamadas “Oficinas” ou “Cursos”, será aberta uma relação de atividades referente à opção selecionada.

Ao seletar o Curso de Mecânica, será possível listar os custos em grau mais analítico separados pelas seguintes contas específicas: a) Material Didático, b) Material de expediente, c) Material para Manutenção, d) Salários e Encargos e e) Alimentação. Dessa mesma maneira, como o Bairro da Juventude dispõe das atividades Operacionais, há também as despesas Administrativas, aquelas que são essenciais ao funcionamento da instituição, atuando como intermediadoras entre o recebimento e as atividades.

Figura 4 – Detalhamento por custos e despesas



Fonte: elaborada pelos autores (2019).

As despesas Administrativas serão detalhadas pelos setores da instituição, sendo composto pelos setores Contábil, Financeiro, Secretaria, Recursos Humanos, Recepção, Setor de Mobilização, Projetos dentre outros que dão suporte às atividades operacionais. Da mesma maneira que as operacionais, os setores serão caracterizados por unidades de custos contendo os gastos realizados no período para atuação e promoção das ações sociais.

Levando em consideração a estrutura do Bairro da Juventude, seus recebimentos e gastos, foi elaborada a proposta de prestação de contas em forma de fluxograma, com níveis sintéticos e analíticos, consoante explicado sucintamente nesse estudo. Com o modelo proposto, apresenta-se como objetivo aprimorá-lo, estendendo esse *layout* ao site da instituição, a fim de alimentar as informações detalhando seus exercícios de forma simplificada e tempestiva a todo e qualquer interessado nesse dado, fazendo do BJ a pioneira na prestação de contas à sociedade.

5 Conclusão

Boas práticas da governança organizacional são firmadas sobre os seus princípios de transparência e prestação de contas, que uma vez adotada a sistematização de governança em instituições sociais pode propiciar melhor visibilidade, confiabilidade e facilidade na captação de recursos, baseada na adoção de princípios e valores assecuratório de equilíbrio na gestão de conflitos e na tomada de decisões.

A pesquisa identificou que as organizações do terceiro setor no Brasil e em outros há baixa atenção no sentido de transparecer à sociedade com clareza questões financeiras. Vê-se carência informacional de dados contábeis mediante estrutura simplificada do fluxo de recursos. O que pode inferir falta de maturidade dessas instituições. Com base nesses pressupostos, como forma de ampliar o número de beneficiados pelo TS e o fluxo de informações a respeito de suas contas, foi elaborada uma proposição de prestação de contas sustentada em princípios da Governança aplicados a uma instituição filantrópica de Criciúma.



A estrutura propositiva foi elaborada com o objetivo de, além de transparecer as informações a sociedade, atrair recursos financeiros beneficiando maior número de crianças e adolescentes carentes. Tais recursos adicionais, podem ampliar as atividades sociais do Bairro da Juventude e, por sua vez, gerar maior repercussão aos propósitos da instituição.

A análise de 60 instituições do TS promoveu desapontamento em relação ao que se esperava. Pois, não se viu atenção dirigida dessas organizações à práticas geralmente aceitas no âmbito dos princípios de governança. Tal lacuna, dificultou a identificação de parâmetros de outras organizações que pudessem ser manejados e adaptados aos interesses do BJ, no sentido de contribuir com a presente proposição, o que revela uma limitação.

Isto posto, este estudo pode contribuir para reflexões dos tomadores de decisão de organizações do terceiro setor. A adoção de princípios e valores da governança, como a prestação de contas e a transparência, além de revelarem boa gestão, proporcionam confiabilidade, ampliando a atratividade de recursos dos quais são fundamentais para a manutenção dessas instituições organizacionais. Quanto mais sensata e madura for uma sociedade, mais deverá exigir a respeito do *Accountability* e *Disclosure*, e, dessa maneira, como sugestão futura a este trabalho, estudar e desenvolver um mecanismo de prestação de contas padrão a todas organizações. Como diferencial, atualizar o site com as informações alimentadas no sistema contábil instantaneamente, demonstrando de forma tempestiva os dados.

Em síntese, a implantação de uma estrutura de prestação de contas ao Bairro da Juventude, pode destacar a instituição frente às demais organizações de terceiro setor. A adesão à transparência, com adoção comprovada de mecanismos geralmente recomendados de governança sugere confiança na aplicabilidades das doações e demais recursos fundamentais a continuidade e ao cumprimento da missão do BJ.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências.** São Paulo: Atlas, 2014.
- BAIRRO DA JUVENTUDE. Quem somos. Disponível em: <http://www.bairrodajuventude.org.br/>. Acesso em: 05 de Jun. 2019.
- BOARD, John; SUTCLIFFE, Charles; WELLS, Stephen. **Transparency and Fragmentation: Financial Market Regulation in a Dynamic Environment.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2002. 303p.
- BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 12 out. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm. Acesso em: 12 out. 2018.
- BUSARELLO, Carla Spillere; WATANABE, Melissa. **Ações que mudam o mundo: casos de empreendimentos sociais.** 1 ed. Curitiba: CRV, 2017.
- CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução n. 1.409 de 27 de setembro de 2012.** Aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2003/000966. Acesso em: 10 out. 2018.



- COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor**: um estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2000.
- CONNORS, Tracy D. **The nonprofit handbook**: management. John Wiley & sons, inc.: Third Edition, 2002.
- DESCONCI, Tiago. **Governança corporativa**: uma nova perspectiva na gestão empresarial. 2007. 18 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização do Departamento de Ciências Contábeis, Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1527/Desconci_Tiago.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 out. 2018.
- FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor**: Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão. 1999. 23 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FERNANDES, Rubem C. **Privado porém Público**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.
- FRANÇA, José Antônio de (Coord). **Manual de procedimentos para o terceiro setor**: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Brasília: CFC, FBC, Profis, 2015. 223 p.
- HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor**. Tradução: James F. Sunderland Cook; revisão técnica: Luiz Carlos Meregé. São Paulo: Makron Books, 1999.
- IBGC. Instituto Brasileiro De Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2015.
- IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Compliance à luz da Governança Corporativa**. São Paulo: IBGC, 2017. 56 p. Disponível em: <https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/23486/Publicacao-IBGCOrienta-ComplianceSobaLuzDaGC-2017.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997 e 2000.
- LODI, João Bosco. **Governança Corporativa**: O Governo da Empresa e o Conselho de Administração. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades Benéficas de Assistência Social**: contabilidade, obrigações acessórias e principais. Curitiba: Juruá, 2010.
- MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. **Revista Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n. 1, p. 179-216, 2009.
- MILANI FILHO, Marco Antônio Figueiredo. **A função controladoria em entidades filantrópicas**: uma contribuição para a avaliação de desempenho, 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.
- NAJAM, Adil. Understanding the third sector: Revisiting the prince, the merchant, and the citizen. **Nonprofit Management And Leadership**, [s.l.], v. 7, n. 2, p.203-219, 1996.
- NEVES, Alice Santos Veloso. **Entidades da Administração Pública e do Terceiro Setor**. Conteúdo Jurídico, Brasília, DF: 21 fev. 2018. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.590357&seo=1>. Acesso em: 10 out. 2018.
- NUNES, Andrea. **Terceiro Setor Controle e Fiscalização**. 2.ed. São Paulo: Método, 2006.
- OLIVEIRA, Djalma Pinho de Rebouças. **Governança corporativa na prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- PREVEDELLO, Mário; GRABNER, Sélia; SILVA, Tânia Moura de. A importância do balanço social para a implantação das políticas de governança corporativa. *In*: CONVENÇÃO DE



CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 10, 2005, **Anais** [...]. Bento Gonçalves: CCRS, 2005.

SANTOS, Luciana Braga dos; DUQUE, Andréa Paula Osório; ALVES, Francisco José dos Santos.

Governança Corporativa no Terceiro Setor: Um estudo à luz da transparência. *In:* CONGRESSO ONLINE DE ADMINISTRAÇÃO, 8, 2016. [s.l.]. p. 1-18. 2016. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/2016/40/2016_40_13181.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança Corporativa nas Empresas:** Guia prático de orientações para acionistas e Conselho de Administração. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança Corporativa nas Empresas:** Guia prático de orientações para acionistas, investidores, conselheiros de administração e fiscal, auditores, executivos, gestores, analistas de mercado e pesquisadores. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, São Paulo, 2002.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico:** Um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.p.u, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** Planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. Tradução: Daniel Grassi.



2715910 - IMPACTO DE PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA SOB A ÓTICA DA TEORIA NEOINSTITUCIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LOCALIZADA NO SUL DE SANTA CATARINA

Priscila Marangoni de Souza, Mário Nazzari Westrup, Silvio Parodi Oliveira Camilo

¹Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Atitudes a serem tomadas a fim de minimizar ao máximo os efeitos da degradação da natureza se fazem necessárias. Organizações movidas pela cobrança governamental e pela pressão do mercado buscam desenvolver estratégias econômicas de funcionamento em torno da proteção dos recursos naturais. O entendimento destas mudanças estratégicas das empresas e suas as consequências de implementação de práticas socioambientais para a organização são fundamentais para adequar as instituições às novas exigências do mercado, ao mesmo tempo que evidenciam a possibilidade real de equilíbrio econômico e ambiental. Sob a ótica neoinstitucional o presente estudo se propõe a investigar como as práticas socioambientais produzem impactos na sustentabilidade econômica, por meio de um estudo de caso em uma indústria do vestuário localizada no Sul de Santa Catarina. Este trabalho tem abordagem qualitativa, com objetivos descritivos e uso de estratégia de pesquisa de estudo de caso “único” e documental. Utilizou-se a entrevista como técnica de investigação mediante aplicação de questionário semi-estruturado. As conclusões indicam melhoras na eficiência produtiva da indústria e que a influência da cadeia produtiva do ambiente operacional de competição são fatores determinantes para a continuidade dos projetos de sustentabilidade. Iniciativas voluntaristas da empresa, por meio de percepções de seus setores de desenvolvimento e estratégicos, demonstram sua conscientização em proativamente planejar e realizar ações sustentáveis.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Ecoeficiência. Teoria neoinstitucional.

1 Introdução

Os recursos naturais são de suma importância para a sobrevivência da humanidade e foram propulsores e norteadores do surgimento e desenvolvimento de grandes civilizações. A demanda da sociedade por produtos e serviços direciona a forma com que o meio ambiente será utilizado e afetado. Conforme a sociedade muda o padrão de uso dos recursos naturais também muda. O uso dos recursos naturais está diretamente relacionado às dimensões biofísicas, socioeconômicas e culturais da geografia humana dos indivíduos de determinado ambiente que dependem da decisão da melhor utilização daquele meio (WATANABE, 2009).

Esta relação, entre sociedade civil e responsabilidade ambiental, é relevante no atual sistema capitalista. O consumidor está cada vez mais crítico, e detendo o poder de compra aplica-o diferenciando empresas que cumprem seu papel social das que permanecem cegas em busca de lucro a todo custo (BARBIERI, 2004). O estudo dos meios que buscam minimizar ou extinguir as agressões ao meio ambiente deve ser considerado na tomada de decisões das empresas. O mau uso de qualquer recurso natural pode trazer entraves econômicos e sociais. Entraves estes que podem ser evitados colocando em prática processos socioambientais (DIAS, 2011).

Os pressupostos da teoria neoinstitucional explicam como e por que as empresas são influenciadas pelo ambiente institucional, analisando práticas, posturas e ações das organizações. É por meio de pressões normativas que a empresa em algum momento se obriga a adaptar-se às exigências do setor. Estas pressões podem ser ditadas pelo mercado ou Estado, e/ou por crenças dos próprios funcionários e gestores das organizações (ZUCKER, 1987).



Na busca por legitimação os gestores direcionam investimentos a fim de interagir de forma positiva com a sociedade civil, atendendo seus clientes, investidores e fornecedores, levando em conta nas estratégias escolhidas fatores externos e alheios a produção, que nem sempre condizem com os critérios de máxima eficiência produtiva. Neste sentido para DiMaggio e Powell (2005) o desenho organizacional das empresas se dá por meio de processos de pressões interna e externas que, ao agirem mutuamente sobre várias instituições, acabam, com o tempo, levando às organizações a terem perspectivas parecidas.

A teoria neoinstitucional ajuda a compreender a capacidade adaptativa das empresas ao meio a qual estão inseridas, como o autor define “subconsciente coletivo”, cujo determinados processos deixam de ser uma opção e se tornam padrão da organização, mesmo que não impliquem diretamente em maior rentabilidade ou eficiência no processo produtivo (KELM et al, 2014).

As indústrias de vestuário podem ser relacionadas às necessidades básicas da população. Inúmeras empresas compõe a cadeia do setor. O trabalho se propõe investigar os impactos de práticas socioambientais na sustentabilidade econômica sob a ótica da teoria neoinstitucional, por meio de um estudo de caso em uma indústria do vestuário localizada no Sul de Santa Catarina. Assim sendo, formula-se a seguinte questão de pesquisa: Como as práticas socioambientais produzem impactos na sustentabilidade econômica da empresa?

Por esse motivo, como forma de estudar e aplicar os conceitos descritos, o trabalho tem como objetivo geral investigar determinantes de práticas socioambientais e seus impactos na sustentabilidade econômica, por meio de um caso industrial com sede no sul catarinense. Para atingir o objetivo geral, apresentam-se como objetivos específicos, caracterizar a empresa objeto de análise e a sua cadeia produtiva, identificar as práticas socioambientais nos processos produtivo da empresa e analisar os benefícios, verificar os principais efeitos das práticas socioambientais, analisando os impactos na sustentabilidade econômica, e descrever os fatores influenciadores que levaram a empresa a adotar práticas socioambientais, sob a ótica da teoria neoinstitucional.

Assim, esse estudo se torna fundamental na medida em que possibilitará verificar os efeitos da implementação de práticas socioambientais no processo produtivo da indústria do vestuário e identificar os impactos na sustentabilidade econômica, analisando os fatores motivadores que levaram a empresa a se adequar à demanda social e ambiental, sob a ótica da teoria neoinstitucional. Portanto, o trabalho traz considerações no sentido de clarear as formas de conciliar a preocupação ambiental, sem que a empresa tenha perda de produtividade e aumento de custos, visando o equilíbrio ambiental e econômico.

2 Fundamentação Teórica

Nesta seção serão apresentadas as bases teóricas de sustentação da pesquisa, demonstrando os principais conceitos, igualmente como a importância do tema em questão para melhoria e desenvolvimento do setor o qual o tema investiga.

2.1 SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

Nas últimas décadas do século XX o tema da sustentabilidade nas organizações entrou definitivamente na agenda dos governos de muitos países e de diversas áreas da sociedade civil organizada. As transformações ocorridas na sociedade alteram também o âmbito empresarial, uma vez que, as organizações estão inseridas nos mais diferentes processos sociais. As organizações entenderam que, para obter um bom desempenho em sua área de atuação, a responsabilidade social precisa ser integrada às estratégias da organização (GONÇALVES; HELIODORO 2005).

Uma empresa pode ser definida como sustentável quando procura considerar em suas ações as dimensões econômica, social e ambiental. Atualmente um dos grandes desafios nas



organizações se demonstra integrar essas dimensões e trabalhá-las em harmonia. Em contrapartida, para a maioria das empresas, a preocupação com a sustentabilidade não se transformou em práticas administrativas e operacionais efetivas, pois, ao contrário, não estaríamos vivendo nesse acúmulo de problemas e esse tema seria natural, uma parte integrada nas engrenagens da sociedade, não se mostrando como um diferencial, como algo fora do comum, da maneira que está sendo discutido nos dias de hoje (AZEVEDO, 2006; DIAS, 2011).

Neste sentido a responsabilidade social, por meio da preservação ambiental, acaba servindo de diferencial da marca, destacando as empresas que assim procedem das concorrentes que não adequam seu perfil às exigências do mercado (WERNKE, 2001). Por serem responsáveis pela produção de bens e serviços e estarem inseridas em um sistema de livre comércio, onde o consumidor determina como e com quem irá gastar sua renda, as organizações se veem obrigadas a prestar contas aos demais membros da sociedade, a fim de demorarem que estão fazendo sua parte, no que diz agregar qualidade à vida das pessoas (AZEVEDO E CRUZ 2007).

No próximo tópico, será demonstrado a importância da gestão ambiental nas empresas e seus efeitos na postura que a organização passa a ter, com relação ao meio ambiente, a partir de um adequado gerenciamento.

2.2 GESTÃO AMBIENTAL E EMPRESARIAL

Do ponto de vista empresarial, a expressão gestão ambiental é utilizada para “denominar a gestão empresarial que se orienta para evitar, na medida do possível, problemas, para o meio ambiente” (DIAS, 2011, p. 102). Para Barbieri (2004), dentro de um processo de gestão ambiental, as ações empresariais são definidas não só na produção, distribuição e comercialização, mas também direcionam a postura adotada pelas empresas frente aos problemas ambientais gerados.

Para a obtenção de um desenvolvimento sustentável se faz necessário promover formas administrativas que tenham o objetivo de minimizar os efeitos ambientais gerados pelas empresas se utilizando do meio sem a degradação deste. Se torna primordial que os empresários e administradores tomem novas atitudes e busquem por soluções para encontrar o equilíbrio ambiental, que passem a tratar da natureza como uma extensão da própria empresa, não como uma fonte inesgotável de matérias primas (AZEVEDO, 2006).

Muitos investidores já consideram as questões ambientais em suas decisões, pois sabem que os passivos ambientais estão entre os principais fatores que podem corroer a rentabilidade e substância patrimonial das empresas. O crescimento do contingente de consumidores que preferem comprar produtos e serviços que respeitem a natureza é outro fator que impulsiona o tratamento estratégico das questões ambientais. Os estímulos para uma abordagem estratégica são muitos e variados (BARBIERI, 2004).

Segundo North (1997) a gestão ambiental pode proporcionar diversos benefícios estratégicos, cabendo destacar a melhoria da imagem institucional e das relações com autoridades públicas, comunidade e grupos ambientalistas ativistas. Novas estratégias demandam uma análise setorial profunda por parte da empresa, pois alteram a dinâmica da organização, seu padrão de funcionamento, sendo de suma importância alinhar as questões ambientais, sem afetar a rentabilidade econômico-financeira e a produtividade desta (ROSSETTO; ROSSETTO, 2005).

As empresas precisam se adaptar as novas exigências sociais, se não pelo bem do planeta, pelo bem financeiro na instituição, uma vez que, o consumidor está cada vez mais exigente e consciente de suas responsabilidades enquanto cidadão (AZEVEDO; CRUZ, 2007). Na busca deste equilíbrio, ambiental e econômico, algumas estratégias de gestão ambiental foram e estão sendo desenvolvidas. No próximo item será explanada uma destas propostas, apresentada como ecoeficiência.



2.3 ECOEFICIÊNCIA

A ecoeficiência, enquanto estratégia de gestão ambiental nas empresas, tem assumido um papel cada vez mais importante nas últimas décadas, uma vez que, possibilita unir eficiência na utilização dos recursos e produtividade, sendo ela a junção de responsabilidade ambiental, social e lucratividade. Segundo Toledo e Demajorovic (2006), há uma série de ferramentas sendo discutidas voltadas aos problemas ambientais no âmbito empresarial, dentre todas elas, a ecoeficiência é a ferramenta com maior destaque por não impor limites ao crescimento e não apresentar restrições a qualquer tipo de atividade industrial.

Toledo e Demajorovic (2006) afirmam que, as formas atuais de conduzir os negócios, buscando a máxima eficiência em seus processos, levam as empresas a implantar estratégias de ecoeficiência em sua gestão. Estas estratégias além de melhorarem a qualidade de vida das pessoas, ainda são capazes de auxiliar no crescimento das empresas. Importante destacar que a conduta das empresas muda, pois, ao serem educadas pela ecoeficiência os processos e produtos passam a ser pensados a partir do ideal de racionalização, com minimização das agressões ao meio ambiente, melhorando direta ou indiretamente a vida das pessoas (CARVALHO; GOMES 2008).

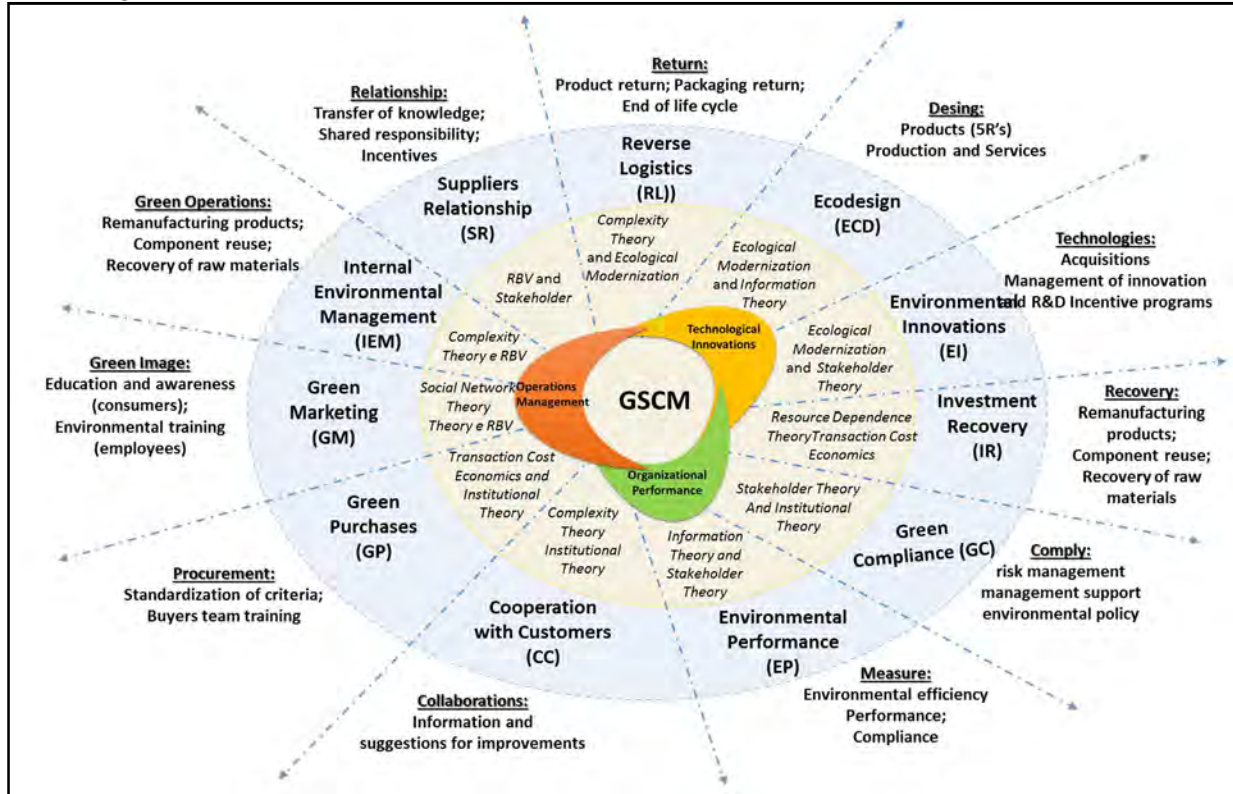
Uma organização que age de forma a ampliar ou desenvolver o equilíbrio dos ecossistemas acaba estando mais perto da sustentabilidade que uma concorrente que não atua sobre seus resíduos (VELLANI; RIBEIRO, 2009). Assume importância fundamental que os funcionários sejam treinados e estimulados a participarem dos movimentos de proteção ambiental, bem como, ter ciência de sua responsabilidade enquanto membro da organização e consumidor no geral. Estas ações levam o indivíduo a conhecer os custos dos matérias-primas e insumos, diminuindo o desperdício e consumo desenfreado de produtos (SISINNO; MOREIRA, 2005)

Para Leite Filho, Prates e Guimarães (2009) evidenciar qualquer ação para o bem comum se torna também relevante para a organização. A partir desta os consumidores passarão a questionar os tipos de serviços e produtos que estavam utilizando, bem como, as formas e os meios que estes produtos eram produzidos e comercializados. Essa maior exigência do mercado, fez com que as empresas busquem melhorias nas condições de operação do processo, de forma a produzir gerando menos impactos ao meio-ambiente. (PEDRINI et al., 2008).

A ecoeficiência é o principal ponto de partida para o sistema de *Green Supply Chain Management* (GSCM) (CAIXETA et al, 2015). Neste sistema a teoria institucional aparece como pano de fundo para diversas práticas ecoeficientes conceituais, conforme trazem os autores Assunção, Vazquez-Brust e Campos (2018) na figura 01.



Figura 01 - Estrutura das Práticas Conceituais de GSCM



Fonte: Assunção, Vazquez-Brust e Campos (2018)

No próximo item, será demonstrado como estas informações, externas aos processos da organização, interferem na tomada de decisões da corporação.

2.4 TEORIA NEOINSTITUCIONAL

As organizações são direcionadas por pressões normativas vindas tanto de fontes externas, como o Estado ou o mercado, quanto de fontes internas, crenças dos próprios funcionários ou proprietários da organização (ZUCKER 1987). Isto significa dizer, que a organização é influenciada por valores legitimados institucionalmente.

Os pressupostos da teoria neoinstitucional explicam como e por que as empresas são influenciadas pelo ambiente institucional, abordando forma de enxergar a organização, atribuindo elementos particulares na análise das práticas, posturas e ações organizacionais (MACHADO; GONÇALVES, 1999).

A adoção de tais elementos, quando bem estudados e adequados ao setor e processos da empresa, aumentam a aceitação da organização no mercado e, conseqüentemente, a probabilidade de sobrevivência desta. Esta teoria tem como base de argumentação a noção de que as organizações são socialmente recompensadas pela legitimação, recursos, e sobrevivem com base na aceitação de pressões institucionais coercitivas, normativas e adaptativas (OLIVEIRA; GONÇALVES; CAPELARI, 2011).

Silva e Nascimento (2017) concluem a partir de seus estudos de caso, que algumas organizações de fato internalizam as práticas de sustentabilidade à lógica empresarial, mas que na maioria dos casos, as práticas de sustentabilidade não estão enraizadas na dinâmica da organização e podem sofrer mudanças de acordo com as variações e incertezas do mercado.



O que define que tais pressões sociais tenham poder de determinar aspectos tão significativos de produção e organização de determinada empresa, é a interação da instituição com seu ambiente, através da procura de legitimação. Dessa forma, as estratégias escolhidas e as decisões empreendidas são influenciadas por fatores externos e alheios a produção, que nem sempre condizem com os critérios de máxima eficiência (MACHADO; GONÇALVES, 1999).

Dentro desta visão, Oliveira, Gonçalves e Capelari (2011) destacam que, as explicações gerais sobre essa teoria neoinstitucional, possibilitam ferramentas que ajudam em sua aplicabilidade prática. Uma dessas ferramentas é conhecida como isomorfismo, que pressupõe que as organizações se comportam e respondem a determinada situação de maneira similar a outras inseridas em um mesmo contexto e ambiente. Em concordância com o tema, Cunha, Soares e Lima (2011) apontam que na busca por crescimento contínuo e destaque no mercado atual de competitividade, as empresas precisam responder rapidamente as exigências e mudanças da sociedade, se adaptando e se modulando à mesmo, isso acaba levando as organizações a apresentarem posturas e processos idênticos.

O termo isomorfismo foi inicialmente desenvolvido por DiMaggio e Powell (2005), quando buscavam apontar os motivos que originam as similaridades encontradas em empresas de um mesmo campo organizacional. Os autores concluem que quando as organizações estão inseridas em um mesmo setor ou atividade acabam seguindo os padrões de cultura, resultados e estruturais já postos pelo mercado, a fim de conseguirem lidar contra as incertezas e restrições de forma racional.

O que leva as organizações a assumirem esta postura isomórfica, em relação às organizações líderes no seu ambiente específico, é o fato delas buscarem uma solução para determinado problema, mas não encontrarem em suas bases formas de resolvê-lo. Ao desenvolver processos semelhantes aos observados em outras organizações, a fim de facilitar as suas relações interorganizacionais, favorece o seu funcionamento a partir da utilização de regras socialmente aceitas (ROSSETTO; ROSSETTO, 2005).

DiMaggio e Powell (2005) argumentam que, o isomorfismo institucional é o principal motivo que levam as organizações a assumirem determinadas estratégias com base em outras unidades que se encontram no mesmo conjunto ou condições. O ambiente define as estratégias mais legitimadas das empresas que nem sempre são as mais eficientes.

O isomorfismo pode ser definido como um conjunto de restrições que, de forma brusca ou não, forçam determinada unidade a parecer-se com outras unidades que se colocam em um mesmo conjunto de condições ambientais. São dois os tipos de isomorfismo: o competitivo e o institucional; tendo ainda, três mecanismos de mudança isomórfica: coercitivo, mimético e normativo:

O primeiro, isomorfismo coercivo, resulta de pressões formais e informais exercidas de uma organização dominante, a outra organização que seja dependente desta, bem como, pelas expectativas culturais na sociedade dentro da qual a organização está inserida. As forças coercitivas do ambiente diminuem a autoridade da empresa obrigando-a a adotar determinadas práticas impostas, levando-a à similaridade de modelo. Já o isomorfismo mimético, vincula-se, sobretudo, em função da incerteza, quando as tecnologias das organizações são pouco compreendidas, quando as metas são ambíguas, ou quando o ambiente cria incertezas simbólicas, as organizações tendem a moldar-se com base em outras organizações. Quando existe a incerteza pode existir a cópia. E o terceiro, isomorfismo normativo, advém principalmente do processo de profissionalização, que pode ser definido como esforço coletivo dos membros de uma ocupação para definir as condições e os métodos de seu trabalho, para controlar a produção, e para estabelecer uma base cognitiva de legitimação para a autonomia ocupacional (DIMAGGIO; POWELL, 2005).



Neste sentido, Almeida e Callado (2017) apontam as características de mercado de cada isomorfismo anteriormente descritos; no coercitivo, os autores destacam o grau de dependência, onde, quanto mais dependente uma organização fica de outra empresa, ou quanto mais dependente o setor é de uma mesma fonte, mais isomórficas as empresas tentem a ser. No isomorfismo mimético, Almeida e Callado citam a incerteza como principal agente de decisão, uma vez que, quanto mais incertas as metas, recursos e relacionamentos do setor, mais as empresas copiarão as organizações bem-sucedidas.

Por último, os aspectos motivacionais para o isomorfismo normativo são apresentados como direcionamentos sociais e tecnológicos, onde, quando mais envolvida com a comunidade e com estudos acadêmicos e de desenvolvimentos tecnológicos, capacitação de funcionários, implantação de máquinas e processos modernos, mais as empresas se tornaram semelhantes à outras em seu campo.

Em estudo realizado por Sabado e Farias Filho (2011), comprovou-se que apesar do isomorfismo de fato se fazer presente nas organizações, ele é muito lento no ambiente empresarial, e que, as organizações precisam investir mais em inovações técnicas e tecnológicas nos processos de sustentabilidade, uma vez que o campo prático de estudo demonstrou uma resposta muito mais significativa às intervenções governamentais.

Os fatores internos, os conceitos e opiniões dos diretores por exemplo, e os fatores externos, como as crenças sociais, as leis e a visão que o mercado tem da relação de determinada organização com o ambiente, influenciam as distintas estratégias que serão definidas pelos tomadores de decisão. Isto ocorre, pois, estes setores geram pressão sobre a organização, que busca, a partir das suas bases, se adequar as novas realidades do setor.

Quando as ideias próprias não são capazes de solucionar o problema de forma satisfatória, as empresas tentem a mudar suas perspectivas, seguindo outras empresas inseridas no mesmo contexto. Isso faz com que, com o tempo, às organizações se parecem umas com as outras. Por isso, o isomorfismo pode ser apresentado como um dos processos da adaptação estratégica das empresas.

3 Metodologia da Pesquisa

Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados, como tipo de pesquisa, abordagem, estratégias e técnicas para alcance dos objetivos.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Essa pesquisa é de abordagem qualitativa, que conforme Martins e Theóphilo (2009), a pesquisa qualitativa preocupa-se em descrever, interpretar e compreender os fatos, em suma, o pesquisador busca descrever tudo que envolve o fenômeno ao invés de medi-lo. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), neste tipo de pesquisa a compreensão e profundidade do estudo são determinados pela perspectiva dos participantes em seu ambiente natural contextualizado ao tema de estudo.

Quanto aos objetivos, o trabalho será de natureza descritiva, pois tem como finalidade compreender um fenômeno, por meio de uma análise vertical, descrevendo e investigando os impactos das práticas socioambientais na sustentabilidade econômica da empresa. Segundo Gil (2002) as pesquisas descritivas visam descrever as características de determinada população ou fenômeno ou, então, estabelecer relações entre variáveis distintas.

As estratégias da pesquisa foram por meio de estudo de caso único e documental possibilitando um confronto entre estudos pré-existentes e as evidências coletadas na empresa. Para Yin (2001), o estudo de caso trata-se de uma forma de investigação empírica a partir de um



conjunto de procedimentos pré-estabelecidos. Para o autor, o caso estudado, tido como “único”, é determinado por várias circunstâncias e justificado pela ótica do tema escolhido, representando um teste à teoria existente a qual se deseja tirar resultados específicos.

Na pesquisa documental, como bem traz Martins e Theóphilo (2009), o estudo tem como base teórica os documentos, sendo estes a fonte de dados, informações e evidências. Neste trabalho, a pesquisa documental foi executada por meio dos dados fornecidos pela própria empresa alvo de estudo, por intermédio de documentos e observação do sistema utilizado, com propósitos de descrever e comparar os usos e costumes, tendências, diferenças entre outras. As bases documentais possibilitaram estudar tanto a realidade presente da empresa quanto o passado, através da pesquisa histórica.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

As técnicas para coleta e análise de dados foram por meio de documentos fornecidos pela empresa e entrevista mediante aplicação de questionário semiestruturado, o qual buscou-se explorar e investigar todos os aspectos da empresa.

Segundo Yin (2001), a entrevista é uma das mais importantes fontes de informações em um estudo de caso e a forma do questionário semiestruturado, como destaca o autor, é quando o respondente é entrevistado de forma espontânea por um curto período de tempo. Cabe destacar que, mesmo de forma semiestruturada, o entrevistado estará sendo direcionado por um certo conjunto de perguntas a respeito das variáveis e situações a qual se deseja descrever e medir, tais perguntas foram originadas e protocoladas antecipadamente.

A entrevista ocorreu em um espaço cedido pela própria empresa tema de estudo, no mesmo endereço em que esta pesquisadora atualmente atua. A data acordada, a qual foram realizadas as entrevistas, foi dia 24 de Outubro de 2018, tendo duração de 2 horas, dos quais 45 minutos foram gravados seguindo o roteiro de perguntas apresentadas no quadro 1, as perguntas foram elaboradas de acordo com os construtos teóricos, a fim de atender aos objetivos propostos.

Os documentos utilizados para análise, foram coletados no decorrer do segundo semestre do ano de 2018. Participaram das entrevistas, o Diretor Comercial (sócio da empresa) e a Gerente de Processos que atua na empresa desde o ano 2015.

4 Apresentação e análise dos Resultados

Esta seção é dedicada a apresentação da empresa objeto de análise, expondo as suas características, bem como sua organização em relação as práticas socioambientais. Na sequência, serão apresentados a análise dos resultados obtidos em relação/comparando à base teórica, onde buscou-se investigar os impactos das práticas socioambientais na sustentabilidade econômica e os fatores influenciadores que levaram a empresa adotar tais práticas.

4.1 CERTIFICAÇÕES, PROJETOS E PRÁTICAS SOCIOAMIENTAIS

Em 2013 a organização conquistou sua primeira certificação a ABVTEX – Associação Brasileira do Varejo Têxtil, através do Programa de Qualificação de Fornecedores. O órgão é nacionalmente reconhecido por suas iniciativas em prol do *compliance*, fornecimento responsável e uso do trabalho digno, possuindo ainda como pilares, entre outras frentes de atuação, o combate à informalidade e o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva que abastece o varejo da moda, (ABVTEX, 2018).

Identificou-se também que a organização está em processo de certificação com outros dois órgãos de grande relevância. O BCI – *Better Cotton Initiative* e o *Higg Index*. Ambos os processos estão previstos para conclusão no ano de 2019.



O certificado BCI busca reconhecer as empresas que tomam a iniciativa por um algodão melhor, tendo como objetivo garantir um futuro mais sustentável para o setor de produção de algodão. A certificação tem como meta de longo prazo implantar seus princípios e critérios na produção algodoeira mundial, minimizando os impactos prejudiciais das práticas de proteção à cultura de algodão; utilizando a água de maneira eficiente e zelando por sua disponibilidade, bem como, cuidar da saúde do solo, conservar os habitats naturais, zelar e preservar a qualidade da fibra, e promover relações justas de trabalho (ECYCLE, 2018).

Desenvolvido pela *Sustainable Apparel Coalition*, o Índice *Higg* é um conjunto de ferramentas que permitem que as marcas, varejistas e instalações de todos os tamanhos, meçam e pontuem com precisão o desempenho de sustentabilidade de uma empresa ou produto. O Índice de *Higg* oferece uma visão geral que capacita as empresas a fazer melhorias significativas que protegem o bem-estar dos trabalhadores da fábrica, das comunidades locais e do meio ambiente. Os benefícios são: foco na estratégia de sustentabilidade, identificação de oportunidades para reduzir desperdício e custos impulsionando a inovação, melhoria contínua de processos e produtos, atendimento da legislação, atendimento a padrões internacionais, abertura para novos mercados (SUSTAINABLE APPAREL COALITION, 2018).

Em relação a projetos socioambientais desde o ano 2016 a empresa participa de projetos sustentáveis em parceria com seus clientes, fornecedores e universidades, como o **ICV Global**, **Projeto Ecoeficiência**, **Projeto Moda Responsável e Circular**, **Projeto Pegada Hídrica** e a participação em um documentário intitulado “**Um presente à prova do Futuro**”.

O **ICV Global** tem como meta fomentar a internacionalização de MPEs – Micro e pequenas empresa que se diferenciam por seus atributos de inovação e sustentabilidade. O projeto buscou incentivar as empresas a encontrarem inovações a partir de um ecossistema de empreendedorismo que promova uma nova economia, alinhada à sustentabilidade.

O **Projeto Ecoeficiência** foi promovido pela Lojas Renner S.A. que é um dos principais clientes da empresa em análise, e considerada a maior varejista de moda do Brasil. O objetivo do projeto é reduzir a quantidade de retalhos gerados no processo de corte; reciclar retalhos gerados no processo de corte; obter resultados práticos e estabelecer processo/modelo para sustentar os ganhos alcançados. Os benefícios do projeto, são a redução de custos diretos com matérias-primas, redução de custo indireto com resíduos sólidos, aumento da produtividade, aumento da qualidade, atendimento a exigências legais (PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos), atendimento a exigências de clientes.

O **Projeto Moda Responsável e Circular** desenvolvido em parceria com a USP, Fundação *Ellen Macarthur* e Lojas Renner tem como essência o reaproveitamento de resíduos gerados pela sua cadeia de fornecimento, a qual: as sobras têxteis de jeans são desfibradas, dão origem a um novo tecido e voltam para o processo produtivo do fornecedor inicial, que usa a matéria-prima reciclada para confeccionar as roupas, dentro do conceito de fechamento de ciclo da economia circular.

A economia circular é uma alternativa que busca redefinir a noção de crescimento, com foco em benefícios para toda a sociedade. Isto envolve dissociar a atividade econômica do consumo de recursos finitos, e eliminar resíduos do sistema por princípio. Apoiada por uma transição para fontes de energia renovável, o modelo circular constrói capital econômico, natural e social. Ele se baseia em três princípios: eliminar resíduos e poluição por princípio, manter produtos e materiais em ciclos de uso, regenerar sistemas naturais (MACARTHUR, 2018).

O **Projeto Pegada Hídrica**, em parceria com a USP e Lojas Renner, tem como objetivos: diagnóstico da gestão hídrica, estabelecimento de indicadores de desempenho ambiental, pegada hídrica e circularidade de águas, comunicação de melhores práticas com vistas à induzir e alavancar melhorias efetivas na prática da gestão hídrica na cadeia de fornecedores Renner, redução do consumo de água e dos riscos de toxicidade associados a produtos comercializados pela Renner, captura de oportunidades pelos participantes pela incorporação dos novos valores



para a gestão hídrica. O programa tem como engajamento e benefícios: colaboração para confiabilidade, engajamento para a potencialização dos resultados, visibilidade e benefícios compartilhados nos casos exitosos, redução de custos e maior geração de valor, redução de riscos e maior resiliência, conformidade legal e normativa.

Por fim a participação no documentário **“Um presente à prova do Futuro”** em parceria com as Lojas Renner, que discute o atual modelo econômico linear que, cada vez mais, coloca em risco o futuro de vida em nosso planeta. Como alternativa ele investiga as ideias da chamada Economia Circular, que já vem sendo adotada em algumas partes do Brasil e do mundo.

Das práticas socioambientais adotadas em seu processo produtivo operacional, cinco ações são consideradas com maior relevância pela a empresa: Redução do consumo e desperdício do tecido; reutilização do resíduo têxtil; redução do consumo e reutilização da água; investimentos em tecnologias; e redução do consumo de energia.

A primeira ação foi a redução do resíduo têxtil, a empresa buscou meios de diminuir o desperdício de resíduos, projetando o risco (encaixe dos moldes) conforme a largura de cada rolo de tecido, este processo junto a outras práticas como por exemplo o aumento do tamanho do enfiado, melhorou o aproveitamento e conseqüentemente diminuição do desperdício, que antes era 20% passou a ser 15%, em média. Além disso, foi possível diminuir o consumo de tecido em média 1 centímetro por peça. Atualmente a empresa gera uma média de 28,6 toneladas de resíduos por mês inerentes ao processo de corte.

A empresa faz a separação do tipo de tecido Índigo (Denim) e Brim (Color), vende para uma empresa que desfibra os retalhos, que revende para uma segunda empresa que faz novamente o processo de fiação e que vende para uma terceira empresa que faz um novo tecido. Após este ciclo, o tecido reciclado retorna para a empresa, percorre o caminho do processo linear transformando-o em um novo produto para ser novamente comercializado. Com essa prática, a empresa reduziu significativamente o impacto produtivo da indústria no meio ambiente e gerou novas oportunidades de negócios, atendendo a demanda dos consumidores que buscam produtos que sejam sustentáveis e ecologicamente corretos.

A terceira ação adotada pela organização é captação da água da chuva para uso industrial e a introdução do ciclo fechado de água na lavanderia, não havendo descarga de efluente, apesar da licença ambiental permitir o despejo da água após passar pelo processo produtivo na natureza, que comprova a responsabilidade da empresa para com o meio ambiente. A empresa ainda está construindo três novas lagoas para melhorar sua gestão ecoeficiente.

A quarta ação são as aquisições de maquinários com tecnologia avançada que aumentam a eficiência produtiva reduzindo energia, água e esforço humano. Alguns investimentos foram e estão sendo feitos, como máquina automática no processo de corte e no processo de lavanderia máquinas que não tem necessidade da utilização de água e produtos químicos, ganhando não só eficiência produtiva, mas também maior qualidade nos produtos que antes dependiam de processos manuais.

E a quinta ação foi a aquisição de iluminação solar, que é translúcida, a qual em dias de sol é possível economizar 100% de energia em alguns ambientes da empresa, que antes eram alimentados pelo sistema elétrico.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As práticas adotadas pela empresa trazem inúmeros benefícios ao meio ambiente. Com a implantação das ações no processo produtivo citadas no tópico acima, já foi possível minimizar muitos problemas como a redução do consumo e desperdício da matéria-prima principal, o tecido, e a redução do consumo e desperdício da água e da energia, por exemplo.

Segundo a empresa, a preocupação ambiental no mercado da moda e os meios para redução dos impactos, não é mais uma opção e sim uma obrigação. Os benefícios estratégicos



também são de grande relevância, pois, cada vez mais o consumidor está preocupado com a escassez dos recursos naturais e buscam no mercado produtos que sejam produzidos de modo sustentável.

Dias (2011) ressalta que a empresa que se antecipa em atender as novas demandas da sociedade acaba tendo uma performance diferenciada no setor em que atua, pois, ao atender o mercado, com consumidores cada vez conscientes no âmbito ambiental, atinge níveis mais elevados de satisfação com os clientes, alcançando vantagens competitivas, com relação às demais empresas do segmento, atendendo um público específico, que busca por produtos e serviços sustentáveis.

De acordo com Azevedo (2006), uma empresa pode ser definida como sustentável quando procura em suas ações as dimensões econômica, social e ambiental. Em entrevista, buscando entender se é possível equilibrar rentabilidade financeira, eficiência produtiva e conservação da natureza, a empresa responde que “sim”, e que há muito mais impactos positivos do que negativos ao implantar as práticas socioambientais. Silva et al. (2009), aponta, que a sustentabilidade pode ser tida como um novo método estratégico de se fazer negócio, que, por meio da redução dos recursos naturais utilizados nos processos de produção, promove a responsabilidade social, sem abandonar a rentabilidade financeira da organização.

Anterior à participação da empresa nos projetos socioambientais em parceria com algumas organizações, dos quais alguns foram citados no tópico quatro, a organização tema de estudo já era ambientalmente responsável e já contava com mudanças no seu processo referente à conscientização ambiental, porém, somente após investir, no ano de 2015, na construção da lavanderia, quando os processos deste setor passaram a ser de total responsabilidade da empresa, é que a adoção das práticas socioambientais alavancaram e a conscientização ambiental entrou em maior evidência.

A necessidade de buscar a máxima eficiência, principalmente no que diz respeito ao uso e reuso da água, passou a ser uma prioridade na empresa e, aos poucos, os clientes enxergaram nesta atitude a possibilidade de investirem nos processos junto à empresa, aprimorando-se e buscando em conjunto soluções de ecoeficiência, de modo que, minimizassem os impactos ambientais sem gerar impactos no custo e na qualidade do produto final. De 2016 até o momento a empresa já participou de vários projetos socioambientais sendo que muitos dos resultados das ações e investimentos realizados já apresentaram retorno.

Inicialmente o fator que influenciou a empresa na adoção de práticas socioambientais foi a conscientização ambiental, que com a certificação da ABVTEX, no ano de 2013, algumas práticas que a empresa já praticava passaram a ser formalizadas. Após a construção da lavanderia, ano de 2015, com o aumento dos gastos com água e produtos químicos produzidos pela empresa, a conscientização ambiental ficou ainda mais intensa. Da cadeia de fornecimento de índigo (denim) da Renner, seu principal cliente, a empresa foi escolhida para ser pioneira de alguns projetos citados no item 4.1.1, por ter boas práticas socioambientais. Em suma, a priori foi a conscientização ambiental enraizada nos valores da organização a qual o estudo buscou analisar que incentivaram o início das práticas socioambientais, no entanto, sua continuidade e aprimoramentos veio por meio de projetos em parceria com clientes e fornecedores.

Em concordância com o Barbieri (2004), se não houvesse pressões da sociedade e medidas governamentais para regularizar e pressionar o empresário a adequar sua produção, de modo que não agrida o meio ambiente, com certeza esse tema não seria observado, ao menos, não com tanto envolvimento como está sendo visto hoje nas organizações.

Do ponto de vista da empresa, o tema determinante de práticas socioambientais nas indústrias do vestuário do Brasil é de total relevância, visto que, o setor demanda de muita disponibilidade natural ao mesmo tempo que agride muito o meio ambiente em suas produções e durante todas as etapas de suas atividades. A água, por exemplo, como é de conhecimento, é um recurso finito e, por ser um recurso razoavelmente barato, em termos monetários, quando



comparados a outros tipos de matérias primas, até então as empresas não se preocupavam com sua conservação ou ainda redução de seu consumo.

Portanto, mesmo com as cobranças externas à empresa, a decisão de mudança precisa estar alinhada com os valores da instituição, a fim de que as ações tomadas sejam favoráveis e eficientes a mesma. O fato que, o retorno financeiro, está incentivando os empresários nesta direção, de redução de resíduos e reutilização. No entanto, é somente a partir do enraizamento da preocupação com o meio ambiente e com a próxima geração, desde os diretores até os funcionários terceirizados da organização, que se alcança a ecoeficiência produtiva.

5 Conclusão

O presente artigo teve como objetivo investigar como as práticas socioambientais produzem impactos na sustentabilidade econômica por meio de um estudo de caso em uma indústria do vestuário localizada do Sul de Santa Catarina e analisar os fatores influenciadores que levaram a empresa a adotar tais práticas sob a ótica da teoria neoinstitucional.

Identificou-se, que é simplesmente impossível, no atual avanço social, econômico e produtivo a qual o homem moderno está inserido, deixar de utilizar os recursos naturais. No entanto, o correto manuseio do meio ambiente é possível e deve ser cobrado por todos, uma vez que, traz diversos benefícios aos seres humanos, não apenas pela dependência dos produtos naturais, visando que sua finitude seja postergada o máximo possível. Assim como, pela consciência de que os seres humanos são uma parte de um todo, são uma espécie seres vivos que precisam aprender a viver em equilíbrio com a natureza.

Durante o desenvolvimento do trabalho proposto percebeu-se que a demanda por produtos e serviços direciona a forma com que o meio ambiente será utilizado, logo, conforme a sociedade muda, o padrão de uso dos recursos naturais também muda. Por isso, todos os fatores no entorno da tomada de decisão do gestor devem ser levados em consideração, a fim de evitar problemas de desequilíbrios ambientais, sociais, econômicos e até mesmo de saúde.

Pode-se sugerir ainda, que os recursos naturais foram e são de suma importância para a sobrevivência da humanidade e que a forma com que vão ser manuseados tanto influencia o meio, quanto é influenciado por ele. Este ponto fica muito claro quando analisamos os resultados individualmente, onde temos empresas que precisaram reduzir a produção ou migrar de local por falta de água, assim como, temos empresas alterando suas formas produtivas a fim de atender uma mudança no padrão de consumo, protegendo o meio ambiente.

Este último ponto citado, a relação entre sociedade civil e responsabilidade ambiental, é relevante no atual sistema capitalista, como bem aponta a teoria neoinstitucional, uma vez que, o consumidor consciente passou a exercer seu poder de compra, filtrando as empresas que cumprem seu papel social, no sentido de melhorar a qualidade de vida de todos, das empresas que não se atualizaram e permanecem cegas em busca de lucro a todo custo.

Atualmente, as indústrias de vestuário atendem uma necessidade básica da população; no mercado, são inúmeras as empresas do ramo, para os mais variados tipos de clientes e ocasiões, por isso todas as formas possíveis de se obter vantagens comparativas no mercado capitalista de consumo devem ser estudadas, avaliadas e quando possíveis implantadas.

Sob a ótica neoinstitucional, o presente estudo se propôs a investigar determinantes de práticas socioambientais e seus impactos na sustentabilidade econômica, por meio de um caso industrial com sede no sul catarinense. Para o alcance de tal objetivo, seguiu-se um cronograma pré-definido de entrevista e análises de dados e séries históricas de resultados.

Primeiro, caracterizou-se a empresa objeto de análise e sua cadeia produtiva, onde observou-se, que a organização tem uma ligação social muito forte com a região em que atua, buscando, não só o crescimento econômico industrial, mas dos terceiros e da sociedade em seu entorno. Sendo já reconhecida por seus méritos neste sentido, através de algumas certificações



como por exemplo a ABVTEX. Tornando-se referência para clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade, pela qualidade de seus produtos e serviços, com foco no crescimento econômico e responsabilidade socioambiental.

Logo após, identificou-se as práticas socioambientais nos processos produtivo da empresa, onde foram elencados os benefícios já existentes e melhorias que ainda estão sendo estudadas; onde percebeu-se que, apesar de uma redução na produção de resíduos, a empresa ainda tem um longo caminho a percorrer, principalmente no que diz respeito a aquisição de novos equipamentos, que modernizarão alguns processos produtivos. Também foi possível observar que, na contramão do setor, que, de acordo com a empresa, está focado na reutilização, reciclagem e outras formas de utilizar o excedente produzido, a empresa tema de estudo, foca suas ações na redução de produção de rejeitos, uma vez que, dos cinco pontos elencados pela mesma a fim de aumentar a eficiência produtiva, apenas um tratava-se de reaproveitamento, todos os demais buscavam evitar ou mesmo eliminar a existência dos resíduos produtivo.

Também foi verificado os principais efeitos das práticas socioambientais, analisando os impactos na sustentabilidade econômica, que, de acordo com os dados levantados e com a opinião dos entrevistados da indústria estudada, são decisões totalmente estratégicas, que atraíram novos clientes, fornecedores, bem como, novos profissionais capacitados que estavam alinhados com os valores da empresa e com desejo de participar destas mudanças. Estes benefícios, foram e estão sendo de grande relevância, pois, cada vez mais o consumidor está preocupado com a escassez dos recursos naturais e buscam no mercado produtos que sejam produzidos de modo sustentável, o que possibilitou à empresa atingir este público, suprimindo uma demanda até então pouco explorada no mercado.

Todas as práticas socioambientais implantadas na empresa, anteriores e durante o presente estudo, serão mantidas pela mesma, pois mostraram-se assertivas e com resultados satisfatórios. Cabe destacar, que o fato de a empresa estar estudando e implantando novas alternativas e melhorias dos projetos implantados mostra que, as práticas socioambientais tiveram pequenos impactos, porém positivos na receita da mesma, sendo sua implantação não só possível, mas também necessária para sustentabilidade econômica da indústria no mercado. Os projetos deixaram de ser uma opção e se tornaram parte da marca, referência de qualidade e processos responsáveis.

Por fim, foram descritos determinantes que levaram a empresa a adotar práticas socioambientais, sob a ótica da teoria neoinstitucional, o qual os resultados corroboraram com os fundamentos teóricos apresentados. A empresa apontou, que a preocupação ambiental e social sempre esteve presente na empresa, e muitas formas de evitar o desperdício vinham sendo implementadas e estudadas desde sua existência, visto que, o setor demanda de muita disponibilidade natural ao mesmo tempo que agride muito o meio ambiente em suas produções e durante todas as etapas de suas atividades. Valores pré-existentes na empresa fomentaram o desejo de melhoramento de seus processos a fim de trazer resultados positivos para o meio ambiente e a sociedade em seu entorno.

É de relevância destacar, que de acordo com os gestores, a continuidade das práticas socioambientais, bem como, a força e proporção que as mesmas tomaram na empresa tema de estudo, de fato, se deu, como apontado pela teoria neoinstitucional, por cobranças externas, de clientes e governo, do mercado como um todo, e ainda pelos resultados na redução de custos e resíduos produtivos.

Como limitações do presente estudo, cita-se o tempo de elaboração e entrega do trabalho, tendo em vista que muitos temas não puderam ser aprofundados por esta questão. A pesquisa poderia, inclusive, ser ampliada internamente por meio de entrevistas de outros operadores internos. A visão de clientes compradores de produtos da empresa poderia ser investigada, no sentido de contribuir para identificar fatores externos influentes. Igualmente, como percebem práticas socioambientais empregadas pela empresa objeto de análise.



A partir das conclusões alcançadas no presente trabalho, alguns indicativos de pesquisas futuras seriam: confrontar a relação entre redução de resíduos produtivos e produto final produzido, abordar a temática de práticas de socioambientais dentro de cada processo produtivos com mais fôlego, ampliar o estudo dos fatores que motivam ou desmotivam a aplicação destas práticas socioambientais, bem como abordar de forma mais pontual, com estudos empíricos, da aplicação de algumas destas práticas em outras indústrias do vestuário do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Karla Katiúscia N.; CALLADO, Aldo Leonardo C. **Indicadores de desempenho ambiental e social de empresas do setor de energia elétrica brasileiro: uma análise realizada a partir da ótica da Teoria Institucional.** Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 7, n. 1, p. 222-239, 2017.
- APEX BRASIL. **Projeto ICV Global oferece formação em sustentabilidade.** 2016. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/Noticia/PROJETO-ICV-GLOBAL-OFERECER-FORMACAO-EM-SUSTENTABILIDADE>>. Acesso em: Out. 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO VAREJO TÊXTIL (ABVTEX). **Quem somos:** Sobre a ABVTEX. Disponível em: <<https://www.abvtex.org.br/sobre-a-abvtex/>>. Acesso em: Set. 2018.
- ASSUNÇÃO, Jairo J.; VAZQUEZ-BRUT, Dieto, A.; CAMPOS, Lucila M. S. **Organizing the puzzle: a comprehensive and theoretically multidimensional framework for categorizing green supply chain practices.** Preprints: 2018.
- AZEVEDO, Ana Luísa V. **Indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil: uma avaliação do Relatório do CEBDS.** Revibec: revista iberoamericana de economia ecológica, v. 5, p. 75-93, 2006.
- AZEVEDO, Tânia Cristina; CRUZ, Claudia F. **Balço social como instrumento para demonstrar a reponsabilidade social das entidades: uma discussão quanto à elaboração, padronização e regulamentação.** Pensar Contábil, v. 8, n. 34, 2007.
- BARBIERI, Jose Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** São Paulo: Saraiva, 2004.
- CAIXETA, Laura G.; FERREIRA, Raquel M.; SANTOS, Ana Paula S.; COSTA, Nadine M.; SEVERINO, Mairo R. **Práticas utilizadas na green supply chain management: uma revisão de literatura.** Fortaleza: XXXV Encontro nacional de engenharia de produção, 2015.
- CARVALHO, Francisco P. A.; GOMES, Jaíra Maria A. **Eco-eficiência na produção de cera de Carnaúba no município de Campo Maior, Piauí, 2004.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 46, n. 2, p. 421-453, 2008.
- CUNHA, Adriano S.; SOARES, Thiago C.; LIMA, Mauricio A. **A institucionalização como forma de diferenciação frente ao isomorfismo organizacional.** RAUnP-ISSN 1984-4204-Digital Object Identifier (DOI): <http://dx.doi.org/10.21714/raunp>. v. 3, n. 2, p. 8-14, 2011.
- DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social E Sustentabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. **A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais.** RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.
- ECYCLE. **Certificação BCI: Uma forma sustentável de produzir algodão.** Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/component/content/article/67-dia-a-dia/5986-o-que-e-certificacao-bci-sustentabilidade-algodao.html>>. Acesso em: Out. 2018.
- MACARTHUR, E. **Economia Circular.** Disponível em: <<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/pt/economia-circular-1/conceito>>. Acesso em: Out. 2018.



- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: 4. ed. Atlas, 2002.
- GONÇALVES, Sidalina S.; HELIODORO, Paula Alexandra. **A contabilidade ambiental como um novo paradigma**. Revista Universo Contábil, v. 1, n. 3, p. 81-93, 2005.
- KELM, Martinho Luis et al. **Institucionalização das iniciativas socioambientais das organizações: interfaces entre a teoria do desenvolvimento social de Habermas e o isomorfismo da teoria institucional**. Cadernos EBAPE. BR, v. 12, p. 401-415, 2014.
- LEITE FILHO, Geraldo A.; PRATES, Lorene Alexandre; GUIMARÃES, Thiago N. **Análise os níveis de evidenciação dos Relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting initiative (GRI) no Ano de 2007**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 3, n. 7, 2009.
- MARTINS, Gilberto A.; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: 2. ed. Atlas, 2009.
- MACHADO-DA-SILVA, GONÇALVES, S. A. **Handbook de Estudos Organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999, cap. 7, p. 220-226.
- NORTH, Klaus. **Environmental business management: an introduction**. 2. ed. Genebra: International Labour Office, 1997.
- OLIVEIRA, Bernardo C. S. M.; GONÇALVES, Dayane M.; CAPELARI, Mauro Guilherme M.; **Teoria Neoinstitucional como aporte para a análise da sustentabilidade ambiental**. In: NEVES, Lafaiete S. N.; Sustentabilidade: Anais de textos selecionados do V seminário sobre sustentabilidade. Curitiba: Juruá, p. 143-157, 2011.
- PEDRINI, Danilo C. et al. **Análise da Ecoeficiência de uma Indústria Siderúrgica Brasileira**. XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, Anais... Rio de Janeiro: ABEPRO, 2008.
- ROSSETTO, Carlos Ricardo; ROSSETTO, Adriana M. **Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar**. RAE-eletrônica, v. 4, n. 1, 2005.
- SABADO, José O. S.; FARIAS FILHO, Milton C. **Ações de sustentabilidade influenciando o isomorfismo no campo das organizações da indústria de construção civil**. Revista Reuna, v. 16, n. 4, p. p. 27-42, 2011.
- SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Maria D. P. B. **Metodologia da pesquisa**. Porto Alegre: 5. ed. Penso, 2013.
- SILVA, Júlio Orestes et al. **Gestão Ambiental: uma análise da Evidenciação das Empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) 10.5773/rgsa. v3i3. 176**. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 3, n. 3, p. 56-71, 2009.
- SILVA, Minelle E.; NASCIMENTO, Luis Felipe M. **Análise institucional para a sustentabilidade em cadeias de suprimento no Brasil e no Reino Unido**. Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, v. 6, n. 2, 2017.
- SISINNO, Cristina Lúcia S.; MOREIRA, Josino C. **Ecoeficiência: um instrumento para a redução da geração de resíduos e desperdícios em estabelecimentos de saúde**. Cadernos de saúde pública, v. 21, p. 1893-1900, 2005.
- SUSTAINABLE APPAREL COALITION. **O Índice de Higg**. Disponível em: <<https://apparelcoalition.org/the-higg-index/>>. Acesso em: Out. 2018.
- TOLEDO, Artur F.; DEMAJOROVIC, Jacques. **Atividade hospitalar: impactos ambientais e estratégias de ecoeficiência**. InterfacEHS, v. 1, n. 2, 2006.
- VELLANI, Cassio L.; RIBEIRO, Maísa S. **Sistema contábil para gestão da ecoeficiência empresarial**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 20, n. 49, p. 25-43, 2009.
- WATANABE, Melissa. **O Uso da Terra na Agricultura do Estado do Paraná, Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.



WERNKE, Rodney. **Custos ambientais:** uma abordagem teórica com ênfase na obtenção de vantagem competitiva. Revista de Contabilidade do CRC-SP, v. 5, n. 15, p. 40-49, 2001.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. Porto Alegre: 2. ed. Bookman, 2001.

ZUCKER, Lynne G. **Institutional theories of organization.** Annual review of sociology, v. 13, n. 1, p. 443-464, 1987.



3881121 - O DIREITO ENQUANTO PROCESSO DE DOMINAÇÃO LEGAL EM MAX WEBER

Lais Januário Rocha, Michel Alisson da Silva

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O presente artigo tem o objetivo de analisar e compreender o significado da dominação legal em Max Weber, assim como a importante contribuição sociológica e o modo de como é presente no cotidiano as formas e espécies de dominação legal. Analisando os conceitos que o autor elencou em suas obras, em especial, sobre a dominação legal, tradicional e carismática, mas também, observando as ciências sociais e as ações que os indivíduos possuem na sociedade de maneira a entender a forma que a sociedade se organiza e o jeito que os indivíduos se submetem a determinadas ordens e regras, sob o enfoque da influência que possui sobre o direito em si.

Palavras-chave: Max Weber. Dominações legítimas. História. Sociedade. Direito.

1 Introdução

Max Weber, renomado sociólogo da sociologia moderna, apresentou espécies de dominação legal, interligando a sociologia diretamente com a ciência social. Os apontamentos de Weber se manifestaram em uma época ímpar, pois, havia grande discussão sobre o positivismo e também sobre a transformação política. Sendo que ao analisar a realidade, construía a ideia da dominação legal assim como da ação social, buscando entender as formas que o indivíduo se comporta dentro da sociedade, porém, as formas por ele elencadas são modelos abstratos, pois, não se concretizam na realidade isoladamente, mas em uma mesma sociedade podem estar presentes, em partes, os três tipos de dominações puras elencadas por Weber.

Sendo que para compreender as atitudes das pessoas no coletivo, estudou o comportamento humano tanto na ação quanto na omissão e também as suas motivações, mas Weber também tirava suas ideias e conclusões considerando o meio em que as pessoas viviam, seus costumes e a própria pressão da sociedade, pois, determinadas tradições impulsionava as pessoas a terem motivações tanto internamente quanto externamente, decorrendo de que o domínio pode acontecer por uma obrigação ou por admiração. Assim, relacionou esses comportamentos nas denominações de dominação legal, tradicional e carismática, que serão conceituadas no decorrer deste projeto e interligadas nas contribuições de Weber com a cultura jurídica e organização estatal.

2 Referencial Teórico

A política está presente na sociedade historicamente, fazendo com que interesses específicos mantivessem o poder em uma unidade de ideologia. Sendo que Weber define o poderio como a oportunidade de um indivíduo de fazer triunfar no seio de uma relação social sua própria vontade contra resistências, e o domínio como a oportunidade de aí encontrar pessoas dispostas a obedecer a ordem que lhes é dada⁷, ou seja, trata de uma relação recíproca, onde o poder depende que certa pessoa o possua e outra não, assim:

Por “dominação” compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (“mandado”) do “dominador” ou dos

⁷Freund, Julien, Sociologia de Max Weber, pág. 161



“dominadores” quer influenciar as ações de outras pessoas do “dominado” ou dos “dominados”, e de fato as influências de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo d mandado a máxima de suas ações (“obediências”) (1999, v.2 p. 191)

Depreende-se das leituras das obras de Weber, que onde possui uma organização de indivíduos tem uma espécie de dominação, não apenas no Estado, mas nas famílias, escolas e igrejas, onde há formas de subordinações, ficando obscuro visualizar a liberdade, entregando a própria vontade nas mãos de outras pessoas. As relações dos indivíduos provem de relações submetidas a comandos, porém, para que seja *legítima requer certa vontade de obedecer e interesse na obediência* (WEBER, 1999, v. 1, pg. 139).

Na obra *Max Weber entre a paixão e a razão* de Héctor Luis Saint-Pierre, é visualizado perfeitamente como os elementos constitutivos da dominação, são ainda presentes nas sociedades atuais e na forma como essas se organizam, sendo que possui três elementos essenciais para a configuração da dominação, quais sejam: um *sujeito dominante*; um *quadro administrativo* e *sujeitos dominados*⁸ Esses elementos, estão presentes nos três tipos puros de dominação legal de Weber, em cada tipo se materializam de uma maneira diferente mas com o objetivo final em linha ténue.

A dominação tradicional que é a mais antiga, onde quem ordena é o Senhor de forma patriarcal, obedecendo-se tal figura pelo o que ela representa em razão da tradição e dos costumes que se perpetuam no tempo, tornando-se dificultoso criar um novo direito de maneira formal, portanto a percepção de justiça ficava baseada em princípios, nas palavras de Weber:

“graça e ao arbítrio livres, em que decide conforme seu prazer, sua simpatia ou antipatia e de acordo com pontos de vista puramente pessoais suscetíveis, em particular, de deixar-se influir por complacência também pessoais” (Weber, 1984, p.709)

Assim, a ausência de direito formal fazia predominar a decisão com fundamentos em princípios, portanto, na dominação tradicional o poder era monopolizado e passado a outros indivíduos de maneira a definir de forma pessoal para quem iria o poder de comando, assim, era mais propício que houvessem injustiças e desigualdades.

Em relação à dominação carismática, que é aquela que determinado indivíduo detém carisma e virtudes admiradas pelas demais pessoas, sendo capaz de sem a necessidade de existir o direito de maneira formal, estabelecê-lo em suas decisões diárias subjetivamente, agindo com suas convicções pessoais em cada caso. Sendo assim o liderado obedece ao líder por possuir algum tipo de sentimento de idolatria e reconhecimento, podendo ser considerado este líder, um líder demagogo. Outro exemplo também da dominação carismática seria um profeta. Weber explana que este modelo de dominação faz com que os seguidores hajam de maneira fiel.

Weber afirma que o "carisma é uma força revolucionária", com razão, pois, apesar de nosso sistema de Estado não ser baseado no carisma, este o interfere, em razão do nosso sistema ser de forma eletiva com voto direto, onde a maneira democrática se concretiza com a eleição, portanto, o candidato eleito, possui expressões ou características que agradam a um número considerado de eleitores, que crêem nas palavras e nos atos da pessoa que estão votando. Assim, percebe-se pequenos vestígios das características da dominação carismática em nosso cotidiano e na forma de organização social. Ademais, na dominação carismática de Weber, a mesma não trás segurança duradoura, pois, é indispensável que a fé que as pessoas possuem no líder não se

⁸ Saint-Pierre, Hector Luis, *Max Weber entre a paixão e a razão*, pág. 114



perca, necessário, portanto que haja instigações e estímulos, para que esta forma de dominação continue se perpetuando, divergente do nosso sistema, pois, o mandato político possui prazo determinado com a conseguinte nova eleição que busca a organização social e estatal. Assim vejamos:

Toda política carismática é, pois, uma aventura, não somente por se arriscar ao fracasso, mas porque ela é incessantemente obrigada a reencontrar um novo elã e a fornecer outros motivos de entusiasmo para confirmar seu poderio (FREUND, 2000, p. 170)

Já na dominação legal, que é a estrutura moderna estatal, o direito pode ser criado e modificado, havendo formas objetivas e burocráticas para que isso ocorra. Formando-se associações dominantes, em regra essas associações se formam de maneira eleita ou nomeada, diferentemente da carismática, pois, não obedece aqui, a determinado indivíduo por suas características pessoais, mas em respeito a um estatuto, “lei”, que até quem ordena deve obediência a esta “lei”, e o faz de maneira regulamentada, sendo considerados como representantes da sociedade em geral, ou seja, baseado na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação⁹.

Neste norte, em decorrência desta forma, as pessoas, diferentemente das outras espécies de dominações, são consideradas iguais perante a lei, pois, o direito é criado de forma racional e burocrática, que devem ser reconhecidos pela sociedade. Assim, o superior, que de certa maneira detém o poder, apenas possui prerrogativas para exercê-lo, observando a hierarquia e a competência dentro de um quadro administrativo de maneira que possui um sistema exigente de controle disciplinar, devendo os atos serem, em regra, formais e documentados, como se observa:

A burocracia constitui o tipo tecnicamente mais puro da dominação legal. Nenhuma dominação, todavia, é exclusivamente burocrática, já que nenhuma é exercida unicamente por funcionários contratados. Isso é totalmente impossível. Com efeito, os cargos mais altos das associações políticas ou são “monarcas” (soberanos carismáticos hereditários) ou “presidentes” eleitos pelo povo (ou seja, senhores carismático-plebiscitários) ou são eleitos por um colegiado parlamentar cujos senhores de fato não são propriamente os seus membros, mas os chefes, seja carismáticos, seja de caráter dignitário (*honoratiores*), dos partidos majoritários. (WEBER, p. 130. 1991)

Assim, um princípio que se destaca é o da hierarquia, sendo que a organização estatal/jurídica, possui controles supervisionais para cada repartição, necessitando para tanto, aptidão profissional. Desta maneira, ao estudarmos identifica-se a relação com o nosso sistema atual e a importante contribuição para a atualidade, especialmente, na forma que o poder se materializa na realidade.

3 Metodologia

A presente pesquisa possui um processo qualitativo do tipo pesquisa acadêmica, fundamentando-se em referenciais bibliográficos como livros e artigos, com enfoque nos conceitos

⁹ Weber, 1999, v 1, p. 141



e ideias de Max Weber, especialmente, nas definições do mesmo sobre os tipos de dominações legais contextualizando-as com a atualidade.

4 Resultados

Com o tempo dedicado e as pesquisas realizadas, obtive resultado que se expressam por meio do presente artigo. Que buscou analisar os tipos de dominações legais para Max Weber, que se dividem em dominação legal, carismática e tradicional. Sendo que o mesmo observa que o poder se manifesta de maneira racional ou legal, de forma mútua entre o direito e a política, criando legitimações para exercer o poder e alcançar o status de “chefe”, influenciando no ordenamento jurídico da sociedade.

5 Conclusão

As dominações e subordinações estão presentes no nosso dia a dia, e este fenômeno na sociedade, não nasceu do estado moderno, mas sim vem se perpetuando no tempo. Desde a origem da organização da sociedade é capaz de observar aspectos da dominação e características semelhantes entre si. Weber observou e elencou três espécies de dominação: tradicional, carismática e legal. Que, se concretizaram do costume, do afeto e de estruturas jurídicas, sendo que as características de cada dominação, não se materializam sozinhas, há vestígios de aspectos de uma em outra, completando-se. Sendo, portanto, que separadamente essas espécies de dominação se formam em um modelo abstrato.

A cultura do direito e do formalismo jurídico se processa com lembranças as formas das dominações elencadas no presente estudo, em especial na dominação legal, que nos mostra e ajuda a compreender a origem da nossa organização estatal, de maneira a perceber que a nossa atual formação do sistema legal se concretiza de maneira formal, com base em textos legais, buscando nesses textos e normas, a resolução dos impasses que estão presentes tanto na forma estrutural do estado quanto na relação dos indivíduos.

Assim, como essencialmente o futuro é formado em virtude do passado e com características deste, cabe a nós cidadãos repensar e analisar a história para entender tanto o presente quanto o futuro, instigando a vontade de entender a organização estatal que vivemos e a formação judiciária.

REFERÊNCIAS

Carvalho, Alonso Bezerra de, Max Weber: modernidade, ciência e educação. 2005

Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1999.

FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

Saint-Pierre, Hector Luis, Max Weber entre a paixão e a razão. 3. ed. 2004

Weber, M. Economia e Sociedade. Mexico. Fondo de Cultura Economica. 1984.

WEBER, sociologia. 5 ed. 1991

Weber, Max, Ensaios sobre a teoria das ciências sociais. 1864-1920.



5333857 - REFORMA TRABALHISTA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Samanta Santinoni Souza, Rodrigo Goldschmidt

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Com a alteração em nossa Consolidação das Leis do Trabalho, observa-se que várias destas mudanças prejudicaram a classe trabalhadora. Além do prejuízo, contradizem o texto Constitucional assim afetando os direitos fundamentais mínimos já adquiridos.

Palavras-chave: reforma-trabalhista, prejuízo, contribuição-sindical, trabalho-intermitente, teletrabalho.

1 Introdução

O presente trabalho tem como finalidade estudar as alterações realizadas na Consolidação das Leis do Trabalho pela recente lei 13.467/2017 (reforma trabalhista) e sua compatibilidade frente aos direitos fundamentais trabalhistas. Os objetivos são conceituar, caracterizar e trazer à tona os elementos presentes nesta mudança e para isso serão usados ensinamentos e esclarecimentos doutrinários.

A metodologia adotada é a dedutiva partindo do geral para tema específico, sendo utilizada a técnica de pesquisa documental e revisão bibliográfica analisando livros e artigos.

2 Desenvolvimento

A função do direito do trabalho é regular a relação entre patrão e empregado. Para isto estão vigentes as leis que devem ser seguidas e em caso de descumprimento desta legislação específica, o responsável sofrerá punição, como por exemplo as multas aplicadas a aqueles que não as seguem de forma correta, podendo ser aplicada também outros tipos de sanções elencadas até na esfera penal.

A reforma trabalhista foi trazida para que houvesse avanço com o intuito de melhorar as relações de emprego e conseqüentemente aumentar a fonte de emprego, e diminuir os números de desempregados, o Deputado Rogério Marinho relatou a questão nos seguintes termos:

Reforçamos que o objetivo que pretendemos alcançar com essa reforma é o de modernizar as relações do trabalho, sem que haja precarização do emprego. Não mais podemos aceitar que as rígidas regras da CLT impeçam a absorção pelo mercado de trabalho dos milhões de brasileiros que integram as estatísticas oficiais do desemprego, do subemprego e dos que desistiram de procurar por um emprego, após anos de busca infrutífera por uma ocupação no mercado. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, p. 49).

Antes de iniciar qualquer fala a respeito da alteração em nossa CLT, deve-se entender quais são os princípios que regem a relação entre o empregado e empregador e assim poderemos analisar se as alterações na CLT contribuíram para o desenvolvimento do trabalho ou se acabaram prejudicando.



Trata-se de um negócio jurídico chamado contrato de trabalho, elaborado pelas partes. Esse instrumento tem como finalidade reger a relação de trabalho e proteger, com amparo na lei, o empregado, a parte mais frágil deste negócio.

Além da proteção que obtem-se com a Consolidação das Leis do Trabalho que foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Constituição Federal de 1988 também dispõe proteção fundamental mínima aos cidadãos em relação ao trabalho, prevista no artigo 6º, garantindo o direito social:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, **o trabalho**, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Isso significa, que qualquer aplicação diferente da que garanta o direito ao indivíduo em relação ao trabalho digno, não terá eficácia pois será considerada inconstitucional. Arnaldo Sussekind dispõe sobre a importância dos princípios:

O princípio da proteção do trabalhador resulta das normas imperativas, e, portanto, de ordem pública, que caracterizam a intervenção básica do Estado nas relações de trabalho, visando a opor obstáculos à autonomia da vontade. Essas regras cogentes formam a base do contrato de trabalho. (SUSSEKIND, Arnaldo. Os Princípios do Direito do Trabalho e a Constituição de 1988, Revista da Academia Nacional de Direito do Trabalho, ano 8, n. 8, 2000).

Salienta Delgado sobre estes princípios importantes que são fundamentais para a ordem social:

É que esta, em inúmeros de seus preceitos e, até mesmo, na disposição topográfica de suas normas (que se iniciam pela pessoa humana, em vez de pelo Estado), firmou princípios basilares para a ordem jurídica, o Estado e a sociedade – grande parte desses princípios elevando ao ápice o trabalho, tal como a matriz do pós-guerra europeu. (DELGADO 2006, p. 76).

O direito do trabalho tem como pilares os princípios para que as leis sigam o mesmo caminho, sem prejudicar alguma das partes na relação jurídica realizada no trabalho.

Estes princípios basilares são o **Princípio da proteção**, é aplicado a parte mais frágil da relação, no caso o empregado, para que tenha proteção nesta relação contratual. Este princípio é dividido em outros três: Norma mais favorável, que é a existência de uma ou mais normas a respeito do mesmo assunto, e neste caso será aplicada a norma mais benéfica ao empregado independentemente de lei específica, sendo diferente de outros ramos do direito onde a lei específica se sobrepõe a lei geral; Condição mais benéfica, que é regulada pela Súmula 51 do Tribunal Superior do Trabalho, que diz respeito a alterações que o empregador queira realizar nas cláusulas de trabalho, estas mudanças só terão validade para pessoas admitidas após a alteração da cláusula, e é de livre escolha do empregado escolher qual regulamento se enquadra quando a empresa contiver mais de um. *In dubio pro misero*, que se aplica no caso de dúvida na interpretação da norma, aplicando-se a interpretação que mais favoreça o empregado, dado a sua situação de vulnerabilidade.

O **Princípio da primazia da realidade**, define-se o contrato de trabalho como o contrato realidade, pois a relação de emprego deverá ser analisada pelos fatos, pelas atividades laborais diárias e não somente pelo contrato escrito. Trata-se de fatos, no trabalho desempenhado na



empresa, estes fatos acarretam no contrato realidade. Sendo assim, não é obrigatório a sua escrita, visto que será analisada a situação de vínculo trabalhista pelas atividades realizadas que comprovam o seu vínculo de trabalho, mesmo sem existir carteira de trabalho assinada ou qualquer outro documento. Este princípio tem a função de coibir falsos contratos de trabalho ou a inexistência do mesmo dentro do ambiente do trabalho.

Também se faz presente o **Princípio da continuidade**, que é regulado pela Súmula 212 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, segundo o qual, de regra, o contrato de trabalho é por prazo indeterminado. O artigo 443, parágrafo segundo, da CLT, prevê três hipóteses de contrato por prazo determinado, sem que o mais conhecido deles é o contrato de experiência, que não poderá em qualquer hipótese ultrapassar 90 (noventa) dias, pois o mesmo tem a função de conter prazo para que a empresa análise se o empregado se enquadra na vaga em que foi contratado, sobre o tema Ângela Maria Konrath leciona:

O contrato de experiência tem um objetivo peculiar na definição do prazo: destina-se a proporcionar às partes um período de conhecimento das possibilidades de se estabelecer um vínculo que tende a ser duradouro (princípio da continuidade da relação de emprego), a partir do contato direto das partes com a realidade concreta do emprego, podendo o empregador verificar as habilidades e qualidades do empregado e seu enquadramento no contexto empresarial, e o empregado analisar as condições de trabalho dentro de suas expectativas e necessidades. (**Reforma trabalhista comentada por juízes do trabalho**: artigo por artigo/Daniel Lisboa, José Lucio Munhoz, organizadores. – 2. ed. – São Paulo : LTr, 2019).

Sendo deste modo, importante observar o prazo para que nenhuma das partes sejam prejudicadas na relação de emprego.

O **Princípio da inalterabilidade contratual lesiva**, diz respeito a alteração contratual que não deverá ser feita caso resulte em prejuízo ao empregado, com exceção a aqueles dispostos no artigo 7º da Constituição Federal de 1988 que prevê redução nos salários em algumas hipóteses (negociação coletiva e nos casos de cargo de confiança que podem passar para cargo efetivo).

Existe também o princípio que protege o empregado de descontos em seu salário, podendo ocorrer apenas aqueles previstos em lei ou na jurisprudência. Além disso, o salário só poderá ser alterado para beneficiar o empregado, sua redução não poderá ocorrer, este é o **Princípio da intangibilidade salarial**.

O último, mas muito importante, é o **Princípio da irrenunciabilidade de direitos** proíbe que o empregador negue certos direitos que estão previstos em lei, como o desconto de INSS e o direito a férias. O trabalhador não pode privar-se voluntariamente de vantagens a ele conferidas pela lei trabalhista.

Todas as mudanças realizadas na legislação trabalhista devem observar esses princípios, caso contrário poderá ser considerada inválida.

Feito esse resgate teórico sobre os princípios e as normas que norteiam o direito do trabalho, pode-se analisar com mais precisão os efeitos trazidos pela reforma trabalhista.

De certa forma, alguns princípios foram feridos com dita reforma. Doravante, pretende-se analisar as principais mudanças que ocorreram e como influenciam no dia a dia do trabalhador, observando se houve ou não impacto nos direitos fundamentais do trabalhador.

Antes da reforma trabalhista o empregado era obrigado, por lei, a contribuir para com o seu sindicato, a quem compete a defesa dos interesses dos trabalhadores, na esfera administrativa ou judicial. Nessa linha, havia o desconto em folha de pagamento com quitação anual obrigatória para o sindicato, além de ser obrigatório, para empregados com mais de um ano de serviços prestados, a homologação de rescisões contratuais no próprio sindicato.



O sindicato é ligado com o desenvolvimento da sociedade, evoluindo assim, as relações de trabalho, Vianna (2005, p.1.099) dispõe:

Apenas pela sua semelhança com alguns sistemas sindicais e com as corporações, poderemos ir buscar na Antiguidade as origens do sindicalismo nas instituições romanas, distribuindo o povo segundo artes e ofícios, numa organização com certos pontos formais semelhantes aos sindicatos modernos. Mas, enquanto eles foram consequência do individualismo liberal, levando os trabalhadores, em face da abstenção do Estado, a se unir para a defesa de seus direitos e reivindicações, os colégios romanos nasceram por uma determinação da autoridade. (VIANNA 2005, p.1.099).

Ocorre que após a reforma trabalhista, a contribuição do sindicato se tornou facultativa, sendo que o empregado que deseja contribuir deverá autorizar por escrito para assim ocorrer o desconto no salário e receber os benefícios que o sindicato de sua classe oferece, conforme disposto no artigo 578 da Consolidação das Leis do Trabalho:

Art. 578. As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de contribuição sindical, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo, desde que prévia e expressamente autorizadas.

As empresas não são mais obrigadas a homologar a rescisão junto ao sindicato, sendo revogados os parágrafos §1º e §3º do artigo 477, da CLT, podendo assim ocorrer aqui a diminuição de fiscalização para avaliar se a mesma foi feita de forma correta. O empregado que desejar conferir as verbas rescisórias junto ao sindicato poderá ainda o fazer, porém não são todos os cidadãos que tem a devida orientação em relação ao cálculo de rescisão e portanto assim muitos acreditam estar correto e não procuram entender melhor o que estão recebendo.

No ponto, é importante ressaltar que o sindicato tem papel importante na vida do trabalhador, pois ele desempenha a luta de direitos para que o trabalho tenha o máximo de garantias fundamentais possíveis, buscando o aumento de salário entre outros benefícios para melhorar a relação de emprego. A falta deste órgão, ou o seu enfraquecimento, implica na fragilização do empregado frente ao seu empregador, abrindo possível caminho para redução de direitos ou precarização da relação de trabalho, afetando os seus direitos fundamentais.

Delgado reitera sobre a importância do sindicato nas negociações em que buscam beneficiar o empregado:

Através dela, esses entes buscam diálogo com os empregadores e/ou sindicatos empresariais com vistas à celebração dos diplomas negociais coletivos, compostos por regras jurídicas que irão reger os contratos de trabalho das respectivas bases representadas. A função negocial coletiva, do ponto de vista dos trabalhadores, é exclusiva das entidades sindicais, no sistema jurídico brasileiro (art.8º, VI, CF/88). O fato de a função negocial gerar regras jurídicas, dando origem a importante universo de fontes jus trabalhistas (os diplomas coletivos negociais), confere especial destaque ao presente papel dos sindicatos. (DELGADO 2010, P.1.248).

O sindicato exerce função importante e a falta deste prejudica o trabalhador, pois o seu intermédio é essencial na relação de emprego.



De outra sorte, com a alteração trazida pela reforma em seu artigo 58, §2º da CLT, não é mais contabilizado como jornada de trabalho o tempo em que o empregado leva de sua casa para chegar a empresa para aqueles que residem em local de difícil acesso ou que não é possível o acesso de transporte público, nos casos em que o empregador fornece o transporte. No ponto, há nítida afronta ao direito fundamental do trabalhador, no caso, a ter computado o tempo “in itinere” em sua jornada de trabalho, com a respectiva remuneração. Trata-se de modificação legislativa lesiva, que fere o “caput” do artigo 7º da CF, segundo o qual são admissíveis norma que melhorem a condição social do trabalhador e não o contrário, como é o caso ora em apreço. Delgado sustenta que a alteração legislativa constitui:

(...) urna óbvia perda para o trabalhador, especialmente aquele situado na área rural - em que as horas in itinere são mais comuns e relevantes -, traduzindo significativa redução de sua duração do trabalho juridicamente reconhecida, além de substancial redução de sua renda salarial. (DELGADO, Mauricio Godinho; A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017, p. 122).

Sobre as horas extras, de acordo com a reforma em seu artigo 59, §6º da CLT, poderá ser negociado entre a empresa e funcionário de forma escrita ou tácita, a compensação de horas realizadas dentro do mesmo mês.

Renato Saraiva (2009, p.264) aponta sobre o desgaste e prejuízos a saúde que o excesso de trabalho pode trazer:

[...] o controle da jornada diária e semanal do obreiro pela norma positivada constitui em eficaz medida para reduzir, consideravelmente, a ocorrência de doenças profissionais e/ou acidentes de trabalho, tendo a própria Carta Maior destacado como direito dos trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (artigo 7º, XXII). (Renato Saraiva 2009, p.264).

Está alteração é benéfica a empresa, mas não ao empregado, visto que não se tem como provar se houve negociação entre as partes, pois a mesma pode ser feita de forma tácita ou verbal. Na situação atual do nosso país, muitos trabalhadores vivem no receio de ficarem sem emprego.

Por conta disso, “aceitarão” qualquer tipo de condição em que o empregador dispor, assim o empregado não terá qualquer escolha. Observa Martins sobre a “norma mais favorável” que deverá ser aplicada para “melhoria na condição social do trabalhador” (2003, p. 77):

A aplicação da norma mais favorável pode ser dividida de três maneiras: (a) a elaboração da norma mais favorável, em que as novas leis devem dispor de maneira mais benéfica ao trabalhador. Com isso se quer dizer que as novas leis devem tratar de criar regras visando à melhoria da condição social do trabalhador; (b) hierarquia das normas jurídicas: havendo várias normas a serem aplicadas numa escala hierárquica, deve-se observar a que for mais favorável ao trabalhador. Assim, se o adicional de horas extras previsto em norma coletiva for superior ao previsto na lei ou na Constituição, deve-se aplicar o adicional da primeira. A exceção à regra diz respeito a normas de caráter proibitivo; (c) a interpretação da norma mais favorável: da mesma forma, havendo várias normas a observar, deve-se aplicar a regra mais benéfica ao trabalhador. O artigo 620 da CLT prescreve que “as condições estabelecidas em convenção, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em acordo”. A contrário sensu, as



normas estabelecidas em acordo coletivo, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva. (MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2003).

Com isso, fere-se os direitos fundamentais do trabalhador, no caso, o de ter, por regra, a jornada de trabalho paga, e não compensada com folga, ainda mais quando essa compensação é duvidosa, pois, por ser tácita ou verbal, não se sabe se o empregado, de fato, concordou com a mesma. Daí porque, de acordo com o inciso XIII do artigo 7º da CF, a compensação de horas deve ser disposta por acordo ou convenção coletiva de trabalho, justamente para que passe pelo crivo do sindicato profissional, encarregado da proteção dos interesses dos trabalhadores. Assim, pode até haver o acordo que autorize a compensação mas, em troca, certamente o sindicato profissional exigirá uma contrapartida, uma vantagem para o trabalhador, contrapartida essa que não ocorre quando o “acordo” é entre patrão e empregado, já que, no caso, o empregado, de regra, nada ganha em troca, ao contrário, só perde (“autoriza” a compensação de horas mas não recebe outra vantagem contratual em troca). Com isso, o empregado, ao arrepio do artigo 7º, “caput”, em vez de melhorar a sua condição social, apenas experimenta perdas contratuais, tendo os seus direitos fundamentais lesados.

De outro canto, de acordo com a reforma trabalhista em seu artigo 611-A, inciso III, da CLT, o horário intrajornada, que antes era obrigatório de 1 (uma) hora, poderá ser feito agora em 30 (trinta) minutos conforme acordado em convenção coletiva ou acordo coletivo sendo prevalente sobre a lei. Observa-se que com esta diminuição de hora intrajornada, a saúde do empregado pode sofrer alteração e lhe prejudicando diretamente, assim contrariando o dispositivo da Constituição Federal previsto em seu artigo 6º:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a **saúde**, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Este descanso, além de momento destinado para o almoço e outras atividades pessoais do trabalhador também se faz necessário para o indivíduo recuperar forças físicas e psicológicas para retornar ao trabalho e continuar exercendo sua função com exceto, Raimundo Simão de Melo dispõe:

Nesse sentido é a jurisprudência sedimentada do TST, que reconhece, por exemplo, o limite mínimo de uma hora para refeição e descanso estabelecido no artigo 71 da CLT como norma de ordem pública, porque estabelecido com base medicapsicológica-psiquiátrica, como necessário para o trabalhador fazer uma adequada refeição, descansar e se recuperar do desgaste físico e mental da primeira parte da jornada e, assim, poder fazer a segunda, sem prejuízo para a sua saúde física e mental, conforme inciso II da Súmula 437, que invalida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada, infenso à negociação coletiva. (MELO, Raimundo Simão de. Os limites da negociação coletiva para o sistema jurídico brasileiro. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jan-22/reflexoes-trabalhistas-limites-negociacao-coletiva-sistema-juridico>>. Acesso em 23 set. 2019).

Conceitua Delgado (2017, p. 1077) os objetivos dos intervalos “concentram-se essencialmente em torno de considerações de saúde e segurança do trabalho, como instrumento



relevante de preservação da higidez física e mental do trabalhador ao longo da prestação diária de serviços”.

Diante do exposto, é claro dizer que está mudança fere diretamente o trabalhador pois amplia os riscos que poderão surgir durante a execução do trabalho, por apresentar a saúde debilitada e seu psicológico desgastado dispondo de riscos que não deveriam estar presentes nesta execução de trabalho. É de responsabilidade do Estado dispor de condições que protejam o indivíduo lhe oferecendo total segurança para realizar sua função, pois é amparado pelo inciso XXII, no artigo 7º, da CF:

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

Com a reforma trabalhista, foi introduzido o assim denominado trabalho intermitente que permite o empregado trabalhar na empresa de forma esporádica de dias, semanas ou meses, podendo haver intervalos sem prestação de serviço ou seja inatividade no trabalho e flexibilidade. É utilizado em outros lugares no mundo, tal como “vem sendo introduzido nas legislações de países em crise econômica, como Itália, Espanha e Portugal, com o objetivo de tornar as suas empresas mais competitivas no mercado exterior e criar mais empregos.” (PINHEIRO, 2017, p. 189).

Este método não possui limite mínimo de horas que deverá ser trabalhada, mas manteve o limite máximo que é de 44 horas semanais e 220 horas mensais, desta forma o contrato de trabalho é parcial sendo inseguro ao empregado pois não se sabe quanto receberá de salário naquele determinado período visto que não existe mínimo legal.

Sendo assim, “o trabalho intermitente é tipo de emprego sem compromisso de prover renda, o que rompe com o paradigma de obrigações contratuais no âmbito do Direito do Trabalho.” (PINHEIRO, 2017, p. 198).

O empregado não tem qualquer proteção jurídica, pois possui a incerteza das horas que terá trabalho, sendo assim mais cômodo para o empregador escolher quais momentos deseja contratar o serviço. O que se propõe é a inclusão do cidadão ao mercado de trabalho para que tenha o direito à inclusão socioeconômica, conforme dispõe May, Possamai e Ramos:

O direito à inclusão socioeconômica é o direito à inclusão social e econômica. A primeira já foi amplamente estudada por diversos autores. Quanto à segunda, tratase da criação de oportunidades ou meios para que o indivíduo instrumentalize sua vida digna. Uma vida em que goze dos benefícios do contrato social, autodetermine-se e seja independente. Uma vida em que ele contribua para o aprimoramento social, em que ele contribua financeiramente para a manutenção de si e dos seus, em sociedade. Engloba o direito de usufruir dos benefícios do bem-estar social, preservando a autoestima e a altivez de sua contribuição profissional para o pagamento dos benefícios coletivos, dos quais usufrui diretamente ou não. O direito à inclusão socioeconômica se materializa nas condições constitucionais preparatórias ou imediatas que permitem ao indivíduo empregar-se ou empreender, ou seja, ter acesso ao trabalho, do qual possa tirar seu sustento. O direito à inclusão socioeconômica, mais que um direito benéfico ao indivíduo, é, em si, um direito benéfico à sociedade, pois o indivíduo ativo contribui significativamente para o sucesso do bem-estar social. Assegurado esse direito, o indivíduo se torna menos dependente do sistema social de proteção do Estado. De um ser passivo, acusado de parasitagem e vítima de esmolas estatais,



torna-se um agente ativo, contribuinte para o sucesso social. (MAY; POSSAMAI; RAMOS, 2018, p. 102-103).

Nota-se que o trabalho intermitente não assegura ao cidadão trabalhador as garantias previstas em nossa Constituição, além disso fica a cargo do empregado ter a disponibilidade para o empregador quando for necessária à sua prestação de serviço. O chamado ao trabalho é feito por ligação, mensagem de texto ou outros meios de comunicação como *Whats App* e deverá ser realizado com no mínimo três dias de antecedência, tempo em que o legislador acredita ser suficiente para que o funcionário se prepare ao retorno da sua função.

Após assumir a sua função conforme acordado previamente em contrato, também será determinado qual o tempo para realizar o serviço e caso recuse a convocação da empresa após o acordo com o seu descumprimento poderá sofrer multa de 50% calculado nos 30 dias de trabalho.

O salário é calculado e pago após o encerramento do ciclo em que o empregador convocou o serviço, devendo integrar o valor remunerado, férias proporcionais mais 1/3, repouso remunerado, décimo terceiro, adicionais como hora extra entre outros se houver, lembrando que todos estes serão pagos de maneira parcial conforme o tempo de trabalho executado e enquanto não estiver realizando prestação de serviço para esta empresa ficará desamparado e não receberá qualquer remuneração.

Carlos Henrique Bezerra Leite (2018, p. 454), dispõe sobre o tema:

Essa modalidade contratual é, seguramente, uma das mais claras manifestações da superexploração do trabalho humano, pois equipara o trabalhador a uma máquina descartável, colocando, pois, em xeque o projeto constitucional brasileiro de construção da cidadania, da melhoria das condições sociais dos trabalhadores e de uma sociedade mais livre, justa e solidária. (LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito do trabalho 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018).

Além do exposto, o contratado receberá as férias junto com o fechamento de cada ciclo de trabalho na remuneração, podendo gozar de seu descanso após 12 meses de contrato de trabalho, ou seja, deverá se afastar por 30 dias e não poderá ser chamado.

Tratando-se de contrato de trabalho parcial, pode-se dizer que todos os direitos decorrentes, que são de extrema importância e fazem parte da vida do trabalhador também serão de modo parcial, como o salário, FGTS, férias, desproteção previdenciária, estes direitos e proteções são parciais sendo inseguro ao trabalhador o método apresentado, ferindo os ditames do artigo 7º, caput, da CF, segundo o qual as normas trabalhistas devem melhorar a condição social do trabalhador e não a fragilizar.

Bezerra Leite (2018, p. 453) reforça que “este novel contrato de trabalho intermitente, a nosso sentir, é uma clara tendência do entendimento dos empresários que fomentaram a chamada Reforma Trabalhista que, por meio dele, intentam transferir os riscos da sua atividade econômica para o empregado”, ou seja, este método de trabalho viabilizou a flexibilização para os empresários e fragilizou o empregado que necessita de emprego para seu próprio sustento e familiar.

De outra parte, com as mudanças na reforma trabalhista, o teletrabalho foi regularizado e este novo meio de prestação de serviço ganhou suas peculiaridades. Trata-se de uma modalidade contratual, segundo o qual o trabalho é prestado preponderantemente fora do estabelecimento físico da empresa, com o emprego de tecnologia de informação e comunicação (conectividade e meios eletrônicos de processamento de dados, como computadores e smartphones). Conceitua Fernando Hoffmann, o teletrabalho como:

Em termos gerais, o teletrabalho pode ser conceituado como a modalidade de prestação de serviços por meio da qual o trabalhador, conectado direta ou indiretamente com o seu empregador através de instrumentos de trabalho que



permitem a transmissão de dados, textos, sons e imagens, presta-lhe serviços a partir do seu próprio domicílio ou de qualquer outro local que não o posto de trabalho tradicional. (HOFFMANN, 2005, p. 230- 231).

Caso seja de escolha do empregador e do empregado alterar para o trabalho à distância, o empregado que já é contratado pelo método tradicional poderá realizar esta nova prestação de serviço por meio de aditivo contratual.

No entanto, este tipo de regime trabalhista possui peculiaridades que devem ser observadas pois são de grande importância. Ao primeiro olhar, esse regime poderia ser o melhor de se trabalhar pela comodidade de efetuar o trabalho em qualquer local, porém, corre-se o risco de o empregado trabalhar muito mais para efetuar a respectiva tarefa, aumentando a sua jornada de trabalho.

Este possível aumento de jornada potencialmente prejudicará a saúde do empregado, pois em alguns casos é necessário o atendimento dos comandos do empregador em qualquer momento por meio de telefone, respondendo mensagens ou e-mails. Dessa forma, a vida privada do empregado pode sofrer interferência, já que, não possuindo controle ou limite de jornada, poderá ter que realizar mais de oito horas diárias para conseguir finalizar sua atividade.

Sucedo que o empregado que opta por esta modalidade de contrato não possui o direito de receber as horas extras, conforme dispõe o artigo 62, inciso III, da CLT) o que deveria ser assegurado, mas que infelizmente a lei não protege. Com isso, fere-se o direito fundamental do trabalhador de ter controle de jornada, direito esse assegurado pelo inciso XIII do artigo 7º da CF:

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

Dispõe sobre o tema Rodrigo Carelli:

Conforme a OIT recomenda, deve-se atentar para os tipos de teletrabalho e eliminar suas consequências danosas, para que somente os efeitos positivos do trabalho à distância permaneçam. O teletrabalho não pode ser somente um meio eficaz de apropriação da vida privada do ser humano que trabalha; ele deve ser olhado sob o viés do futuro promissor de uma vida melhor e com o trabalho mais digno, não pelo olhar de um passado meramente exploratório.

A sobrecarga do trabalho para aqueles que ficam conectados constantemente aos meios de comunicação poderá contribuir para o desenvolvimento de estresse e problemas com insônia, prejudicando a saúde e vida particular deste empregado. Explica Robinson Luís Duarte Barbosa o grande impacto que o empregado poderá sofrer nesta modalidade:

Cita-se como desvantagens em relação ao teletrabalhador o fato do isolamento e a marginalização a que ele fica submetido. Especialmente o que exerce a sua atividade no domicílio, conduz com certa frequência a um desentrosamento social e psicológico que empobrece a experiência profissional, enfraquece as oportunidades de fazer carreira na empresa, menos direitos trabalhistas e sociais,



uma vez que sua visibilidade é diminuta e o trabalho pode ser facilmente ocultável dos órgãos fiscalizadores e dos sindicatos, mistura-se o trabalho com a vida pessoal e familiar. (BARBOSA, 2006, p. 620).

Com relação aos materiais necessários para realizar seu trabalho, é feito um acordo entre as partes para verificar como será feita a utilização destes equipamentos e seu custeio, na maioria das vezes é de responsabilidade do empregador fornecer tais equipamentos e manutenção para realização do serviço, porém nada impede que o próprio empregado arque com os custos gerando assim um prejuízo caso não receba por tal manutenção ou equipamento. Nessa hipótese, há clara infringência do princípio da proteção, preconizado no *caput* do art. 7º da CF, segundo o qual os riscos da atividade econômica correm por conta do empregador, e não do empregado, não podendo esse último ter prejuízo na atualização dos seus direitos e, muito menos, diminuição no poder aquisitivo do seu salário (proibição de redução salarial).

Esses pontos destacados da reforma trabalhista, pinçados entre várias outras alterações e inovações, são suficientes para demonstrar que, em muitos aspectos, a reforma trabalhista não trouxe a prometida “melhoria da condição social do trabalhador” preconizada pelo artigo 7º, *caput*, da CF, mas sim prejuízos e potenciais precarizações da relação de trabalho, enfraquecendo a proteção do empregado e lhe retirando direitos antes assegurados.

Essas questões devem ser enfrentadas pelos operadores do direito, em especial no âmbito do controle difuso e concentrado de constitucionalidade, na medida em que as normas infraconstitucionais devem se adequar ao plano geral da Constituição, em especial o regime de direitos fundamentais dos trabalhadores.

3 Conclusão

Conclui-se que a relação de emprego estabelecida entre empregado e empregador deve observar e respeitar os ditames constitucionais, em especial o regime de direitos fundamentais do trabalhador.

Verifica-se que, com a reforma, os princípios trabalhistas, ancorados na Constituição, foram inobservados ou relativizados, prejudicando o patrimônio jurídico do trabalhador.

Conforme apontado neste estudo, as alterações introduzidas pela reforma trabalhista na CLT, em boa medida, afetaram ou tem potencial para afetar direitos fundamentais do trabalhador, o que coloca em cheque a constitucionalidade da norma infraconstitucional.

Compete aos operadores do direito provocar o controle concentrado ou difuso da constitucionalidade das normas introduzidas ou alteradas pela reforma trabalhista, com o fito de conformá-las com o plano geral da Constituição, em especial o regime de direitos fundamentais do trabalhador, com o objetivo de fazer valer a melhoria da condição social do trabalhador e sua dignidade, tal como preconizado no artigo 7º, *caput*, da CF.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Robinson Luís Duarte. O teletrabalho dentro de uma visão mais ampla da subordinação jurídica. Revista Direito e Liberdade. Natal, v. 3, n. 2, p. 620, set. 2006.

Disponível em:

<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/60010/teletrabalho_dentro_uma_barbosa.pdf

>. Acesso em: 23 set. 2019;



CÂMARA DOS DEPUTADOS. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências. Parecer da comissão especial. Relator: Deputado Rogério Marinho. 2017. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961&filena me=Tramitacao-PL+6787/2016. Acesso em: 22 set. 2019;

CARELLI, Rodrigo. O teletrabalho. In: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; SEVERO, Valdete Souto (Coords.). Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 334;

Consolidação das leis do trabalho – CLT e normas correlatas. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. p. 189;

Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016;

CORREIA, Henrique, Direito do trabalho para concursos, 2ª edição, ed. Juspodivm, Salvador – BA, 2017;

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho, 5ª ed., São Paulo, LTr, 2006;

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2010;

DELGADO, Mauricio Godinho; A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017, p. 122);

HOFFMANN, Fernando. O teletrabalho e a nova competência da Justiça do Trabalho: um desafio aos direitos material e processual do trabalho. Revista TRT 9ª Região, Curitiba, ano 30, n. 54, jan./jun. 2005, p. 230-231. Disponível em: <<http://www.trt9.jus.br/portal/arquivos/1506729>>. Acesso em: 23 set. 2019;

<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/contrato-de-trabalho-intermitente.htm> Acesso em 13 jul. 2019;

<https://www.contabeis.com.br/noticias/36354/mudancas-na-reforma-trabalhista/> Acesso em 08 de jun. 2019;

<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI264129,41046-12+pontos+onde+a+reforma+trabalhista+foi+malefica+ao+trabalhador> Acesso em 22 jun. 2019;

<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI266963,41046-Teletrabalho+e+jornada+superando+a+inconstitucionalidade+da+redacao> Acesso em 20 jul. 2019;



<https://www.politize.com.br/principios-do-direito-do-trabalho/> Acesso em 25 mai. 2019;
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito do trabalho 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018;

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2003;

MAY, Yduan de Oliveira; POSSAMAI, Angélica Pereira; RAMOS, Thaís Scarpatto. Direitos Socioeconômicos. Curitiba: Multideia, 2018;

MELO, Raimundo Simão de. Os limites da negociação coletiva para o sistema jurídico brasileiro. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jan-22/reflexoes-trabalhistas-limites-negociacao-coletiva-sistema-juridico>> . Acesso em 23 set. 2019;

PINHEIRO, Iuri Pereira. Contrato de trabalho intermitente. Reforma trabalhista e os novos direitos material e processual do trabalho. Porto Alegre: Verbo, 2017. p. 189-198;

Princípios do direito individual e coletivo do trabalho, Maurício Godinho Delgado;

Reforma trabalhista comentada por juízes do trabalho: artigo por artigo/Daniel Lisbôa, José Lucio Munhoz, organizadores. – 2. ed. – São Paulo : LTr, 2019;

SARAIVA, Renato. Direito do trabalho: versão universitária. 2.ed., Rio de Janeiro: Forense, 2009;

SUSSEKIND, Arnaldo. Os Princípios do Direito do Trabalho e a Constituição de 1988, Revista da Academia Nacional de Direito do Trabalho, ano 8, n. 8, 2000.

Fonte financiadora: PIBIC.



4352599 - RELAÇÃO ENTRE A CULTURA E O DESEMPENHO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS: ESTUDO DE CASO DE UM CURSO DO ENSINO SUPERIOR

Pamella Santos Pereira, Jaime Dagostim Picolo

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A avaliação da qualidade de produtos e serviços prestados é chave para o processo de melhoria contínua. Esta atividade ocorre em diversos setores que atendem a sociedade. Deste modo, as instituições de ensino que abordam métodos para medir a qualidade dos serviços educacionais podem abrir oportunidades. No entanto, a satisfação entre alunos pode variar para um mesmo padrão de desempenho. Isso pode ser explicado pela existência de padrões culturais diferentes, onde cada indivíduo tem padrões de pensamentos que foram desenvolvidos em sua vida. Para explicar a existência dos padrões culturais, abordou-se os conceitos de Hofstede, Hofstede e Minkov (2010): Próximo *versus* Distante do Poder, Individualismo *versus* Coletivismo, Feminilidade *versus* Masculinidade, Baixo *versus* Alto Controle de Incerteza, Curto *versus* Longo Prazo e Restritivo *versus* indulgente. Portanto, fez-se aplicação de questionários para os acadêmicos do curso de Administração de Empresas para medir a satisfação dos mesmos referentes aos professores, seus métodos de ensino, estrutura, atendimento do curso e do campus além dos relacionamentos existentes em sala de aula. Os dados coletados foram tabulados e analisados.

Palavras-chave: Prestação de serviços. Cultura Hofstede. Desempenho curso superior.

1 Introdução

No cenário atual as organizações buscam atender as necessidades do mercado, otimizando a qualidade e desenvolvendo soluções para satisfazer seus clientes e/ou usuários de seus produtos e serviços. Da mesma forma ocorre com as instituições de ensino as quais tem sua estrutura administrativa, tecnologia da informação, método de ensino e até mesmo estrutura física, como fatores de atendimentos e superação dos acadêmicos, no entendimento como usuários de serviços educacionais.

Medir a qualidade dos serviços prestados abre oportunidades que possibilitam gerar melhorias e aumentar resultados institucionais, oportunidades que não podem ser desperdiçadas, visto a existência da concorrência. Os autores Mahapatra e Khan (2007), firmam que instrumentos de medição de qualidade para a educação, além de uma metodologia para a avaliação da mesma, fornecem diretrizes para os administradores das instituições.

Um mesmo padrão de qualidade de serviços, pode gerar diferentes graus de satisfação entre grupos de diferentes grupos de usuários de serviços, e pode se dar pelos diferentes padrões culturais a qual os indivíduos são influenciados. Hofstede, Hofstede e Minkov (2010, p.6) declaram que a "cultura é sempre um fenômeno coletivo, porque é pelo menos parcialmente compartilhado com as pessoas que vivem ou viveram no mesmo ambiente social, que é onde ele foi aprendido". Desta maneira cada pessoa carrega dentro de si padrões de pensamento que foram aprendidos ao longo de sua existência, o que explica os diferentes padrões culturais existentes entre os grupos humanos.

Dessa forma, o objetivo desse artigo é analisar a relação entre o desempenho percebido pelos discentes referente aos serviços educacionais e seus respectivos padrões culturais. O presente estudo pode contribuir no entendimento de melhorias institucionais para atendimento de expectativas, em função de demandas de acordo com padrões culturais discentes, definidas aqui conforme Hofstede (1980), distância do poder, individualismo *versus* coletivismo, masculinidade



versus feminilidade, aversão a incerteza, visão de longo prazo versus curto prazo e restritivo versus indulgente.

Este artigo é composto pelo referencial teórico, metodologia, resultados da pesquisa e por fim, a conclusão do estudo.

2 Referencial Teórico

Nesta seção serão abordados primeiramente assuntos relacionados aos serviços oferecidos no âmbito educacional, tais como os métodos de ensino praticado pelos professores e estrutura oferecida pela universidade a seus acadêmicos bem como fatores comportamentais, entre eles, a relação existente entre o educando e o estudante, apoio e cordialidade em sala de aula, gestão de emoções e a liderança transformacional que podem influenciar o desempenho percebido pelos acadêmicos. Na segunda parte da seção, serão abordados a temática da cultura organizacional e suas respectivas dimensões conforme Hofstede, Hofstede e Minkov (2010).

2.1. Desempenho da Prestação de Serviços Educacionais

Desde que o homem passa a viver em sociedade, seu desenvolvimento acontece por meio da educação de forma que a mesma é inerente à sociedade (SAVIANI, 2016). Bandeira (1998) alega que a educação pode ser percebida como uma prestação de serviço. Visto dessa forma, a qualidade torna-se fator importante para a satisfação daqueles que irão usufruir do ensino, e segundo Abdullah (2006) pode ser chave para o sucesso e competitividade atual. Na concepção de ensino como serviço, Chizzotti (2014) ressalta o leque de possibilidades que as instituições de ensino superior – IES oferecerem, entre elas os cursos, formação, titulação acadêmica de docentes e gestores, dedicando a oferecer para o mercado à mão de obra futura diversas profissões.

Desde os anos 1980 o indicador de qualidade tem sido associado com o aumento da rentabilidade e pode ser visto como um atributo que gera vantagem competitiva (ABDULLAH, 2006). Consequentemente repercute o *feedback* positivo, fidelização de cliente e a diferenciação do serviço. Em virtude da intangibilidade do serviço, o usuário necessita experimentá-lo para verificar com segurança sua qualidade ou então se basear em indicadores indiretos, como a indicação de outrem. Com a satisfação conquistada, o usuário repercute sua experiência, atraindo mais pessoas para este ambiente (BANDEIRA, 1998).

Os valores que serão gerados as competências e habilidades de seus graduados, são fatores importantes para a instituição formadora. Contudo, não se restringe apenas nesses. Abdullah (2006) reforça a experiência e de como os alunos se sentem com a vivência do processo educacional. Esta perspectiva deve ser uma questão chave dos quais indicadores de desempenho devem considerar. Identificando fatores críticos e o ponto de vista dos usuários, contribuindo para uma melhora contínua.

A satisfação, acentua Chandra *et al* (2018) como uma resposta do cliente ao serviço prestado. A mesma descreve que no âmbito educacional, alunos muito satisfeitos tendem a ser leais às instituições escolhidas, já o contrário prejudica a imagem e a retenção de acadêmicos.

2.1.1 Qualidade dos Serviços do curso

A fim de compreender melhor os serviços que estão sendo realizados, busca-se estabelecer métodos para melhorar a qualidade, alcançar resultados relevantes e vantagens competitivas, para se destacar em meio à concorrência (ABDULLAH, 2006).

Referentes à qualidade dos serviços, Mahapatra e Khan (2007) destacam a gentileza e cortesia no atendimento, onde a receptividade, disponibilidade para fornecer ajuda é fundamental, Walter, Tontini e Domingues (2006) também enfatizam o fácil acesso a coordenação do curso, a



oferta de atividades extracurriculares disponibilizadas, como atributos importantes para serem analisados e melhorados, pois interferem na satisfação do aluno.

Um princípio fundamental para a qualidade do serviço, é a orientação e acompanhamento que é dado ao acadêmico. Estes se referem a responsabilidades e deveres a serem realizados em uma instituição de ensino (CHANDRA *et al*, 2018; ABDULLAH, 2006). De acordo com Walter, Tontini e Domingues (2006), o nível de exigência, é fundamental para a formação dos alunos do curso, sendo atributo importante na satisfação das necessidades da sociedade.

A preocupação em desenvolver o conhecimento dos alunos, pode ser descrito como uma atitude positiva para a qualidade do ensino. Assim como a contribuição do curso para o desempenho profissional. (ABDULLAH, 2006; WALTER; TONTINI; DOMINGUES, 2006).

2.1.2 Professores e Métodos de Ensino

Em concordância com Abdullah (2006), novas perspectivas passaram a ser adotadas nas instituições de ensino superior. Preocupação não apenas com os valores da sociedade nas competências e habilidades de seus graduados, mas também como seus alunos se sentem sobre sua experiência educacional, desde a qualidade nas estruturas físicas até profissionais responsáveis por sua educação.

Os autores Annamdevula e Bellamkonda (2012) baseados em seus estudos, destacam como influencia na qualidade do serviço as práticas de ensino em sala de aula, além da qualidade dos assuntos ministrados, como descreve Chandra T. *et al* (2018). Assim como Walter, Tontini e Domingues (2006), também destacam os materiais disponibilizados aos acadêmicos, experiência prática dos professores sobre o conteúdo, relação entre teoria e prática, atualização, titulação dos profissionais, capacitação na transmissão do conteúdo, nível de exigência, diversidade de exercícios, métodos de ensino e avaliação. Para completar Lin, Salazar e Wu (2018), enfatizam a interação e o aproveitamento de tempo nas salas de aula.

2.1.3 Relacionamento e Aprendizagem

De acordo com Annamdevula e Bellamkonda (2012) a qualidade dos serviços prestados nas instituições de ensino, tornou-se uma arma competitiva para atrair e servir o aluno como principal cliente. Desta maneira, os autores desenvolveram um estudo com atributos que avaliassem a qualidade neste setor. Os mesmos destacam o tratamento dos professores com os alunos de maneira igual. Lin, Salazar e Wu (2018) ressaltam como um fator positivo para a satisfação a interação e o relacionamento bem desenvolvidos entre aluno-professor.

Para assegurar a satisfação dos alunos, Lagrosen, Seyyed-Heshemi e Leitner (2004) assim como Chandra T. *et al* (2018), incluem a receptividade e acessibilidade dos professores. Este líder segundo Garcia, Lloréns e Verdú (2008), que busca pela aprendizagem e demonstra interesse nos esforços dos alunos, pode desenvolver capacidades e habilidades críticas dos mesmos.

2.1.4 Apoio e Cordialidade

Os autores Freschi e Freschi (2013) ressaltam a importância dos relacionamentos existentes entre aluno-professor. Diante disso, ressaltam que a forma como este é construído é fundamental para o sucesso pessoal e profissional. Em concordância com os mesmos, os profissionais ensinam melhor quando a respeito de ambas as partes, criando um ambiente de aprendizagem harmonioso, onde o convívio se torna positivo.

A liderança educacional pode ser vista, conforme citado por Berkovich e Eyal (2015) como uma prática emocional que envolve interações pessoais intensivas, manifestação de afeto,



simpatia, assim como a empatia. A mesma envolve manifestações explícitas como o apoio e cordialidade com os alunos. Onde o apoio, Chibás e Braz (2015) ressaltam como “a capacidade de estimular e envolver superiores e subordinados em diferentes atividades, facilitando às pessoas entrar e aceitar desafios. É básico para a integração do grupo”.

Os líderes educacionais necessitam saber exibir certas emoções sob circunstâncias específicas e reter outras em diferentes situações. Visto que estes pelos processos de escolarização e ensino acabam expondo muitas emoções, desta maneira é preciso que os mesmos saibam administrá-las continuamente (ARAR; OPLATKA, 2018).

2.1.5 Gestão de Emoções

Como seres pensantes, as pessoas devem tomar consciência da necessidade do controle das emoções, as resoluções de desentendimentos de forma pacífica e a boa convivência entre as pessoas (GOLEMAN, 2001). Em concordância com Bridges et al. (2004, p.340) emoção é definida como um conjunto de "processos psicológicos, fisiológicos e cognitivos que permitem às pessoas processar experiência e para expressá-la através de sentimentos positivos ou negativos". Gerencia-las requer processos de controlar e administrar (ARAR; OPLATKA, 2018). Conforme Brearley (2004) o controle sobre as emoções, permite não viver condicionadas por seus impulsos de cada momento, mas compreende-las melhor. Desta maneira, devemos ser um líder das nossas emoções, e não escravo delas.

Segundo Berkovich e Eyal (2015), para haja uma liderança eficaz, é importante que se utiliza de variadas estratégias para gerenciar suas emoções, de modo a evitar expressões indesejáveis no trabalho. Vários fatores influenciam a gestão de emoções, e nesse sentido, Arar e Oplatka (2018) destacam a posição difícil do papel de motivação no ambiente de ensino, a resolução de conflitos, uso da autoridade em sala para manter um clima agradável, disciplina e principalmente o equilíbrio das emoções dos professores em conflitos que podem surgir.

2.1.6 Liderança Transformacional

Os líderes podem influenciar pessoas e essa complexidade do assunto leva a criação de teorias e tentativas de explicar sobre o que é liderança. De certa forma, é um poder pessoal onde uma pessoa influencia outras pessoas com base nos relacionamentos existentes. Além de estar a par de todas as tarefas realizadas pelos seus subordinados, assim como as relações geradas no meio em que está liderando (LIMA NETO; MARQUES; ROSA, 2016).

A Liderança Transformacional busca estimular a inovação do conhecimento e gerar vantagens para melhorar o desempenho da organização (GARCIA; LLORENS; VERDÚ, 2008). Conforme Aldholay *et al* (2018) é baseada em quatro elementos: carisma, consideração individual, estímulo intelectual e motivação.

Este tipo de líder busca desenvolver as competências, sendo estratégicos na criação de um clima que estimula as disciplinas de bom comportamento, resolução de problemas, além de motivar as pessoas para melhorar os resultados do grupo. Também se tornam responsáveis por fazer com que estas, sintam orgulho da organização a qual fazem parte (GARCIA; LLORENS; VERDÚ, 2008). Além do mais, em concordância com Vizeu (2010), leva seus seguidores a transcenderem seus pensamentos egoístas, e passar a pensar de forma coletiva.

As organizações como relata Garcia, Loréns e Verdú (2008), devem promover a presença desse tipo de liderança, para que estejam envolvidos continuamente, desenvolvendo o conhecimento e estimulando as pessoas a compartilharem seus pensamentos para uma aprendizagem conjunta.

2.1.7 Estrutura Física da Instituição de Ensino Superior



Alguns atributos que somam os serviços prestados têm influência na satisfação dos discentes se tiver qualidade. O que significa que a satisfação pode ser aumentada por meio de melhorias nos serviços oferecidos (WALTER; TONTINI; DOMINGUES, 2006).

Em concordância com Walter, Tontini e Domingues (2006), a satisfação dos usuários envolve dois aspectos: de um lado a percepção da sociedade sobre a instituição de ensino; de outro, atributos internos da mesma. Entre estes podem ser exemplo os professores, exigências dos estudos, atendimento e a qualidade de toda estrutura, principalmente das salas de aulas.

Assim atributos internos podem influenciar a satisfação de usuários de serviços educacionais. As instalações dos laboratórios e seus equipamentos (JAGER; GBADAMOSI, 2010), receptividade e o atendimento dos departamentos de serviços (MAHAPATRA; KHAN, 2007), os recursos disponibilizados no espaço da biblioteca (ANNAMDEVULA; BELLAMKONDA, 2016), atividades extracurriculares como bolsas de estudo, oportunidades de pesquisa e extensão (WALTER; TONTINI; DOMINGUES, 2006), além do ambiente da universidade ser apropriado ao estudo e proporcionar segurança as pessoas (ANNAMDEVULA; BELLAMKONDA, 2016).

As condições das estruturas podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento do aluno, assim como gerar obstáculos para o bom andamento das atividades realizadas no meio acadêmico (MARQUES; PEREIRA; ALVES, 2010).

2.2 Cultura Organizacional

Cada pessoa de acordo com Hofstede, Hofstede e Minkov (2010) carrega dentro de si padrões de pensamentos, sentimentos e ações que foram aprendidos ao longo da vida. Assim, os mesmos se estabelecem na mente do indivíduo. A cultura é uma palavra de ordem para todos os padrões citados. Desta maneira, ambientes sociais e experiências influenciam na formação do programa mental.

Conceitos de cultura organizacional começaram a aparecer na década de 1960. Não há um padrão de conceito sobre a mesma, mas cada empresa possui sua própria cultura. Pode ser definida como a programação coletiva da mente que distingue os membros de uma organização de outra. A cultura de uma organização, no entanto, é mantida não só na mente de seus colaboradores, mas também naqueles que de certa forma interagem com a empresa, como por exemplo, clientes e fornecedores (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010).

A cultura pode ser dividida em seis dimensões. São elas: distância do poder, individualismo *versus* coletivismo, masculinidade *versus* feminilidade, evitar incertezas *versus* arriscar, visão de longo prazo *versus* curto prazo e indulgência *versus* restrição. Estas dimensões oferecem uma estrutura para exame de como valores culturais afetam o comportamento e reação das pessoas (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010).

2.2.1 Próximo *versus* Distante do Poder

A primeira dimensão citada por Hofstede (1980) pode ser definida como o grau que indivíduos, submetidos a posições inferiores nas estruturas hierárquicas, esperam e aceitam à desigualdade de poder nas relações humanas, ou seja, Distância do Poder (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV 2010).

Segundo Hofstede, Hofstede e Minkov (2010), a relação entre chefe e subordinado é mais próxima em países com menor distância de poder. A proximidade leva o colaborador a consultar mais seu líder, já que neste caso os superiores são mais acessíveis, ocorrendo também a consulta vindo do líder. A distância emocional entre eles é relativamente pequena: subordinados tem a facilidade de se aproximar e contradizer seus padrões. No lado oposto da escala, os subordinados tendem a não questionar quem ocupa cargos elevados na estrutura organizacional,



são vistos com medo de discordar de seus líderes e o chefe é visto como autocrata (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV 2010).

O autor das dimensões culturais, traz o exemplo para as salas de aula. Neste caso, ele expressa que havendo uma pequena distância, o relacionamento é de igual para igual. O processo educativo é centrado no aluno, fazendo com que estimule a iniciativa do estudante a achar seus caminhos intelectuais. Além dos mesmos estarem livres para colaborar com os assuntos discutidos no ambiente, fazendo perguntas, expressando desacordos, críticas ou argumentando com suas ideias. Todo o sistema é baseado na necessidade bem desenvolvida dos alunos para a independência e a qualidade da aprendizagem é em grande medida determinada pela excelência dos alunos (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV 2010).

Na situação de grande distância, os alunos sentem medo daquele que está ensinando, além da comunicação em sala de aula ser restrita. O professor é responsável pelo diálogo que ocorre no ambiente, os alunos só falam quando são convidados, não expressam suas opiniões e críticas publicamente (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV 2010).

A relação de poder pode ser aplicada em qualquer relação que haja alguém liderando e alguém subordinado, seja profissional ou afetiva (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010).

2.2.2 Individualismo *versus* Coletivismo

De acordo Hofstede, Hofstede e Minkov (2010), o primeiro grupo em nossas vidas é sempre a família em que nascemos, mas as estruturas familiares, no entanto, diferem entre as sociedades. Na maioria das sociedades coletivistas, a “família” em que a criança cresce consiste de um número de pessoas que vivem juntos. Quando as mesmas crescem, eles aprendem a pensar em si mesmos como parte de um “nós” do grupo, uma relação que não é voluntária, mas dada pela natureza (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010). O coletivismo caracteriza-se pelo fato de que os interesses do grupo prevalecem os interesses pessoais. Sendo assim, desde o nascimento os indivíduos são integrados a esse tipo de grupo e passam a ser ensinados a viver em união (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010).

Uma minoria de pessoas em nosso mundo vive em sociedades em que os interesses do indivíduo prevalecem sobre os interesses do grupo, sociedades chamadas de individualistas. Em concordância com Hofstede, Hofstede e Minkov (2010), os indivíduos devem cuidar de si próprios, de seus interesses pessoais e de sua família imediata. As crianças a medida que crescem aprendem a pensar em si mesmas e buscar por independência.

Em um ambiente mais coletivista, como por exemplo em algumas salas de aulas, professores encontram certos problemas para uma discussão de conteúdo, pois alunos com este pensamento, tendem a não falar quando uma pergunta é colocada à classe. Isso ocorre pois é ilógico falar sem ser sancionado pelo grupo para responder. Desta maneira o estudante deve ser abordado particularmente para que responda. Os mesmos, em ambientes formados por pessoas estranhas, sem a presença de um professor, também hesitarão em falar. Essa tensão diminui em grupos menores. Já no ambiente oposto, os alunos esperam ser tratados de forma imparcial (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010).

A finalidade da educação no contexto individualista tende a preparar o indivíduo para um lugar em uma sociedade de outros indivíduos. Isso significa aprender a lidar com situações novas, desconhecidas e imprevistas. Já o outro contexto, há um esforço de adaptação às habilidades e virtudes necessárias para ser membro de um grupo (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010).

De acordo com Hofstede, Hofstede e Minkov (2010), sociedades com laços afetivos mais fortes geralmente são mais coletivistas do que as que não os possuem, ou com menos intensidade.



2.2.3 Feminilidade *versus* Masculinidade

Toda sociedade humana é composta por homens e mulheres, que possuem diferenças biológicas. Entretanto, há diferenças além dessas tratadas nesta dimensão (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010). De acordo com Hofstede, Hofstede e Minkov (2010) nas sociedades há maior prevalência de um gênero do que outro. Em uma sociedade com características masculinas destacam-se os seguintes pontos: assertividade, resistência, foco no sucesso material, reconhecimento e desafio, onde busca um trabalho desafiador para obter sentido pessoal e realização. Em contrapartida, em uma sociedade com traços femininos, a sensibilidade, preocupação com a qualidade de vida, bom relacionamento, cooperação e segurança destacam-se na mesma.

Em culturas masculinas os alunos buscam ser visíveis em sala de aula e competir abertamente uns com os outros. No comportamento feminino, a excelência individual é guardada para si (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010).

Portanto, segundo Hofstede, Hofstede e Minkov (2010) um homem pode vir a ter características denominadas femininas e vice-versa.

2.2.4 Baixo *versus* alto controle de Incerteza

Os indivíduos enfrentam o fato de que o futuro é incerto. Assim, nesta dimensão à incerteza pode ser definida como à medida que as pessoas se sentem ameaçadas por situações que são desconhecidas ou ambíguas. Esta circunstância leva a necessidade de previsibilidade de regras escritas e não escritas (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010).

Pessoas com aversão à incerteza “fraca” consideram o futuro como uma característica normal da vida e se sentem confortáveis em situações com riscos desconhecidos e tendem a se arriscar mais. Já ao contrário, a incerteza se torna uma ameaça contínua, medo de enfrentar riscos e são regados por uma alta tensão e um nível elevado de ansiedade. Em ambientes escolares, por exemplo, os alunos necessitam que haja cronogramas rigorosos, situações de aprendizagem estruturadas com objetivos precisos, trabalhos detalhados e que o professor sempre tenha resposta para tudo. Por outro lado, o oposto nessa dimensão, o aluno despreza a estrutura e prefere a aprendizagem aberta com objetivos vagos, atribuições amplas, sem que haja horário para tudo (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010).

Para evitar que a incerteza gere ansiedade, em concordância com Hofstede, Hofstede e Minkov (2010) são utilizados por cada sociedade, através de tecnologias, leis e religiões, formas de auxiliar o ser humano a lidar com isso. Entretanto, essas formas variam de uma sociedade para outra, por ser um fator cultural e depender das habilidades, anseios e medos de cada ser humano.

2.2.5 Visão de Curto *versus* Longo Prazo

As sociedades com orientação de longo prazo apoiam as pessoas a tomarem decisões com base nos benefícios que terão no futuro. A economia de seus recursos, perseverança, preocupação com a aprendizagem, investimento no futuro e esforços sustentados em direção a resultados lentos, são fatores que integram um pensamento de longo prazo.

O polo oposto, orientação de curto prazo, incentivam os indivíduos a gastarem e obter resultados imediatos. Além de pensarem de que maneira as decisões afetarão o presente, preocupação com obrigações sociais e respeito às tradições (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010). Conforme Hofstede, Hofstede e Minkov (2010) países e pessoas com maior poder aquisitivo tinham maiores ambições para o futuro.

2.2.6 Restritivo *versus* indulgente



Esta dimensão de acordo com Hofstede, Hofstede e Minkov (2010) analisa a importância do controle da vida e do desfrute dela. Os dois polos destacados na mesma são: a restrição e a indulgência. O primeiro reflete a pessoas mais reservadas, pessimistas, onde as gratificações dos desejos humanos básicos e naturais devem ser controladas e reguladas por normas sociais rígidas. Além do sentimento de que gozo, atividades de lazer, gastos e outras características presentes na indulgência são vistos como errados (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010).

O segundo apoia o comportamento e a satisfação dos seus desejos de forma livre, vivendo da forma que lhe agrada. Aproveitar a vida, se divertir, gastar dinheiro, atividades de lazer e diversão relacionada com amigos ou sozinho, tudo isso prevê relativamente à alta felicidade (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010).

3 Metodologia

Com o objetivo de analisar a relação entre o desempenho percebido pelos discentes referente aos serviços educacionais e seus respectivos padrões culturais o presente trabalho avalia o nível de satisfação dos acadêmicos do curso de administração de empresas, de uma instituição de ensino superior de SC, Brasil. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de um questionário aplicado durante o mês de maio de 2019, totalizando 239 respondentes, os quais representa 48,28% dos alunos matriculados. Foi elaborado um instrumento de coleta de dados em três partes. A primeira parte identifica o perfil do entrevistado quanto ao ano de estudo, faixa etária e renda familiar.

A segunda parte mensura o nível de satisfação atual com o desempenho dos atributos do curso com escalas de Likert para avaliação do nível de satisfação com os atributos são de cinco pontos, sendo compostos pelos rótulos que variam de "1 - insatisfeito", "2 – parcialmente satisfeito", "3 - satisfeito", "4 - muito satisfeito" e "5 – extremamente satisfeito".

As dimensões avaliadas estão descritas no quadro 1 e referem-se à "qualidade dos serviços do curso", "professores e métodos de ensino", "relacionamento e aprendizagem", "apoio e cordialidade", "gestão de emoções", "liderança transformacional" e a "estrutura física da IES".



Quadro 1- Construto das dimensões do desempenho.

Dimensão	Descrição dos Atributos	Autores
Qualidade do Serviço	Gentileza e cortesia no atendimento da secretaria do curso	Abdullah (2006); Mahapatra e Khan (2007); Walter, Tontini e Domingues (2006); Chandrq et al (2018); Lagrosen, Seyyed-Heshemi e Leitner (2004).
	Facilidade de acesso à coordenação do curso	
	Oferta de atividades extracurriculares (palestras, seminários, cursos extras).	
	Acompanhamento e orientação profissional	
	Nível de exigência do curso	
	Desenvolvimento do conhecimento dos alunos pelo curso	
	Contribuição do curso para o desempenho profissional	
Professores e Métodos de Ensino	Boas práticas de ensino por parte dos professores	Abdullah (2006); Annamdevula e Bellamkonda (2012); Chandra T. et al (2018); Walter, Tontini e Domingues (2006); Lin, Salazar e Wu (2018).
	Qualidade do conteúdo ministrado em sala de aula	
	Materiais disponibilizados no ambiente virtual	
	Experiência prática dos professores sobre o conteúdo ministrado	
	Relação entre teoria e prática nas disciplinas	
	Atualização dos professores	
	Titulação dos professores	
	Nível de exigência por parte dos professores	
	Capacidade dos professores na transmissão / construção do conhecimento	
	Diversidade de métodos de ensino	
	Aplicação de exercícios diversos	
	Aproveitamento do tempo em sala de aula	
Métodos de avaliação utilizados pelos professores		
Relacionamento e Aprendizagem	Tratamento aos alunos de forma igual pelos professores	Annamdevula e Bellamkonda (2012); Lin, Salazar e Wu (2018); Lagrosen, Seyyed-Heshemi e Leitner (2004) ; Chandra T. et al (2018); Morales, Montes e Jover (2008).
	Receptividade e acessibilidade dos professores	
	Relacionamento com os professores	
	Interesse dos professores pelo aprendizado dos alunos	
	Reconhecimento dos esforços do aluno	
	Interação dos alunos com os professores em sala de aula	
Apoio e cordialidade	Apoio e cordialidade dos professores para com os alunos	Freschi e Freschi (2013); Berkovich e Eyal (2015) ; Chibás e Braz (2015); Arar e Oplatka (2018).
	Apoio e cordialidade dos alunos para com os professores	
	Apoio e cordialidade entre alunos	
Gestão de Emoções	Motivação dos alunos pelos professores	Goleman (2001); Bridges et al. (2004); Arar e Oplatka (2018); Brearley (2004); Berkovich e Eyal (2015).
	Resolução de conflitos em sala de aula	
	Uso da autoridade do professor para manter clima agradável em sala de aula	
	Professores que garantam disciplina em sala de aula	
	Equilíbrio das emoções do professor em conflitos em sala de aula	
Liderança Transformacional	Orgulho em ser aluno do curso de administração	Lima Neto, Marques e Rosa (2016); Morales, Montes e Jover (2008); Aldholay et al (2018); Vizeu (2010).
	Curso ensina o bom comportamento do administrador	
	Curso motiva o acadêmico para a carreira do administrador	
	Curso estimula a resolução de problemas pertinentes a gestão	
	Curso considera o desenvolvimento das competências do aluno	
Estrutura Física da IES	Qualidade da estrutura física da sala de aula	Walter, Tontini e Domingues (2006); Jager e Gbadamosi (2010); Mahapatra e
	Qualidade dos equipamentos dos laboratórios de informática	
	Atendimento do Centac	
	Recursos acadêmicos da biblioteca	



Oferta de bolsas de estudos, pesquisa e extensão	Khan (2007); Annamdevula e Bellamkonda (2016); Marques, Pereira e Alves (2010).
Ambiente universitário apropriado ao estudo	
Segurança no campus universitário	

Fonte: Os autores

Para finalizar o constructo das dimensões de desempenho foi acrescentada a dimensão desempenho geral, avaliando o grau de satisfação com a “imagem do curso”, “desempenho do curso”, “legitimidade do curso”, a “satisfação dos colegas com desempenho do curso”, “grau de recomendação do curso para algum amigo ou familiar” e “grau de pretensão de continuar estudando no curso”.

Na terceira parte do questionário foi utilizado o instrumento VSM 2013 referente aos padrões culturais de Hofstede (HOFSTEDE; MINKOV, 2013) e identifica seis dimensões culturais: “Próximo *versus* Distante do Poder”, “Individualismo *versus* Coletivismo”, “Feminilidade *versus* Masculinidade”, “Baixo *versus* Alto Controle de Incerteza”, “Curto *versus* Longo Prazo” e “Restritivo *versus* indulgente”.

4 Resultados

Os dados de perfil dos respondentes estão apresentados na tabela 1.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes

Ano de estudo	%	Faixa Etária	%	Faixa de renda familiar	%
Primeiro ano	29,29	Até 20 anos	38,49	Até R\$3.992,00	36,41
Segundo ano	23,85	De 20 a 22 anos	37,66	De R\$3.993,00 à R\$9.980,00	34,31
Terceiro ano	28,03	De 23 a 25 anos	14,23	De R\$9.981,00 à R\$19.960,00	17,15
Quarto ano	15,90	Acima de 25 anos	8,79	Acima de R\$19.960,00	7,95
Sem resposta	2,93	Sem resposta	0,83	Sem resposta	4,18

Fonte: Dados da pesquisa

A distribuição da frequência relativa dos entrevistados é aproximada entre os anos de curso, contribuindo com a heterogeneidade da amostra pesquisada. A faixa etária predominante dos entrevistados é de até 20 anos (38,49%) seguido de 20 a 22 anos (37,66%), idade típica de acadêmicos de graduação. A faixa de renda familiar predominante é até R\$ 3.992,00 (36,41%) e de R\$3.993,00 à R\$9.980,00 (34,31%).

O desempenho do curso foi definido nas dimensões “qualidade do serviço”, “professores e métodos de ensino”, “relacionamento e aprendizagem”, “apoio e cordialidade”, “gestão de emoções”, “liderança transformacional”, “estrutura da IES” e “desempenho geral com o curso” (tabela 2).

Tabela 2 – Desempenho do Curso

Cód.	Variável	Alpha Cronbach	Nível de satisfação médio	Teste T=3,00 p-value	Desvio padrão
D01	Qualidade dos Serviços do Curso	0,750	3,122	0,002 *	0,593
D02	Professores e Métodos de Ensino	0,950	3,234	0,000 *	0,638
D03	Relacionamento e aprendizagem	0,858	3,293	0,000 *	0,756
D04	Apoio e Cordialidade	0,755	3,231	0,000 *	0,715



D05	Gestão de Emoções	0,849	3,277	0,000	*	0,713
D06	Liderança Transformacional	0,906	3,611	0,000	*	0,899
D07	Estrutura IES	0,817	3,563	0,000	*	0,740
DG	Desempenho Geral	0,854	3,458	0,000	*	0,580

Fonte: Dados da pesquisa

As dimensões apresentaram Alpha de Cronbach, que serve como uma forma de estimar a confiabilidade de um instrumento de pesquisa, superiores a 0,70 sendo considerados válidos. O desempenho do curso foi obtido com avaliações do grau de satisfação com uma escala de respostas psicométricas, chamada de Likert. Esta que era de 1 a 5 sendo que a dimensão com maior desempenho é a “liderança transformacional” (3,611). Os desempenhos das dimensões do curso avaliado são superiores ao nível 3,00 representando acadêmicos mais que satisfeitos ($p\text{-value}=0,000$).

A dimensão que apresenta maior dispersão de dados (desvio padrão 0,899) é a Liderança Transformacional. A mesma apresentava questões sobre o orgulho de ser aluno do curso, os ensinamentos do bom comportamento de um profissional, motivação para a carreira profissional, estímulo para a resolução de problemas que venham surgir no trabalho e o desenvolvimento de competências do aluno.

O padrão cultural dos discentes foram calculados por meio das fórmulas presentes no Manual *Values Survey Module* (HOFSTEDE; MINKOV, 2013) representado como “pontuação” na tabela 3 e figura 1.

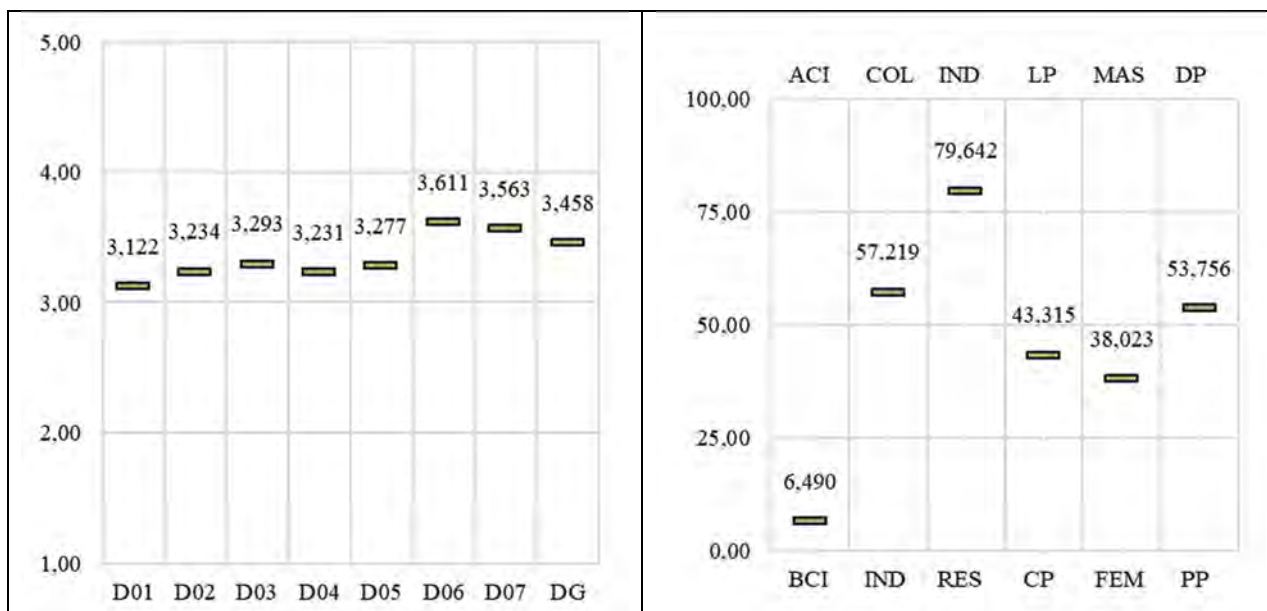
Tabela 3 – Padrão Cultural dos discentes

Variável	Pontuação	Teste $T=50,00$ $p\text{-value}$	Desv. Pad
Baixo <i>versus</i> Alto Controle de Incerteza	6,490	0,000	* 72,873
Individualismo <i>versus</i> Coletivismo	57,219	0,037	** 53,106
Restritivo <i>versus</i> Indulgente	79,642	0,000	* 61,161
Curto Prazo <i>versus</i> Longo Prazo	43,315	0,036	** 48,899
Feminilidade <i>versus</i> Masculinidade	38,023	0,000	* 42,491
Próximo <i>versus</i> Distante do poder	53,756	0,251	50,463

Fonte: Dados da pesquisa

Figura 1 – Desempenho do curso e o padrão cultural dos discentes

a – Desempenho do curso	b – Padrão cultural dos discentes
-------------------------	-----------------------------------



Fonte: Dados da pesquisa

Visto que a pontuação do padrão cultural pode variar entre 0 a 100 pontos, os acadêmicos não apresentaram uma predominância de padrão cultural de “proximidade” ou de “distância de poder” (53,756; $p\text{-value}=0,251$). Porém, apresentaram uma tendência de padrão cultural de “baixo controle de incerteza” (6,490; $p\text{-value}=0,000$), “coletivismo” (57,219; $p\text{-value}=0,037$), “indulgente” (79,642; $p\text{-value}=0,000$), curto prazo (43,315; $p\text{-value}=0,036$) e feminilidade (38,023; $p\text{-value}=0,000$).

Para atender o objetivo deste estudo que é analisar a relação entre o desempenho percebido pelos discentes referente aos serviços educacionais e seus respectivos padrões culturais, foi calculado a correlação de Pearson entre as respectivas dimensões (tabela 4).

Tabela 4 – Correlação entre o desempenho do curso e o padrão cultural

Desempenho do curso / Padrão Cultural	Qualidade dos serviços prestados pelo curso	Professores e métodos de ensino	Relacionamento e aprendizagem	Apoio e cordialidade	Gestão de emoções	Liderança transformacional	Estrutura da IES	Desempenho Geral
Baixo versus Alto controle de incerteza	0,024	0,015	-0,129**	-0,112*	-0,154**	-0,042	-0,072	0,035
Individualismo versus Coletivismo	-0,082	-0,075	0,039	0,060	-0,063	-0,114*	0,068	-0,127*
Restritivo versus Indulgente	-0,021	-0,029	0,005	-0,055	0,004	0,026	-0,044	0,003
Curto versus longo prazo	-0,104	-0,064	-0,137**	-0,091	-0,061	-0,096	-0,122*	-0,121*
Feminilidade versus Masculinidade	0,043	0,078	0,037	0,030	0,064	0,021	-0,026	0,006
Próximo versus distante do poder	-0,122*	-0,161**	-0,025	-0,066	-0,071	-0,050	0,046	-0,037

* A correlação é significativa no nível 0,1 (2 extremidades).
 ** A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).



As dimensões de padrão cultural Restritivo *versus* Indulgente e Feminilidade *versus* Masculinidade não apresentaram correlação significativa com dimensões do desempenho do curso de administração.

Os alunos com padrão cultural de “alto controle de incerteza”, são mais insatisfeitos com as dimensões “relacionamento e aprendizagem”, “apoio e cordialidade” e “gestão de emoções”. Provavelmente esperam melhores padrões de desempenho nas respectivas dimensões para atingir seus objetivos profissionais deixando os mais seguros em seus esforços.

Os alunos com padrão cultural “Coletivismo”, são mais insatisfeitos com as dimensões “liderança transformacional” e o “desempenho geral”. Possivelmente esperam a presença de uma liderança que os conduzam para um melhor desempenho de suas carreiras.

Os alunos com padrão cultural de “longo prazo”, são mais insatisfeitos com o “relacionamento e aprendizagem”, a “estrutura da IES” e o “desempenho geral”. Provavelmente, os acadêmicos, com maior visão de longo prazo, objetivam melhor desempenho em sua carreira profissional, importam-se com a imagem da IES podem passar para o seu diploma.

Por fim, os alunos com padrão “distante do poder”, são mais insatisfeitos com “a qualidade dos serviços do curso”, “professores e métodos de ensino”. É possível que pelo seu padrão cultural, tenham maior expectativas de desempenho de dimensões que representam autoridade no curso.

5 Conclusão

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre o desempenho percebido pelos discentes referente aos serviços educacionais e seus respectivos padrões culturais. Para atender o objetivo, foram aplicados instrumentos de avaliação do desempenho e do padrão cultural aos discentes do curso de administração de empresas em uma Instituição de Ensino Superior.

Apesar dos alunos estarem em média “mais que satisfeitos em todas as dimensões avaliadas”, se verifica variabilidade de níveis de satisfação. E essa variabilidade apresentou correlação significativa com padrões culturais conforme definido por Hofstede.

Dessa forma, a análise dos dados demonstrou correlação significativa entre dimensões de desempenho do curso avaliado e padrão cultural. Os padrões culturais que podem influenciar a percepção de desempenho do curso foram “baixo *versus* alto controle de incerteza”, “individualismo *versus* Coletivismo”, “curto *versus* longo prazo” e “próximo *versus* distante do poder”. Os achados do estudo abrem campos para pesquisa de maior profundidade, e de implicações práticas de inovação, face as expectativas demandadas por extratos culturais discentes.

Limitações do estudo podem ser caracterizados pelas dimensões definidas por Hofstede. Outros padrões culturais podem estar presentes de forma expressiva na comunidade acadêmica e variar intra e intercurtos. O instrumento de análise do padrão cultural, apesar de validado, pode apresentar limitações na detecção de variações do padrão cultural na amostra pesquisada. Atenção pode ser dada também, em futuros estudos, na responsabilidade de alterações discricionárias do padrão cultural discente, podendo influenciar no desempenho de sua carreira profissional.

REFERÊNCIAS

- ABDULLAH, Firdaus. Measuring service quality in higher education: HEdPERF *versus* SERVPERF. **Marketing Intelligence & Planning**, v. 24, n. 1, p. 31-47, 2006.
- ALDHOLAY, Adnan H. et al. The role of transformational leadership as a mediating variable in DeLone and McLean information system success model: The context of online learning usage in Yemen. **Telematics and Informatics**, v. 35, n. 5, p. 1421-1437, 2018.



- ANNAMDEVULA, Subrahmanyam; BELLAMKONDA, Raja Shekhar. Development of HiEdQUAL for Measuring ServiceQuality in Indian Higher Education Sector. **International Journal of Innovation, Management and Technology**, v. 3, n. 4, p. 412, 2012.
- ARAR, Khalid; OPLATKA, Izhar. Emotion display and suppression among Arab and Jewish assistant principals in Israel: The key role of culture, gender and ethnicity. **Journal of Professional Capital and Community**, v. 3, n. 3, p. 173-191, 2018.
- BANDEIRA, Mariana Lima et al. **Avaliação da qualidade do ensino de pós-graduação: elementos para a construção e validação de um instrumento de pesquisa**. In: Anais do XXII Congresso Enanpad. Rio de Janeiro: Anpad. 1998.
- BERKOVICH, Izhak; EYAL, Ori. Educational leaders and emotions: An international review of empirical evidence 1992–2012. **Review of Educational Research**, v. 85, n. 1, p. 129-167, 2015.
- BREARLEY, Michael. **Inteligência emocional na sala de aula: estratégias de aprendizado criativo para alunos entre 11 e 18 anos de idade**. São Paulo: Madras, 2004.
- BRIDGES, Lisa J.; DENHAM, Susanne A.; GANIBAN, Jody M. Definitional issues in emotion regulation research. **Child development**, v. 75, n. 2, p. 340-345, 2004.
- CHANDRA, Teddy; CHANDRA Stefani; NG, Martha-Martha; PRIYONO Lyon . The Effect of Service Quality on Student Satisfaction and Student Loyalty: An Empirical Study. **Journal of Social Studies Education Research**, v. 9, n. 3, p. 109-131, 2018.
- CHIBÁS, Felipe; BRAZ, Ana Lucia Nogueira. A gestão das emoções na educação: reflexões, propostas e desafios. **Revista de Educação**, v. 15, n. 19, 2015.
- CHIZZOTTI, Antonio. Educação superior e o mercado de serviços educacionais. **Revista e-Curriculum**, v. 12, n. 1, p. 898-924, 2014.
- DE JAGER, Johan; GBADAMOSI, Gbolahan. Specific remedy for specific problem: measuring service quality in South African higher education. **Higher education**, v. 60, n. 3, p. 251-267, 2010.
- FRESCHI, Elisandra Mottin; FRESCHI, Márcio. Relações interpessoais: a construção do espaço artesanal no ambiente escolar. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 8, n. 18, p. 1-12, 2013
- GARCÍA-MORALES, Víctor J.; LLORENS-MONTES, Francisco Javier; VERDÚ-JOVER, Antonio J. The effects of transformational leadership on organizational performance through knowledge and innovation. **British journal of management**, v. 19, n. 4, p. 299-319, 2008.
- GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. Edição revista. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 370 p.
- HOFSTEDÉ, Geert. Culture and organizations. **International Studies of Management & Organization**, v. 10, n. 4, p. 15-41, 1980.
- HOFSTEDÉ, Geert; HOFSTEDÉ, Gert; MINKOV, Michael. **Cultures and organizations: Software of the mind**. McGraw-Hill, London, p. 561, 2010.
- HOFSTEDÉ, Geert; MINKOV, Michael. VSM 2013. **Values survey module**, 2013.
- LAGROSEN, Stefan; SEYYED-HASHEMI, Roxana; LEITNER, Markus. Examination of the dimensions of quality in higher education. **Quality assurance in education**, v. 12, n. 2, p. 61-69, 2004.
- LIMA NETO, Anísio Carlos de; MARQUES, Marcella Raphaele Antunes Santiago Nogueira; ROSA, Daniella Botti da. A importância da liderança transformacional nas organizações. **RACE-Revista da Administração**, v. 1, n. 01, 2016.
- LIN, Shuqiong; SALAZAR, Timothy R.; WU, Shuang. Impact of academic experience and school climate of diversity on student satisfaction. **Learning Environments Research**, p. 1-17, 2018.
- MAHAPATRA, S. S.; KHAN, Mohammed Sadique. **A neural network approach for assessing quality in technical education: an empirical study**. 2007.
- MARQUES, Carolina Sampaio; PEREIRA, Breno Augusto Diniz; ALVES, Juliano Nunes. Identificação dos Principais Fatores Relacionados à Infraestrutura Universitária: uma análise em uma IES pública. **Revista Sociais e Humanas**, v. 23, n. 1, p. 91-103, 2010.



SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. **Movimento-revista de educação**, n. 4, 2016.

VIZEU, Fabio. Uma aproximação entre liderança transformacional e teoria da ação comunicativa. **Revista de Administração Mackenzie** (Mackenzie Management Review), v. 12, n. 1, 2010.

WALTER, Silvana Anita; TONTINI, Gérson; DE SOUZA DOMINGUES, Maria José Carvalho. Análise da satisfação do aluno para melhoria de um curso de Administração. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 5, n. 2, 2006.

Fonte financiadora: PIBIC/UNESC.



6183328 - SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E SOCIOAMBIENTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL

Beatriz , Anderson Correa Benfato, Milla Lúcia Ferreira Guimarães, Andreia Cittadin

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A inclusão da sustentabilidade na pauta das discussões nos fóruns mundiais ocorreu, principalmente, devido as mudanças e alterações negativas causadas ao meio ambiente pelo desenvolvimento econômico. Com base nesse cenário foi desenvolvido o conceito da *Triple Bottom Line*, com o princípio baseado em três vértices: sustentabilidade ambiental, econômica e social. Tanto a agricultura como a produção alimentar também estão passando por pressões políticas e da sociedade relacionadas às questões ambientais, no intuito de preservar os recursos naturais para garantir as necessidades das gerações futuras. O objetivo desse projeto de pesquisa consiste em analisar a produção científica no contexto nacional sobre a temática sustentabilidade econômica e socioambiental na agricultura familiar. A pesquisa é descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa, realizada por meio de análise documental de 49 artigos selecionados na base de dados *Web of Science®*. Os resultados apontaram que as pesquisas sobre a temática se intensificaram nos últimos anos, mais ainda são poucos os pesquisadores que dão continuidade aos estudos. Entre as publicações analisadas 11 apresentaram aderência ao tema e evidenciaram que a agricultura familiar é importante para o desenvolvimento regional, sendo necessária uma adequada governança para apoiar na capacitação dos pequenos produtores, adoção de tecnologias, intensificação ecológica e o gerenciamento da sustentabilidade. Foi possível concluir que a adoção da sustentabilidade proporciona melhorias sociais, promovendo rentabilidade e benefícios aos *stakeholders*.

Palavras-chave: *Triple Bottom Line*, Agricultura familiar sustentável, Análise da produção científica.

1 Introdução

Alguns eventos como o comércio fluvial, desmatamentos, vazamento de petróleo e acidentes ambiental fizeram com que fóruns mundiais passassem a debater, principalmente, sobre a questão de que as satisfações das necessidades presentes não podem comprometer a capacidade da natureza de gerar recursos para futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades (ALMEIDA, 2002).

Com isso, a inclusão da sustentabilidade na pauta das discussões nos fóruns mundiais iniciou na década de 70 abordando o tema com uma composição das dimensões econômicas, sociais e ambientais, que consiste em avaliar como os recursos naturais são utilizados, transformados e distribuídos (SILVA, 2006).

Assim, o termo sustentabilidade foi cunhado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Esse evento foi realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1972 em Estocolmo na Suécia, que caracterizou a sustentabilidade como um sistema ou um processo, que existe por um tempo determinado ou indeterminado (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2011).

Com a publicação do relatório denominado como *Our Common Future* (Nosso Futuro em Comum), a sustentabilidade passou a ser tratada não apenas no aspecto ambiental, mas também propõe a criação de sistemas e políticas públicas e privadas, que almejem o equilíbrio social e econômico (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2011).



Com base nesse cenário foi desenvolvido o conceito da *Triple Bottom Line* (Tripé da Sustentabilidade) elaborado pelo inglês *John Elkington*, com o princípio de três vértices: a sustentabilidade ambiental, que consiste na gestão dos sistemas e organizações, não visando apenas o lucro; a econômica classificada como honesta e realizável, que prioriza a distribuição de renda; e social, que tem como objetivo respeitar as atitudes a dignidade humana (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2011).

Ademais a exigência da sociedade por produtos sustentáveis está aumentando. Nesse sentido, tanto a agricultura como a produção alimentar também estão passando por pressões relacionadas às questões ambientais. Nos países mais desenvolvidos, por meio de movimentos sociais, são crescentes as exigências em relação ao combate a degradação dos agroecossistemas devido ao processo de modernização, promoção de regras disciplinares para o sistema agroalimentar e de práticas mais adequadas para a preservação dos recursos naturais e fornecimento de alimentos mais saudáveis (VEIGA, 1996).

A discussão dessa temática é recorrente nas esferas acadêmica e social, tendo em vista a crescente consciência da sociedade sobre as questões e problemas socioambientais, bem como com a preocupação do uso indiscriminado dos recursos naturais, geração de resíduos, melhoria da qualidade de vida e sobrevivência das gerações futuras (BRITTO, 2016).

Nesse sentido, surge a seguinte questão de pesquisa: Qual o perfil das produções científicas sobre sustentabilidade na agricultura familiar no contexto nacional? Para tanto o objetivo geral desse projeto de pesquisa consiste em analisar a produção científica no contexto nacional sobre a temática sustentabilidade econômica e socioambiental na agricultura familiar. Para alcançá-lo foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) caracterizar a autoria dos trabalhos; b) identificar os principais periódicos; c) verificar a classificação Qualis-CAPES; d) analisar a evolução temporal do tema; e, e) descrever os resultados dos trabalhos aderentes ao tema investigado.

Destaca-se que estudos sobre o perfil da produção científica ganham relevância na academia e abordam diversas temáticas. Entretanto, os que abordam sustentabilidade na agricultura familiar ainda são poucos, o que justifica a realização dessa pesquisa no campo teórico. Para Zanella e Lago (2016) a temática sustentabilidade é um dos principais assuntos debatidos atualmente. Dessa forma, analisar as pesquisas que tratam desse tema é relevante para o campo teórico. Os autores apontam que há lacunas ainda a serem debatidas, devido à insustentabilidade presente no agronegócio nacional, a necessidade da adoção de políticas públicas e ações que possibilitem o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Silva, Godoy e Bortoluzzi (2016) as pesquisas nessa linha colaboram para que pesquisadores compreendam como o tema sustentabilidade está sendo abordado na literatura, identificam as diferentes concepções e os autores vinculados a cada uma delas, no intuito de ampliar conhecimento.

Assim, ampliar a investigação das publicações científicas sobre essa temática no contexto nacional abrangendo períodos mais recentes contribui para fomentar as discussões relacionadas aos benefícios que sua aplicação pode trazer ao desenvolvimento sustentável na agricultura familiar.

2 Referencial Teórico

A busca pelo desenvolvimento sustentável surgiu devido ao aumento da degradação ambiental provocada pelo desenvolvimento econômico dos últimos anos. Nessa nova perspectiva busca-se desenvolver uma relação pautada na harmonia entre o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e o bem-estar social, no intuito de garantir recursos suficientes para suprir as necessidades das gerações futuras (SANTOS; CÂNDIDO, 2013)



O termo sustentabilidade é norteado por três dimensões: a ambiental, que considera os aspectos relacionados aos recursos naturais e os impactos das ações das empresas sobre esses recursos; o econômico, que se refere ao desempenho econômico e financeiro da organização e o bem-estar social do indivíduo e da região onde está inserida; e o social, que visa à equidade de distribuição de renda e redução das desigualdades sociais (CALLADO, 2010).

Para Lins (2012), a sustentabilidade econômica contempla atitudes econômicas, financeiras e administrativas que buscam o crescimento econômico das instituições e o cuidado ao meio ambiente e a manutenção dos recursos naturais.

A sustentabilidade ambiental consiste na conservação do ambiente natural indispensável à vida humana e que garante condições favoráveis para o desenvolvimento de diversas formas de vida. Deve considerar que os recursos, mares, rios, entre outros, passam por um processo normal de manutenção quando há preocupação por parte dos agentes econômicos em zelar pela qualidade de vida das futuras gerações (BATISTA, 2013).

A sustentabilidade social parte do pressuposto de que a extração de recursos da natureza de forma excessiva e/ou as ações que de alguma forma danificam o ambiente devem ser amenizadas e compensadas por meio de um conjunto de ações reversivas e que melhoram a qualidade de vida da sociedade e incitam ao equilíbrio social (SANTOS, 2013).

De acordo com Santos e Cândido (2013), no âmbito rural também é imprescindível que os agricultores se conscientizem sobre sua responsabilidade em relação a mudança de paradigma de desenvolvimento, principalmente porque suas práticas afetam diretamente o meio ambiente.

Neste contexto, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu art. 3º, caracteriza como agricultor familiar ou empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV-dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2011).

Segundo Picoletto (2014) as pequenas propriedades de agricultura familiar podem ser conceituadas como uma forma de organização no setor agropecuário que possui algumas vantagens sociais, econômicas e ambientais, por serem consideradas mais eficientes, democráticas e sustentáveis, em relação ao modelo patronal, no qual a agricultura é considerada apenas como um negócio.

3 Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, tendo em vista que propõe observar os fatos, analisá-los e interpretá-los, sem que haja a interferência do pesquisador (ANDRADE, 2007).

A análise dos dados ocorreu de forma quantitativa e qualitativa. No método quantitativo fez-se uso de técnicas estatísticas, tanto na coleta quanto na análise dos dados. Na abordagem qualitativa buscou-se descrever e compreender a natureza de determinados problemas, fenômenos e processos vivenciados por grupos sociais (RICHARDSON, 2008).

Em relação ao procedimento para coleta de dados, optou-se pela base de dados bibliográficos *Web of Science*®, com período compreendido até o dia 20 de maio de 2019. Foram utilizados para a busca os termos em inglês (US) e português (PT), uma vez que a base de dados



é de abrangência internacional. Todos os termos estrangeiros foram traduzidos no Google tradutor®.

Ao selecionar as palavras chaves, foi lançado o termo em inglês “*small farmers*” na base de dados encontrando-se 11.995 resultados. De modo a filtrar as publicações e aproximá-las do objetivo da pesquisa, adicionou-se a palavra-chave “*sustainability*” reduzindo os resultados para 836 documentos. Em seguida, foram utilizados alguns filtros da própria base de dados, como: tipos de documento “Artigos” e “Países/Regiões” optando-se pelo Brasil, por fim, resultando 49 publicações.

Da mesma forma, foi lançado o termo em português “agricultura familiar” que apresentou oito publicações. Posteriormente, incluiu-se a palavra-chave “Sustentabilidade” encontrando-se zero resultados.

Desse modo, o portfólio analisado foi composto por 49 artigos. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel®. Para análise selecionou-se o título, autor, periódico, ano, palavras chave do autor, instituição ou universidade de origem, número de citações no Google Acadêmico® e resumo.

Por fim, efetuou-se a leitura de todos os resumos de modo a verificar qual estudo se enquadra melhor na temática proposta, selecionaram-se os principais artigos realizando uma breve análise de seus resultados.

4 Resultados

Nessa seção faz-se a apresentados e análise dados que contempla a caracterização dos autores com maior número de publicações, as instituições de origem, os periódicos que mais publicaram sobre a temática, as palavras-chave utilizadas, a evolução temporal das pesquisas e descrevem-se os resultados dos trabalhos aderentes ao tema investigado.

Inicialmente, apresentam-se os autores com maior número de publicações e as instituições na qual estão vinculados, conforme exposta na Tabela 1.

Tabela 1- Publicações por autor.

Autor	Instituição	Nº	%
Cesar, Aldara da Silva	Universidade Federal Fluminense	3	2%
Lopes, Fernando Bezerra	Universidade Federal do Ceara	3	2%
Andrade, Eunice Maia de	Universidade Federal do Ceara	2	1%
Aquino, Deodato do Nascimento	Universidade Federal do Ceara e INCRA	2	1%
Batalha, Mario Otavio	Universidade Federal de São Carlos	2	1%
Conejero, Marco Antônio	Universidade Federal Fluminense	2	1%
Gardner, Toby	Stockholm Environm Inst	2	1%
Outros – Menos de 2 publicações		177	92%

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Nota-se que do total de 177 autores do portfólio analisado 92% publicaram apenas uma vez sobre o assunto e somente dois se destacaram com 2% do total da produção científica analisada. Os autores mais produtivos foram Aldara da Silva Cesar e Fernando Bezerra Lopes, com 3 artigos cada.

Aldara da Silva Cesar é professora adjunta do Departamento de Engenharia de Agronegócios da Universidade Federal Fluminense (UFF) e responsável pelo Grupo de Análise de Sistemas Agroindustriais (GASA). Possui graduação em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa e mestrado e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É membro do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Volta Redonda desde 2017. Atualmente compõe o corpo docente do



Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental, Programa de Pós-Graduação em Administração e Mestrado em Sistema de Gestão.

Fernando Bezerra Lopes é professor adjunto, nível 1, do Departamento de Engenharia Agrícola - DENA do Centro de Ciências Agrárias - CCA da Universidade Federal do Ceará - UFC. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola - PPGEA/DENA/CCA/UFC na área de Manejo de Bacias Hidrográficas. É Doutor em Engenharia Agrícola (Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas no Semiárido) pela UFC e possui Mestrado em Agronomia (Irrigação e Drenagem) pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2008). Desenvolve pesquisas voltadas para o semiárido, atuando principalmente nos seguintes temas: qualidade das águas, sensoriamento remoto, hidrologia de regiões semiáridas e sustentabilidade de sistemas agrícolas.

Na Tabela 2 são expostos o número de artigo por instituição, com ênfase naquelas que obtiveram maior número de publicações sobre a temática.

Tabela 2 - Publicações por instituições

Organização	Nº	%
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	23	12%
Universidade Federal do Ceará	13	7%
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	9	5%
Universidade Federal Fluminense	9	5%
Agro Paris Tech	5	3%
Univ Politecn Salesiana	5	3%
Inst Tecnol Vale	4	2%
Institut National de la Recherche Agronomique (INRA)	4	2%
State University System of Florida	4	2%
Universidade Federal de Minas Gerais	4	2%
Universidade de São Paulo	4	2%
Outros – Menos de 3 publicações	109	55%

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Nota-se que a instituição que apresentou maior número de publicações foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que se caracteriza como uma empresa pública de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. Fundada em 1972 tem como missão "viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira". A Embrapa que apresentou com 12% das publicações do portfólio analisado, compõe o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), também constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações que, de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico (EMBRAPA, 2014).

Em seguida, destaca-se a Universidade Federal do Ceará (UFC). Observou-se que um dos pesquisados mais produtivos dos trabalhos analisados, Fernando Bezerra Lopes, está vinculado a UFC. Ademais essa Instituição de Ensino Superior – IES contempla programas de pós-graduação nas seguintes áreas: Agronomia: Fitotecnia (Mestrado Acadêmico e Doutorado); Agronomia: Solos e Nutrição de Plantas (Mestrado Acadêmico e Doutorado); Desenvolvimento e Meio Ambiente (Mestrado Acadêmico); Ecologia e Recursos Naturais (Mestrado Acadêmico e Doutorado). Acredita-se que esse fator contribui para essa instituição ser uma das que mais apresentou trabalhos sobre a temática.

No terceiro lugar, estão a Universidade do Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal Fluminense (UFF) com 5% das publicações cada. Filiada a UFF está a professora Aldara da Silva Cesar, uma das autoras que mais publicaram sobre a temática.



Na Tabela 3 são apresentados os periódicos que possuem maior número de publicações e a respectiva classificação Qualis, obtido do Módulo Coleta da Plataforma Sucupira, disponibilizado pela Fundação CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Tabela 3 - Periódicos.

Títulos	Nº	Qualis
<i>Ecology And Society</i>	3	A1
<i>Ecological Economics</i>	2	A1
<i>Agriculture Ecosystems & Environment</i>	2	-
<i>Energy Policy</i>	2	A1
<i>Journal Of Cleaner Production</i>	2	A1
<i>Revista Árvore</i>	2	A2
<i>Revista Ciência Agronômica</i>	2	B1
Outros – Apenas 1 publicação	34	-

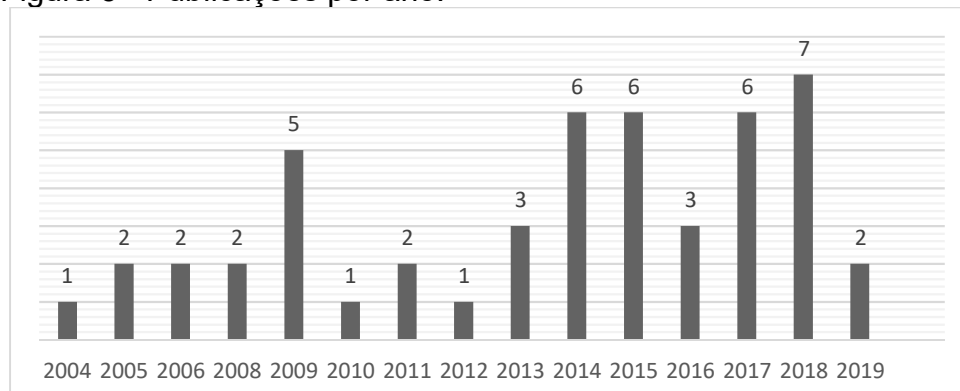
Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Dos periódicos selecionados, quadro deles apresentaram classificação A1, atribuído como nível mais elevado, mostrando a qualidade da produção intelectual encontrada.

O periódico *Ecology and Society* foi o mais presente nesse estudo. Trata-se de uma revista eletrônica, que estabelece em seu escopo que os artigos devem cobrir tópicos relacionados às bases ecológicas, políticas e sociais para sistemas socioecológicos sustentáveis. Em seguida, destacam-se: a) *Ecological Economics*, que busca estender a compreensão das interações entre ecossistemas e economia, enfocando trabalhos que integram elementos da ciência ecológica, economia e análise de valores, comportamentos, práticas culturais, estruturas institucionais e dinâmicas sociais; b) *Energy Policy*, que aborda as implicações políticas do suprimento e uso de energia a partir de seus aspectos econômicos, sociais, de planejamento e ambientais, com interesse em artigos que sejam de importância política mais ampla e tenham interesse para agências internacionais, governos, entidades dos setores público e privado, comunidades locais e organizações não-governamentais; c) *Journal Of Cleaner Production*, tem o objetivo de discutir a produção limpa, abrangendo questões ambientais e de sustentabilidade em empresas, governos, instituições de ensino, regiões e sociedades.

A Figura 1 mostra a evolução temporal das pesquisas.

Figura 5 - Publicações por ano.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Verifica-se que as publicações sobre a temática iniciaram em 2004 e o ano de 2009 se destacou com um número maior de publicações, em relação aos períodos anteriores. Constatou-se



que neste ano ocorreu uma das mais importantes manifestações em prol às políticas públicas fundamentais para a agricultura familiar: “O Grito da Terra”. Com o movimento organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, foi possível conquistar avanços importantes da pauta de reivindicações, combinando processos de diálogo e pressão nas negociações com o governo federal (CONTAG, 2009).

A negociação da pauta de meio ambiente foi o ponto crucial do Grito da Terra Brasil. O governo federal assumiu o compromisso de dar tratamento diferenciado para a agricultura familiar na legislação ambiental bem como, assumiu o compromisso de buscar apoio para a execução de projeto massivo de educação ambiental para a agricultura familiar (CONTAG, 2009). Um dos frutos do Grito da Terra foi o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF, coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e instituído pela Portaria Ministerial nº 169, de 23 de maio de 2012. O PEAAF defende que ao buscar alternativas para o desenvolvimento rural, a ideia de território tem ganhado cada vez mais relevância, pois o padrão de desenvolvimento do território determina em que condições sociais e ambientais os grupos que vivem na terra e da terra irão garantir sua existência social (MMA, 2015).

Os estudos voltaram a apresentar aumento em 2014, sendo que ocorreu um crescimento significativo em 2018, ano que mais possui trabalhos publicados. Em 2014, por meio do Edital DEA 01/2014, se buscou o desenvolvimento do curso de formação de agentes populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar. No mesmo ano ocorreu o lançamento da 1ª edição do curso “Apoio à implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar nos territórios”, realizado por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do MMA (MMA, 2015).

Tais eventos podem ter promovido a realização de estudos que busquem práticas de sustentabilidade com vistas a melhoria das condições sociais, ambientais, e sucessivamente, econômicas para a agricultura familiar. Com base nesses fatos é possível inferir que a discussões sobre a questão ambiental na agricultura familiar promovidas pela sociedade ganharam espaço entre as pesquisas científicas e, conseqüentemente, nas reflexões acadêmicas.

O Quadro 1 apresenta uma síntese de onze artigos, que após leitura, foram selecionados dentre os que compunham o portfólio analisado por possuir maior aderência a temática proposta.

Quadro 1 - Artigos com aderência a temática proposta.

Título	Autores	Nº Citação Google	Ano de publicação
<i>Competitiveness analysis of "social soybeans" in biodiesel production in Brazil.</i>	Cesar, Aldara da Silva; Conejero, Marco Antonio; Ribeiro, Eliene Cristina Barros; Batalha, Mario Otavio;	5	2019
<i>Value-Supply Chain Analysis (VSCA) of crude palm oil production in Brazil, focusing on economic, environmental and social sustainability.</i>	Munasinghe, Mohan; Jayasinghe, Priyangi; Deraniyagala, Yvani; Matlaba, Valente Jose; Santos, Jorge Filipe dos; Maneschy, Maria Cristina; Mota, Jose Aroudo;	3	2019
<i>Sustainability assessment of ecological intensification practices in coconut production.</i>	Rodrigues, Geraldo Stachetti; Martins, Carlos Roberto; Barros, Inacio de;	3	2018
<i>The organizational arrangement of castor bean family farmers promoted by the Brazilian Biodiesel Program: A competitiveness analysis.</i>	Conejero, Marco Antonio; Cesar, Aldara Da Silva; Batista, Angelita Pereira;	5	2017



Título	Autores	Nº Citação Google	Ano de publicação
PSS creating business for sustainability: the Brazilian Olive Oil case in Mantiqueira Community.	Homrich, Aline Sacchi; Theodoro, Daniel Sattler; Carvalho, Marly Monteiro de;	2	2017
<i>Sustainability of PRONAF Loans for Family Farming.</i>	Godoi, Tamissa Gabrielle; Burigo, Fabio Luiz; Cazella, Ademir Antonio;	0	2016
<i>Group certification supports an increase in the diversity of sustainable agriculture network-rainforest alliance certified coffee producers in Brazil.</i>	Pinto, Luis Fernando Guedes; Gardner, Toby; McDermott, Constance L.; Ayub, Karim Omar Lara	32	2014
<i>Intensification of cattle ranching production systems: socioeconomic and environmental synergies and risks in Brazil</i>	Latawiec, A. E.; Strassburg, B. B. N.; Valentim, J. F.; Ramos, F.; Alves-Pinto, H. N.;	59	2014
<i>Sustainable agricultural production: an investigation in Brazilian semi-arid livestock farms</i>	Nunes, Breno; Bennett, David; Marques Junior, Sergio;	21	2014
<i>Small Condominium for Generation of Bioenergy and Fertilizer: A Case Study Within Rio Grande do Sul, Brazil</i>	Barichello, Rodrigo; Casarotto Filho, Nelson; Hoffmann, Ronald; Ferreira, Paula;	0	2014
<i>Sustainability index approach for Baixo Acaraú Irrigated District, Ceara, Brazil.</i>	Lopes, Fernando Bezerr; Andrade, Eunice Maia; Aquino, Deodato do Nascimento; Lopes, Jose Fredson Bezerra;	0	2009

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Em que pese o artigo de César *et al.* (2019) ser recente verifica-se que foi citado 5 vezes até o momento dessa pesquisa. Os autores constataram que a inserção do Selo Combustível Social (SCS) apresentou-se como um instrumento decisivo de uma política que incentiva a inserção de fazendas, de forma sustentável, na produção de biodiesel.

Ao analisar o ciclo de vida da produção de óleo de palma bruto no Pará, Munasinghe *et al.* (2019) identificaram pontos críticos de sustentabilidade no cultivo, como: emissões de metano e uso de fertilizantes no estágio de manejo de plantações. Os autores trouxeram alternativas de mitigação desses impactos ambientais, ressaltando a importância da captação de biogás, uso de biocombustíveis no estágio de extração e redução do consumo de recursos hídricos pelo aumento da eficiência da água nas usinas de extração, que diminuiriam às emissões de carbono, uso de energia, água e, conseqüentemente, o custo econômico.

Rodrigues *et al.* (2018) avaliaram o impacto ambiental e desempenho econômico em um conjunto de fazendas de referência dedicadas à produção de coco, variando de pequenas propriedades familiares a grandes empreendimentos corporativos, de monoculturas de coqueiro a culturas diversificadas e sistemas integrados côco-pecuária. Por meio de análises detalhadas do fluxo de caixa, obteve-se uma visão abrangente sobre a influência da adoção de tecnologia, intensificação ecológica e gerenciamento da sustentabilidade como critério de viabilidade econômica. Os autores verificaram que a adoção destes pode acarretar em melhorias sociais, promovendo maior participação das receitas e benefícios entre os *stakeholders*.



O estudo de Conejero *et al.* (2017) analisou a organização dos agricultores familiares em associações ou cooperativas do setor de produção agrícola de mamona, vinculado ao sistema agroindustrial de biodiesel (AIS). Os autores verificaram a concentração geográfica de produtores e cooperativas, mas ainda com relacionamentos muito frágeis para cooperação e coordenação de ações coletivas. Entre as principais dificuldades apresentou-se falta de crédito rural oficial devido à ausência de pagamento ou incapacidade de cumprir dívidas do passado, o que impossibilita aos produtores oferecer assistência técnica de qualidade, comercialização de insumos como parte dos pacotes de benefícios dos membros, ou que os agricultores familiares possam profissionalizar-se e reduzir a dependência financeira dos intermediários.

Baseando-se em um caso de processamento de azeitonas na comunidade da Serra da Mantiqueira, Homrich *et al.* (2017) verificaram aspectos de um modelo de negócio de Sistema-Produto-Serviço, em inglês Product-Service-System PSS na produção de azeite, investigando a influência desses sistemas de sustentabilidade em pequenas comunidades rurais. Foi possível perceber a colaboração desses pequenos produtores com a economia local, e a importância de apoio para que estes acrescentem valor aos produtos oferecidos, realizem o manejo sustentável da terra por meio da reutilização de resíduos, motivem o turismo, criação de empregos e a capacitação de mão de obra qualificada, de modo a contribuir com o progresso nas pequenas cidades agrícolas do interior.

Godoi, Búrigo e Gazela (2016) verificaram como a sustentabilidade se reflete no desenho e incorporação de políticas públicas de crédito rural no Brasil, tomando como base empírica o funcionamento das políticas de crédito rural presentes no Território do Meio-Oeste de Santa Catarina, com ênfase no Programa Nacional de Fortalecimento Familiar Agricultura (Pronaf). Os autores constataram que ainda há um longo caminho a percorrer para que a ideia de sustentabilidade seja plenamente incorporada pelo Pronaf, reorientando seus padrões operacionais e o comportamento dos atores para o desenvolvimento sustentável, pois as diretrizes do programa dificilmente se traduzem em resultados práticos nos estabelecimentos de pequenos agricultores e suas organizações sociais e econômicas.

Pinto *et al.* (2014) encontraram uma maneira de facilitar o acesso dos pequenos agricultores a certificação ambiental. Por meio da análise dos produtores de café certificados no sistema de Rede de Agricultura Sustentável - Rainforest Alliance Certified no Brasil em 2011, foi visto que a certificação em grupo permitiu o acesso aos mercados de certificação para uma gama mais ampla de perfis de produtores de café do que a certificação individual. Os autores apontaram a importância de outras intervenções, incluindo: capacitação, extensão agrícola e melhor acesso ao crédito, apoiadas por iniciativas públicas e privadas, para promover a sustentabilidade entre os pequenos produtores.

A pesquisa de Latawiec *et al.* (2014) possibilitou observar que a intensificação sustentável das pastagens no Brasil é uma maneira viável de aumentar a produção agrícola e ao mesmo tempo poupar a terra à natureza, adotando práticas como pastoreio rotativo, incorporação de leguminosas e sistemas integrados agropecuário-florestais. Os autores ressaltaram a importância da assistência técnica para os pequenos e médios agricultores, por meio de políticas complementares sólidas e boa governança de modo que um "efeito rebote" não leve a um aumento do desmatamento e a outros impactos sociais e ambientais adversos, bem como, a garantia de que o bem-estar animal não seja comprometido.

Nunes, Bennett e Marques Junior (2014) investigaram as percepções de sustentabilidade e competitividade ambiental de pequenos agricultores de uma região no norte do Brasil. Os autores concluíram que os agricultores com maior período de escolaridade têm maiores escores de percepção sobre competitividade empresarial e sustentabilidade ambiental do que aqueles com menor escolaridade.

Barichello *et al.* (2014) avaliaram o uso de digestores para produção de energia por meio de biomassa, formada pelos resíduos de suínos de pequenos suinocultores do Estado do Rio



Grande do Sul. Esses digestores produzem energia suficiente para manter uma unidade central de geração de biogás, fornecendo assim aos animais aquecimento e secagem do grão produzido nas respectivas propriedades. O biofertilizante produzido pelos digestores pode ainda fertilizar as plantações de milho e o pastoreio de gado. Os resultados apresentaram economia de até 50% em energia elétrica, 50% em fertilizantes e registros de economia de custos na produção total.

Em estudo aplicado a pequenas propriedades rurais do Distrito Irrigado Baixo Acaraú – Ceará, Lopes *et al.* (2009) verificaram que a sustentabilidade está, principalmente, relacionada ao grau de escolaridade e ao uso de técnicas adequadas para a produção agrícola. Entre as propriedades analisadas, apenas 9% apresentavam condição de sustentabilidade estável, que são aquelas que possuem maior nível de treinamento e possuem alguma experiência em relação ao manejo da irrigação. O estudo apontou uma condição preocupante, uma vez que 27,3% dos produtores agrícolas apresentam uma condição insustentável.

5 Conclusão

O objetivo geral desse projeto de pesquisa consiste em analisar a produção científica no contexto nacional sobre a temática sustentabilidade econômica e socioambiental na agricultura familiar.

Desse modo, foi verificado que: a) os autores produzem pouco sobre a temática, pois apenas 8% apresentaram 2 ou mais artigos; b) os autores mais produtivos foram Aldara da Silva Cesar, filiada à Universidade Federal Fluminense (UFF), e Fernando Bezerra Lopes, filiado a Universidade Federal do Ceará (UFC), com 2% cada sobre as publicações analisadas; c) as instituição que mais apresentaram artigos foram a EMBRAPA e UFC com representação de 12% e 7%, respectivamente, do portfólio analisado; d) o periódico com maior número de publicação foi *Ecology and Society*, classificado com A1 no Qualis – CAPES; e) as palavras-chave mais evidenciadas foram *Brazil*, *Sustainability* e *Rural development*; e, f) os períodos com maior número de publicação foram 2009, período que ocorreu o movimento “O Grito da Terra” e, partir de 2014, voltaram a crescer.

Com isso foi possível observar que há um crescente interesse científico pela temática nos últimos anos, apesar da demanda de estudos na área ainda ser pequena e com poucos pesquisadores. Acredita-se que esse aumento se deve às crescentes exigências em relação à sustentabilidade provenientes da sociedade.

Dos 49 artigos publicados no Brasil que integraram o portfólio analisado, foram selecionadas 11 publicações que apresentaram aderência ao tema. Nesses trabalhos, foi ressaltado que a agricultura familiar é importante para o desenvolvimento regional, como provedor de emprego e motivador de turismo. Porém, para que ocorra desenvolvimento rural sustentável é importante adoção de tecnologias, intensificação ecológica e gerenciamento da sustentabilidade (HOMRICH *et al.*, 2017; PICOLO *et al.*, 2014).

Para isso, foi constatado a necessidade de boa governança, para dar suporte aos pequenos produtores, por meio de financiamento e parcerias com o governo, treinamento e automação de equipamentos, educação ambiental, apoiadas por iniciativas públicas e privadas, para promover a sustentabilidade na agricultura familiar (PINTO *et al.*, 2014). Verificou-se, ainda, que o desenvolvimento sustentável no meio rural acarreta em melhorias sociais, promovendo maior participação das receitas e benefícios entre os *stakeholders* (RODRIGUES *et al.*, 2018).

Como limitações da pesquisa tem-se a análise somente dos artigos nacionais. Sugere-se assim, pesquisas futuras com a inserção de outras bases de dados com intuito de ampliar a amostragem, bem como análise internacional da produção.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. In: O bom negócio da sustentabilidade. 2002.
- ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 8ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2007.
- BARICHELO, R.; CASAROTTO FILHO, N.; HOFFMANN, R.; FERREIRA, P.; Small Condominium for Generation of Bioenergy And Fertilizer: A Case Study Within Rio Grande Do Sul, Brazil. Araujo, M. p. 297-306, 2014.
- BATISTA, G. Sustentabilidade Ambiental – Desenvolvimento e proteção. 2013. Disponível em: <http://www.atitudessustentaveis.com.br/artigos/sustentabilidade-ambiental-desenvolvimento-e-protecao/>. Acesso em: 10 Jan. 2018.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 01 mai. 2019.
- BRITTO, J. C. A estratégia de Criação de Valor Compartilhado na atividade vitivinícola orgânica: um estudo de caso da Cooperativa Vinícola Garibaldi Ltda. 2016. Monografia (Doutorado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 11 maio 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/1103>>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- CALLADO, A. L. C. Modelo de mensuração de sustentabilidade empresarial: uma aplicação em vinícolas localizadas na Serra Gaúcha. 2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Agronegócios. Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26743?show=full> Acesso em: 10 dez. 2017.
- CÉSAR, A. S. et al. Competitiveness analysis of “social soybeans” in biodiesel production in Brazil. Renewable energy, v. 133, p. 1147-1157, 2019.
- CONEJERO, M. A.; CÉSAR, A. D. S.; BATISTA, A. P. The organizational arrangement of castor bean family farmers promoted by the Brazilian Biodiesel Program: A competitiveness analysis. Energy Policy, v. 110, p. 461-470, 2017.
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Grito da Terra Brasil 2009: Por um Brasil Sustentável. Ano VI, nº 58, Edição Especial mai/jun 2009. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f1620contagmaiojunho.pdf>. Acesso em: 01 jun 2019.
- EMBRAPA. Visão 2014-2034: o futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira. Brasília, DF: Embrapa, 2014.
- GODOI, T. G.; BURIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. Sustainability of PRONAF Loans for Family Farming. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 38, p. 637-661, 2016.



HOMRICH, A. S.; THEODORO, D. S.; DE CARVALHO, M. M. PSS creating business for sustainability: the Brazilian Olive Oil case in Mantiqueira Community. *Procedia CIRP*, v. 64, p. 405-410, 2017.

LATAWIEC, A. E. et al. Intensification of cattle ranching production systems: socioeconomic and environmental synergies and risks in Brazil. *Animal*, v. 8, n. 8, p. 1255-1263, 2014.

LINS, C. Sustentabilidade 2012. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/economia/sustentabilidade_economica. Acesso em: 10 jan. 2018.

LOPES, F. B. et al. Sustainability index approach for Baixo Acaraú Irrigated District, Ceará, using multivariate analysis. *Revista Ciência Agronômica*, v. 40, n. 2, p. 185, 2009.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Educação Ambiental e Agricultura Familiar: aspectos introdutórios. Alex Barroso Bernal, Organizador. Brasília: MMA, 2015.

MUNASINGHE, M. et al. Value–Supply Chain Analysis (VSCA) of crude palm oil production in Brazil, focusing on economic, environmental and social sustainability. *Sustainable Production and Consumption*, v. 17, p. 161-175, 2019.

NUNES, B.; BENNETT, D.; JÚNIOR, S. M. Sustainable agricultural production: an investigation in Brazilian semi-arid livestock farms. *Journal of cleaner production*, v. 64, p. 414-425, 2014.

PEREIRA, A. C.; SILVA, G. Z. da; CARBONARI, M. E.E. Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente. São Paulo: Saraiva, 2011.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 52, p. 63-84, 2014.

PINTO, L. F. G. et al. Group certification supports an increase in the diversity of sustainable agriculture network–rainforest alliance certified coffee producers in Brazil. *Ecological Economics*, v. 107, p. 59-64, 2014.

Políticas Editoriais. *Ecology and Society*, 2019. Disponível em: <<https://www.ecologyandsociety.org/about/policies.php>>. Acesso em: 30 Mai. 2019.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social métodos e técnicas. São Paulo: ATLAS, 2008.

RODRIGUES, G. S.; MARTINS, C. R.; BARROS, I. Sustainability assessment of ecological intensification practices in coconut production. *Agricultural systems*, v. 165, p. 71-84, 2018.

SANTOS, F. Sustentabilidade econômica. 2013. Disponível em: <http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade-social/> Acesso em: 10 jan. 2018

SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A. Sustentabilidade e agricultura familiar: um estudo de caso em uma associação de agricultores rurais. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 7, n. 1, p. 70-86, 2013.



SILVA, C. L. da. Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, M. R.; GODOY, W. I.; BORTOLUZZI, S. C. Avaliação de Sustentabilidade na Agricultura Familiar: Seleção e Análise Bibliométrica de Publicações Nacionais. Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, v. 6, n. 2, p. 36-53, 2016.

UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. A Universidade – Início. Disponível em: <http://www.ufc.br/a-universidade>. Acesso em 25 jul. 2019.

VEIGA, J. E. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

ZANELLA, T. P.; LAGO, S. M. S. A Produção Científica Brasileira sobre a Sustentabilidade no Agronegócio: Um Recorte Temporal entre 2005 e 2015. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 18, n. 4, p. 356-370, 2016.

Fonte financiadora: Edital nº 169/2018 Processo de Seleção de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) 2018/2019.



PESQUISA: RESUMOS DE TRABALHOS CONCLUÍDOS



3894835 - ANÁLISE DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DA ATIVIDADE FUMAGEIRA EM UMA PROPRIEDADE FAMILIAR LOCALIZADA NA CIDADE DE IÇARA, SC

Joyce Ghedin Milioli, Jaime Dagostim Picolo

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Considerada uma das principais bases da economia nacional, a agricultura vem evoluindo constantemente graças a avanços na tecnologia. Desde o início da colonização, a agricultura no Brasil serve de sustento para diversas famílias, apresentando tamanha importância quanto os complexos urbanos (OAKLEY; GARFORTH, 1992). Dentre os ramos existentes na agricultura, pode-se citar o cultivo do fumo, que ocorre anualmente, sendo realizados procedimentos para o plantio, crescimento, colheita e secagem das folhas. Pelo fato da produção do tabaco ser uma cultura assumida em grande parte pela agricultura familiar, cabe ressaltar o seu impacto na geração de empregos no meio rural, como também no sustento dessas pessoas (BELING, 2006). Porém, administrar uma propriedade requer habilidades gerenciais visto que é necessário ter o controle de indicadores pertinentes ao desempenho da mesma. É essencial ter conhecimento de que aquilo que está sendo feito vem trazendo resultados positivos, ajustando práticas que não têm sido vantajosas na organização. A pesquisa foi realizada em uma propriedade que atua unicamente com a produção do tabaco, onde se cultiva cerca de 70 mil pés de fumo. Para que haja um bom rendimento com a produção, é necessária uma série de investimentos, que vão desde o cultivo da planta até a colheita e preparação para a venda. Além dos produtos utilizados na lavoura, existem também custos referentes à manutenção dos implementos agrícolas, mão de obra entre outros. Sem um gerenciamento dos custos, torna-se mais complexa a tomada de decisão em níveis administrativos, comprometendo desta forma a sobrevivência da propriedade. O objetivo da pesquisa é analisar os custos de produção da atividade fumageira em uma propriedade familiar localizada na cidade de Içara, SC. Para tanto, faz-se necessário levantar os custos, despesas e as receitas operacionais decorrentes da unidade produtiva do fumo, analisar o Demonstrativo do Resultado do Exercício da atividade de produção em estudo e propor ações de melhoria do resultado operacional. Desta forma, foram levantados dados da propriedade que compreendem o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2018 e divididos em fixos e variáveis. Os indicadores apontam que os custos fixos representam uma média de 15,67% dos custos da propriedade, enquanto os custos variáveis abrangem 22,92%. A margem de contribuição média é de 75,82%, e possui lucratividade média de 60,15%. Perante a definição dos indicadores, também foram determinadas ações de melhoria para a propriedade, avaliando alternativas de aquisição de uma máquina para a colheita do fumo e o cultivo de outras culturas no período entressafra para gerar uma renda extra aos produtores. Neste momento, a aquisição da máquina para colheita não se mostrou viável dado seu alto custo de aquisição, com a opção de adquiri-la futuramente. Já a opção de cultivar outras culturas no período entressafra revelou ser interessante, podendo optar pelo cultivo ou arrendamento da terra.

Palavras-Chave: Tabaco, Agricultura familiar, Indicadores, Gerenciamento, Custos



8877548 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE: PERCEPÇÕES DE DISCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

André Menezes Siebert, Pamella Santos Pereira, Sílvio Parodi Oliveira Camilo, Jaime Dagostim Picolo

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O tema acerca da sustentabilidade ambiental a partir da década de 1970, com impulso mundial por meio de eventos liderados pelas Nações Unidas, tem merecido à atenção das instituições organizacionais no âmbito internacional. Preocupações sobre o esgotamento de recursos naturais e o crescimento industrial têm sido objeto de debate desses encontros (MEADOWS et al, 1972; KUHLMAN; FARRINGTON, 2010; SEN, 2013). Dentre as estratégias emolduradas na conferência das Nações Unidas de 1992, definida como Agenda 21, está o acesso à educação ambiental formal e informal para diferentes grupos etários (KAGAWA, 2007; WCED, 1987). Esta preocupação é convergente com as diretrizes da UNESCO, impulsionada pelo marco da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien. Pois, tais instituições preconizam à educação para o desenvolvimento sustentável (EDS), como um processo de aprendizagem de tomada de decisões para um futuro de longo prazo. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo verificar da percepção e atitudes relacionadas ao desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade dos discentes do curso de administração da UNESC. Este estudo contribuí, e se insere com políticas internacionais de integração da educação e à EDS em todos os níveis de ensino (KAGAWA, 2007). Considera-se também de forma indutiva, o entendimento de que o resultado da política da Instituição de Ensino Superior deve refletir no curso em estudo em termos de EDS. Para atender, com base no instrumento de Kagawa (2007), a pesquisa de opinião foi realizada por meio do google formulário, retornando 30 respondentes, correspondendo a uma taxa de resposta espontânea dos matriculados de 6,19%, de 485 possíveis. Os resultados demonstram que é considerado “familiar” e “muito familiar” os termos “desenvolvimento sustentável” (76,67%) e “sustentabilidade” (83,33%). Quanto a participação de cursos ou debates sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável 86,67% declararam que “sim”, entretanto 53,33% declararam “não” ter tido envolvimento ou experiências “fora da escola”. Quanto ao entendimento espontâneo relacionado ao termo sustentabilidade e desenvolvimento sustentável a percepção é relacionada principalmente com racionalização (70,00% dos entrevistados), meio ambiente (56,67%), preservação (33,33%), reciclagem (30,00%) e desenvolvimento (30,00%). Relacionado a visão pessoal sobre o futuro da sociedade, a predominância é de que “políticas governamentais recentes sobre o meio ambiente, combinadas com uma juventude melhor educadas irão assegurar, uma sociedade sustentável, segura e saudável vivendo dentro dos limites ecológicos” (56,67% dos respondentes). Há expectativa preponderante em relação ao tema sustentabilidade nas agendas acadêmicas, destacando-se redução do desperdício; reciclagem; economia de água e energia; não jogar lixo no meio ambiente; e consumo consciente. Não se pode considerar a pesquisa, ainda, finalizada.

Palavras-Chave: Educação, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade.



6594913 - GOVERNANÇA MULTINÍVEL: O ESTADO DA ARTE

Suelen Américo dos Santos, Julio Cesar Zilli

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O cenário mundial faz com que a integração entre diferentes agentes seja imprescindível, e torna cada vez mais arriscado presumir que todos os problemas podem ser generalizados (THOMANN; TREIN; MAGGETTI, 2019). Assim o tema Governança Multinível, conceitua que ao ser aplicada em uma região pode vir a resolver problemas de integração econômica e política conforme aponta Knopp (2011). Podendo-se citar a União Europeia (UE), como o exemplo mais difundido. Marks (1993), afirma que a estrutura da UE pode ser definida como uma organização em base de negociações contínuas entre os governos que representam diferentes níveis territoriais, o que resulta de uma metodologia de redefinição, de redistribuição de competências e institucional. Desta forma, esta pesquisa desenvolvida por meio do PIBIC (Edital 120/2018) tem por objetivo identificar a conceituação do constructo Governança Multinível (GM) proposto na literatura científica. Metodologicamente, caracterizou-se como uma pesquisa teórica por meio de uma revisão da literatura, e uma análise bibliométrica e descritiva das publicações, ao combinar os descritores “Multilevel Governance” e “Multi-Level Governance” que trouxe 2.076 resultados na base de dados Scopus. Quanto aos resultados obtidos, o interesse pelo tema GM pode ser definido como sólido e em constante avanço, onde a partir do ano de 2010 manteve seus resultados superiores a 100, com exceção de 2009 que registrou apenas 93 publicações. Dentre as publicações se destacam os autores Ian Bache com 18 documentos, publicados pela Universidade de Sheffield do Reino Unido, responsável por 36 publicações referente ao tema. O autor Arthur Benz que contribui com 18 documentos pela Universidade Técnica de Darmstadt na Alemanha. E o autor Ernst Ulrich Petersmann, com outros 18 documentos, publicados pelo Instituto Universitário Europeu na Itália, responsável por 34 publicações sobre o tema. A concentração dos resultados fica no continente Europeu, onde dentre os 10 países com maior volume de publicações, 7 deles são europeus, acumulando 1.359 documentos registrados. Relacionadas, normalmente à área de ciências sociais com 1.697 documentos. E conta com 79 livros dedicados ao tema, ainda com contribuição em 268 capítulos de livros. Seu interesse é justificável já que busca a distribuição de direitos e deveres entre os diversos atuantes em diferentes níveis em busca do melhor interesse comum. Destacam-se as premissas: i) Redes Colaborativas, que representam a interação entre vários atores, a construção de ambientes de negociações, as redes auto organizadas, a cooperação, a coordenação e articulação e parcerias (KOEHLER-KOCH, 1998); ii) A Descentralização, com repartições de poder, e a descentralização político-administrativa (BRANDÃO, 2011); e iii) As Instituições complexas, que criam métodos para a tomada de decisão (DALLABRIDA; BECKER, 2003).

Palavras-Chave: Governança, Governança Multinível, Revisão da Literatura



3818721 - REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE CAPACIDADES ESTRATÉGICAS

Cassia Gonçalves da Silva, Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O objetivo do trabalho foi realizar revisão sistemática acerca da publicação sobre a abordagem teórica das Capacidades Estratégicas. Foi realizada pesquisa qualitativa documental. Existem variados tipos de documentos e fontes para estudo, sendo escritos ou não, todos devem passar por um teste sobre sua validade e fidelidade para uma eficiente pesquisa documental (LAKATOS; MARCONI, 2001). A pesquisa qualitativa baseia-se em buscar respostas à assuntos específicos e complexos, analisando e comparando seus objetos de estudo, assim apresentando como contribuição, uma visão a respeito do mesmo (OLIVEIRA, 1997). A base de dados utilizada foi o SPELL, nos três itens de pesquisa “Selecione um campo”, “Resumo” e “Palavra-Chave” foi utilizada a palavra-chave “Capacidade Estratégica”. Foram controlados também: período de publicação: janeiro de 2000 até setembro de 2018; Tipo de Documento: artigo; Idioma: português e inglês. Resultaram em quatro artigos de Capacidades Estratégicas. Sobre Capacidades Estratégicas: No primeiro artigo: Camila Cruz de Carvalho; Sérgio Henrique Arruda Cavalcante Forte; Oderlene Vieira de Oliveira e Raíssa Karen Leite Sales. Título: Mensuração da Capacidade de Governança Corporativa das Empresas Familiares para Migração ao novo mercado da BM&FBOVESPA. A temática da pesquisa situa-se em como medir a capacidade de Governança Corporativa de empresas familiares para a migração do Mercado Tradicional para o Novo Mercado da BM&Fbovespa, do Brasil. Autores do segundo artigo: Janielen Pissolatto Deliberal; Vilmar Antônio Gonçalves Tondolo; Maria Emília Camargo e Rosana da Rosa Portella Tondolo. Título: Gestão Ambiental como uma Capacidade Estratégica: Um Estudo no Cluster Fabricação de Móveis no Sul do Brasil. O objetivo deste estudo foi analisar se a gestão ambiental pode ser considerada como uma capacidade estratégica, contribuindo positivamente ao desempenho das empresas do setor de manufatura pertencentes a Clusters da Indústria Moveleira do Sul do Brasil (CIMSMB). Autores do terceiro artigo: Sarah Mesquita Lima; Joyce da Silva Albuquerque; Sérgio Henrique Arruda Cavalcante Forte e Henrique Santos Lyra Maia. Título: Proposição de um índice de Capacidade Estratégica para Micro e Pequenas Empresas. Este estudo objetiva propor a elaboração de um índice de capacidade estratégica de MPE. Autores do quarto artigo: Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias; Alessandra Cassol; Graciele Tonial e Carlos Ricardo Rossetto. Título: Estudo da Adaptação Estratégica e das Capacidades Estratégicas de uma empresa de Papel e Papelão Ondulado. O objetivo deste estudo foi compreender os períodos de adaptação estratégica da empresa Celulose Irani S.A. entre 1994 e 2012 e correlacioná-los às capacidades estratégicas apresentadas no modelo de Desarbo et al. (2005).

Palavras-Chave: Administração estratégica, Capacidades estratégicas, Pesquisa qualitativa.



8961557 - MODALIDADES DE FOMENTO, FINANCIAMENTO E OUTRAS FORMA DE APOIO, CONCEDIDAS COM RECURSOS PÚBLICOS ÀS ICES A PARTIR DA LEI DAS COMUNITÁRIAS

João Batista Costa, Anderson Correa Benfatto, Miguelangelo Gianezini

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

No Brasil, para além das IES privadas com fins lucrativos e as Públicas estatais, existe a figura das as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), que por meio de suas atividades, têm promovido mudanças, fruto de pesquisas e discussões provenientes de sua condição, oferecendo respostas às necessidades e anseios socioeconômicos de diversas localidades, notadamente nos estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC). Na realidade catarinense, observa-se que as ICES se encontram em um ambiente institucional dinâmico de crescente competitividade perante IES de outras naturezas, pressionando-as a aprimorar seu planejamento e gestão, além de buscar recursos financeiros para manutenção e expansão de suas atividades. Nesse contexto, é possível visualizar o relacionamento com stakeholders e variáveis externas que influenciam a gestão e a situação financeira dessas instituições. Considerando tal seara, o presente trabalho estudou as modalidades de fomento, financiamento e outras formas de apoio, concedidas com recursos públicos às Instituições Comunitárias de Ensino Superior em SC a partir da Lei das Universidades Comunitárias. Quanto a abordagem metodológica, esta foi predominantemente qualitativa, por se tratar de projeto de pesquisa com ênfase na compreensão da condição dos impactos das políticas públicas, pautadas pela observação e descrição deste processo nas organizações comunitárias em SC; e subsidiariamente quantitativa, por se utilizar de regras e procedimentos de previsão das etapas de investigação, além de dados (números e percentuais) para a apresentação do objeto em análise. Com relação aos procedimentos, utilizou-se pesquisa bibliográfica e levantamento documental, visto que a proposta perpassa pela análise de legislação (Lei Federal N. 12.881, de 12 de novembro de 2013 e relativas) e utilização de outras bases de dados, para a própria construção teórica do material desenvolvido. Partindo da hipótese primária que os recursos dados as universidades comunitárias são segurados por lei, constatou-se que a importância da universidade comunitária não é plenamente desenvolvida na recepção do acadêmico nela em função da problemática envolvida em falta de repasses mínimos preestabelecidos por dispositivo legal, que por vezes não são respeitados pelo próprio órgão estatal. Averiguou-se também que existe competitividade com as IES com fins lucrativos, que disputam espaço nas benesses estatais dada as ICES. Por fim, especificamente quanto à Lei 12.881/2013, praticamente não há desdobramentos, menção ou publicação oficial (incluindo-se o DOU) desde sua promulgação. Portanto, mesmo que reconhecido o papel relevante das ICES na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento local e regional, observa-se a necessidade de respeitar sua condição de forma diferenciada, pois em caso contrário, viola os princípios expostos do artigo 6º. da Lei das Comunitárias, que visa cooperação entre o poder público e este tipo de instituição.

Palavras-Chave: Universidades Comunitárias, Desenvolvimento Regional, Educação Superior, Competitividade.



3844994 - ESTUDO DAS CAPACIDADES DINÂMICAS: REVISÃO SISTEMÁTICA

Tainara Silveira Redivo, Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Segundo Teece (2012), os estudos sobre o tema Capacidades Dinâmicas ainda são bem recentes e pode oferecer tanto desafios como oportunidades de pesquisa. Este trabalho teve como objetivo realizar revisão sistemática acerca das pesquisas da abordagem teórica aplicadas no setor cerâmico. Embora haja relacionamento entre as definições acerca de Capacidades Dinâmicas, cada autor busca em seu estudo enfatizar algum aspecto específico acerca da abordagem. Para Teece, Pisano e Swen (1997), capacidade significa a gestão estratégica de adaptar, integrar e reconfigurar competências - conjunto de rotinas e processos organizacionais - internas e externas para obter novas formas de vantagem competitiva, já o termo "dinâmico" significa a capacidade de renovar as competências para alcançar coerência com a mudança do ambiente de negócios. Para Teece, Pisano e Swen (1997), capacidades dinâmicas é a capacidade interna de uma empresa em integrar, construir e reconfigurar e competências externas para abordar ambientes em rápida mudança. Wang e Ahmed (2007) definem capacidades dinâmicas como o conhecimento da firma quanto ao seu comportamento no mercado, diante do ambiente em mudança buscando sempre obter uma vantagem competitiva, constantemente procurando reconfiguração, renovação, recriando os seus recursos, as suas capacidades, buscando atualizar e reconstruir as capacidades básicas da firma. Afirmam que as Capacidades Dinâmicas não são puramente processos, mas a incorporação das estratégias em processos e o desenvolvimento das capacidades a partir de resultados das capacidades dinâmicas é repetidamente discutido e corroborado em pesquisas baseadas na experiência e na observação. Teece (2007) também definiu Capacidades Dinâmicas, como uma capacidade da organização na busca de melhoria, perceber as suas oportunidades, aproveitando-as, juntamente com o conhecimento de suas ameaças, controlando-as e diante disso ajustar e reinventar ativos especializados e co-especializados a fim de proporcionar satisfação quanto às necessidades de seus clientes, como também sustentar e aumentar a competência de evolução da empresa, desenvolvendo um diferencial e agregando valor ao longo prazo para os investidores. Dessa maneira, Wang e Ahmed (2007) definem três tipos de Capacidades Dinâmicas: absorptiva, adaptativa e inovativa. Capacidade absorptiva: é a habilidade da empresa em reconhecer o valor de novas informações externas, assimilando-as e aplicando-as. Capacidade inovativa: é a habilidade da empresa em desenvolver novos produtos. Capacidade adaptativa: habilidade da empresa em identificar e capitalizar as oportunidades necessárias e emergentes de mercado.

Palavras-Chave: Capacidades dinâmicas, Competitividade, Competências



1448790 - CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO FINANCEIRA NAS GRANDES EMPRESAS DA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA

Dicielen Barbosa Albano, Denise Mendes Nunes, Cleyton de Oliveira Ritta

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
Centro de Educação Profissional - CEDUP

A gestão financeira é o ato de planejar e executar atividades que envolvem recursos financeiros e não financeiros que são aplicados nas atividades operacionais para geração de valor nas organizações (GITMAN, 2010; LEMES JUNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2010). Segundo Lemes Junior, Rigo e Cherobim (2010), o objetivo da gestão financeira é o aumento de riquezas e a redução de custos nas operações. Para Gitman (2010), a importância da gestão financeira está no fato de auxiliar gestores no processo tomada de decisão de aplicação ou de captação de recursos para alavancar resultados organizacionais. Diante desse contexto, o objetivo geral da pesquisa é verificar as características da gestão financeira nas grandes empresas localizadas na região da Associação dos Municípios da Região Carbonífera de Santa Catarina (AMREC). Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa e do tipo levantamento, por meio de questionário estruturado, aplicado em 54 empresas selecionadas de modo intencional por acessibilidade. Os resultados da pesquisa mostraram que a maioria das empresas: (1) é de natureza jurídica Ltda. (61,11%) com atuação principalmente no segmento industrial (55,55%); (2) tem no comando da gestão financeira um gestor sem grau de parentesco os proprietários (70,37%), do sexo masculino (70,37%) que exerce funções de Diretor Financeiro ou de Gerente Financeiro (66,67%) e que possui graduação em Administração e Ciências Contábeis (48,15%); (3) tem diversos cargos na hierarquia financeira, como diretor, gerente, supervisor e auxiliar financeiros; (4) realiza investimentos nas modalidades de Renda Fixa (31,48%) e de Fundos de Investimentos (27,77%); (5) possui empréstimos nas modalidades de Desconto de Títulos (35,19%) e de Capital de Giro (40,74%); (6) utiliza financiamentos para veículos (38,88%) e máquinas/equipamentos (40,74%); e (7) capta recursos de Bancos Múltiplos/Comerciais (74,07%) e de Bancos de Desenvolvimento (40,74%). A partir desses resultados, conclui-se que as grandes empresas da região carbonífera demandam por uma estrutura financeira complexa para atender as necessidades organizacionais, visto que possuem um gestor com formação superior na área de negócios para exercer o comando das operações financeiras. Além disso, contam com uma hierarquia organizacional diversificada com cargos específicos na área financeira para segregar funções, atividades e responsabilidades. As organizações realizam diversas modalidades de aplicação e de captação de recursos no mercado financeiro para o suporte das operações e, por isso, requerem dos gestores conhecimentos técnicos avançados em finanças para otimizar recursos e aumentar a lucratividade, no intuito de assegurar a perpetuidade organizacional.

Palavras-Chave: Finanças Corporativas, Gestão Financeira, Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC.



4917111 - ESTÁGIOS EVOLUTIVOS DA CONTABILIDADE GERENCIAL NAS ORGANIZAÇÕES DA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA

Denise Mendes Nunes, Dicielen Barbosa Albano, Letícia Bortoluzzi, Cleyton de Oliveira Ritta

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
Centro de Educação Profissional - CEDUP

Os artefatos da contabilidade gerencial fornecem informações relevantes para o processo de gestão para que se possa avaliar o desempenho de colaboradores e de organizações. O desenvolvimento das práticas (artefatos) de contabilidade gerencial foi influenciado pelas necessidades de gestores e de organizações ao longo do tempo. Segundo o International Federation of Accountants - IFAC (1998), a evolução dos artefatos da contabilidade gerencial pode ser classificada em quatro estágios: a) Estágio 1 - Determinação de custo e controle financeiro; b) Estágio 2 - Informação para controle e planejamento gerencial; c) Estágio 3 - Redução de perdas de recursos no processo operacional e d) Estágio 4 - Criação de valor por meio do uso efetivo dos recursos. Segundo Soutes (2006), os artefatos pertencentes aos Estágios 1 e 2 são considerados artefatos tradicionais da contabilidade gerencial por utilizar medidas históricas e financeiras. Por sua vez, os artefatos que compõe os Estágios 3 e 4 são considerados contemporâneos, visto que utilizam medidas prospectivas e não financeiras. Os artefatos da contabilidade gerencial contribuem com a elaboração de estratégias de negócio e de criação de valor para as organizações, portanto são instrumentos importantes para assegurar a sustentabilidade organizacional. Diante desse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é identificar os artefatos e os estágios evolutivos da contabilidade gerencial que predominam nas organizações da região carbonífera de Santa Catarina/AMREC (Associação do Municípios da Região Carbonífera). Para atingir esse objetivo geral, realiza-se uma pesquisa de natureza descritiva, com abordagem quantitativa por meio da técnica de coleta de levantamento com a aplicação de questionários do tipo fechado aos gestores responsáveis pela área gerencial das organizações selecionadas de modo intencional por acessibilidade (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). O período de coleta compreendeu os anos de 2017 e de 2018 e resultou em 136 organizações investigadas de diversos portes e segmentos econômicos. Os resultados mostraram que os artefatos de contabilidade gerencial que mais se destacaram por estágios evolutivos foram: Margem de Contribuição (Estágio 1), Orçamento Empresarial (Estágio 2), Planejamento Estratégico (Estágio 3), Simulação de Lucratividade de produtos (Estágio 4). Por outro lado, os artefatos que menos se destacaram foram: Valor Econômico Adicionado/EVA (Estágio 4), Business Intelligence (Estágio 2), Gestão Baseada em Atividades/ABM (Estágio 3) e kaizen (Estágio 3). De modo geral, os artefatos dos estágios evolutivos 1 (Determinação de Custo e Controle Financeiro) e 2 (Informação para Controle e Planejamento Gerencial) foram predominantes em termos de importância e utilização para os gestores das organizações. Os artefatos desses estágios são considerados instrumentos tradicionais de gestão e, conseqüentemente, são mais conhecidos pelos gestores, facilitando sua aceitação no ambiente organizacional.

Palavras-Chave: Contabilidade Gerencial; Estágio Evolutivos; Artefatos da Contabilidade Gerencial; Região Carbonífera.



4111699 - A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA CATARINENSE DE ESTATAIS: CRÉDITO, ENERGIA, COMUNICAÇÃO, GÁS NATURAL, ÁGUA E SANEAMENTO (1955-2010)

Samuel Henrique Colombo Da Luz, Gabriel Crozetta Mazon, Alcides Goularti Filho

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Este resumo faz parte de um amplo projeto de pesquisa sobre a história econômica da constituição e consolidação do sistema catarinense de estatais no século XX. O contexto histórico econômico brasileiro é formado por ciclos políticos, ora desenvolvimentistas, os quais tendem ao modelo de estatização, não somente por meio da regulação do mercado, mas como instrumento e fator de desenvolvimento; e ora de períodos neoliberais, dando ênfase as privatizações, sendo de pouca irrelevância a intervenção do estado à economia, creditando ao livre mercado o poder de regulação. Dentro do âmbito nacional está o estado de Santa Catarina, do qual foi estudado a formação de seu sistema regional de estatais, com o objetivo de compreender a estatização como instrumento de política econômica e como fator de desenvolvimento socioeconômico. O estudo abrange a trajetória das seguintes empresas, no recorte temporal de 1955 a 2010: Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), SC gás, Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC), Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) e Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN). Essa pesquisa trará uma breve revisão do que aconteceu com cada empresa no período, trançando um movimento geral para a estatais catarinenses. Serão utilizadas as seguintes fontes de análise para o projeto como um todo: relatórios de atividades das empresas, atas das assembleias gerais e da diretora, balanços patrimoniais e análise financeira, periódicos, leis e decretos, relatórios dos governadores, além de artigos e teses. A maioria do material foi digitalizado no acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, em pelo menos três viagens a Florianópolis. O resultado final ainda está em construção, porém já podemos apontar que as estatais catarinenses se articulam na formação dos sistemas regionais de economia e na composição das camadas geoeconômicas (transportes, comunicações, energia e água). As estatais, por meio do alargamento das suas funções, adensam o estado no território, além de impulsionar e dinamizar o mercado interno.

Palavras-Chave: Estatais, Infra-estrutura, Fator de desenvolvimento.



1897594 - ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS NO SUL CATARINENSE

Mônica da Rosa Mendonça, Dimas de Oliveira Estevam

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O presente resumo faz parte de pesquisas concluídas intituladas – estudos interdisciplinares sobre cooperativas descentralizadas em contextos rurais. A cooperativa descentralizada é uma inovação organizacional, que teve início no final da década de 1990, visando a formalização da produção da agricultora familiar no Estado de Santa Catarina e que estavam a margem do mercado formal. Estas cooperativas possibilitam a formalização de empreendimentos rurais, indo além da produção agrícola, abrangendo outros setores, como o turismo rural, ampliando o leque de oportunidades para os produtores rurais. As cooperativas descentralizadas se diferenciam de outras formas de organizações cooperativas, por que os produtores mantêm suas unidades de produção que são repassadas a cooperativa, por meio de um contrato de comodato. O presente resumo tem por objetivo estudar a situação cooperativas descentralizadas no sul catarinense. O procedimento metodológico adotado nesta pesquisa foi a descritiva, com base em fontes documentais, secundárias como IBGE, Epagri, entre outros. Os resultados obtidos revelam a existência de 28 cooperativas descentralizadas, no Sul de Santa Catarina, com 2.186 cooperados. Sendo que a cooperativa mais antiga, na Região, foi fundada no ano 2000. Conclui-se, com base nas informações apresentadas que as cooperativas descentralizadas cumprem uma função social relevante, no sul catarinense, na viabilização da produção rural, na diversificação na oferta de produtos, no acesso ao mercado formal, enfim, na manutenção de grande contingente de produtores no meio rural.

Palavras-Chave: Cooperativas descentralizadas, Produtos artesanais, Mercado formal.



1669761 - GOVERNANÇA PARA INOVAÇÃO: O ESTUDO DA ARTE

Mariana Dutra Albino, Júlio César Zilli

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Esta pesquisa apoiada por meio do PIC 170 (Edital 015/2018) objetivou identificar a conceituação do construto Governança para Inovação a partir das bases de dados nacionais e internacionais. Metodologicamente, caracterizou-se pela coleta de dados a partir de uma pesquisa bibliométrica na base de dados Scopus, avançando para uma análise descritiva na base de Teses e Dissertações da CAPES. Verificou-se, a partir da análise bibliométrica que a crescente produtividade que engloba o tema ocorreu a partir da virada do século, destacando o crescimento significativo desde 2007. Sobre a visão de publicações por décadas, os anos de 1990 totalizaram 22 artigos, os anos 2000 totalizaram 169 artigos e os anos 2010 até os dias atuais totalizaram 362 artigos, demonstrando um crescente interesse científico pelo tema. Verificou-se que Egginton, D., Forker, J. e Grout, P. da University of Bristol/ Inglaterra, foram os primeiros autores a utilizarem os termos selecionados, publicando o artigo “Executive and Employee Share Options: Taxation, Dilution and Disclosure” no Accounting and Business Research, no ano de 1993. Destacando os autores que mais se apropriam do assunto, bem como os seus vínculos com as Instituições de Ensino Superior (IES), as suas respectivas cidades e país de origem, pode-se dizer que as publicações se concentram nos países do continente europeu com 23, distribuídos pela Inglaterra, Alemanha, Luxemburgo, França e Espanha, seguido do continente americano com seis, concentrado nos Estados Unidos. Além de conter publicações no continente asiático com 4 publicações oriundas de Taiwan e do continente africano com três publicações provenientes da Tunísia. Em relação as áreas acadêmicas que se apropriam do tema Governança e Inovação, destaca-se as relacionadas à área de Business, Management and Accounting com 39% (367) e em sua sequência a área de Economics, Econometrics and Finance com 20% (184), além da área de Social Sciences com 13% (117). Destacando-se os autores, encontramos Tylecote, A. da University of Sheffield/ Inglaterra, seguido do Wu, H. L. do National Taiwan University/ Taiwan. Mostrando as principais formas de publicação do tema, de acordo com os dados coletados da plataforma Scopus, nota-se que as publicações são comumente efetuadas por meio de article, correspondendo 60% (330), seguido pelos paper conference com 19% (103) e do book chapter com 8% (42). Desta forma, pode-se afirmar que a governança, é um processo de coordenação e articulação, visando a melhoria no processo de inovação tecnológica desses atores frente a uma determinada conjuntura. Para isso, necessita de interação entre os vários stakeholders (sociedade civil, governo e instituições) visando o alcance de objetivos comuns. E na inovação, observa-se inúmeras classificações, podendo variar na literatura, porem prevalecendo as principais como Produto/Serviço, Processo, Organizacional e de Marketing, o que facilita a sua gestão e entendimento.

Palavras-Chave: Governança, Inovação, Plataforma Scopus.



2913720 - PRÁTICAS GERENCIAIS DE COMÉRCIO EXTERIOR: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA VIVENCIADA PELOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COMÉRCIO EXTERIOR

Izabel Regina de Souza, Luana Cardoso

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

É perceptível como o mercado internacional está cada vez mais dinâmico e exigente. E este dinamismo exige do profissional de comércio exterior, conhecimento atualizado e qualificado para atuar e atender as demandas que o mercado internacional impõe. Assim, o curso de administração da Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, proporciona aos acadêmicos uma dinâmica diferenciada na disciplina de práticas gerenciais de comércio exterior, a qual propicia maior conhecimento prático, por meio de consultoria às pequenas e médias empresas (PMEs) da região. Esta disciplina, explora com os acadêmicos a sistemática de exportação e importação, possibilitando-os vivenciar esses processos com gestores interessados na internacionalização. Assim, o objetivo desse trabalho é identificar a percepção dos acadêmicos do curso de comércio exterior, sobre a dinâmica da disciplina de práticas gerenciais. A metodologia, consiste em uma pesquisa quantitativa, com caráter descritivo. A coleta de dados foi realizada com 138 acadêmicos que já realizaram a disciplina, obtendo 57 respostas para análise. Os resultados demonstraram que os acadêmicos consideram a dinâmica da disciplina muito importante para a preparação para o mercado de trabalho, e que a dinâmica proporcionada pela disciplina de práticas gerenciais de comércio exterior é um diferencial no curso de administração comércio exterior. Os acadêmicos destacaram que a prática da disciplina os prepara melhor para o mercado de trabalho, já que os acadêmicos precisam ter todo o conhecimento da sistemática da exportação e importação, para assessorar as pequenas e médias empresas que participam do projeto de internacionalização. Por fim, quanto à constatação do grau de satisfação dos acadêmicos a respeito da proposta da disciplina e possíveis sugestões de melhoria, concluiu-se que os acadêmicos estão satisfeitos com a dinâmica proposta, porém destacaram que pode ser melhorada a forma de interação com os empresários que participam do Projeto de Internacionalização de PMEs. Além dos pontos acima, é possível concluir que a dinâmica de aproximar acadêmicos com empresários ou gestores que buscam conhecer a sistemática do processo de exportação e importação, é de grande importância para proporcionar o desenvolvimento da região por meio das exportações ou importações. Para estudos futuros, é importante considerar a possibilidade de realizar a pesquisa com os empresários ou gestores que já participaram do Projeto Internacionalização de PMEs, para conhecer a percepção dos mesmos quanto a satisfação de participar desse projeto. Conhecer o sentimento de todos os participantes no projeto pode fortalecer as ações que já são realizadas na disciplina e apresentar novas ações. Os empresários que já participaram do projeto sempre demonstraram muita vontade de aprender sobre o mercado internacional e, por tal motivo, conhecer a percepção deles na participação quanto ao propósito da disciplina parece ser de extrema relevância.

Palavras-Chave: Práticas inovadoras; Práticas Gerenciais; Comércio Exterior



9241655 - A SEGUNDA REPÚBLICA (1930 - 1945) NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA ATUAIS.

Rayane Layra de Souza, João Henrique Zanellato

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Resumo: O período conhecido como a Segunda República (1930 – 1945), é representado de várias maneiras dentro da historiografia, é possível encontrar estudos que demonstram como o governo de Vargas utilizou-se da legislação trabalhista para a construção de uma imagem de líder paternalista com o objetivo de manter o domínio sobre os trabalhadores e que não leva em conta o processo de organização trabalhista emergente antes mesmo do governo Vargas, bem como há aqueles que consideram à legislação trabalhista e outras medidas como uma concessão feita pelo Estado e pelos setores dominantes aos trabalhadores. Desse modo, a presente pesquisa objetivou analisar como as relações de trabalho são apresentadas nos livros didáticos de história (atuais) utilizados pelos professores de história das escolas públicas municipais e estaduais. Tendo em vista que nos últimos 20 anos vem ocorrendo a distribuição de livros por meio de uma política de Estado, que ocasionou o surgimento de um mercado editorial extremamente rentável. Disputado por várias editoras, a cada três anos os livros são substituídos por novos e são os professores que de modo geral escolhem os livros a serem utilizados no triênio seguinte. Seguindo essa premissa, o presente estudo fundamentou-se na Renovada História Política e na História do Trabalho, elegendo como fontes de pesquisa a produção bibliográfica sobre o período e a análise de 05 livros didáticos utilizados pelos professores de história, das escolas públicas municipais e estaduais, no triênio 2017-2019, buscando analisar como os trabalhadores no período de 1930 -1945, (Segunda República), foram abordados nesses livros.

Palavras-Chave: Trabalhadores, Livros Didáticos, Segunda República



1976290 - ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DO VALE DO ITAJAÍ - SC

Mayara Pereira de Souza, Anderson Correa Benfatto, Danieli Cristina de Souza

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A indústria têxtil catarinense gera desenvolvimento socioeconômico nas regiões onde estão localizadas, por meio da sua produção que gera a empregabilidade e renda. A indústria têxtil é o segundo setor que mais emprega no Brasil, ficando atrás somente do setor agropecuário. Em relação a indústria têxtil no Brasil, é nas regiões Sul e Sudeste que se estabelece a grande concentração da produção, onde cada região é especializada em um seguimento, a produção no Sul está focada em cama, mesa, banho e malhas em geral. O objeto de estudo está situado no sul do Brasil, mais precisamente no vale do Itajaí estado de Santa Catarina. Deste modo o presente estudo tem como objetivo geral identificar o perfil das relações de trabalho do setor de Fabricação de Produtos Têxteis (divisão 13, CNAE 2.0) das indústrias situadas na mesorregião do Vale do Itajaí-SC. Como enquadramento metodológico, o estudo está classificado como pesquisa aplicada, por meio de método dedutivo, com abordagem qualitativa, como objetivo de pesquisa descritivo por meio da pesquisa documental. Os dados serão secundários, coletados da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Em relação aos resultados encontrados, se caracterizou o perfil dos colaboradores, os dados obtidos demonstram predominância do sexo masculino com idade até 24 anos, baixa escolaridade, apenas com ensino médio, com remunerações de até dois salários mínimos e em sua maioria tendo a primeira experiência formal de trabalho. Deste modo, como resultado, evidenciou-se um crescimento do número de microempresas no setor, no entanto houve um aumento dos desligamentos nas empresas de grande porte, situação influenciada pelo processo de terceirização de produção, tal situação contribui para a precarização do trabalho na indústria têxtil da mesorregião do Vale do Itajaí. Também como resultados encontrados, foi possível perceber que com o encerramento das atividades de empresas de grande e médio porte, anos de 2007 à 2017, ocorreu um aumento dos desligamentos, nesse período cresce o número de microempresas, que suprem a necessidade de produção do setor, porém dependem da demanda de produção das mesmas, quando não ocorre essa demanda, as microempresas terceirizadas são obrigadas a diminuir seu quadro, gerando uma excessiva e constante rotatividade, provocando o trabalho precário no setor e na indústria têxtil do Vale do Itajaí.

Palavras-Chave: CNAE 2.0, Emprego, Terceirização, Trabalho Precário



6317863 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, TRABALHO DECENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SUL CATARINENSE

Eduarda Silva Venerio, Caroline Jacques

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A Economia Solidária estabelece com eixo programático da ação econômica o desenvolvimento humano, o fortalecimento das relações sociais, a confiança entre os associados, a gestão participativa e a justiça social. De acordo com Singer (2000; 2002), a economia solidária é uma resposta, por parte de diferentes grupos sociais, às contradições do sistema capitalista e às imperfeições das relações de mercado, onde uma parcela da população excluída do mercado de trabalho “formalizado” busca sua sobrevivência coletivamente. Em várias publicações da OIT (1999; 2004; 2006), o trabalho decente está fortemente relacionado com a noção de desenvolvimento humano. A perspectiva de desenvolvimento adotada pela OIT está muito próxima da noção de desenvolvimento econômico adotada por alguns economistas como Sen (2000). O autor defende uma visão ampla de desenvolvimento, como um fomento da liberdade humana, em particular da liberdade de desfrutar uma boa qualidade de vida. Esta pesquisa teve por objetivo investigar a relação existente entre os empreendimentos de economia solidária e o fortalecimento do trabalho decente no sul catarinense. As metodologias aplicadas foram: revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas junto aos empreendimentos de Economia Solidária apoiados pelo Programa de Ações em Economia Solidária da Unesc (PAES) e que comercializam na Feira de Economia Solidária (FES/Unesc). A Feira de Economia Solidária da Unesc (FES/Unesc), foi criada em 2011, com o objetivo de contribuir para a construção de formas alternativas de comercialização de produtos. Atualmente são 14 empreendimentos que participam da iniciativa compostos em sua grande maioria por mulheres. O contato direto com o/a consumidor/a permite a construção de relações de amizade e confiança, quanto à qualidade, à procedência, o reconhecimento e conhecimento dos produtos e da organização coletiva. Esse contato direto proporcionado pela feira se torna um espaço de aprendizado coletivo, onde os/as produtores/as aprendem com os/as consumidores/as e vice versa. A FES/Unesc é resultado da parceria com várias instituições da região sul de Santa Catarina que, juntamente com as cooperativas de agricultores familiares, associações de artesãos e colônia de Pescadores que tem possibilitado a criação de um espaço alternativo de comercialização dentro do campus da Unesc. Portanto, desde 2011 a FES Unesc tem sido um espaço privilegiado para o incentivo das práticas de economia solidária, geração de renda, inclusão social e produtiva e, portanto, promoção da dignidade de trabalhadores e trabalhadoras que fazem da economia solidária a base de suas práticas econômicas e de vida.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Trabalho decente; Desenvolvimento Socioeconômico; Sul catarinense; Extensão.



2947390 - EMERGÊNCIA E LUTAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO BRASIL (1980-2018)

Larissa Mazzucco Bianco, Giovana Ilka Jacinto Salvaro

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O texto objetiva apresentar uma análise acerca da emergência e bandeiras de lutas dos movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil (1980-2018). Trata-se de um plano de trabalho PIBIC/UNESC e faz parte de um estudo mais amplo do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero, no âmbito do projeto de base intitulado “Estudos de gênero e feminismos - perspectivas interdisciplinares e Ibero-Americanas” (2018-2020), que objetiva realizar estudos de gênero e feminismos por meio de pesquisas interdisciplinares que abordem questões sociais, políticas, econômicas e culturais no contexto Ibero-Americano. Para a realização da pesquisa, foram selecionadas teses e dissertações, localizadas por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), disponível em <http://btdt.ibict.br/vufind/>, utilizando-se os descritores “Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais”, “Movimento de Mulheres Agricultoras”, “Movimento de Mulheres Camponesas”. A escolha dos descritores foi feita com base na literatura prévia sobre o tema. Foram selecionados, então, 50 estudos sendo 35 dissertações e 15 teses, distribuídos entre 24 Instituições de Ensino Superior e 29 Programas de Pós-Graduação. No processo de análise, foi possível observar a emergência de movimentos sociais rurais de mulheres, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990. Na década de 1980, os movimentos sociais identificados foram o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento Popular de Mulheres (MPM), Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí (CMTP/PI), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo (MMB), Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB), Já o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento das Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) e o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA) foram criados na década de 1990. O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) emerge, no ano de 2004, como parte da unificação de diversos movimentos sociais de mulheres rurais oriundos das décadas de 1980 e 1990. Entre as principais bandeiras de lutas levantadas pelos movimentos, destacam-se a luta pelo reconhecimento da profissão e do trabalho da mulher rural, a busca por direitos, de acesso à terra, previdenciários e sociais, a luta pelo fim do machismo, da violência contra a mulher, por formas de produção que se pautem no respeito pela terra e pela natureza, preservando o meio ambiente e promovendo saúde, a luta pelo fim de toda forma de opressão e pela autonomia e desenvolvimento da mulher do campo de forma justa e digna.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais Rurais, Agricultura, Mulheres Camponesas, Trabalhadoras Rurais



9289682 - EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE ECONOMIA CIRCULAR NO BRASIL

Christian da Silva Lima, Carina Nunes, Melissa Watanabe

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Na lógica da economia circular os resíduos industriais devem ser realocados na cadeia produtiva em forma de novos produtos ou novas matérias primas, levando-se em consideração que os recursos do planeta são finitos a economia circular recebeu maior atenção no meio científico após a construção da agenda 2030 no ano de 2015 (ONU, 2015), motivo pelo qual justifica-se a relevância deste trabalho. Neste cenário, o objetivo desta pesquisa é compreender de que maneira a economia circular tem sido abordada no Brasil. Para responder ao objetivo proposto, realizou-se um levantamento nos programas de pós-graduação brasileiros, a partir da análise no Banco de Teses e Dissertações da Capes. Assim esta pesquisa tem abordagem mista (qualitativa e quantitativa) e lógica dedutiva, quanto aos fins é descritiva e quanto aos meios é documental e bibliométrica. Foi utilizado o descritor “economia circular” o qual resultou em 59 trabalhos, os quais foram tabulados com auxílio de uma planilha Excel®, na qual identificou-se o ano de publicação, o tipo de trabalho, o autor, a área do conhecimento, o programa de pós-graduação e o resumo da obra. Foram encontradas apenas 59 Teses e Dissertações com objeto de análise a economia circular. Mas percebeu-se um aumento significativo do interesse dos pesquisadores nos anos de 2017 e 2018, período no qual o número de trabalhos foi cinco vezes maior que a soma dos anos anteriores. Quanto a concentração da grande área do conhecimento, verificou-se que 52% dos trabalhos correspondem às engenharias, dos quais, 50% são oriundos da Engenharia de Produção. Seguidos da grande área das ciências sociais aplicadas (33%). Os Estados de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), respectivamente com 20 e 10 publicações, seguidos Santa Catarina (SC), Minas Gerais (MG) com 6 trabalhos cada e pelo Rio Grande do Sul (RS) com 5 publicações. Dentre as teses e dissertações, as principais abordagens estão relacionadas ao tratamento e destinação dos resíduos sólidos, logística reversa e criação de novos produtos. Ressalta-se que se observou também trabalhos em áreas específicas tais com moda e geografia. Com intuito de contribuir para o avanço da pesquisa científica sobre economia circular, este trabalho identificou que as pesquisas vêm crescendo consideravelmente, principalmente após a publicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, fornecendo uma síntese do que vem sendo pesquisado nos programas de mestrado e doutorado. Este trabalho limitou-se análise das Teses e Dissertações depositadas no Repositório da Capes, assim pesquisa em outros periódicos nacionais pode vir a contribuir com o entendimento de que maneira a pesquisa brasileira vem progredindo. Dentre as contribuições deste trabalho, ressalta-se a compilação de dados referentes a economia circular na base de dados analisado, uma vez que tal apresentação pode gerar a compreensão do que se tem estudado e gerar avanços nas pesquisas.

Palavras-Chave: Engenharia, Teses e dissertações, logística reversa.



5873517 - INTEGRAÇÃO REGIONAL E O MODELO DE GESTÃO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUSSANGA, SANTA CATARINA

Eduardo Camargo Prado, Igor Martello Olsson, Melissa Watanabe

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A mitigação de problemas relacionados a gestão de recursos hídricos está alinhada com os objetivos de trabalhos desenvolvidos por comunidades internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Associadas à Agenda 2030, tais ações estão enquadradas na busca pela eficiência na gestão dos recursos naturais com o foco no planejamento socioeconômico e ambiental, neste caso, à manutenção da potabilidade da água, acesso a saneamento e a manutenção da vida em ambiente aquático. Observa-se esforços como os dos comitês de bacias hidrográficas da região sul de Santa Catarina, Brasil, com planos de ação, gestão participativa e integradora que propiciam a criação de possibilidades de replicação dos modelos de gestão e integração regional para outras regiões e bacias hidrográficas. Neste modelo, além de ser prevista em lei, a participação de stakeholders aqui representados pela sociedade civil organizada, instituições de pesquisa, ensino e extensão e representantes dos poderes legislativo, executivo e judiciário, compõem parte importante no processo de assertividade do planejamento e execução das atividades do comitê. Com base na distinção organizacional dos comitês de bacias hidrográficas na região litorânea de Santa Catarina observada no processo de levantamento de informações dos comitês de bacias hidrográficas de Santa Catarina, buscou-se entender como ocorre a organização dos comitês de bacia hidrográfica da região sul de Santa Catarina, com foco no comitê de bacia hidrográfica do rio Urussanga. De caráter qualitativo, foram analisadas as atas das reuniões e aplicado questionário semiestruturado com integrante do comitê de bacia hidrográfica do Rio Urussanga. As características das dificuldades a serem trabalhadas tendem a convergir e o planejamento de ações adotadas por determinados comitês e concluídas com sucesso são reaplicadas na realidade dos demais comitês. Para além da reaplicação, projetos e processos unificantes também são observados, como a convergência de trabalhos das Bacias dos Rios Urussanga e Araranguá, no sul de Santa Catarina. Quando observados os planos de ações educativas, a falta de recursos para aplicação é reforçada pela fala da entrevistada ao indicar que o Projeto Minha Escola, Meu Rio foi realizado de 2011 a 2016 e descontinuado por falta de recursos financeiros para atender as escolas e oferecer estrutura para visitas orientadas. Por fim, quanto aos stakeholders, identifica-se que a alta rotatividade dos participantes dificulta o trabalho, com a necessidade constante de capacitação de participantes de todas as esferas da sociedade e do poder público.

Palavras-Chave: Ações Socioeducativas, Gestão Hídrica, Recursos Hídricos, Participação Democrática



4613929 - MARKETING TERRITORIAL E COMPETITIVIDADE: CARACTERÍSTICAS DE ROTAS CERVEJEIRAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Simoni Reus de Souza, Marcos Dalmoro, Miguelangelo Gianezini

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Na ótica da competitividade e desenvolvimento, cidades e territórios (regiões) têm buscado estruturar-se para atrair indústrias, serviços e demais possibilidades que possam fazer com que a dinâmica da economia de um determinado local se torne mais eficiente, conferindo qualidade de vida aos seus habitantes e visitantes. Com a implantação e rápida difusão da estratégia de planejamento territorial, a evolução dos aspectos econômicos e sociais de determinados territórios urbanos (e alguns rurais) desencadeou novas possibilidades de atividades socioeconômicas, como feiras de negócios, eventos gastronômicos, culturas e turismo de lugares, que por sua vez podem estar contidos em iniciativas do chamado Marketing Territorial. Este estudo teve por objetivo analisar iniciativas existentes e sua relação com o marketing territorial e o desenvolvimento local, com foco nos casos de duas rotas cervejeiras no estado de Santa Catarina, Brasil. Cabe mencionar que o mesmo é um desdobramento da proposta que busca evidenciar práticas de sustentabilidade e seus efeitos na competitividade das organizações em setores específicos e contou com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Quanto aos fins a pesquisa teve caráter exploratório e descritivo e com procedimentos de pesquisa bibliográfica e levantamento documental. Como resultados observa-se, por ordem de “fundação”, a rota cervejeira Vale da Cerveja, que reúne 13 estabelecimentos, sendo dozes cervejarias e uma escola voltada a capacitação de pessoas em diversos aspectos relacionados ao mundo da cerveja. Está localizada na região turística denominada Vale Europeu, e desde sua criação, em 2016, a iniciativa deu ainda mais visibilidade ao título de “Capital Brasileira da Cerveja” à cidade de Blumenau. Foi desenvolvida a partir do trabalho de um comitê gestor que incluiu diversos representantes da cadeia produtiva de cerveja da região. É regionalizada e segmentada, atendendo a um nicho específico de público, interessado na cultura cervejeira. Por sua vez, a rota Caminho Cervejeiro, localizada na região da grande Florianópolis, reúne 9 cervejarias que fazem parte do conglomerado que desenvolve um passeio integrado a outros atrativos das seis cidades envolvidas. Resultante de um esforço conjunto do Sebrae/SC, da AMPE e da União Cervejeira da Grande Florianópolis, a iniciativa tem o intuito de diversificar o turismo em SC, principalmente da região da capital, além de estimular o crescimento das produtoras locais de cerveja artesanal. Mesmo que as rotas cervejeiras não sejam obrigatoriamente vinculadas a exclusividade da cerveja artesanal, é perceptível seu poder de influência sob o objeto de estudo. Dentro das percepções observadas durante o desenvolver deste estudo, é possível destacar que as iniciativas de rotas cervejeiras estão estruturadas entre si, já possuem material informativo e participam de eventos cervejeiros para promoção das marcas integrantes dos conglomerados.

Palavras-Chave: Turismo Cervejeiro, Marketing de Lugares, Dinâmica Organizacional, Desenvolvimento Socioeconômico.



7291990 - A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL NAS LUTAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES RURAIS

Daiane dos Santos Possamai, Giovana Ilka Jacinto Salvaro

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Diversas formas de opressão permeiam as relações constituídas na sociedade brasileira, causando desigualdades de gênero, classe, raça e outras. Cientes dessa realidade, muitos movimentos sociais surgiram com o intuito de mudar a ordem preestabelecida, inclusive os movimentos feministas (ALVES; PITANGUY, 1985). De modo semelhante, o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, que se declara feminista e pertencente à classe trabalhadora, emerge no cenário nacional buscando mudanças profundas na sociedade, questionando, entre outras pautas, o sistema patriarcal e capitalista que leva as mulheres rurais a experimentarem diferentes tipos de violências no decorrer de suas vidas (MMC BRASIL, [2010]). Deste modo, a importância deste trabalho de conclusão de curso de Direito reside em evidenciar as particularidades da violência de gênero sofrida pelas mulheres do campo, bem como demonstrar a força das mesmas como agentes de mudança que, a partir da luta organizada, contribuem para a efetivação de seus direitos. Neste contexto, a presente monografia teve como objetivo geral analisar a contribuição do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil nas lutas de enfrentamento à violência de gênero contra mulheres que vivem em contextos rurais. Ademais, teve como objetivos específicos: estudar os movimentos feministas brasileiros, os conceitos de gênero, violência de gênero e violência contra as mulheres, bem como analisar o ordenamento jurídico brasileiro acerca do direito humano das mulheres à vida sem violência, enfocando a criação da Lei 11.340/06; apresentar a construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas a partir de sua organização e principais bandeiras de luta; e analisar as estratégias adotadas pelo movimento para o enfrentamento à violência de gênero contra mulheres rurais. Para tanto, utilizou-se o método dedutivo, em pesquisa do tipo teórica e qualitativa, a partir de material bibliográfico diversificado, como livros, artigos, dissertações, teses, materiais (cartilhas de formação, folders) elaborados pelo Movimento de Mulheres Camponesas e conteúdos diversos dispostos no site do próprio movimento nacional. Foi possível perceber que o MMC articula sua luta de forma estratégica, organizando eventos, criando campanhas específicas e buscando promover a formação teórica e política de suas militantes. Em sua atuação, o MMC dialoga e tensiona as estruturas estatais e o ordenamento jurídico brasileiro, impulsionando a efetivação do direito humano das mulheres à vida sem violência.

Palavras-Chave: Gênero, Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, Mulheres Rurais, Violência de Gênero.



8727171 - A PARTICIPAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DOS IMÓVEIS DA CIDADE DE TREVISO/SC NOS RESULTADOS DA LAVRA EM MINA MANIFESTADA

Alisson Tomaz Comin, João Henrique Zanelatto

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

No presente trabalho foi objetivado estudar a disputa judicial entre a empresa mineradora “Carbonífera Metropolitana S/A” e a comunidade do Bairro Brasília, localizada no município de Treviso, Estado de Santa Catarina, destacando-se os efeitos positivos e negativos que permeiam a atividade minerária, tanto econômicos quanto ambientais, posteriormente contextualizando a história da referida empresa para compreender como suas ações culminaram na lavra de carvão mineral neste local específico, analisando o impacto econômico-financeiro da autocomposição deste litígio, afim de responder a pergunta “Como se processou o embate entre os moradores do Bairro Brasília, em Treviso/SC, e a mineradora Carbonífera Metropolitana S/A no litígio patrimonial no direito à participação nos resultados da lavra de carvão?”. A temática abordada é compreendida pela ação judicial nº 0026948-03.2005.8.24.0020, cujo escopo buscou desenvolver o direito previsto no art. 176, §2º da CRFB/88 e no art. 11, alínea “b” do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 1.985/40) referente a participação dos proprietários de determinada porção de terras nos lucros concernentes a extração de minerais (lavra) em seus territórios, contestada pela não recepção de dispositivos legais e pautada em divergências doutrinárias bem fundamentadas. O litígio perdurou por mais de 12 anos e enquanto sua análise se encontrava pendente no Supremo Tribunal Federal, as partes compuseram seus direitos por meio de acordo extrajudicial em resposta a morosidade do judiciário. Assim, foram analisados os impactos econômicos no âmbito regional (Sul de Santa Catarina) da questão levantada e da autocomposição realizada no que tange as vantagens e desvantagens aos Requerentes (proprietários superficiários) e aos Requeridos (empresa mineradora), se concluindo pelos resultados predominantemente positivos da autocomposição realizada para ambas as partes, que puderam observar imediatamente as mais diversas consequências econômico-financeiras diretas de suas manifestações de vontades, como a efetivação do direito à saúde, propriedade, autonomia da vontade, lazer, vestuário e educação – mínimo existencial, em linhas curtas. O método de pesquisa utilizado foi o monográfico e o hipotético dedutivo, com análise de material jurisprudencial, bibliográfico e documental, abarcando, interdisciplinarmente, diversas áreas de conhecimento, como direito, história, geografia, economia e ciências ambientais.

Palavras-Chave: Direito minerário, Participação Resultados, Mina manifestada, Lavra, Treviso.



5869749 - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: UMA ANÁLISE DAS DISCUSSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE CRICIÚMA-SC

Leonardo Delfino de Andrade, Reginaldo de Souza Vieira

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A lei 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão (LBI) regulamentou o disposto na Constituição Federal e na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, ratificada pelo Congresso Nacional com status de texto constitucional. Entre as temáticas tratadas na LBI está a proteção à saúde das pessoas com deficiência. Neste sentido, foi esse referencial que norteou a construção do problema desta pesquisa, qual seja: O Conselho Municipal de Saúde de Criciúma incorporou a temática da pessoa com deficiência no âmbito de suas discussões e deliberações?. Essa problematização, parte do pressuposto do seguinte pressuposto: de que o Conselho de Saúde, como espaço de debate e de deliberação sobre os serviços e ações da política pública de saúde (SUS), é o lócus privilegiado para discussão da proteção à saúde das pessoas com deficiência. A pesquisa teve os seguintes objetivos específicos: a) Estudar o arcabouço teórico e jurídico acerca da pessoa com deficiência; b) Estudar o controle social em saúde, com ênfase nos conselhos de saúde; c) Investigar a atuação do CMS de Criciúma em relação a discussões e deliberações acerca da pessoa com deficiência, pela análise de suas atas. Utilizou-se no estudo a pesquisa qualitativa (análise das atas), técnicas de pesquisa bibliográfica e documental-legal e método dedutivo. Para cumprir com o objetivo proposto a pesquisa foi executada três etapas: a primeira teórica, realizada com a revisão bibliográfica e a segunda, de caráter qualitativo, que se concretizou com a coleta e na análise das atas das reuniões do Conselho Municipal de Saúde realizadas após a promulgação da LBI até o final de 2018. A pesquisa foi financiada pelo Edital PIBIC/UNESC e realizada junto ao Laboratório de Direito Sanitário e Saúde Coletiva da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), com linha de pesquisa em “Estado, Direito Sanitário e Controle Social”. Durante o período analisado, os temas da acessibilidade, saúde mental e instituições que cuidam dessas pessoas com algum tipo de deficiência foi muito pouco discutido nas reuniões do conselho municipal de saúde objeto da pesquisa. Além disso, quando tratados esses temas, a maior preocupação era com os espaços para alocação, leitos que estavam faltando, etc. Neste sentido, conclui-se que se faz necessário a inclusão da temática das políticas públicas para as pessoas com deficiência nos debates do Conselho Municipal de Saúde. Além disso, em razão da sua amplitude e não se restringir apenas a uma política pública, a análise e discussão intersetorial é o mecanismo mais adequado para construção e acompanhamento da concretização das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência.

Palavras-Chave: Participação popular; Pessoas com Deficiência; Direito à saúde; Conselho Municipal de Saúde; Políticas Públicas.



3297144 - AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA ENTRE OS ANOS DE 2014 A 2017

Joice Beatriz Martins, Ismael Francisco de Souza

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE aponta mais 3 mil crianças e adolescentes na informalidade, no município. Assim, diante destes indicadores, o município aderiu ao reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em 2014, que ampliou o conjunto de responsabilidades, deixando de ser apenas uma ação de atendimento de crianças e adolescentes e suas famílias na assistência social para promover um conjunto de ações intersetoriais integradas e articuladas para erradicar o trabalho infantil, estruturadas em cinco eixos: informação e mobilização; identificação; proteção; defesa e responsabilização; e monitoramento. Deste modo, o problema central da pesquisa foi: quais ações foram realizadas pelo município durante o período de cofinanciamento das ações estratégicas do PETI (2014-2017) para redução dos indicadores de trabalho infantil? Inicialmente, fez-se uma abordagem acerca da Teoria da Proteção Integral dos direitos da criança e do adolescente, das previsões legais que criam um horizonte para a concretização de tais movimentos, buscando traçar uma breve linha histórica entre a doutrina menorista até a teoria da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente que foi consagrada no ordenamento jurídico brasileiro pela Constituição Federal de 1988. Em seguida, a partir do surgimento da teoria da proteção integral, abordou-se mais especificamente a proteção jurídica contra a exploração do trabalho infantil, apontando-se a legislação pertinente. Posteriormente, conceituou-se o instituto Programa de Erradicação Infantil (PETI), fazendo-se uma rápida abordagem sobre os cinco eixos de atuação do programa: informação e mobilização, identificação, proteção social, defesa e responsabilização e monitoramento. Por fim, foi realizado um levantamento das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no município de Criciúma entre os anos de 2014 a 2017 por meio de relatório da coordenação do PETI e publicações de atividades no site do município. Assim, considerando as ações realizadas no período, verificou-se que as atuações representaram uma forte presença no eixo 01, que trata da informação e sensibilização através de palestras, para famílias, crianças e adolescentes e profissionais da rede de atendimento. A proteção social, deu-se já na atuação existente no atendimento dos poucos casos identificados. Assim, três eixos não foram abordados com representatividade na atuação, entre eles, identificação dos casos de trabalho infantil, defesa e responsabilização e monitoramento. Segundo a coordenação do PETI, em 2018 foi contratado uma assessoria para construção do diagnóstico do trabalho infantil, que dará suporte a atender os eixos que ainda estavam fragilizados. O método utilizado no presente estudo foi o dedutivo e o método de procedimento foi com técnicas de pesquisa bibliográfica e documental e entrevista direta com a coordenação do PETI.

Palavras-Chave: Trabalho infantil, Teoria da Proteção Integral, Criança, Adolescente.



2194597 - ASPECTOS GERAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A BUSCA PELA CONSOLIDAÇÃO DE UM MARCO REGULATÓRIO

Lara Caroline da Luz dos Santos, Yduan de Oliveira May

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Propõe-se especificamente com a elaboração deste artigo localizar toda a legislação correlata atual e em projeto. Busca-se consolidar o marco regulatório da economia solidária no Brasil, para analisar os limites e as possibilidades dos dispositivos identificados para a promoção da economia solidária. Discorre-se acerca das alternativas identificadas pelo 1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019 para impulsionar os empreendimentos solidários e promover a economia solidária no País, abordando-se dois temas: a necessidade de apoio e reconhecimento das práticas de comércio justo e solidário e o desenvolvimento de ações educativas de formação, incubação e assessoria técnica, encontrando a regulamentação legal para essas alternativas. Com intuito de atender aos objetivos desta pesquisa o estudo planejado foi realizado utilizando-se do método de abordagem dialético, com métodos de procedimento comparativo; e, método de interpretação sociológico por meio da técnica de pesquisa de documentação indireta de fontes primárias e secundárias.

Palavras-Chave: Economia solidária, Inclusão socioeconômica, Política pública.



2219883 - CONSTITUCIONALISMO CRÍTICO DESDE O GIRO DESCOLONIAL NUESTROAMERICANO

Lucas Machado Fagundes, Emanuela Gava Caciatori

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
Universidade Autónoma de San Luis de Potocí (México)

O período de formação do Estado na América do Sul foi um momento de disputas políticas e ajustes sociais que determinaram a conformação das instituições jurídicas, entre elas o constitucionalismo. Contudo, os processos constituintes guardam indícios de um conceito original de Direitos Humanos que foi encoberto com a afirmação das tradicionais matrizes de fundamentação do Estado e do constitucionalismo moderno. Frente ao esgotamento dos modelos de Estado latino-americanos no cenário das contradições políticas, econômicas e da histórica desigualdade social, é possível pensar o fenômeno do constitucionalismo como instrumento de transformação da realidade e da concretização dos Direitos Humanos? A investigação sobre a experiência constituinte na América Latina verifica uma conceituação de Direitos Humanos que foi encoberta pelas matrizes de fundamentação da vida pública local. O objetivo geral da pesquisa é demonstrar as alternativas às crises do Estado por meio do resgate de uma concepção de Direitos Humanos no constitucionalismo regional. Especificamente, identificar as principais linhas de conceituação e fundamentação do constitucionalismo e dos Direitos Humanos na realidade regional, examinando as ideias políticas como fenômeno de manifestação sócio histórica. A pesquisa foi elaborada a partir da pesquisa bibliográfica, priorizando a metodologia hipotético-dedutiva, em que as hipóteses colhidas nas experiências constituintes foram verificadas na condição de produção de alternativas afirmativas dos Direitos Humanos no contexto de transição do Estado em crise. Esse método implicou em estabelecer distinção entre conceitos abstratos e concretos, e encarar os acontecimentos históricos não como peças obsoletas, mas como realidades encobertas por elementos e estruturas institucionais hegemônicas, as quais nos últimos duzentos anos de constitucionalismo ideologizaram uma concepção de direitos humanos fundamentada de maneira unívoca pela matriz dominante (europeia e moderna). Fez-se a pesquisa a partir de livros documentos, revistas, artigos e pesquisa eletrônica, todos referentes ao problema. Dessa forma, buscou-se apontar quais os elementos que compõem e fundamentam uma conceituação jurídica e extrajurídica sobre os Direitos Humanos, que apresenta outras premissas teóricas e práticas, pensadas a partir da realidade e do esgotamento das concepções modernas e pós-modernas do tema. Nesse sentido, foi possível verificar que diversos acontecimentos sócio-políticos latino-americanos foram encobertos e deixados de fora da história oficial, em detrimento da versão hegemônica e abstrata que prepondera, tanto do constitucionalismo quanto dos direitos humanos. Aponta-se para a necessidade de se recuperar as experiências concretas vividas na região, a fim de buscar superar a crise do Estado por meio do resgate do sentido concreto da luta pelos direitos humanos, e no potencial transformador existente nos processos constituintes ocorridos em Nuestra América.

Palavras-Chave: Constitucionalismo Crítico, Direitos Humanos, Giro Descolonial, América Latina.



**9963570 - DO DIREITO DO MENOR AO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:
ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL.**

Leo Vitor Pirola Mendonça, Ismael Francisco de Souza

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Na presente pesquisa buscou-se aprofundar o estudo acerca dos atos infracionais. Para tanto buscou-se revistar a história e sua representação no “direito do menor”, que teve como alicerce o Código de Menores de 1927 e o Código de Menores de 1979, que formaram as primeiras legislações acerca do assunto Brasil. Ambos os códigos representaram uma forma de tratamento cruel e desumano com os adolescentes, tratando estes como criminosos adultos negando-lhes direitos mais básicos, deixando-os sempre a beira do abismo social, como se representassem o que há de pior. Passado tal análise, passou ao estudo acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua ruptura total com o menorismo, que cria categoria nova para o tratamento de adolescentes em conflito com a lei, criando o instituto do ato infracional, objetivando garantir maior direitos aos adolescentes em conflito com a lei. Todavia, apesar de o Estatuto mudar a estrutura jurídica das legislações anteriores, alguns tratamentos ficaram “mascarados” a luz da legislação menorista. Assim, a pesquisa fazendo minuciosa investigação a alguns procedimentos do ECA, junto da análise jurisprudencial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, verificou se o Estatuto da Criança e do Adolescente mudou como deveria mudar para o tratamento de adolescentes em conflito com a lei.

Palavras-Chave: Ato Infracional, Menorismo, Direito da Criança e do Adolescente.



5348935 - INSIDER TRADING: ANÁLISE JURÍDICA DO CASO SADIA – PERDIGÃO

Cláudia Figueiró Schneider, Yduan de Oliveira May

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Por meio da canalização de recursos dos poupadores (agentes superavitários), no Mercado de Capitais, ao se converter em recursos às companhias (agentes deficitários), gera-se o desenvolvimento empresarial e conseqüentemente o desenvolvimento econômico nacional e internacional, uma vez que os mercados mundiais encontram-se interligados. O Mercado de Capitais e os demais sub mercados que compõe o mercado financeiro, são mercados por primordiais diferenças, entre elas a necessidade e desnecessidade da intermediação financeira. Diante das inúmeras crises financeiras que assombraram a economia brasileira, verificou-se a necessidade de regulamentação do Mercado de Capitais, principalmente, no que diz respeito a proteção do investidor e do sistema financeiro. Assim, criou-se a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), inspirada na Securities Exchange Commission (SEC). A regulamentação brasileira do Mercado de Capitais teve forte inspiração nas normas estadunidenses, pautando-se pelo princípio full disclosure. As companhias emissoras de títulos passaram a ter o dever da transparência de informarem aos investidores de todos os fatos relevantes. Deste modo, o Estado passou a fiscalizar a economia, repassando aos investidores o poder de decisão sobre tal investimento garantido a estes a assimetria de informações, ao obrigar as empresas a fornecerem seus fatos relevantes. A prática do insider trading traz inúmeras conseqüências no Mercado de Capitais e financeiro divergindo a doutrina em relação ao seu objeto de tutela jurídica que visa a norma resguardar. O presente estudo teve como objetivo analisar a legislação pertinente ao instituto do insider trading, e o posicionamento do tribunal brasileiro. Utilizou-se o método de abordagem indutivo, com método de procedimento de estudo de caso, com técnica de pesquisa de documentação indireta de fontes primárias e secundárias. Insider trading significa a utilização de informações privilegiadas, definida como ilícito a partir da atuação desleal dos participantes do Mercado de Capitais, que ao comprarem ou venderem ações, diante a sua posição na gestão da Companhia, obtém vantagens indevidas. Em 2011, após dezessete anos da inserção do instituto no ordenamento jurídico brasileiro, houve inédita decisão condenando os ex-executivos da Sadia S.A pela prática de insider trading. Concluiu-se que é fundamental se manter uma regulamentação sólida e eficaz no Mercado de Capitais, conferindo-se credibilidade para investimentos e prevenindo a prática de insider trading e seus efeitos danosos à confiança, aos investimentos e ao desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-Chave: Insider Trading, Informações Privilegiadas, Mercado de Capitais, Full Disclosure, Comissão de Valores Mobiliários.



6689280 - O COMUM COMO PRINCÍPIO POLÍTICO: ANÁLISE SOBRE A GESTÃO COMPARTILHADA DOS BENS E A REGULAÇÃO DO COMUM PELA ORDEM JURÍDICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Marina Tanabe do Livramento, Gustavo Silveira Borges

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A presente pesquisa analisa o comum como um princípio político, bem como de que forma tal modelo é posto em prática e suas eventuais regulamentações pela ordem jurídica na sociedade contemporânea. Com a ruína do neoliberalismo e a incapacidade que demonstrou o capitalismo de resolver as crises existentes na atualidade, foi necessário encontrar um modelo de gestão capaz de regular os problemas atuais e fornecer aos seres vivos o necessário, sem que mais estragos fossem causados à natureza. Nesse contexto emergiu o comum, que trata-se de uma gestão compartilhada dos bens de uma determinada localidade pelos seus habitantes e que passou a ser visto como um princípio político capaz de apresentar diversas alterações positivas. Para tanto, cita-se os modelos de gestão neoliberalista e capitalista, bem como trata-se especificamente sobre o comum, seu conceito, sua origem e de que maneira ocorreu sua emergência em âmbito mundial. Metodologia: a pesquisa baseou-se em método bibliográfico, em pesquisa teórica e qualitativa, com emprego de material bibliográfico diversificado em livros, artigos de periódicos, teses e dissertações, buscando demonstrar de forma ocorre o comum na prática, a partir de experiências tidas por Barcelona e Nápoles, cidades que já o adotaram em algum setor da sociedade, como também a existência ou não de legislação a respeito do tema. Resultados obtidos: o comum originou-se a partir de críticas existentes aos modelos capitalista e neoliberalista, fazendo com que emergisse como alternativa aos modelos de gestão já existentes, de forma a proteger o ser humano e o meio ambiente das consequências causadas pelo capitalismo. Ademais, apesar de sua relevância ante o caos em que os indivíduos se encontram, ainda não há regulamentação jurídica uniforme para que ocorra efetivamente sua prática, situação que não impediu sua implantação e sucesso em diferentes localidades ao redor do globo.

Palavras-Chave: Comum, Bem comum, Princípio político, Alternativa, Regulamentação jurídica.



8994463 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA MULHERES IMIGRANTES: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

Larisse Scremin Gava, Rosângela Del Moro

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Este trabalho apresenta o tema “mulheres migrantes” conectando-o com o Município de Criciúma, que possui em sua memória a presença de migrações, desde sua colonização, assim como o Brasil e a história humana como um todo. Em razão da forte presença das migrações ao longo da história do município, buscou-se analisar o amparo da legislação existente às mulheres migrantes, relacionando-se brevemente com as lutas dos movimentos feministas e a necessidade de implementação de políticas públicas de saúde em favor de mulheres imigrantes no município de Criciúma, sobretudo tendo em vista o número de imigrantes homens e mulheres recebidos no município. Utilizou-se o método dedutivo, em pesquisa do tipo teórica e qualitativa e análise de dados, também pesquisa prática e quantitativa, com emprego de material bibliográfico diversificado em livros, artigos de periódicos, teses e dissertações, sites jornalísticos e até mesmo por blogs, por ser um assunto contemporâneo. Por meio desse estudo, e considerando informações obtidas através de pesquisa junto à Delegacia de Polícia Federal de Criciúma e junto à Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma, verificou-se que, desde janeiro de 2014, o maior número de homens e mulheres imigrantes são de origem haitiana. Todavia, embora haja um número expressivo de imigrantes e mulheres imigrantes recebidos em Criciúma, constatou-se não haver a implementação de políticas públicas voltadas às mulheres imigrantes, já que não há registro de dados específicos acerca do número de mulheres atendidas no sistema de saúde, demonstrando a ausência de preocupação com esse grupo.

Palavras-Chave: Migração, mulheres, saúde, políticas públicas, Município de Criciúma



PESQUISA: RESUMOS DE TRABALHOS EM ANDAMENTO



2746972 - MODELOS DE NEGÓCIOS ORIENTADOS À ECONOMIA CIRCULAR

Ana Cláudia Rocha Fenalli, Carina Nunes, Melissa Watanabe

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Introdução: A Agenda 2030 é um documento que foi formulado por 193 países membros representantes das Organizações Unidas (ONU) em setembro de 2015. Neste documento foram compiladas 169 metas orientadas por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a serem trabalhadas mundialmente até o ano de 2030. Neste contexto, o objetivo 12 da agenda engloba o Consumo Responsável, abrindo caminho para o avanço de estudos neste campo. Assim, há a necessidade cada vez mais latente de ocorrer uma transição de negócios que vem em uma lógica de economia linear para uma economia circular (BOCKEN et. al, 2016). A economia circular se caracteriza como um meio de produção que integra fatores econômicos e sociais, de forma benéfica à população e ao ecossistema em longo prazo (STRAUCH, 2008), pautando-se na visão de Stahel (2016) de que os resíduos industriais devem ser reaproveitados e reinseridos nas cadeias produtivas, pelo maior tempo possível, antes de serem descartados no meio ambiente. Para Haupt; Vandeno e Hellweg (2017), no modelo econômico circular devem ser realizados o reaproveitamento, reciclagem e reutilização de resíduos. Uma vez que o planeta possui recursos naturais finitos, Lieder e Rashid (2015), ressaltam a necessidade de se investir em alternativas com benefícios sociais e sustentáveis. **Problema e objetivo:** A produção científica relacionada a economia circular está em ascensão. Em uma pesquisa preliminar na base de dados Scopus® revelou 4.592 resultados para os descritores “circular economy” no dia 30 de setembro de 2019, sendo que a maior incidência destes trabalhos vem correndo a partir de 2016. Em uma produção acadêmica crescente, ainda há a necessidade de compreender de que maneira a Economia Circular está sendo abordada mundialmente com foco na área de gestão, especificamente ligados à modelos de negócios. **Metodologia:** Para tanto, será realizada uma pesquisa de abordagem mista, na qual contemplarão análises bibliométricas e documentais. A base de dados elencada para realização da coleta de dados será a Scopus®. Serão utilizadas as palavras-chave “circular economy” e “business model*”. Na compilação dos resultados quantitativos serão observados elementos relacionados ao ano de publicação, periódicos, países, instituições de ensino, autores e coautores. Já os dados qualitativos serão analisados a luz da leitura dos resumos mais recentes e dos mais citados. **Resultados esperados:** Por meio da compilação dos resultados encontrados, espera-se que esta pesquisa permita traçar o estado da arte da Economia Circular com foco na área de negócios, a compreensão do tema, no avanço de novas pesquisas teóricas e empíricas.

Palavras-chave: Economia Circular, Sustentabilidade, Circuito Fechado, Revisão de Literatura.



1169793 - PRIMÓDIOS DOS CORREIOS AÉREOS EM SANTA CATARINA (1927-1930)

Walter Arthur Fensterseifer Antunes, Alcides Goularti Filho

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O objetivo desse projeto é pesquisar os correios aéreos em Santa Catarina, focando nos primeiros anos do seu surgimento de 1927 a 1930. Será abordado temas como a integração do território por meio dos serviços aéreos prestados pelas primeiras companhias aéreas e como isso afetou o desenvolvimento econômico do estado de Santa Catarina. A primeira linha de correio aéreo chegou em Santa Catarina em 1927 com as empresas francesas Latécoère e Aéropostale, que em um plano ambicioso, veio instalar uma linha de correio aéreo ligando Paris a Buenos Aires, fazendo parada em Florianópolis. A empresa veio a ter o seu próprio aeroporto e instalações na capital catarinense, onde não demorou muito para fazer parceria com os Correios Brasileiros, fazendo coleta e distribuição das encomendas dentro do território brasileiro, especialmente na faixa litorânea onde estão localizadas as principais cidades do país, que chegou a fazer até dois voos semanais em Santa Catarina. No mesmo ano de 1927 veio a operar no Brasil e em Santa Catarina, o Sindicato Condor, empresa alemã vinculada a Deutsche Lufthansa. A Condor foi a primeira a fazer voos com passageiros em Santa Catarina, sendo, entretanto, sua principal atividade o transporte de correspondências. Começou de maneira bem mais discreta que a gigante francesa Aeropostale, levando mais tempo para conseguir se estabelecer, mas no início da década de 1930 já tinha rotas bissemanais para Florianópolis e sua própria agência na capital catarinense. A terceira e última empresa a vir operar em Santa Catarina na década de 1920, foi a filiada da empresa estadunidense, NYBRA, a Painer do Brasil que veio a realizar voos em Florianópolis, chegando a fazer voos bissemanais para a catarinense, atuando no transporte de passageiros e correspondências podendo destacar a distribuição de jornais e periódicos. Não se tornou muito popular entre os catarinenses como as outras empresas aéreas que já atuavam no Estado. Apesar de as três empresas terem rotas muito semelhantes não atuaram como concorrentes diretas, uma vez que elas não operaram nos mesmos dias. As mercadorias transportadas eram diversas, no entanto, a distribuição de jornais e transportes de documentos oficiais era importante na integração das várias regiões do Estado de Santa Catarina. O correio aéreo em Santa Catarina era principalmente entre Florianópolis e São Francisco do Sul, importante cidade portuária. Segundo dados, havia fluxo intenso de transporte de mercadorias malas postais. Os correios se constituíram como um dos principais elementos unificadores da territorialidade e do sistema nacional de economia. Dentro do processo civilizatório, a difusão de informações e do conhecimento, promovida pelos correios – que aproximou pessoas, instituições e nações – catalisou a sociabilidade moderna.

Palavras-chave: Correio Aéreo, Aviação, Correspondência, Transporte, Correio.



1531956 - NOTAS ACERCA DO MOVIMENTO FOODTECH NO BRASIL

Dejenane de Souza Monteiro, Miguelangelo Gianezine, Michele Domingos Schneider

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

No limiar da segunda década deste século, mudanças no ambiente natural, instabilidade econômica, perspectivas de aumento populacional e perfil mais exigente dos consumidores são elementos distintos, mas que, cada qual a sua maneira, resultam em pressões sobre a produção global de alimentos. Neste cenário, o Brasil possui papel relevante, devido a sua capacidade de atender boa parte dessa demanda como um dos maiores produtores de grãos e carne do mundo. Contudo essa produção está contida em cadeias tradicionais que têm se deparado com novas alternativas (concorrentes ou complementares), resultantes de maior emprego de alta tecnologia, produção com menos desperdício, menor impacto ambiental e potencial de revolucionar o mercado. Tais alternativas estão abarcadas em nomenclaturas como “AgTech” ou “FoodTech”, incluindo a articulação de setores sociais e empresariais em torno de novos conceitos sobre alimentação, como a junção de recursos tecnológicos que transformam a maneira de produzir, vender, consumir e servir todos os tipos de alimentos. Neste estudo será abordado um dos desdobramentos deste fenômeno. Trata-se do movimento Foodtech, integrado por pessoas e empresas que usam da tecnologia para aprimorar a cadeia produtiva alimentar, desde a agricultura, passando pela produção de alimentos, fornecimento e canais de distribuição. O movimento tem buscado atrair interessados no debate sobre novas formas de produção e consumo de alimentos mais sustentáveis, além de incentivar o empreendimento de novos negócios nessa área. Diante do exposto esse estudo tem como objetivo apresentar as características do deste movimento no Brasil, por meio da identificação das tendências de mercado e tecnologias do ramo alimentar. Partindo da teoria Institucional e de Orientação para Mercados, a pesquisa está baseada em um estudo bibliográfico em bases de dados, levantamento documental (dados secundários), complementada com observação não participante. Como resultados preliminares observa-se o surgimento de startups que voltadas para o foodtech, concentradas nas áreas de varejo inteligente, produtos e serviços tecnológicos direcionados ao consumidor e marketplace. Em paralelo cabe mencionar as variantes do foodtech nacional, como o foodservice, relacionado à alimentação fora de casa e o food design experience, que visa melhorar a experiência do cliente junto a determinado produto alimentício. As tendências de mercado, apontam a necessidade de relacionar os conceitos para compreender as mudanças no comportamento de compra dos consumidores. Além disso é importante tratar dos avanços em estudos sobre comida tecnológica, que também desponta como potencial negócio no mercado brasileiro. Ademais, como resultado final espera-se igualmente compreender como o Brasil pode se colocar em um lugar de destaque, ter iniciativas para empreender e captar investimentos para pesquisas e implementação de tecnologias para criar novas formas de produzir alimentos.

Palavras-chave: StartUps, Desenvolvimento Socioeconômico, Agronegócios, Cadeias Produtivas Agroalimentares, Orientação para Mercados.



1478290 - NOVOS MERCADOS E TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL

Michele Domingos Schneider, Talyta Antunes Rodrigues, Dejenane de Souza Monteiro, Miguelangelo Gianezzini

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A partir da terceira década do século XXI o crescente emprego de novas tecnologias para produção de alimentos desencadeará um processo sem precedentes. Dentro deste fenômeno há desdobramentos e variantes, que sob diversas terminologias (e.g. AgTech; AgroTech; FoodTech; Farming cells; Lab-grown meat; Petri-proteins; Synthetic meat; Cultivated meat; Cultured meat; Cellular Agriculture) têm ganhado espaço em pesquisas, discussões e mercados em todo o mundo. Aliado a essas novidades, há elementos “tradicionais” que remanescem tais como: as questões ambientais que requerem ações permanentes em prol da conservação e utilização consciente dos recursos naturais; as mudanças climáticas que desafiam os especialistas em soluções para a produção agropecuária; e a expectativa do aumento populacional até no mínimo 2050, que preocupa sob o aspecto da capacidade produtiva para alimentar a população mundial. Ademais, outro fator imperativo são as regulamentações governamentais, que impõem regras e normas a fim de equilibrar o jogo comercial e a preservação ou conservação do meio ambiente e a produção de alimentos. Nesse sentido, todas as cadeias produtivas de alimentos devem se concentrar em atender estas demandas, ao mesmo tempo em que precisam dialogar com demais stakeholders e garantir a sustentabilidade financeira do negócio. Considerando a condição do Brasil – enquanto um dos maiores produtores mundiais de alimentos que atende a um grande mercado interno e externo – aliada às preocupações e desafios provenientes do contexto global supracitado, este estudo assume como objetivo compreender como esse cenário está se configurando no âmbito organizacional nacional, por meio da identificação das tendências de mercado e novas tecnologias empregadas no setor agroalimentar. Para tal, os procedimentos metodológicos englobarão estudo bibliográfico e bibliométrico, seguido de levantamento documental (dados secundários) e complementados por entrevistas com experts no setor (dados primários). As teorias de base utilizadas serão a Teoria de Orientação para Mercados e Teoria dos Stakeholders, que após estudadas, auxiliarão na interpretação do fenômeno e seus resultados. Pretende-se apresentar as bases estratégicas das indústrias que atuam no setor agroalimentar e como estas têm se estruturado para acompanhar essas tendências e inovar em seus processos. Espera-se contribuir na geração de conhecimento sobre tendências para a produção de alimentos que empregam alta tecnologia.

Palavras-chave: Agrotech, Desenvolvimento Socioeconômico, Dinâmica Organizacional, Stakeholders, Orientação para Mercados.



7235747 - O CENÁRIO DA PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA

Fernando Locks Machado, Kelly Gianezini

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Preocupações acerca das questões sociais vêm crescendo e conquistando espaço nos debates, seja qual for o segmento, ao longo das últimas seis décadas. As discussões atravessaram os limites estritamente públicos, alcançando também o setor privado, onde outrora predominavam apenas os interesses relativos ao lucro e ao crescimento financeiro das organizações (KORTEN, 1996). Essa ascensão de empresas socialmente responsáveis e, conseqüentemente, a modificação do pensamento de gestores da iniciativa privada, foram fortemente influenciadas pelo surgimento de um conceito chamado Responsabilidade Social. Foi a partir dele que as companhias passaram a considerar o seu próprio papel na construção de uma sociedade mais equânime. Não somente pensando em atenuar as desigualdades econômicas e sociais, mas também com o anseio de diminuir os impactos da exploração insustentável de recursos naturais, que, segundo Hobsbawm (1995), ascendeu fortemente na segunda metade do século XX. Absorvida pelas empresas, a Responsabilidade Social adquiriu vigor e destaque. Resultou disso, em meados de 1990, a sua incorporação também pelas universidades. Tal fato se sucedeu sobretudo porque as universidades já reconheciam o seu papel na formação de profissionais que atendessem às demandas do mercado e, ao mesmo tempo, estivessem engajados com a construção social. Dito de outra maneira, atender à Responsabilidade Social por meio do ensino compreenderia a formação de capital humano qualificado para o mercado profissional e, ao mesmo tempo, dotado de senso crítico. Os egressos, portanto, ao estarem inseridos no mercado, poderiam decidir sobre questões éticas com uma visão mais sociológica e menos mercadológica (PEREIRA, 2003; WAGENBERG, 2006; BOLAN; MOTTA, 2007). Posto isso, o presente estudo visa responder à situação-problema que surge desse contexto: Qual a situação atual da Responsabilidade Social Universitária nas Instituições de Ensino Superior Comunitárias (IESC) da região Sul de Santa Catarina? Ao ser respondida a questão, se alcançará o objetivo geral da pesquisa, que é compreender o vigente cenário da Responsabilidade Social Universitária inculcida ou não nas IESC da região Sul de Santa Catarina (SC). Pretende-se utilizar a abordagem quantitativa, exploratória e descritiva, elencando dados e convertendo-os em valores numéricos. Para tal, será elaborada uma ferramenta específica, baseada na metodologia de Hopkins (2005). Feitas as análises, espera-se que o presente estudo contribua para com o desenvolvimento socioeconômico regional por meio de considerações acerca das possíveis melhorias nos segmentos de menor desempenho, caso isso seja diagnosticado.

Palavras-chave: Responsabilidade Social, Universidades, Desenvolvimento Socioeconômico.



5245389 - OS POSSÍVEIS REFLEXOS SOCIECONÔMICOS GERADOS EM ARARANGUÁ APÓS A INSTALAÇÃO DO CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL NA CIDADE.

Thiago Teixeira, Kelly Gianezi

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A futura pesquisa terá como tema a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) no Brasil. O foco do estudo será dado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) de Araranguá. Em 1909, foram criadas e instaladas pelo País dezenove unidades das Escolas de Aprendizes Artífices, consideradas nesse estudo como embrião dos IF's. Em 2002, o número de unidades escolares pertencente a rede federal de ensino técnico e tecnológico chegou a 140. No ano de 2005, o governo federal lançou o chamado Projeto de Expansão da Rede Federal, Fase I, prevendo a construção de 64 unidades escolares. Já em 2007, por meio da Fase II da expansão, foram autorizados o funcionamento de mais 150 unidades. Em 2011, considerando o protagonismo assumido pelo governo em relação à oferta gratuita de educação profissional, bem como a repercussão positiva dessa política, foi lançada a Fase III do projeto de expansão, a qual alcançou em 2014 o total de 562 unidades de ensino federal. Conforme dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (MEC), em seu relatório publicado em 2019, constava que em 2018 a rede federal possuía 647 unidades distribuídas pelo Brasil, e dessas, 593 pertenciam aos IF's. No estado de Santa Catarina há a presença de dois IF's, a saber: o IFSC e o Instituto Federal Catarinense (IFC), ambos contabilizam 38 campi. É notório que o tema educação profissional e tecnológica fez parte do desenvolvimento socioeconômico do Brasil desde o início do século passado e a expansão ocorrida nos IF's neste século, por meio da interiorização de seus campi, possibilitou o acesso de muitas pessoas a uma educação profissional e tecnológica gratuita. O objetivo geral será compreender os possíveis reflexos socioeconômicos gerados na cidade de Araranguá após a instalação do IFSC, e para o alcance desse foram elencados os seguintes objetivos específicos: pesquisar o processo histórico da criação dos IF's; investigar o processo de interiorização que abrangeu o IFSC, focando a análise na instalação do campus do IFSC em Araranguá. A pesquisa de abordagem qualitativa será classificada como exploratória, a técnica será a análise bibliográfica e documental, e o método específico para analisar os dados será o estatístico. Para analisar os dados e compreender os possíveis reflexos socioeconômicos gerados em Araranguá, serão utilizadas informações encontradas a partir de fontes como: Anuário estatístico do IFSC; Plataforma Nilo Peçanha, Censo da educação superior (INEP), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), entre outras. "Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento", e conforme literatura utilizada no trabalho, espera-se a partir de alguns indicadores, encontrar e analisar dados que contribuam com a hipótese que houve reflexos socioeconômicos gerados na cidade de Araranguá após a instalação do campus.

Palavras-chave: Instituto Federal, Expansão, Educação Profissional, Desenvolvimento Socioeconômico.



9919716 - OS TRABALHADORES RURAIS E O CULTIVO DE FUMO EM IÇARA NAS DÉCADAS DE 1960 A 1990.

Rayane Layra de Souza, João Henrique Zanellato

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O presente resumo faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, que pretende analisar as diversas relações de trabalho, que permearam o processo do cultivo da fumicultura no município de Içara, entre as décadas de 1960 a 1990. Esta pesquisa buscara bases nos estudos realizados por meio da história do trabalho, se fundamentando principalmente, nas discussões produzidas por Eduard Palmer Thompson, em especial nos conceitos de classe, luta de classe e experiência. Dentre os objetivos destacam-se: compreender de que modo estavam organizados dos movimentos dos trabalhadores rurais (Associações, Sindicatos...) produtores de Fumo em Içara; destacar as experiências cotidianas dos agricultores rurais, no processo de desenvolvimento das atividades fumageira; (lazer, educação, saúde...); Identificar o processo de instalação do sistema de plantio de fumo no modelo integrado no município de Içara; analisar a relação da produção de fumo com as empresas fumageiras, (proprietários/empresa fumageira, proprietário/agregado ou arrendatário e agregado ou arrendatário/trabalhador diarista) que se processou na região de Içara, nesse período. Dessa maneira, dispondo do uso de fonte a história Oral, este estudo buscará por meio de depoimentos dos trabalhadores rurais, envolvidos no processo de produção de fumo no período, identificar estratégias e táticas de resistência dos mesmos, apontar as experiências cotidianas dos agricultores no desenvolvimento desta atividade, para assim tentar compreender de forma mais significativa as relações de trabalho que permeiam o desenvolvimento do cultivo da fumicultura. Além, das fontes orais vamos utilizar dados e documentos dos sindicatos rurais da região; Secretaria da Agricultura de Içara; EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina; AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil); IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Por fim, visto que ainda não possuímos resultados finais, posto que esta pesquisa ainda esta em andamento, pretendemos responder a seguinte questão: Em que medida o cultivo de fumo e as relações trabalhistas que o permearam, influenciaram no desenvolvimento socioeconômico de Içara no período analisado.

Palavras-chave: Trabalhadores, Agricultores, Fumicultura, Içara.



6716245 - A ATIVIDADE PROFISSIONAL DE CAMINHONEIRO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA: PERSPECTIVAS SOB O ENFOQUE DOS DIREITOS À SAÚDE E À SEGURANÇA NO TRABALHO.

Pâmela Cardoso da Rosa, Mauricio da Cunha Savino Filó

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A presente pesquisa tem como enfoque a profissão de caminhoneiro e a sua íntima ligação com o princípio da dignidade humana, juntamente com o direito à saúde e à segurança. A pesquisa possui uma essência de análise por meio de fatos e dados expostos, para assim examinar a problemática trazida: o exercício da profissão de caminhoneiro no Brasil fere os direitos à saúde e à segurança no trabalho? Este estudo tem o intuito de esclarecer os direitos de homens e mulheres que dirigem um caminhão devem ter, pois colocam suas vidas em risco para se manterem no mercado de trabalho e se aventurarem por paixão na profissão. Ao longo da pesquisa, foi demonstrado que o princípio da dignidade humana está garantido pela Constituição Federal mas em contrapartida, a profissão de caminhoneiro não é realizada a partir deste princípio, o qual é considerado fundamental. Com as jornadas extraordinárias, a falta de segurança, as doenças cardíacas, pulmonares etc. decorrentes da profissão, os assaltos e roubos, as doenças sexualmente transmissíveis, as anfetaminas são todos fatores que não estão garantidos pelo princípio da dignidade humana. Os resultados obtidos são contrários ao princípio da dignidade humana, pois conclui-se que a profissão de caminhoneiro não possui embasamento jurídico-social para ser exercida de forma digna, afetando diretamente a vida pessoal do caminhoneiro, que está conectada com a profissão. A não concretização de direitos básicos apenas deixa claro que os direitos fundamentais não estão sendo efetivos na vida do cidadão, principalmente em relação as elevadas cargas horárias e uso de anfetaminas em decorrência. A pesquisa mostra que muitos caminhoneiros dirigem mais de 18 horas por dia. Assim, os direitos básicos na profissão muitas vezes não são exercidos, tanto devido o próprio motorista não se cuidar, como em razão da sociedade e do governo não o valorizarem e não lhe darem suporte, sendo que estes são os profissionais que trabalham dia e noite para carregar e descarregar produtos que todos precisam para sobreviver. Na pesquisa foi utilizado o método dedutivo, com pesquisa do tipo qualitativa. As técnicas utilizadas ocorreram por meio da análise de dados, conceitos e considerações principalmente relacionados à qualidade de vida na estrada.

Palavras-chave: Anfetaminas, Caminhoneiro, Princípio da Dignidade Humana, Saúde, Segurança.



7229496 - A POSSIBILIDADE DE UM PLURALISMO JURÍDICO COMUNITÁRIO-PARTICIPATIVO FRENTE A NOVA RAZÃO NEOLIBERAL

Amanda Costamilan, Antonio Carlos Wolkmer

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O pluralismo jurídico não é um conceito unitário e delimitado. Seu campo de estudo é vasto e de um alcance conceitual que possibilita um antagonismo epistemológico, podendo ter cunho progressista e libertador, mas também reacionário e de dominações. A partir desta perspectiva, o presente trabalho busca, em um primeiro momento, fazer um resgate teórico e abordar as rupturas de paradigmas que o pluralismo jurídico comunitário participativo proposto por Wolkmer (2015) trouxe frente ao pluralismo jurídico conservador e liberal. O surgimento deste conceito de pluralismo jurídico inspirado em matrizes do pensamento descolonial latino-americano não implica a superação dos pressupostos postos pelo conhecimento hegemônico de matriz liberal, até porque a história não é dotada de uma linearidade que substitui uma teoria por outra nova. Assim, o pluralismo jurídico liberal perdura no tempo, reinventando-se potencialmente a partir dos processos de globalização do capitalismo neoliberal. Nesse sentido, o presente trabalho se justifica enquanto reflexão e aprofundamento teórico deste novo pluralismo globalizado, chamado pluralismo jurídico da *lex mercatória*, pautando-se pela análise e estudo da questão a partir do neoliberalismo e da nova lógica do capitalismo globalizado. A grande questão seria a respeito da possibilidade de avanço da pluralidade normativa de democratização da sociedade proposta por Wolkmer em resistência à nova razão neoliberal. Para tanto, se inicia o trabalho fazendo um resgate teórico do pluralismo jurídico comunitário participativo, que surge como negação ao monismo jurídico diante da incapacidade deste em satisfazer as demandas populares e funcionar como lógica de manutenção das relações de desigualdade sociais e exclusão de sujeitos subalternos. Ao evidenciar a necessidade de desconstrução da ideia do Estado como única fonte do Direito, surge a problemática acerca de uma pluralidade jurídica que não surge desde abaixo, dos movimentos sociais e dos sujeitos coletivos, mas que tem como principais atores os grandes grupos econômicos privados e opera em uma lógica de benefício ao mercado. Tendo em vista que esta nova ordem normativa é resultado dos processos de globalização econômica e da nova razão neoliberal que se intensifica, no capítulo faz-se uma distinção entre o Liberalismo Clássico e o Neoliberalismo, sendo este último aqui compreendido como uma racionalidade produtora de subjetividades e não apenas como uma plataforma econômica ou ideologia. Construído este aporte teórico, no terceiro tópico do trabalho se desenvolve a crítica acerca desta racionalidade neoliberal. É neste momento, onde fica evidenciada como esta racionalidade que opera para além de uma plataforma governamental, mas criando subjetividades nos próprios sujeitos coletivos, com uma lógica competitiva e individualista, é que se traz a importância do pluralismo jurídico comunitário participativo como um sistema emancipatório de fortalecimento da comunitário.

Palavras-chave: Pluralismo jurídico, Neoliberalismo, *Lex mercatória*, América Latina, Globalização.



5371740 - AS TRANSVERSALIDADES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE RACIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO A PARTIR DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DE DIREITOS DOS MUNICÍPIOS DA AMREC.

Myrella Olivia Alves Eufrazio, Fernanda da Silva Lima

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Encontram-se hoje no Brasil, uma enorme gama de políticas públicas voltadas as crianças e adolescentes, visto que estes são sujeitos de direitos e atores sociais em reconhecidos no nosso sistema jurídico-social. Entendendo que o país é estruturalmente racista, percebe-se que tanto as crianças como os adolescentes negros também são vítimas de racismo e de discriminação racial, como apontam os indicadores sociais no cenário social brasileiro atual. Partindo para um recorte regional a pesquisa volta-se para a região carbonífera do Sul Catarinense buscando saber se existem meios de concretização de políticas públicas efetivas para a criança e o adolescente negro no parâmetro regional. Desta maneira, esta pesquisa tem como objetivo geral buscar nos municípios situados na região da AMREC (Cocal do Sul, Criciúma e Içara), em seus Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) e Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes negros que vivem nessas localidades. Toma-se como objetivos específicos para solucionar a questão norteadora: a) Compreender o contexto histórico da infância escravizada do Brasil no século XIX; b) Conhecer as relações raciais no Brasil; c) Analisar se os Conselhos Municipais de Direito da Criança e Adolescente e Promoção de Igualdade Racial trabalham em conjunto para promover direitos a crianças e adolescentes negros na região da AMREC; d) Verificar a Promoção de Igualdade Racial entre crianças e adolescentes negros nos municípios da Região Sul Catarinense. No tocante, como referencial teórico acerca do tema, buscou-se aproximar de autores que tratem dos temas igualdade racial e direitos da criança e adolescente de forma interdisciplinar e transversalmente. “O povo brasileiro, povo colonizado que foi, reconhece pouco a pouco e muito tardiamente a necessidade de valorização da diversidade étnico-racial”. (LIMA, 2011, p. 232). O racismo despessoaliza. É a negação do reconhecimento. Diante disso, deve-se lutar pela visibilidade dos negros, por meio da afirmação de sua identidade e de seu corpo, devendo a sociedade reconhecê-los como sujeitos de direitos, bem como o Estado implementar políticas públicas voltadas para o combate ao racismo. A pesquisa mesmo voltada ao âmbito regional sul carbonífero catarinense compreende que tem impactos científicos e sociais no que tange a academia nacional. O método adotado para execução foi o analítico e indutivo, por meio de procedimento monográfico criando o misto em técnica bibliográfica e pesquisa documental.

Palavras-chave: Adolescente, Criança, Igualdade Racial, Políticas Públicas, Transversalidades.



2919923 - ESTADO BRASILEIRO ANALISADO A PARTIR DA CONCRETIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS

Matheus Bicca Menezes, Mauricio da Cunha Savino Filó

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Analisando as Políticas Públicas do Estado brasileiro, a partir da ótica constitucional, percebe-se que uma de suas funções, como bem preceitua o artigo 3º da Magna Carta de 1988 [sobre os objetivos de nosso Estado] está, de forma complementar, construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Exalta-se o caráter social e a preocupação estatal em proporcionar a igualdade não apenas formal, como também material, a todos os cidadãos. No entanto, torna-se importante mencionar os fatores externos e incidentais que interferem substancialmente nas políticas públicas nacionais, tais como as dificuldades ocasionadas pela dependência econômica brasileira e pelo sistema político condicionado pela interferência internacional. Em espécie, essas questões agravam o quadro social interno e proporcionam à população carente a maior necessidade pelas políticas públicas de finalidades basilares à subsistência. Pois bem, buscar-se-á analisar o modelo estatal brasileiro a partir da implementação dessas medidas, justamente por permitir a verificação dos objetivos formadores do Estado, em uma acepção constitucional, o qual, através de suas variáveis, perpassa ao emblema entre o sistema fiscal que pondera a destinação orçamentaria dos investimentos estatais em políticas públicas e sociais, concomitantemente ao fato de que a concretização dos direitos fundamentais por parte do Estado, ou seja, a adoção de medidas que possibilitem sua prestação de serviços essenciais à população, é também parte de sua incumbência. Para tanto, o grau de necessidade condiciona a intensidade e a ordem dos segmentos que serão objeto de determinada política pública, concedendo, concomitantemente, observância aos princípios que regem a administração pública e que direcionarão o investimento dos recursos públicos. Assim, elabora-se a presente pesquisa a partir de estudos bibliográficos pelo método hipotético-dedutivo, conduzindo-o em comparativo à índices sociais, no intuito de possibilitar a verificação, ou não, da concretização do ônus estatal quanto a suas funções essenciais, ou seja, procura-se por meio dos modelos, teorias e acepções de análise das políticas públicas verificar qualitativamente o governo, a partir da percepção de suas ações sobre o que, de fato, concretizaram de suas propostas eleitorais e do ordenamento constitucional de objetivos do próprio Estado, pelo período quinquenal até o presente momento. Como mencionado, estabeleceu-se pela literatura o modo científico de análise de política pública e a ponderação de suas espécies, sendo elas distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas, de modo a traçar, além do objetivo principal da pesquisa, a relação entre a literatura Administrativa e da Ciência Política com a realidade política concreta, expressa pelo poder Executivo e Legislativo.

Palavras-chave: Constituição, Desigualdade Social, Direitos Fundamentais, Estado, Política Pública.



6685757 - ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE PERANTE A SOBERANIA DO TEXTO CONSTITUCIONAL

Matheus Bicca Menezes, Lucas Machado Fagundes

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O significado do termo Soberania foi concebido no jusnaturalismo, momento pré-moderno, e encontra-se, na atualidade, em contraste com as necessidades atuais, ora devido às novas concepções juspositivistas, ora devido ao modo com que se manifesta. Analisando o Estado Democrático brasileiro evidencia-se a necessidade em resignar os próprios conceitos sobre a existência do Estado e seus elementos institucionais. Assim, a partir da base principiológica do Estado Constitucional e dos componentes norteadores de nossa forma de governo republicana, é questionável a titularidade da Soberania, frente aos paradoxos na relação entre Estado, Direito e sociedade. O objetivo principal da pesquisa é discorrer sobre as manifestações estatais que questionam seu vínculo obrigacional com a sociedade. A partir disso, o objetivo específico, tendo por base o texto constitucional em que consubstancia a Soberania como sendo popular, é de indagar a respeito da consciência da sociedade sobre seu poder soberano. Para tanto, a base bibliográfica da presente pesquisa pautou-se sobre obras de Luigi Ferrajoli e Gilberto Bercovici e, a partir do método hipotético-dedutivo, analisou-se a legitimidade e a consistência da soberania frente ao Direito e ao modo com que se materializa. Após perpassar pela contextualização histórica e conceitual, aborda-se o fundamento democrático como base de autoridade para o soberano, através da república, fazendo com que seus atos sejam efetivados na objetivação do bem aos cidadãos. Nesse contexto, a obra em desenvolvimento tem por enfoque as condutas estatais de caráter restritivo, ou seja, não universais, justamente por permitirem a verificação de certa anomalia, pois, na prática, convertem-se em realidades degeneradas e omissas à coletividade. Diante do exposto e, a partir da literatura de Bodin e Hobbes, verifica-se o caráter da soberania nacional, a qual demonstra a formalização do Estado-pessoa e, assim, do Estado Democrático de Direito, concomitantemente à contraposição fática, ainda que motivada por atos lícitos do Estado, que questionam a titularidade da soberania e o próprio vínculo estatal com o povo. Concluída a pesquisa, se espera despertar a maior participação da sociedade nas manifestações estatais, de modo com que se exerça, democraticamente, a soberania popular.

Palavras-chave: Democracia, Direito, Estado Constitucional, Jusnaturalismo, Soberania.



7238460 - MULHERES NEGRAS EM PAUTA? ANÁLISE DO PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE 2009 E O PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES DE 2013-2015.

Taynara Becker Barabas, Fernanda da Silva Lima

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O que se pretende com tal estudo em andamento, é compreender como as mulheres negras são tratadas pelo Estado brasileiro: suas pautas são atendidas? Por tal motivo, levando em consideração que o Brasil assumiu a responsabilidade na CF/88 de não discriminação e da realização da dignidade humana, se parte para a análise do Plano Nacional de Promoção de Igualdade Racial de 2009 e o Plano Nacional de Política para mulheres de 2013-2015, para compreender se em seus eixos temáticos existe a preocupação com esse grupo social. Para tanto, será estudado as relações raciais no Brasil e como a mulher negra é inserida nesse cenário. Como também, o feminismo negro como campo teórico e os estudos da decolonialidade. A metodologia utilizada é dedutiva, com pesquisa exploratória, descritiva, de abordagem qualitativa, e de base documental, utilizando-se as técnicas de pesquisa bibliográfica e legal. Ainda não possui resultados. Os estudos decoloniais na América latina demonstram que mesmo com a independência dos Estados Modernos, os povos considerados subalternos ou colonizados, não foram libertados do Imperialismo Europeu. Isto porque, mesmo que seus territórios tenham sido desocupados e seus governos estabelecidos, a dominação europeia mudou de forma – passou a controlar a sua cultura, modo de pensar e seus governos. Nesse sentido, se fala que os instrumentos a disposição para realizar este controle estão nos marcadores de opressões, sendo eles pelo menos: raça, gênero e classe. Nos estudos realizados até então foram compreendidos que no século XIX-XX, na América Latina, teorias raciais europeias foram exportadas para justificar a escravidão e o extermínio de povos indígenas e negros. Tais teorias são: darwinismo social – o desenvolvimento das espécies depende do ambiente em que está inserido, sendo que as sociedades mais desenvolvidas são as que tem mais riqueza, sucesso dentre outros -, a eugenia – prega o extermínio de raças impuras -; o branqueamento por assimilação, por imigração e pelo estupro das mulheres negras – o primeiro é a dominação do pensamento, em que se prega que características corporais, culturais e religiosas da população negra são inferiores e, portanto, tais indivíduos devem procurar mudar o seu jeito de ser, para se aproximar do padrão branco europeu. Já o segundo foi resultado dos esforços realizados pelo governo, fomentando a imigração europeia através da concessão de terras, para que a população branca aumentasse e superasse a negra. Já a terceira, era baseada na crença de que os genes oriundos da raça pura, iriam sobreviver a miscigenação, e, portanto, com o passar dos anos, não existiriam pessoas negras no Brasil -. E, por fim, o mito da democracia racial, surge com Gilberto Freyre, que passou a romantizar a miscigenação, afirmando que devido a mistura de raças não existe preconceito no Brasil. Tal pensamento permeia até hoje o imaginário social, fazendo com que a condição de exclusão de pessoas negras seja inviabilizada.

Palavras-chave: Conselho de Direitos, Direitos Humanos, Feminismos, Movimento de Mulheres Negras, Movimento Negro.



4251725 - O CONFLITO SÍRIO SOB A ÓTICA DA “JUSTICIA DE LOS VENCEDORES”: ANÁLISE DA ATA Nº 8567 (2019) DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

Emily König Tietböhl

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A guerra civil Síria, desencadeada em 2011 mediante a influência de uma onda de protestos por mais democracia ocorrida pelo Oriente Médio – aos quais se denominou “Primavera Árabe” –, ainda em curso, figura como uma das maiores tragédias da história recente em relação ao número de mortes que, continuamente, vem contabilizando, bem como quanto ao de migração forçada da população síria em razão do conflito. Diante disso, o escopo do presente estudo em andamento é analisar a manutenção do conflito entre o governo sírio de Bashar Al-Assad e a oposição de rebeldes dissidentes, em especial, através da atuação dos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O objetivo geral reside em propor maiores reflexões acerca dos motivos subjacentes à continuidade da ocorrência de atrocidades em território sírio. O objetivo específico, por sua vez, consiste na análise da ata de reunião nº 8567 (2019) realizada pelo Conselho, em que se discute a viabilidade de criação de um “comitê constitucional”, formado por 150 membros, sendo: 50 indicados pelo governo sírio; 50 pelas Nações Unidas; e 50 indicados pela oposição. Com isso, busca-se um cessar-fogo e a abertura de um diálogo mediado com o intuito de chegar a uma transição do regime autoritário vigente para um democrático, a fim de concretizar as determinações assumidas na Resolução nº 2254 (2015). Ocorre que, durante referida reunião - a mais recente a tratar sobre a "questão no Oriente Médio" e, mais especificamente, na Síria -, observa-se denúncias, entre os países membros a tratarem sobre o tema, de divergências de cunho político na tomada de decisões travestidas de "trabalho humanitário". Assim, buscar-se-á analisar, a partir do pensamento do filósofo Danilo Zolo, o movimento intitulado “la justicia de los vencedores”, em que se verifica uma tendência, dentro do sistema internacional, em permanecer, de forma conivente por atores internacionais, sob inércia e complacência diante de transgressões de regras estabelecidas na ordem internacional, e a ligação deste movimento com os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A metodologia a ser empregada será a pesquisa bibliográfica-documental com técnicas de pesquisa documental indireta.

Palavras-chave: Guerra Civil Síria, S/PV. 8567, La Justicia de Los Vencedores, Conselho de Segurança das Nações Unidas.



5187940 - O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL, A LUZ DA DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, SOBRE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.

Laura Dal Bó Cassettari, Daniel Ribeiro Preve

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A presente pesquisa tem por objetivo a análise do processo demarcatório das áreas indígenas brasileiras, analisando a evolução da legislação e o reconhecimento do direito originário que lhes é atribuído. O método de abordagem desta pesquisa foi o indutivo, adotando o procedimento monográfico com técnicas de pesquisa documental e bibliográfica. O levantamento bibliográfico abrange o Brasil Colonial, que contava com as ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, o Brasil Império, e sua Constituição de 1824 e o Brasil República, que envolve as Constituições Federais de 1891 até a de 1988. Concomitantemente, é estudado o histórico sociopolítico da relação entre os povos indígenas e o Estado brasileiro, compreendendo a divisão entre índios aldeados e escravos, a tutela orfanológica e a relativa incapacidade civil. Neste mesmo contexto, são abordadas as ideologias que orientavam a positivação das leis, que se tratam do assimilacionismo, integracionismo e pluralismo jurídico. Sob a égide da Constituição Federal de 1988, da Declaração das Nações Unidas sobre Povos Indígenas e dados geográficos acerca da demarcação das áreas indígenas, a pesquisa demonstra a situação atual que compreende os interesses dos povos aborígenes. Ademais, são analisados os requisitos que constituem a terra indígena, de acordo com a legislação, e a efetividade desta, o que é fundamentado através de entendimentos jurisprudenciais modernos.

Palavras-chave: Indígenas, Demarcação, Constituição Federal, Declaração das Nações Unidas sobre Povos Indígenas, Direito Ambiental.



5896762 - O QUÊ A MÚSICA DOS RACIONAIS MC'S TEM A ENSINAR SOBRE CRIMINOLOGIA

Maria Lúcia Severo Lang

Ong Movimento Mulher

Este trabalho apresenta a análise da violência estrutural e do falho método punitivo do Estado, trabalhando em consonância direta com a arte, em especial a música. A partir da observação das dificuldades enfrentadas pelo país em relação ao índice criminalidade, disparidade de renda, bem como o difícil acesso da população, não inserida no meio jurídico, de adentrar nos temas criminológicos ou, até mesmo, entendê-lo, visto a grande densidade que o conteúdo dos materiais jurídicos apresentam, verificou-se a necessidade de transmitir o pensamento criminológico crítico de uma forma que todos possam absorver. Para isso, adotou-se a inserção do olhar crítico da Criminologia sobre a realidade estampada por meio da música o grupo de rap Racionais MC's, "Diário de um detento", o qual retrata a vida de um detento preso no Carandiru e seu caminho pelo mundo criminoso. Usou-se da metodologia qualitativa, empregada na forma de pesquisas bibliográficas e musicais, além da literatura popular e artística, possibilitando uma visão periférica mais abrangente sobre a formação de um criminoso e sua dificuldade dentro do confinamento.

Palavras-chave: Criminologia, Violência, Música, Direito, Criminalidade.



7796846 - OS ELEMENTOS SUBJETIVOS INFLUENCIAM NO COMPORTAMENTO SOCIAL DO INDIVÍDUO?

Beatriz de Farias Valsechi, Mauricio da Cunha Savino Filo

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Os elementos que influenciam o comportamento social, vão mais além daqueles que estão visíveis e escritos, sendo esses intrínsecos e subjetivos de cada pessoa. Sendo o ser humano a base do direito, é necessário compreender de que forma esses elementos afetam o indivíduo dentro de uma sociedade. A subjetividade humana já foi ignorada pelo direito de inúmeras formas, tornando cada vez mais pessoas em objetos. Dessa forma, acabam tendo elementos que atingem o funcionamento e aplicabilidade das normas, mas que passam despercebidos pelo nosso ordenamento jurídico. O ser humano, vendo a impossibilidade de continuar vivendo em seu estado primitivo, procurou uma forma de associação que dê a garantia de uma liberdade individual dentro de uma ordem social. Para Rosseau, (p.24, 1757), é necessário: Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça portanto senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente. Tal é o problema fundamental cuja solução é dada pelo contrato social. Esse contrato social materializou-se em constituições escritas, utilizadas como forma de manter a coesão social, entretanto, com o passar do tempo, percebeu-se que apenas uma constituição codificada não é suficiente para manter uma instituição democrática, se não há respeito a essas normas. Ao analisarem a funcionalidade da democracia norte americana, Levitsky & Ziblatt, perceberem que essa baseava-se em normas não escritas, e no sentimento mutuo de respeito entre os partidários, e reiteram a importância delas quando afirma que “na ausência dessas normas, o equilíbrio se torna mais difícil de sustentar. Quando o ódio sectário pisoteia o compromisso dos políticos com o espírito da Constituição, o sistema de freios e contrapesos corre risco”, ou seja, o sentimento subjetivo exercia influência para a concretização dessa democracia. Os elementos subjetivos estão presentes de forma invisível e intocável, e por serem dessa forma, são ignorados quanto a sua existência. Por isso, essa ignorância torna-se um risco quando não percebemos de que forma esses elementos estão influenciando de forma negativa o convívio social. O direito, apesar de dispor e regular a atividade humana, encontra uma barreira até hoje inalcançável, o intrínseco do indivíduo. Apesar de poder restringir a liberdade do corpo humano, não consegue alcançar elementos internos dele. Ou seja, os elementos subjetivos do ser humano, afetam na forma como o indivíduo se porta em uma sociedade e na forma como segue o ordenamento jurídico no qual está inserido, mas não são percebidos pelo direito.

Palavras-chave: Elementos Subjetivos, Sociedade, Indivíduo, Direito.



5648939 - SOBERANIA BRASILEIRA E REFORMAS CONSTITUCIONAIS NEOLIBERAIS

Ana Cláudia Ribas

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A soberania de um país é caracterizada no âmbito interno pela supremacia do poder estatal em relação a outros poderes e no âmbito externo significa que, nas relações recíprocas entre os Estados-nações, não há subordinação nem dependência, e sim igualdade. A partir das revoluções burguesas do século XVIII o conceito de soberania passou a estar ligado a soberania do povo e não mais a de um monarca. Um dos princípios básicos das democracias é que se impere a soberania popular, o Estado é sujeito à vontade do povo. A soberania de um país materializa-se através de um sistema de normas jurídicas que tem como lei máxima a Constituição, instrumento que carrega como algumas de suas finalidades a limitação dos poderes do Estado e a definição dos direitos e deveres dos cidadãos. A problemática central desta pesquisa será centrada na análise da soberania dos países da América Latina de forma geral, e de forma mais específica na análise da soberania brasileira, se seriam soberanias bloqueadas pela interferência da política econômica internacional neoliberal, tanto interna quanto externamente e em caso afirmativo, de que forma isso poderia refletir na nossa Constituição, analisaremos também, secundariamente, se o texto aparentemente garantista da Constituição brasileira tem caráter predominantemente simbólico. A hipótese apresentada é que em assuntos constitucionais econômicos e financeiros a democracia é limitada aos termos do processo legislativo e dos representantes políticos, que tomam decisões importantes na economia e nas finanças públicas sem consulta popular. O objetivo específico da pesquisa é analisar as emendas constitucionais de cunho neoliberal em especial a Emenda Constitucional 95/2016, que limita por vinte anos os gastos públicos e verificar se estas atuam de forma desdemocratizante e destituíntes de direitos sociais e qual a extensão da interferência da globalização econômica na Constituição, na democracia e na soberania brasileira. A pesquisa será elaborada a partir de pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias, com enfoque no método hipotético-dedutivo, para que seja possível verificar em que contexto histórico e político se encontrava o país no tempo das promulgações das emendas e que discussões foram realizadas entre os parlamentares para fundamentá-las. Trata-se de uma reflexão oriunda de uma pesquisa ainda em andamento e, portanto, sem respostas conclusivas.

Palavras-chave: Constitucionalismo Crítico; Globalização; Estado Democrático; Soberania Bloqueada; Brasil.



9799834 - “MULHERES, RAÇA E CLASSE”: RELENDO ANGELA DAVIS A PARTIR DE UMA ANÁLISE JURÍDICA

Maria Lúcia Severo Lang

Ong Movimento Mulher

O presente resumo pretende abordar as principais questões debatidas nos capítulos I e II da obra “Mulheres, raça e classe”, de Angela Davis. A autora explica, em sua problemática central, como as bases do sistema escravagista retiraram todo e qualquer direito humano de pessoas negras, especialmente mulheres negras, em que seus corpos acabavam sendo mero objeto de cunho econômico, sem qualquer proteção estatal. Em uma primeira hipótese apresentada, tenta-se mostrar como as opressões criam, de maneira recorrente, ideologias de suporte, práticas de exploração e estratégias políticas de coerção, dominação e controle dos grupos dominados, as quais interferem, de maneiras contraditórias, na história dos diversos movimentos de luta e resistência, como o movimento abolicionista, o movimento antiescravagista, o movimento sufragista, o movimento de mulheres. Para tanto, a autora vai de encontro, em seu objetivo geral, com a interseccionalização de mulheres, raça e classe, buscando assim, em seus objetivos específicos: 1. aprofundar as discussões como condição da mulher no período da escravidão; 2. ligação entre a luta feminista e movimento antiescravagista, racismo e sexismo; 3. direito das mulheres e questões de raça em uma sociedade de classes a fim de compreender também a natureza da sociedade e sua evolução atualmente, bem como pesquisar as origens do direito (ou a falta de direito) das mulheres no mundo moderno. Para tanto, se discute a partir de realidades históricas concretas, das quais a autora do livro traz com riquezas de detalhes as ações e, posteriormente, os resultados na sociedade dessas ações. Neste trabalho foi utilizada a metodologia dedutiva, em pesquisa do tipo teórica, com emprego de material bibliográfico. Conclui-se, por fim, como o sistema escravagista deixou marcas na sociedade até hoje, e até mesmo com todos os seus direitos humanos assegurados, vivemos em uma discrepância de efetivação dos mesmos.

Palavras-chave: Angela Davis; Mulheres; Raça; Classe.



8491682 - A DEMONIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO E O ENDEUSAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

Maria Lúcia Severo Lang

Ong Movimento Mulher

Desde 2013 a sociedade brasileira e as lógicas de poder têm se modificado de maneira substancial. A principal delas é a perda da confiança em instituições representativas escolhidas indiretamente pelo povo e a crescente confiança em decisões judiciais feitas por tribunais. A problemática central do trabalho se concentra na pergunta: como ocorreu a demonização do poder que permite que o povo escolha seus representantes e o endeusamento do poder que o povo não tem qualquer tipo de escolha sobre? A hipótese apresentada, não ironicamente, é que o crescente endeusamento do Poder Judiciário no Brasil acontece num cenário de Golpe jurídico-parlamentar-midiático, em que um crescente conservadorismo estimula cada vez mais a violência em diversos segmentos sociais. A situação política atual fomenta cada vez mais a decrescente fé em instituições democráticas, como é o caso do poder legislativo, e aumenta a confiança do povo em tribunais, que assumem assim o papel político. O objetivo geral do trabalho identificar como ocorreu a demonização do poder que permite que o povo escolha seus representantes e o endeusamento do poder que o povo não tem qualquer tipo de escolha sobre. Para verificar tal questão, se fez necessário construir uma base teórica, estudando-se, especialmente, o conceito de democracia e representação política. Nesse contexto, o primeiro objetivo é estudar, de modo geral, o conceito de democracia e as representações políticas para entender melhor o local ocupado atualmente pelo Brasil na realidade estrutural do sistema governamental. Busca-se fazer a análise por meio de clássicos da sociologia, trabalhando com categorias como a tripartição dos poderes. Do mesmo modo, a pesquisa objetiva averiguar de que maneira os tribunais acabaram fazendo que o ativismo político caísse nas graças do povo e assim usurpando e efetivando os poderes legislativo e executivo. Por fim, enquanto terceiro objetivo específico, investigou-se os acontecimentos políticos datados durante o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff em 2016. Neste trabalho foi utilizada a metodologia dedutiva, em pesquisa do tipo teórica, com emprego de material bibliográfico diversificado. De maneira preliminar, uma vez que estudos deste aporte demandam investigações e reflexões contínuas, a conclusão é no sentido de que a hipótese está se confirmando, isto é, a partir do momento que o Juiz Sérgio Moro aceitou fazer parte do governo, sendo que ele mesmo foi responsável por tirar do jogo político o principal adversário eleitoral do atual presidente, o judiciário se mostra novamente intervindo de modo político dentro do sistema.

Palavras-chave: Estado Democrático; Brasil; Separação de Poderes; Legislativo; Judiciário



6536638 - A DESCONSTITUIÇÃO DO BRASIL COMO AGENDA NEOLIBERAL

Bruna Rezende da Silva, Lucas Machado Fagundes

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

As constituições contemporâneas foram um marco para a conquista democrática. No entanto, a ascensão recente de processos desconstituintes tem ameaçado esta conquista. Tal fenômeno acontece de maneira positivada, respeitando parcialmente a constituição, enquanto blinda-a para que se possa atender a demandas externas do capital, e não a necessidades democráticas. Na Europa há exemplos de reformas visando aplacar o viés democratizante das Constituições, trazendo a elas um sentido neoliberal e antidemocrático. Comprovando, então, um processo de desconstituição: As justificativas políticas durante o Processo Legislativo não eram capazes de sustentar tais reformas como ações democráticas obedientes aos princípios ínsitos de suas constituições, trazendo à tona a influência global do Mercado Financeiro nestes países, destituindo direitos outrora protegidos. No Brasil, desde a promulgação da Constituição Cidadã, podem estar ocorrendo tais processos em forma de emendas constitucionais, sob a influência neoliberal de organismos financeiros internacionais sem legitimidade democrática, restringido a soberania Estatal e a democracia dantes garantida. Conforme se observa através da leitura de algumas Emendas Constitucionais brasileiras, existe nelas um grande apelo à gestão de recursos fiscais. Em leituras mais meticulosas, percebe-se displicência quanto aos princípios constitucionais democráticos, caracterizando um processo de desconstitucionalismo - que leva, por sua vez, à desdemocratização, sua manifestação enquanto fenômeno político – onde as justificativas para tais alterações desrespeitam o Estado social e democrático de direitos previsto na CF-88, e atendem, portanto, a demandas financeiras externas. O objetivo geral do trabalho será verificar o processo de desconstitucionalização brasileiro, especialmente analisando o processo legislativo das emendas, com suas justificativas antagônicas. Para que ocorra tal processo, primeiramente, será construída uma base teórica, estudando, principalmente, o contexto global neoliberal, o nacional, verificando quais operações políticas e ideologias de governo permeiam tais reformas constitucionais, com um marco de análise focado no constitucionalismo crítico, especialmente no constitucionalismo econômico. Será utilizada a metodologia dedutiva, com pesquisa de exploração teórica, empregando como material bibliográfico primário o texto das Emendas Constitucionais, e de seus Processos Legislativos, e como secundário, artigos científicos de autores que estudam este fenômeno. Antelóquio, por suas características antidemocráticas, a suposição é de que, no decorrer da pesquisa a hipótese se confirmará, e será verificado, portanto que tais reformas visam atender mais a demandas externas do que a princípios constitucionais.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Estado, Processos Desconstituintes, Desdemocratização, Constitucionalismo Crítico.



9942491 - O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DA ETNIA GUARANI MBYA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, A LUZ DA DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.

Gustavo Fernandes Borges

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O referido trabalho tem por objetivo analisar o processo de demarcação de terras indígenas, à luz da constituição, analisando todo seu processo, do estudo da terra até a expedição do decreto, levando em conta todo seu contexto social-histórico, com intuito de compreender a história dos povos indígenas e todo processo que culminou na atual situação desses povos, responsáveis por grande parcela da construção da identidade nacional brasileira. Porém, os povos indígenas não são retratados com tal importância perante a história do país, tendo reflexos diretos no que diz respeito a direitos de propriedade. Apesar de originários dessa terra, a classe sofreu com diversos fatores, segundo Santos (2004, p. 75) a colonização pouco a pouco foi aumentando em força e agressividade, trazendo um afastamento dos centros coloniais dos litorais brasileiros e deixando-os à marginalidade da sociedade que estava se formando em meio a revolução capitalista do século. Os Direitos dos povos indígenas ao território, já mencionados vagamente nas constituições anteriores, lhes foi assegurado expressamente somente em 1967, garantindo-os o direito de usufruto dessas terras e recursos naturais lá existentes, com o detalhe de que estas agora pertenceriam a união. No entanto, somente com a promulgação da Constituição de 1988, quase quinhentos anos após o primeiro contato dos indígenas com os europeus, reconheceu-se as sociedades indígenas e suas formas de organização social, costumes crenças, tradições e línguas. Dedicando o capítulo VIII especialmente a questão indígena, deixando de lado na lei a “tutela” oficial e a integração” (SILVA, 2011). Com a promulgação da CF, posteriormente foi instaurado o Estatuto do índio e o decreto n. 1775/1996 e outros, que regulamentaram e asseguraram o processo sistemático de demarcações de terras. Posteriormente pela Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos povos indígenas, foi reiterado o direito desses povos às suas terras, devendo ser asseguradas por lei e seguirem um trâmite legal. O processo de demarcação de terra é constituído pelas fases de estudo, delimitação, declaração, homologação, regularização e interdição. Essas terras podem ser das modalidades: tradicionalmente ocupadas, reservas indígenas, terras dominiais ou terras interditadas. Segundo o site da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) o estado de Santa Catarina possui 29 áreas indígenas, porém para Brighenti (2012), “praticamente todas as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas encontram-se tituladas em nome de terceiros”. Nessas terras concentram-se mais de 6 etnias indígenas diferentes, habitando uma área que somada, chega a mais de 90 mil hectares. Dessas 29 áreas indígenas, 13 são habitadas pela etnia Guaraní Mbya, nas quais trataremos mais afundo seu processo de demarcação de terra no decorrer deste trabalho de pesquisa.

Palavras-chave: Terras Indígenas, Direito Originário, Demarcação de Terra, Santa Catarina, Guaraní Mbya.



6841244 - APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS: UM ESTUDO MULTICASO NOS CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS NA UNESC

Maxwel Fernandes Bernardes, Elisa Netto Zanette, Elenice Juliane Padoin Enge, Michele Domingos Schneider

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O ensino convencional parte do princípio que o aluno deve aprender minimamente os conteúdos e conceitos básicos das disciplinas e, o aprofundamento dos conteúdos se dá por meio de leituras e atividades de fixação. Hoje, compreende-se que o processo de aprendizagem pode ocorrer de diferentes formas, por meio da aprendizagem personalizada a partir do projeto de vida do aluno, pela aprendizagem compartilhada e aprendizagem por tutoria (BACICH; MORAN, 2018). As metodologias ativas não são práticas de ensino novas. Desde Sócrates (469-399 a.C) já se trabalhava sob a lógica de maiêutica, que se utilizava de um processo de questionamentos aos seus interlocutores. A lógica de Sócrates, não era apresentar conteúdos e sim instigar seus interlocutores a questionar as verdades e certezas, propondo caminhos e não respostas aos conceitos e questionamentos debatidos (MATTAR, 2017). Paulo Freire (1921-1997) concebe que a aprendizagem deve ser problematizadora com vistas à tornar o aluno reflexivo e autônomo (MATTAR, 2017). Dewey (1959), defende que o conhecimento é iniciado por meio de um problema e encerra em sua resolução. De forma que resulta em um processo cognitivo de indagação, reflexão e ordenação das ideias. As metodologias ativas têm em sua função educativa, incentivar a construção do conhecimento do aluno por meio do estímulo de processos de ação-reflexão-ação. Onde o aluno envolve-se ativamente nas etapas do processo de aprendizagem, colocando o professor no papel de mediador, orientador e facilitador. O aluno se envolve com o conteúdo, lê, questiona, busca soluções, avalia, etc (MORAN, 2017). A aprendizagem baseada em projetos (ABP) é uma abordagem de ensino largamente utilizada, gera motivação, aprendizagem compartilhada dos estudantes, podendo ou não se utilizar de tecnologias. Bender (2014) define a metodologia da ABP como uma metodologia ativa onde os alunos identificam problemas reais e buscam soluções por meio de projetos. Neste contexto, definiu-se o problema da pesquisa: Como ocorre o processo educativo com uso da metodologia ativa de ABP em disciplinas dos cursos de ciências sociais aplicadas da Unesc? O objetivo geral da pesquisa é avaliar o uso da metodologia ativa de ABP, em disciplinas dos cursos de ciências sociais aplicadas da Unesc. Busca-se identificar as disciplinas e o processo de planejamento da ABP pelos professores. E, avaliar a efetividade da aplicação da metodologia, analisando sua contribuição no processo de ensino aprendizagem e identificando as facilidades e as dificuldades da mesma. A pesquisa é bibliográfica, descritiva e caracteriza-se em estudo de caso. Como técnica de coleta de dados, serão utilizados diário de bordo e questionário e entrevista semiestruturada. A abordagem será qualitativa e quantitativa. Os resultados esperados perpassam a identificação de professores que utilizam a metodologia ativa ABP, suas motivações para utilizar tal metodologia e os impactos no processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Aprendizagem Baseada em Projetos, Aprendizagem, Metodologia Ativa.



2422611 - AVANÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL AMAPAENSE

Albino Lutiani da Costa Brito

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Equacionar a contradição entre o consumismo e a promoção do desenvolvimento sustentável (BRUNDTLAND, 1987) ainda é tarefa complexa, tendo em vista a garantia de utilização pelas futuras gerações, dos recursos naturais. A temática da sustentabilidade tem ganhado atenção desde as últimas décadas do século XX, a ponto de se discutir em anos recentes a pertinência da inauguração de um campo científico exclusivo para tal (BETTENCOURT E KAUR, 2011), resultante, no que tange à dimensão ambiental, da preocupação com a ação antrópica sobre o planeta. Neste contexto, como um dos resultados dos debates supranacionais e nacionais das décadas de 1980, 1990, sugeriram ações práticas e algumas estratégias, como por exemplo, a de “compras públicas sustentáveis”, assentadas no fato de que as instituições públicas são as maiores consumidoras de seus mercados internos (BIDERMAN, 2008), podendo assim utilizar desse significativo poder para influenciar a produção na cadeia do ciclo econômico, visando uma conscientização ambientalmente correta e socialmente justa. No Brasil, esse é o entendimento, a partir da ECO-92, em que as compras públicas podem e devem ser utilizadas para incentivar a sustentabilidade (ECO92, 1992). No entanto, a administração pública e seus atores ainda padecem de muitas dúvidas afetas ao tema, o que pode ocasionar dificuldades de implementação de estratégias com caráter sustentável, em especial nas Unidades Federativas da Região Norte, onde a questão possui maior complexidade e relevância para o desenvolvimento. Observando tal cenário, aliado a autonomia e ações dos governos estaduais, pergunta-se: Quais os avanços, limitações e paradigmas para licitações ambientalmente responsáveis no estado do Amapá? Desta forma, a pesquisa abordará de forma analítica a aplicação no cenário burocrático estatal do executivo amapaense, que aqui recebe a nomenclatura de “ecoaquisições” ou compras ambientalmente responsáveis. Como resultado espera-se avaliar como têm se comportado os órgãos que compõem o governo do estado para a relevância da implantação de uma consciência sustentável por meio de suas aquisições, descrevendo os possíveis paradigmas e limitações existentes para a inserção de critérios que privilegiam avanços socioambientais nas licitações, bem como identificar as boas práticas constituídas para a consecução desses valores.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Gestão Pública; Licitações; Compras Públicas Sustentáveis.



1999591 - INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: UM ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Maria Victoria Prestes Luchese, Viviane Kraieski de Assunção, Mário Ricardo Guadagnin

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O presente resumo versa sobre um estudo analítico a respeito da situação atual de catadores de materiais recicláveis após a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e quais as tendências que estão sendo estabelecidas no país após a mudança do cenário político. A partir do método bibliográfico e de revisão dos instrumentos legais e dos estudos atuais modelos de gestão que estão sendo empregados e incentivados pelo poder público, este trabalho tem como objetivo analisar como a atuação dos catadores está sendo abalizada pelos tomadores de decisão. No ano de 2010 foi introduzida ao quadro legislativo a Lei nº 12.305 que institui a PNRS. Em consonância com a PNRS, foi instituído o Decreto nº 7405/2010 que preconiza o Programa Pró-Catador, com o intuito de regularizar o fomento à organização produtiva de catadores. Desde a implantação desses instrumentos de gestão pública poucas mudanças ocorreram. Os catadores ainda não são reconhecidos socialmente, as associações e cooperativas ainda enfrentam condições precárias de trabalho, com pouco apoio de órgãos públicos, o que prejudica a inclusão socioprodutiva destes trabalhadores. No Brasil, a maior parte dos resíduos é destinada para aterros sanitários ou controlados, porém ao longo dos anos não foi reduzido o número de lixões no país como forma de destinação final. O fechamento de lixões era uma das principais diretrizes da PNRS. Após a mudança do cenário político nacional representou também mudanças na gestão ambiental brasileira. O Programa Lixo Zero, planejado e implantado pelo MMA lança mão de um Plano de Ação, que se refere à PNRS, e uma Agenda Nacional de Qualidade Ambiental “com o objetivo de eliminar os lixões existentes e o apoiar os municípios para soluções mais adequadas de destinação final dos resíduos sólidos”. É incentivada a reciclagem de resíduos orgânicos por meio da compostagem, ao mesmo tempo em que ressalta o interesse do Estado pela implantação de tecnologia de valoração energética de resíduos sólidos. Em maio de 2019, foi divulgado pela CNI o Guia de Recuperação Energética a ser apresentado para gestores municipais, que disponibiliza informações sobre a geração de energia através da incineração de resíduos sólidos. Ao mesmo tempo em que há um estímulo à recuperação energética de resíduos no país, estão ocorrendo outras mudanças que abrangem catadores. A exclusão do decreto que institui o Programa Pró-Catador representa o fim dos princípios regulatórios da inclusão dos mesmos na sociedade e de sua valorização como trabalhadores. Com o novo desenho da política pública evidencia-se o estímulo à mudança de rotas tecnológicas no país. A questão é saber qual influência direta terá na qualidade de vida de catadoras e catadores que utilizam os materiais recicláveis como fonte de renda. A adoção desse novo sistema omite diretrizes cruciais da PNRS e conjectura a atuação de catadores como um empecilho no ao êxito de novos programas de gestão integrada de resíduos sólidos.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos, Coleta Seletiva, Catadores, Recuperação Energética.



8748160 - POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTRAFISCALIDADE: ESTUDO DA ADESÃO AO PROUNI PELAS IES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS

Marlon Acassio Casagrandi Cardoso, Kelly Gianezini

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Medida Provisória de nº 213, de 10 de setembro de 2004 e convertido na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, é uma política pública para a educação superior, destinado a concessão de bolsas para estudantes de cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, com ou sem fins lucrativos. A Lei que regula o PROUNI possui as normativas para a garantia de bolsas de estudo (integrais e parciais) e delibera os direitos e obrigações da IES aderidas ao Programa. Por obrigações devem seguir as normativas descritas nos termos de adesão e por direito (benefícios) é incidido a isenção de impostos e contribuições sendo elas o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). Esta característica do Programa em financiar bolsas de estudos por renúncia fiscal é uma contrapartida realizado pelo governo a fim de garantir a ampliação do acesso ao ensino superior. Sendo uma política pública sem gastos diretos, a renúncia fiscal torna-se um atrativo para as IES privadas com peso maior para aquelas IES com fins lucrativos que agregam maior incidência sobre as isenções tributárias. Com o Programa as IES podem ofertar suas vagas ociosas sem custos e se beneficiam com a renúncia fiscal. Isto posto, questiona-se: qual é a relação das condições de adesão das IES no processo de ampliação do acesso à educação ocorrida a partir de 2004 por meio do PROUNI? Para compreender este processo, o objetivo é mensurar o potencial de ganhos das IES privadas auferidos por meio da renúncia fiscal e mensurar a extrafiscalidade ocorrida entre o primeiro ano de execução do Programa (2005) e o ano em que esta pesquisa está sendo produzida (2019). A pesquisa em andamento possui abordagem mista (qualitativa e quantitativa). O foco na modelagem qualitativa é a abordagem exploratória com fundamento na busca de familiaridade com os fenômenos abordados, indicando as relações entre a extrafiscalidade, as IES e o ProUni, como objetos do estudo. Quanto ao modelo quantitativo será auferido significação mediante a mensuração dos ganhos obtidos pela extrafiscalidade, sendo função que determina a adequação da adesão das IES ao Programa. A fim de investigar as relações propostas, busca-se por meio da pesquisa bibliográfica e documental os fundamentos e apontamentos que correlacionam a extrafiscalidade com a adesão das IES ao ProUni, como estratégia de política pública. Os dados serão extraídos dos documentos oficiais e de relatórios estatísticos elaborados por órgãos federais para identificar os impactos da adesão das IES privadas e a implicação orçamentária causada nos cofres públicos pela renúncia fiscal. Como resultado preliminar observou-se a intenção das IES privadas com fins lucrativos em aderirem ao PROUNI.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Renúncia Fiscal, Educação Superior.



1865374 - EDUCAÇÃO SUPERIOR E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: REVISÃO SISTEMÁTICA NA PLATAFORMA LATTES

Letícia Anselmo Manique Barretto, Kelly Gianezini

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Este estudo está vinculado a linha de pesquisa “Políticas Públicas e Ensino Superior em Santa Catarina”. O objetivo é realizar uma varredura, para identificar quais pesquisadores(as) vem investigando políticas públicas municipais voltadas para a educação superior, de que forma são realizadas tais pesquisas e onde estão sendo divulgadas. Para tanto, optou-se por realizar uma pesquisa na Plataforma Lattes, uma vez que pesquisas anteriores se deram na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no banco de Teses e Dissertações da CAPES. Serão utilizados os termos “política pública municipal” e “políticas públicas municipais” ambos combinados com os termos “Santa Catarina”, “educação superior” e “ensino superior”. Metodologicamente, a pesquisa de abordagem qualitativa, apresentar-se-á da seguinte forma: (a) inicialmente, buscar-se-á pelos termos supracitados, para mapear o número de pesquisadores(as) investigados(as) – destaca-se que preliminarmente 390 currículos lattes foram identificados – ; e, (b) catalogar-se-á: o nome do(a) pesquisador(a); o tipo da publicação (se é artigo, dissertação, tese, trabalho completo apresentado em congresso, resumo apresentado em congresso ou resumo expandido apresentado em congresso); local de publicação (se é em periódicos científicos, bibliotecas digitais ou anais de eventos). Para conquistar os objetivos tracejados e dar continuidade da pesquisa, planeja-se a realização da leitura dos resumos desses trabalhos para identificar se é uma política pública municipal ou se é uma incidência de políticas públicas nacionais e estaduais, a fim de categorizar: os objetivos, os procedimentos metodológicos adotados (elencando o método e a abordagem), o objeto de estudo (nome da política estudada) e, por fim, o referencial teórico utilizado. Diante das peculiaridades das políticas nacionais e estaduais, a realização dessa revisão dará mais aptidão para discorrer acerca de determinada política pública municipal instituída em Criciúma a qual é objeto de análise do futuro Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ademais, identificar lacunas existentes entre as pesquisas já desenvolvidas servirá para revelar os avanços e/ou retrocessos na elaboração e avaliação de políticas públicas municipais para a educação superior, sendo essa a possível contribuição desse estudo.

Palavras-chave: Santa Catarina, Currículo, Política Pública Municipal.



8293678 - TRABALHO (RE)PRODUTIVO E DE CUIDADO, USO DO TEMPO E PROJETO DE VIDA DE MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE UM MUNICÍPIO DO EXTREMO SUL CATARINENSE

Thayara Heitich Pedro, Giovana Ilka Jacinto Salvaro

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Os estudos de gênero vêm em crescente debate mundialmente, apesar de avanços, na sociedade atual, em relação aos homens, as mulheres ainda recebem tratamento desigual no que se refere ao campo dos diferentes direitos sociais e econômicos, entre outros. Ocorreram modificações ao longo do tempo, contudo, pode-se afirmar que mesmo diante de anos de luta, mulheres e homens não vivem em uma sociedade completamente igualitária. Essa desigualdade de gênero também se expressa na criação de políticas públicas, que de certo modo reforçam os lugares de vulnerabilidade ocupados por mulheres na sociedade, como o caso do Programa Bolsa Família (PBF), que tem como foco mulheres chefes de família. Entretanto, conforme demonstram estudos sobre o tema, essa política se faz necessária visto o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do citado programa. Concomitante ao PBF, é papel de outras políticas públicas (como Cras e serviços socioassistenciais) criar ferramentas a fim de emancipar estas famílias para que saiam da condição de vulnerabilidade social. Contudo, as mulheres em situação de baixa renda podem enfrentar impasses que dificultam sua emancipação e tais dificuldades envolvem questões de gênero, como: o trabalho de cuidado (historicamente, o trabalho de cuidar de algo ou alguém é atribuído à mulher, neste caso, o cuidado da casa, dos membros da família), trabalho produtivo e reprodutivo (o trabalho produtivo oriundo da força de trabalho que gera lucro à economia; trabalho reprodutivo e de cuidado, em grande medida, atribuído às mulheres), uso do tempo (referente à dupla jornada de trabalho, quando além do trabalho produtivo, as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo trabalho reprodutivo), e seus projetos de vida (numa perspectiva de futuro para além a vulnerabilidade atual). Diante das notas preliminares apresentadas, este trabalho, em andamento, consiste em um projeto de tese que terá como foco de pesquisa mulheres titulares beneficiárias do PBF, suas vivências e subjetividades, buscando dialogar com as temáticas, que se caracterizam como eixos analíticos de discussão: (1) Trabalho de cuidado; (2) Trabalho produtivo e reprodutivo; (3) Uso do tempo; (4) Projetos de Vida. Tendo como base os estudos de gênero, efetivação das políticas públicas emancipatórias e desenvolvimento socioeconômico, realizar-se-á uma busca, por meio do Cadastro Único – PBF, de mulheres participantes da pesquisa, cadastradas no PBF de um município do extremo sul catarinense, no ano de 2019. Para fins de metodologia, a pesquisa será de abordagem qualitativa, utilizando-se da técnica da entrevista semiaberta, para a construção das informações a serem analisadas.

Palavras-chave: PBF, Gênero, Trabalho de Cuidado, Trabalho (Re)produtivo, Projetos de Vida



RELATO DE ENSINO OU EXPERIÊNCIA: TRABALHOS COMPLETOS



2265532 - INICIAÇÃO CIENTÍFICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ENTRE O ENSINO MÉDIO E A GRADUAÇÃO

Júlia Borges Cechella, Letícia Manique Barretto, Kelly Gianezini

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Colégio UNESC

O presente relato, tem como objetivo demonstrar a importância da participação de estudantes de Ensino Médio e de graduação na Iniciação Científica (IC) e na Iniciação Científica Júnior (IC-Júnior). A metodologia desta pesquisa dar-se-á na forma de um relato de experiência desenvolvida na pesquisa, contar-se-á desta forma as sensações e percepções destas acadêmicas ao participarem de tal projeto e se tentará responder como a IC é percebida por bolsistas de diferentes níveis do ensino regular?

Palavras-chave: Programa de Iniciação Científica, Programa de Iniciação Científica Júnior, Direito, Pesquisa, Ensino Médio.

1 Introdução

O objetivo desse relato de experiência é compreender a Iniciação Científica (IC) em dois níveis distintos de ensino: do(a) aluno(a) proveniente do Ensino Médio e possui bolsa de Iniciação Científica Júnior (IC-Júnior), em que houve a oportunidade de adentrar a pesquisa científica nessa fase e o(a) acadêmico(a), que teve o contato inicial com a IC somente na graduação.

A justificativa de tal trabalho encontra-se em não somente divulgar os resultados práticos encontrados, mas também demonstrar ainda que seja subjetivamente as internalizações, os pensamentos, as conquistas e os desafios que perpassam tais acadêmicos(as) ao se depararem com o mundo científico. Segundo Oliveira e Bianchetti (2017) entre 2010 e 2015 o Brasil teve um total de 211490 bolsas de IC, entre iniciação científica e iniciação científica júnior.

Outro fator, no que tange, a carreira de pesquisador(a), é que estudos como o de Reznik et. al. (2017, p. 849) vem demonstrando que há uma “expectativa positiva das participantes sobre o ingresso na carreira científica, em oposição ao que vem sendo descrito em trabalhos anteriores, ainda que as motivações das participantes na ciência estejam, principalmente, nas ciências da saúde e ciências biológicas – áreas em que já há predominância de cientistas mulheres”. Buscou-se para tanto responder o seguinte questionamento: como a IC é percebida por bolsistas de diferentes níveis do ensino regular?

2 Metodologia

Trata-se de um relato de experiência e das principais percepções sobre a participação na IC e na IC-Junior por duas estudantes – uma do Ensino Médio e a outra da Graduação – no período de agosto de 2018 a agosto de 2019. Portanto, a metodologia aqui empregada foi a participativa.

3 Experiência de Pesquisa na IC-Júnior



Adentrar no ambiente universitário foi uma experiência inovadora e única que se pode vivenciar por ter ingressado no Programa de Iniciação Científica Júnior (PIBIC Júnior/CNPq). O Programa tem como objetivo “fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos e desenvolver atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes.” De acordo com o site oficial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a bolsa na modalidade IC-Júnior tem duração de doze meses. Especificamente no caso da bolsista de IC-Júnior houve a participação dela no Programa duas vezes, em anos e projetos diferentes.

Um dos objetivos desse relato de experiência será relatar duas experiências na IC Junior. O primeiro projeto ocorreu entre o mês de julho de 2017 e o segundo entre o mês de julho de 2018. No primeiro projeto sob a orientação da professora Dr^a. Maristela Giassi uma vez por semana era impreterível auxiliar a professora e os demais bolsistas.

No segundo projeto sob a orientação da professora Dr^a. Kelly Gianezini da mesma forma, era importante dedicar 8h semanais. Foi possível produzir de um vídeo na qual pode-se explicar a pesquisa em que estava trabalhando e os objetivos da mesma

Com a ajuda de outros bolsistas e de minha orientadora, houve a possibilidade de ler artigos científicos, contribuindo para melhorar a ortografia. Foi no PIBIC Júnior que ocorreu o primeiro contato com a elaboração de um artigo e a criação de referências bibliográficas. Para aprimorar a escrita dos trabalhos acadêmicos participou-se de quatro cursos oferecidos pela universidade por meio de sua biblioteca central, a saber: a) Apresentação e formatação de trabalhos acadêmicos em A4; b) Citação e referência; c) Pesquisa em bases de dados; e, d) Formatação de trabalhos acadêmicos – tutorial.

Tais experiências são essenciais para a formação acadêmica, inclusive para o Ensino Médio. Constatou-se que houve antecipação de conteúdos facilitando o aprendizado no Ensino Médio e que “vida contemporânea vem nos possibilitando apropriarmos de maior quantidade de informações intensificando, assim, o acesso a leitura e aperfeiçoamento de nossas aptidões em apreender e refletir sobre os conteúdos veiculados nos sistemas de informação” (ERDMANN, 2016, p. 1).

Também se participou de algumas aulas do curso de direito. As aulas ocorreram no período noturno com duração média de três horas por encontro. A turma era composta por dezoito estudantes da graduação do Curso de Direito da 9^a fase de ambos os sexos (dez do sexo feminino e oito do sexo masculino), da faixa etária entre 18 a 45 anos.

Junto com a professora outros dois integrantes do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU)¹⁰ também acompanharam as discussões (uma era estudante do Curso de Odontologia e bolsista de Iniciação Científica e o outro era mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico). Todos os três estavam sob a orientação da regente da disciplina a qual possuía Doutorado em Educação.

Os estudantes foram divididos em grupos para realização de seminários, recebendo cada grupo um determinado texto. Formou-se uma roda com as mesas e cadeiras no meio da sala de aula para que todos pudessem ter uma melhor visualização. As duas apresentações por encontro iniciavam no começo de cada aula e se estendia até o final do período. A professora responsável pela disciplina direcionava as apresentações dando exemplos, sugestões e fazendo questionamentos, seus(as) orientandos(as) tinham liberdade para participar das explicações, fazer perguntas e sugestões.

¹⁰ Para saber mais sobre o GEU sugere-se a leitura dos artigos “Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU): experiências de iniciação científica (IC) no curso de direito” e a “A Formação da carreira científica no âmbito de grupos de pesquisa: percepções e práticas de Iniciação Científica em um curso de Direito” ambos escrito por Gianezini et. al (2016a; 2016b).



Destaca-se o papel do Colégio o qual nos deu a possibilidade de abranger os conhecimentos, ampliando além da visão de mundo, as experiências, relações pessoais e acadêmicas. Antes de entrar no programa pensava-se que havia uma lacuna entre os estudantes de ensino médio e a faculdade, sentia que se era capaz de ser ao mesmo tempo uma acadêmica exemplar e adquirir tanto conhecimento. Ao ingressar percebeu-se que com o passar do tempo se aprende. Ademais, percebe-se que não é algo inviável, que as pessoas são capazes de crescer e de seguir seus sonhos mesmo que seja algo difícil, desde que se tenha esforço e persistência.

Como explicita Gianezini et. al. (2016b, p. 69) “a IC é considerada o primeiro passo do aluno no mundo da pesquisa, proporcionando-lhe uma visão acadêmica diferente daquela encontrada em sala de aula. Isto porque, pela ótica de alguns pesquisadores, na graduação os conteúdos são mais estáticos e inflexíveis [...]”, assim o PIBIC Junior aproximou o mundo acadêmico do ensino médio, ampliando os conhecimentos e a ideia de possibilidade de que a trajetória nodo mundo do aprendizado se dá de forma gradativa, e que a busca do conhecimento deve ocorrer em todas as faixas etárias e em todos os níveis do conhecimento.

4 Experiência de Pesquisa na IC

No que tange a iniciação científica no âmbito da graduação, tem-se a participação no Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UNESC), sob orientação da professora Dr^a. Kelly Gianezini. Inicialmente o desenvolvimento da pesquisa ocorreu no primeiro semestre de 2015 deu-se de forma voluntária, posteriormente, a pesquisa foi oficialmente institucionalizada por meio do Programa supracitado dedicando-se 20 horas semanais. Na sequência dos anos de 2015/2, 2016, 2017, 2018 e 2019 a pesquisa transpassou por diferentes temas dentro das áreas de “Políticas Públicas” e “Educação Superior” com subtemas e temas transversais como por exemplo: educação a distância, ações afirmativas e programas governamentais de âmbito federal.

A iniciação científica no âmbito da graduação é capaz de incentivar a percepção do(a) acadêmico(a) com relação ao “leque” de oportunidades provenientes desta prática. Inicialmente, ao pensar o curso de Direito, as possibilidades que aparecem imediatamente no imaginário acadêmico estão ligadas a duas áreas: advocacia e a concurso.

Desta forma, a pesquisa aparece como uma forma de ampliar as possibilidades, em que o(a) acadêmico(a) vislumbra a possibilidade de galgar uma vida acadêmica, como pesquisador(a) e como professor(a) universitário(a), que como descreve Gianezini et. al. (2016a, p. 347):

Neste sentido, as expectativas para o futuro pesquisador são grandiosas: alimentar com continuidade os eventos que fomentam a expansão das pesquisas desenvolvidas; melhorar a qualidade das produções e aumentar o número de participantes envolvidos. Para o acadêmico no curso de graduação, que entra nessa área, as expectativas são, além das citadas, construir um futuro com um bom currículo e publicações acadêmicas, para continuidade dos estudos na Pós-graduação (*Lato Sensu* e/ou *Stricto Sensu*) que alargam as chances de sucesso profissional.

Desta forma, a pesquisa, possibilita desta forma o desenvolvimento de diferentes práticas, como por exemplo o desenvolvimento da oratória, mediante a apresentação de trabalhos acadêmicos; o desenvolvimento da escrita e o *networking* com pesquisadores(as) das diferentes áreas do conhecimento, bem como de diferentes níveis de ensino (ensino médio, graduação, mestrado e doutorado).



Como regra geral, todos os(as) orientandos(as) da profa. Kelly necessitam aprimorar a escrita dos trabalhos acadêmicos e para tal participam de quatro cursos oferecidos pela universidade por meio de sua biblioteca central, a saber: a) Apresentação e formatação de trabalhos acadêmicos em A4; b) Citação e referência; c) Pesquisa em bases de dados; e, d) Formatação de trabalhos acadêmicos – tutorial.

Outra situação que se mostra importante para o(a) acadêmico(a) é a inicial familiaridade com o a metodologia científica, ao chegar na etapa de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foi possível perceber que participar da pesquisa facilitou a criação e escrita do projeto de monografia. Um exemplo de atividade para o desenvolvimento desta habilidade foi a participação na disciplina de pesquisa social, em que houve a participação como ouvinte.

Disciplina essa lecionada na 9ª fase do curso de Direito, como matéria optativa. As aulas aconteciam no horário noturno, com uma duração média de 3h por encontro, como era uma disciplina de dois créditos, possuiu a duração de nove encontros. As aulas ocorreram no formato de seminários, em que cada grupo de alunos e alunas ficou com um capítulo de livro, para apresentar e a partir de então gerar as discussões.

Houve durante as aulas a discussão sobre textos referentes aos processos metodológicos, como por exemplo, como proceder pesquisas quantitativas e qualitativas, como desenvolver uma boa entrevista, dicas para a execução de grupos focais. Deu-se como enfoque a área das ciências sociais aplicadas, e como realizar, especificamente, pesquisas empíricas no curso de Direito.

A pesquisa também abre portas para adentrar a extensão e a monitoria, assim o(a) pesquisador(a) consegue desenvolver outras habilidades fundamentais para a construção da pesquisa e contextualização destes três pilares. É fundamental, também, ao pensar a pesquisa, pensar em sua publicização e socialização, que não deve ocorrer somente ao meio acadêmico, mas também para a comunidade num geral, para tanto, realizou-se a gravação de um vídeo, em que se explicou sobre as pesquisas realizadas, os objetivos e a trajetória acadêmica como bolsista, até então.

Porém, ao realizar a iniciação científica, normalmente esbarra-se também em certos desafios criados pelo próprio meio, como por exemplo a competição derivada da necessidade de realizar publicações. Outro desafio encontrado, está na conciliação da pesquisa, com a graduação e as urgências que acabam ocorrendo, tais como provas e trabalhos, os quais nota-se que é de fundamental importância a compreensão por seus colegas de pesquisa. A pesquisa científica é de certa forma uma valorização do ser humano, pois abdica-se do tempo de estar com entes queridos e familiares, para o desenvolvimento desta. Em um país que é de notório conhecimento, vem valorizando cada vez menos os seus pesquisadores e a sua ciência, abre-se aqui um parêntese para ressaltar a celebre frase de Paulo Freire “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (1997, p. 32).

5 Considerações Finais

Desta forma, o presente trabalho, teve como objetivo demonstrar a importância da participação de estudantes de Ensino Médio e de graduação na Iniciação Científica (IC) e desta forma responder o seguinte questionamento: como a IC é percebida por bolsistas de diferentes níveis do ensino regular? Para tanto, se trouxe relatos de experiência da IC Júnior e da IC na graduação.

Foi, por tanto, possível intuir que a iniciação científica é percebida de diferentes formas, ao iniciar no ensino médio, esse aluno(a) já entrará na graduação com a percepção e a vivência de ter realizado pesquisas, bem como, já verá esta como uma possibilidade de futuro, apesar dos desafios. Enquanto ao participar da iniciação científica somente na graduação, é mais tardio este



descobrimto, desvelar a pesquisa pode se tornar mais custoso ao comparar com outras possibilidades apresentadas pela graduação.

REFERÊNCIAS

- ERDMANN, Alacoque Lorenzini. A importância da publicação científica no contexto acadêmico. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. III - IV, jun. 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIANEZINI, Kelly; NEZ, Egeslaine de; BARBOSA, Gabriel Dario; BARRETTO, Letícia Manique, ZOPELARO, Laura Zandavalle. A formação da carreira científica no âmbito de grupos de pesquisa: percepções e práticas de iniciação científica em um curso de direito. **HOLOS**, v. 4, p. 339-351, 2016a.
- GIANEZINI, Kelly; NEZ, Egeslaine de; BARBOSA, Gabriel Dario; BARRETTO, Letícia Manique; ZOPELARO, Laura Zandavalle. Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU): experiências de iniciação científica (IC) no curso de direito. In: PREVE, Daniel (org); GIANEZINI, Miguelangelo (org); MUELLER, Rafael Rodrigo (org). **A pesquisa nas ciências sociais aplicadas: experiências e trajetórias de Grupos de Pesquisa**. Curitiba: Multideia, 2016b. p. 63-80.
- OLIVEIRA, Adriano de; BIANCHETTI, Lucídio. Iniciação Científica Júnior: desafios à materialização de um círculo virtuoso. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 98, p. 133-162, Mar. 2018.
- REZNIK, Gabriela et al. Como adolescentes apreendem a ciência e a profissão de cientista? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 829-855, Ago. 2017.
- Fonte financiadora:** Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) por intermédio da Pró-Reitoria Acadêmica (PROACAD) e da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação pelo fomento da pesquisa por meio da bolsa de iniciação científica (PIBIC/UNESC).



4449177 - O IMPOSTO DE RENDA APLICADO EM INVESTIMENTOS SOCIAIS

Izabela Frassetto Baroni, João Vitor Fratoni, André de Assis Zanelato, Andréia Cittadin, Leonel Luiz Pereira, Sérgio Mendonça da Silva, Ana Paula Silva dos Santos, Manoel Vilsonei Menegali, Milla Lúcia Ferreira Guimarães.

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense iniciou, no ano de 2011, a ação comunitária denominada Imposto de Renda na Praça, com o intuito de orientar a comunidade de Criciúma e região sobre o correto preenchimento da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e divulgar a possibilidade do contribuinte doar parte do imposto de renda devido ao Fundo da Infância e Adolescência. Desde então, a ação comunitária é realizada anualmente envolvendo alunos e professores do Curso e, gradativamente, vem agregando alguns parceiros como os conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente dos municípios de Criciúma, Forquilha e Içara. O presente estudo tem por objetivo apresentar os resultados da ação comunitária Imposto de Renda na Praça - 2019. Para o alcance do objetivo, a pesquisa foi estruturada como quali-quantitativa, descritiva e levantamento, utilizando de questionário e observação participante. O estudo contou com 106 respondentes, que visitaram os ambientes de atendimento afim de questionar e compreender um pouco mais a respeito do imposto de renda de pessoa física e as doações para o Fundo da Infância e Adolescente. Observou-se que a ação comunitária dá concretude aos pilares universitários: ensino, pesquisa e extensão, emergindo a partir das demandas regionais e locais; possibilita melhoria no processo ensino-aprendizagem dos estudantes e professores do Curso; e, oportuniza autonomia para a comunidade mediante a compreensão das especificidades da declaração de renda, para seu correto preenchimento.

Palavras-chave: universidade comunitária, ciências contábeis, extensão, imposto de renda, cidadania.

1 Introdução

No mundo, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2019) cerca de 69 milhões de crianças menores de 5 anos morrerão, 167 milhões de crianças viverão em estado de pobreza extrema e 60 milhões estarão fora da escola até o ano de 2030. No Brasil, 18 milhões de crianças e adolescentes vivem com a renda insuficiente para comprar itens integrantes da cesta básica, 61% das crianças e adolescentes brasileiros vivem na pobreza e privação de direitos, como educação básica, moradia, saneamento básico e alimentação de qualidade (UNICEF, 2018).

Autorizado pela Lei Federal nº 8.069 de 1990, o Fundo da Infância e Adolescência (FIA) foi criado especialmente para captar e aplicar recursos financeiros destinados especificamente para a área da infância e adolescência (BRASIL, 1990). O FIA é um caminho para os contribuintes doarem parte do imposto de renda devido à manutenção de projetos sociais realizados por instituições beneficentes inscritas em fundos federais, estaduais e municipais, que estejam em conformidade com os requisitos exigidos, não ausentando a prefeitura de investir em políticas sociais.



Do mesmo modo em que há certa dificuldade por parte das pessoas físicas em compreender todas as nuances e trâmites do preenchimento da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF), os contribuintes, também desconhecem a opção de doações.

O Curso de Ciências Contábeis parte integrante da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), uma universidade comunitária, consciente dessa demanda local e regional, por meio do Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC), incentiva a execução de projetos de extensão que contribuam para o desenvolvimento regional, como o Imposto de Renda na Praça.

O objetivo geral deste estudo consiste em apresentar os resultados obtidos a partir da ação comunitária Imposto de Renda na Praça – 2019, realizada pelo Curso de Ciências Contábeis da UNESC. Para tanto, tem-se os seguintes objetivos específicos: i) apresentar o contexto histórico do imposto de renda no Brasil; ii) descrever o planejamento e a execução da ação comunitária Imposto de Renda na Praça evidenciando a captação de recursos ao FIA; e, iii) identificar o perfil do público assistido e as principais dúvidas apresentadas durante a ação comunitária.

O estudo é oportuno em virtude de relatar uma prática de extensão que poderá ser replicada em outras instituições de ensino; por contribuir na melhoria do processo ensino-aprendizagem pautado em situações reais apresentadas por pessoas físicas; por identificar as principais dúvidas da comunidade em relação ao preenchimento da DIRPF e a conscientização e incentivo para a doação de parte do imposto de renda devido à projetos sociais.

Este artigo está estruturado em cinco seções. Além desta de caráter introdutório, a segunda seção fundamenta teoricamente a temática, a terceira apresenta a metodologia da pesquisa, a quarta demonstra a experiência de extensão e seus desdobramentos e, por fim, a quinta seção engloba as conclusões.

2 Referencial Teórico

Nesta seção, com intuito de apresentar as origens e as especificidades do Imposto de Renda, objeto da ação comunitária, apresenta-se um breve histórico acerca desse imposto no país, o contexto atual e as possibilidades legais de gastos dedutíveis e de doações ao Fundo da Infância e Adolescência.

2.1 Histórico do Imposto de Renda no Brasil

No Brasil, as discussões acerca da tributação do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) tiveram início na sessão de Conselho do Estado do Pleno, no Senado Federal, realizada em 1867 (MIRANDA, 1960). Na ocasião, o Visconde de Jequitinhonha defendeu a cobrança do imposto de renda, na qualidade de imposto pessoal, visto a devida proteção dada as pessoas e as suas causas (RODRIGUES, 1978).

De acordo com a Receita Federal do Brasil (RFB, 2019) o IRPF foi instituído em 1922 por meio da Lei nº 4.625 que trata do orçamento do Brasil. Segue a lei há que se refere: “Fica instituído o imposto geral sobre a renda, que será devido, anualmente, por toda a pessoa física ou jurídica, residente no território do país, e incidirá, em cada caso, sobre o conjunto líquido dos rendimentos de qualquer origem” (BRASIL, 1922).

Como se tratava da criação de um novo e polêmico tributo, o governo antes da cobrança solicitou um estudo minucioso sobre o assunto ao engenheiro Francisco Tito de Souza Reis. O estudo se debruçou na experiência francesa de tributação do imposto de renda fato que inspirou a proposta de classificação dos rendimentos e tabela com taxas proporcionais que incidiram sobre a renda global da pessoa física (RFB, 2019).

Diante disso, em 1923, foi promulgada a Lei nº 4.783 que criou categorias para agrupar os rendimentos e taxas proporcional às rendas globais. O Quadro 1 apresenta a classificação da época.



Quadro 1 – Categorias de rendimento e taxas

CATEGORIAS	TAXAS
1ª categoria- Comércio e qualquer exploração industrial, exclusive agrícola;	Até 10:000\$ e 20:000\$, isentos;
2ª categoria - Capitães e valores mobiliários;	Entre 20:000\$ e 30:000\$, 1% (um por cento);
3ª categoria - Ordenados públicos e particulares, subsídios, emolumentos, gratificações, bonificações, pensões e remunerações sob qualquer título e forma contratual;	Entre 30:000\$ e 60:000\$, 2% (dois por cento);
4ª categoria - Exercício de profissões não comerciais e não compreendidas em categoria anterior.	Entre 60:000\$ e 100:000\$, 3% (três por cento);
	Entre 100:000\$ e 200:000\$, 4% (quatro por cento);
	Entre 200:000\$ e 300:000\$, 5% (cinco por cento);
	Entre 300:000\$ e 400:000\$, 6% (seis por cento);
	Entre 400:000\$ e 500:000\$, 7% (sete por cento);
	Acima de 500:000\$, 8% (oito por cento).

Fonte: RFB (1923).

Conforme Rodrigues (1978) houve divergências sobre a base de cálculo do imposto, discutindo-se o que seria considerado renda para fins de tributação. No início, a participação do IRPF no montante da receita tributária brasileira foi em torno de 3%, ultrapassando 10% ao final da década de 1930 e em 1943 ocupou o primeiro lugar em arrecadação do país.

2.2 O Contexto Atual e a Possibilidade de Dedução – IRPF 2019

No cenário atual, estavam obrigadas a apresentar a DIRPF referente ao exercício de 2019, as pessoas físicas residentes no Brasil que no ano calendário de 2018 perfizeram rendimento anual superior a R\$ 28.559,70 ou receberam rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados na fonte, cuja a soma tenha sido igual ou superior a R\$ 40.000,00. O prazo estipulado pela RFB para a entrega da DIRPF foi 30 de abril de 2019. O envio da declaração após esta data implicou em multas e lançamentos de ofício.

O declarante pode optar entre dois modelos de DIRPF, a saber: a) **modelo simplificado**, no qual todas as deduções são substituídas por um desconto padrão de 20% dos rendimentos tributáveis, limitado a R\$ 16.754,34; b) **modelo completo**, mais vantajoso quando o contribuinte tem as despesas superiores ao limite indicado pela RFB, pois exige que todos os gastos sejam lançados no sistema separadamente. O próprio sistema da RFB informa ao contribuinte a melhor opção entre os dois modelos (TORO,2019).

Em 2019, os contribuintes que optaram por elaborar a DIRPF no modelo completo puderam deduzir as seguintes despesas:

Quadro 2 – Possibilidades de dedução de despesas na DIRPF modelo completo.

(continua)

DESPESAS	DESCRIÇÃO DAS DESPESAS
Dependentes	São considerados filhos ou enteados de até 21 anos de idade ou de qualquer idade quando tem alguma incapacidade física ou mental para o trabalho, conjugues no qual se tenha filhos ou convivência de mais de 5 anos; filhos ou enteados que estejam estudando até os 24 anos; pai, avós ou bisnetos cujo os rendimentos na faixa de isenção. O limite atual por dependente é de R\$ 2.275,08.
Educação	Se trata do pagamento de estabelecimento de ensino, como a educação infantil, ensino fundamental e médio, ensino técnico e superior e qualquer especialização do contribuinte e seus dependentes. O limite atual médio por pessoa é de R\$ 3.561,50.



Quadro 2 – Possibilidades de dedução de despesas na DIRPF modelo completo.

(conclusão)

Médicas	Refere-se a todos os pagamentos realizados a médicos de qualquer especialidade, desde que exista um documento que comprove o pagamento com nome, endereço, CPF e ou CNPJ da pessoa que recebeu.
Pensão alimentícia	Pode ser deduzida desde que acordada judicialmente. Neste caso elimina a possibilidade de inclusão do dependente beneficiado pela pensão.
Contribuição previdenciária	Ao deduzir este valor, o contribuinte deve lembrar que quando precisar sacar os recursos a previdência será tributada.

Fonte: Adaptado de RFB (2019) da IN RFB 1.871/2019

Os contribuintes podem doar ao FIA até 6% do IRPF devido em qualquer época do ano, até o último dia útil de dezembro e, deduzir até 3% no momento da DIRPF.

2.3 Fundo da Infância e Adolescência

O Fundo da Infância e Adolescência (FIA), autorizado pela Lei n° 8.069 de 1990, permitiu aos contribuintes do IRPF, em seu art. 260, deduzir da renda bruta o total as doações efetuadas aos fundos dos Conselhos Federal, Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

O FIA tem por premissa financiar projetos e ações sociais que beneficiem crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. O fundo não faz parte de nenhuma estrutura administrativa pública, por essa razão deverá ter uma contabilidade adequada, com regras específicas de controles e prestações de contas (NIYAMA; SILVA, 2013).

Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) são compostos por representantes do governo e da sociedade civil

Na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios haverá um único Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto paritariamente de representantes do governo e da sociedade civil organizada, garantindo-se a participação popular no processo de discussão, deliberação e controle da política de atendimento integral dos direitos da criança e do adolescente, que compreende as políticas sociais básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas e socioeducativas previstas nos arts. 87, 101 e 112, da Lei n° 8.069/90 (CONANDA, 2006).

Cada CMDCA decide a forma como as ações acontecerão de modo transparente e participativo, esboçando um plano de ação para a destinação dos recursos financeiros recebidos. A ideia desse fundo não é substituir a responsabilidade das prefeituras municipais de investir em políticas sociais voltadas para a manutenção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sim potencializá-las (NIYAMA; SILVA, 2013).

Em 1990 com a Lei Municipal n° 2.514 foi criado o Fundo Municipal de Direitos da Criança e Adolescente de Criciúma, regulamentada pelo Decreto n° 579 de 1991, e desde sua criação, seus rendimentos são oriundos das doações de pessoas físicas e jurídicas, por meio do Imposto de Renda (CARTILHA FIA CRICIÚMA, 2015).

Considerando as alterações na legislação no ano de 2013, que define as regras para o uso dos benefícios fiscais, o Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Criciúma, vem reorganizando alguns fundos afim de facilitar os processos e ampliar as possibilidades de recursos. Por meio das informações apresentadas no Quadro 3, observa-se a evolução da captação de



recursos dos últimos dez anos, fruto do trabalho de divulgação, parcerias e conscientização realizado:

Quadro 3 – Captação de recursos pelo FIA.

ANO	VALOR PREVISTO	VALOR ARRECADADO
2008	170.000,00	68.737,36
2009	250.000,00	58.730,61
2010	325.000,00	138.231,48
2011	350.000,00	200.745,93
2012	120.000,00	495.354,21
2013	500.000,00	485.439,48
2014	350.000,00	673.515,83
2015	370.000,00	703.055,89
2016	765.000,00	1.119.634,63
2017	765.000,00	1.508.859,24
2018	505.000,00	725.589,53

Fonte: Adaptado de (Criciúma, 2019)

A Cartilha FIA Criciúma (2015) reconhece que os bons resultados são frutos do trabalho de divulgação da Prefeitura Municipal, do CMDCA, bem como suas parcerias, incluindo a participação do Curso de Ciências Contábeis da Unesc, que por meio de ações de ensino e extensão realiza, anualmente trabalho orientativo junto as comunidades.

Vale salientar que no ano de 2014, foi estabelecido a partir da Lei 13.019/14, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Os princípios do MROSC são: a) criar ambiente estável e sadio que gere segurança jurídica; b) ampliar transparência na aplicação dos recursos públicos, com geração de resultados para a sociedade; c) e fortalecimento institucional e valorização da atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC) na execução das finalidades de interesse público (BRASIL, 2014).

Em 2019, o Ministério da Economia apresentou uma nova agenda para o MROSC com intuito de aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às OSC e suas relações de parceria com o Estado, trabalhando as dimensões de contratualização, conhecimento e sustentabilidade das OSC.

2.4 A Extensão no Curso de Ciências Contábeis da Unesc

O Curso de Ciências Contábeis da UNESC, por meio do Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC), incentiva a execução de projetos e ações de extensão que contribuam para o desenvolvimento regional, como o Imposto de Renda na Praça.

O PEGC tem o objetivo principal apoiar pessoas físicas de baixa renda, sociedades civis sem fins lucrativos e micro e pequenas empresas sem acesso às orientações básicas da contabilidade.

As vantagens para os participantes da iniciativa do PEGC são inúmeras. A comunidade recebe atendimento na área da contabilidade, fato que oportuniza não só melhor retorno financeiro, mas também capacitação e qualificação pessoal e profissional e, sobretudo, o empoderamento social. Para a UNESC, torna-se um dos meios para cumprir sua missão de educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, na melhoria da qualidade e da sustentabilidade do ambiente de vida, além do fortalecimento de sua imagem frente à comunidade onde se insere. Os professores têm



mais uma oportunidade de fazer a interlocução com o ensino e a extensão e de trabalhar de forma interdisciplinar. Os estudantes, participando ativamente nas ações de extensão, tem oportunidade de conhecer a realidade social e contribuir para a melhoria das comunidades além de exercitar sua cidadania e aprimorar sua formação profissional.

Dentre o universo de temas possíveis de serem abordados, com base nas áreas temáticas contempladas na Política Nacional de Extensão Universitária (2015) que engloba: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho, o PEGC apresenta projetos e ações pertinentes a áreas:

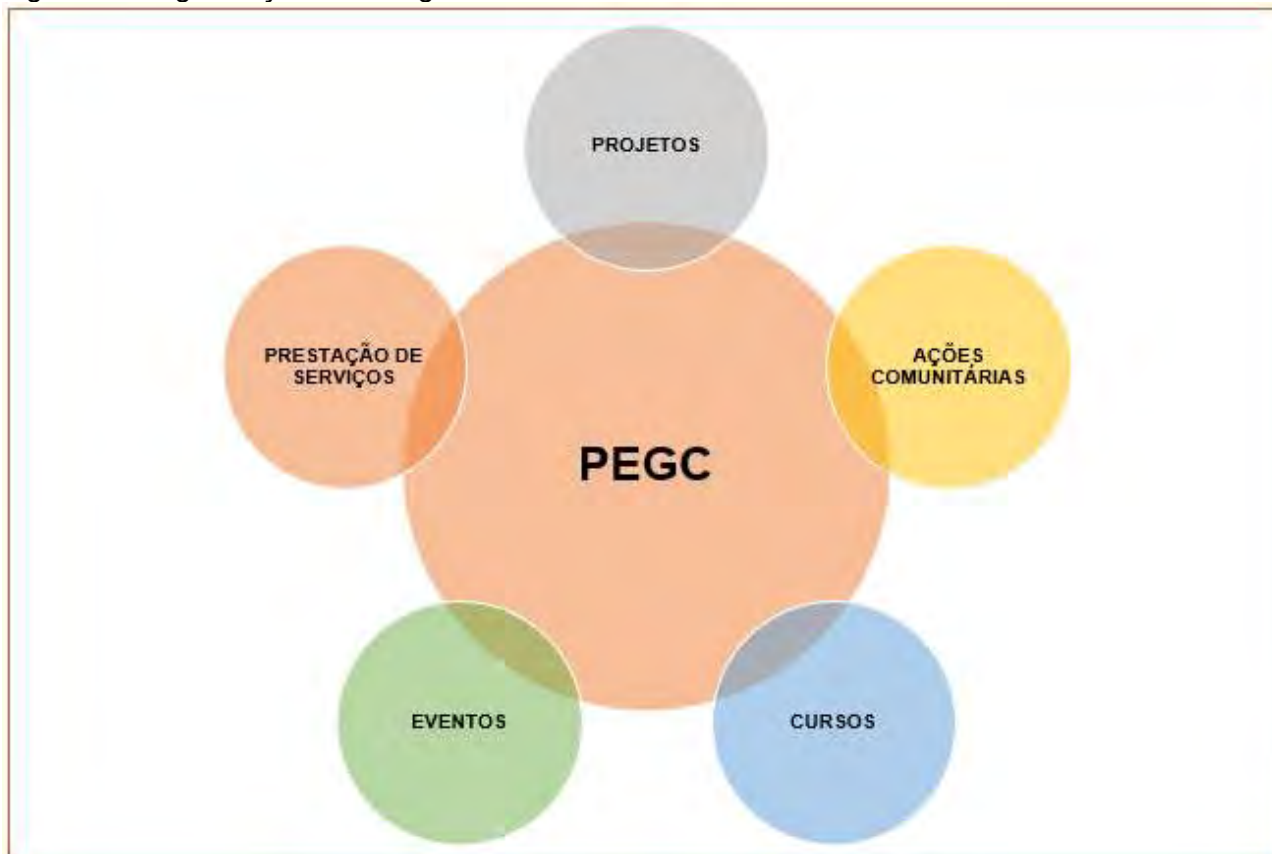
a) Tecnologia e Produção -Transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; polos tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de ciências e tecnologia; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de propriedade e patentes.

b) Trabalho Reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.

De acordo com a Política de Extensão da Unesc (2015) as áreas temáticas e linhas de extensão da Unesc, desenvolvidas nos programas de extensão como o PEGC, deverão ser desenvolvidas por meio de ações, projetos, eventos, prestação de serviços, cursos, conforme demonstra a Figura 1.



Figura 1 – Organização dos Programas de Extensão da Unesc



Fonte: Política de extensão da Unesc (2015).

Conforme Figura 1, o PEGC, por meio da realização de projetos, ações comunitárias, cursos, eventos e prestação de serviços tem por escopo o fortalecimento do vínculo teoria e prática para exercício profissional dos acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis, proporcionando aprendizado prático por meio do contato direto com a realidade local (MILANEZE et al., 2016).

3 Metodologia

A pesquisa científica caracteriza-se pela busca de resultados científicos. Neste contexto desenvolve-se uma sequência de procedimentos, responsável pela estruturação da coleta de dados científicos (ANDRADE, 2010). Assim, o estudo se classificou quanto a abordagem do problema, como quali-quantitativa. Appolinário (2016) expõem a complexidade de se haver pesquisas totalmente qualitativa e totalmente quantitativa, por haver um alto número de elementos que compõem os estudos, dispendo assim de dados das duas classificações. Neste cenário, a utilização das duas categorias dicotômicas denomina a pesquisa como quali-quantitativa. Esta pesquisa dispõe de dados que demonstram fatos, por meio elementos quantitativos e fenômenos, advindo de fatores qualitativos

Com relação aos objetivos, o estudo caracteriza-se por descritivo. Este modelo é principalmente encontrado em pesquisas da área social e aplicada, tendo como fator relevante o fato de garante a menor interferência do pesquisador nos resultados. Sua composição conta com resultados advindos de um processo de observação, registro, posterior coleta, categorização e análise (ANDRADE, 2010).



Quanto aos procedimentos, a pesquisa é classificada como levantamento. Esta modalidade se aproxima de pesquisas quantitativas, onde o número de pesquisados é disposto como um valor relevante (GIL, 2008).

As técnicas de pesquisa para a coleta dos dados utilizada foram questionário e observação participante. O questionário é um instrumento aplicado de forma escrita ou oral, com a anotação das respostas. O mesmo é padrão, dispondo de perguntas abertas e fechadas (FLICK, 2012). A pesquisa foi realizada com 106 pessoas que apresentaram algum interesse em tirar dúvidas e compreender um pouco mais sobre imposto de renda de pessoa física e as doações para o Fundo da Infância e Adolescente. Durante o atendimento foram feitos o levantamento de dados pessoais para garantir a orientação mais próxima as necessidades da população, estes dados foram levantados por meio do uso de um questionário, composto por 45 perguntas fechadas e 5 perguntas abertas.

Também foi utilizada por técnica de pesquisa a observação participante. A mesma é caracterizada pela curta distância entre o pesquisador e o objeto de estudo. Este instrumento se contrasta com o uso do questionário por ser menos padronizado, aberto e flexível (FLICK, 2012).

4 Experiência de Extensão

Pautado na missão institucional de educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida (UNESC, 2019) o Curso, em suas atividades, procurando dar concretude ao tripé indissociável universitário ensino-pesquisa-extensão desde o ano 2011 realiza a ação comunitária denominada Imposto de Renda na Praça.

Essa ação de caráter extensionista tem por objetivo orientar a população da cidade de Criciúma e região na elaboração da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e incentivar a doação de parte do imposto devido para o Fundo da Infância e Adolescência (FIA).

Em 2019, o marco zero da ação se deu no início do ano letivo (fevereiro) mediante elaboração e apresentação formal do projeto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Criciúma (CMDCA) escrito por professores do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pelo Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC). O projeto além dos objetivos da ação e do público alvo, elenca os benefícios e a infraestrutura necessária para que a ação aconteça. Ademais, solicita-se a autorização, por meio de ofício, à Prefeitura Municipal de Criciúma (PMC) e à Polícia Militar para uso do espaço na Praça Nereu Ramos com intuito de atrair os interessados nas informações sobre a declaração do IRPF e manter a segurança dos estudantes, professores e do público em geral durante o evento.

Concomitantemente a essas providencias operacionais, os professores do Curso que lecionam as disciplinas Contabilidade Tributária III e Estágio – Práticas Contábeis IV, ambas na 7ª fase, abordam o conteúdo que trata especificamente do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e da DIRPF. As aulas de Contabilidade Tributária III tratam da parte teórica, ao passo que, as aulas do Estágio – Práticas Contábeis IV, realizadas no Centro de Práticas Contábeis (CPC), abordam o preenchimento de obrigações acessórias utilizando *softwares* do governo federal.

Com intuito de reforçar e ampliar os conhecimentos, em 2019, o Curso ofereceu capacitação sobre a DIRPF também para os representantes das entidades vinculadas ao CMDCA. A capacitação foi ministrada pelos professores e alunos extensionistas vinculados ao PEGC. A intenção do evento, além da socialização das informações acerca do preenchimento da DIRPF, foi a de uniformização dos discursos orientativos aos doadores por parte do CMDCA, OSC, professores e estudantes para que a atividade fim, o evento Imposto de Renda na Praça, obtenha êxito (orientação acerca da DIRPF e captação de recursos ao FIA), conforme apresentado na Figura 2.



Figura 2 – Ciclo representativo do alinhamento dos discursos orientativos.



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Conforme representado na Figura 2, o alinhamento dos discursos entre professores, estudantes e entidades se faz necessário para que todos os partícipes compreendam com maior profundidade o assunto e ofereçam suporte necessário para sanar as dúvidas da comunidade.

As entidades que participaram da capacitação foram: Bairro da Juventude, Casa dos Sonhos, Casa da Infância Associação Beneficente, Hospital São José, Associação Beneficente ABADEUS, Casa Guido, Mover das Águas, Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma (AFASC), Secretaria de Assistência Social de Criciúma, além de profissionais ligados à Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Para a divulgação dos eventos desenvolveu-se a logomarca utilizada nas mídias e os *folders* informativos, conforme Figura 3

Figura 3 – Logomarca da Ação Comunitária Imposto de Renda na Praça 2019



Fonte: Acervo do Curso de Ciências Contábeis.

Foi encaminhado carta convite (*e-mail*) para as autoridades que representavam os municípios que sediaram o evento, bem como, para a reitoria da UNESC, professores e estudantes



do Curso de Ciências Contábeis, Sindicato dos Contabilistas de Criciúma e demais membros da comunidade acadêmica.

Para a comunidade externa as divulgações foram feitas por meio de programas de rádio, redes sociais, e-mails, sites, programas de televisão, jornais impressos e online, conforme apresenta o Quadro 4:

Quadro 4 – Divulgação da ação comunitária Imposto de Renda na Praça

Ação	Meios de divulgação
Divulgação para Professores do Curso	Reuniões e comunicações por e-mail
Convites para autoridades	Prefeitos de Içara, Forquilha e Criciúma. Reitoria da UNESC.
Divulgação Interna (alunos, funcionários e professores da UNESC)	Carta convite (E-mail), notícias e convites.
Divulgação Externa	Via cartaz/ Rádio/Jornal/TV

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Em 2019, o Curso de Ciências Contábeis recebeu convites para realizar a ação Imposto de Renda na Praça em outras cidades além de Criciúma, bem como, de empresas locais interessadas em ampliar suas ações de responsabilidade social. Deste modo, o projeto foi ampliado para além da Praça Nereu Ramos em Criciúma, acontecendo também em Içara, Forquilha, no campus da Unesc e no supermercado Bistek.

O Quadro 5 apresenta os detalhes sobre os locais de atendimento, horários e participantes da ação comunitária realizada pelo Curso de Ciências Contábeis da Unesc.

Quadro 5 – Datas, locais, participantes e apoiadores do Imposto de Renda na Praça

Data	Horário	Município/Local	Participantes	Apoiadores
15/Mar	09h às 12h	Município: Içara/SC Local: Praça da Matriz	01 Professor 01 Acadêmico extensionista 06 Voluntários das OSC 05 Contadores	UNESC, PEGC, Prefeitura de Içara, Procon, CMDCA e Sindicont.
06/Abr	09h às 12h	Município: Forquilha/SC Local: Av. 25 de Julho	02 Professores 10 Acadêmicos 04 Voluntários das OSC 04 Contadores	UNESC, PEGC, Prefeitura de Forquilha CMDCA e Sindicont.
06/Abr	09h às 12h	Município: Criciúma/SC Local: Supermercado Bistek. Av. Centenário.	04 Professores 10 Acadêmicos	UNESC, PEGC, Supermercado Bistek e CMDCA.
06/Abr	09h às 12h	Município: Criciúma/SC Local: Campus da UNESC. Bloco Administrativo, Praça do Estudante, Bloco XXI, Bloco S.	05 Professores 70 Acadêmicos 05 Acadêmicos extensionistas	UNESC, PEGC e CMDCA.
13/Abr	09h às 13h	Município: Criciúma/SC Local: Praça Nereu Ramos	08 Professores 20 Acadêmicos 05 Acadêmicos extensionistas 12 Voluntários das OSC	UNESC, PEGC, Prefeitura Municipal de Criciúma, CMDCA, Thomson Reuters, Sindicont e OSC da região.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A ação comunitária Imposto de Renda na Praça realizada pelo Curso de Ciências Contábeis, conforme apresentado no Quadro 5, foi realizada em cinco locais distintos.



O primeiro evento, na cidade de Içara com a participação de professores e estudantes extensionistas, representantes das OSCs e contadores, com o apoio da universidade, do PEGC, da Prefeitura Municipal de Içara, do Procon, do CMDA e do Sindicato dos Contadores de Criciúma (SINDICONT).

O segundo e terceiro eventos aconteceram simultaneamente no município de Forquilha - com a presença de alunos, professores, representantes das OSCs e contadores, com o apoio da Unesc, do PEGC, da Prefeitura Municipal de Forquilha do CMDCA e do Sindicont – e em Criciúma no supermercado Bistek localizado na Avenida Centenário, com a presença de alunos e professores, com o apoio do supermercado, da Unesc e do PEGC.

A quarta iniciativa foi realizada na Unesc onde todos os estudantes e professores integrantes da disciplina Estágio – Práticas Contábeis IV estiveram concentrados em vários locais do campus atendendo a comunidade interna universitária.

A última ação, que encerrou o ciclo de atendimentos externos, aconteceu em Criciúma, na Praça Nereu Ramos. Em uma tenda especialmente montada para o evento, estudantes e professores puderam tirar dúvidas da comunidade acerca do correto preenchimento da DIRPF e incentivá-los para a doação ao FIA. Concomitantemente, em um palco construído próximo ao local de atendimento, algumas OSC, como APAE, Coral UNESC, AFASC, Banda Cruzeiro do Sul e o Bairro da Juventude apresentavam seus projetos culturais para os transeuntes. O evento recebeu cobertura ao vivo da Rádio Eldorado ocasião em que os ouvintes puderam sanar suas dúvidas sobre o DIRPF com professores e estudantes; tiveram a oportunidade de conhecer diversos projetos de OSC por meio do relato de seus representantes; conheceram as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão da Unesc e do Curso, por meio da entrevista com seus gestores. Este evento recebeu apoio da Unesc, do PEGC, da Prefeitura Municipal de Criciúma, da Thomson Reuters, da Rádio Eldorado, do CMDA, das OSC e do SINDICONT.

Os espaços nas praças públicas foram preparados com tendas, tabladros, palcos, mesas, cadeiras, *banners*, faixas, plantas e água. Durante a realização dos eventos, estudantes e professores, vestidos com camiseta alusiva à universidade, distribuíam *folders* informativos sobre os principais itens da DIRPF e convidavam os transeuntes para se dirigirem até às tendas e receberem o atendimento qualificado.

Cabe salientar que os atendimentos tiveram continuidade na sala do PEGC na universidade até o último dia da entrega da DIRPF.

4.1 Desdobramentos das práxis de extensão

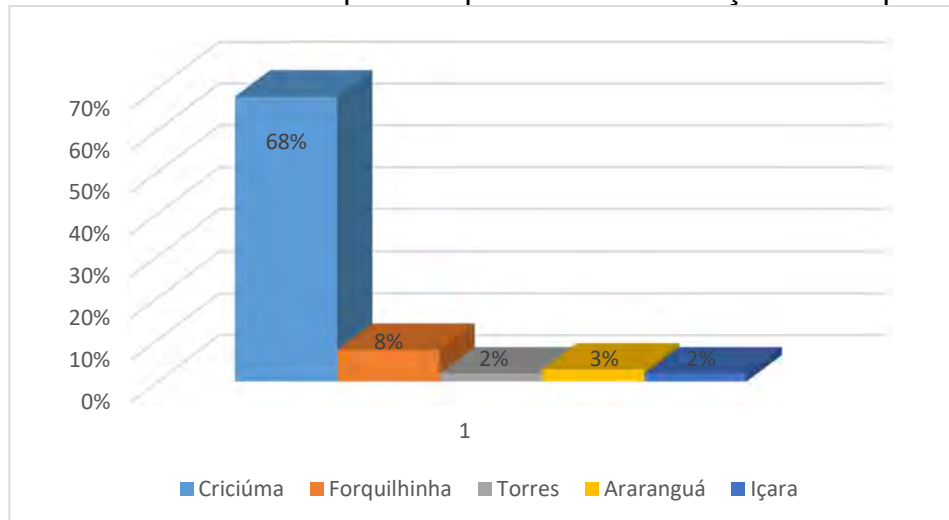
Na edição de 2019, entre todos os eventos do Imposto de Renda na Praça, participaram ativamente, aproximadamente, 80 pessoas entre docentes, discentes e parceiros. Em cada evento foi solicitado à comunidade atendida que respondessem um breve questionário contendo informações pessoais e as principais dúvidas sobre a DIPF e o FIA.

Dos atendimentos realizados pessoalmente, 106 pessoas se propuseram a responder o questionário, sendo que 54% do gênero masculino e 46% do feminino, sendo 30% solteiros, 19% casados, 6% divorciados e os demais 45% não quiseram responder. As faixas etárias do público variaram de 18 a 80 anos, sendo que entre 21 a 30 anos foi a faixa que mais buscou orientações (20,80%) seguido de 18 a 20 anos (17,90%).

Dentre as cidades de domicílio dos atendidos o maior percentual foi Criciúma, conforme demonstra o Gráfico 1.



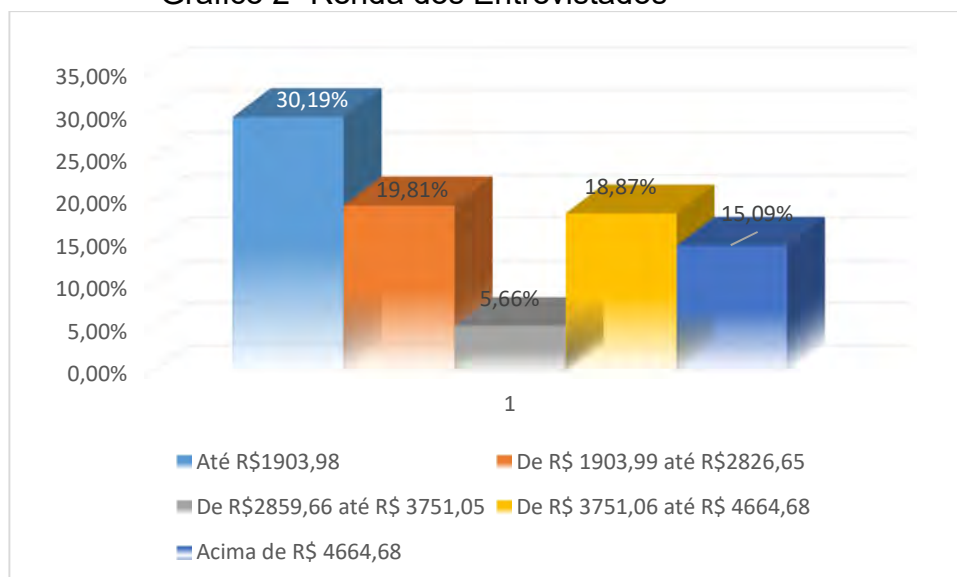
Gráfico 1- Domicílio do público que buscou orientações no Imposto de Renda na Praça



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Observa-se por meio do Gráfico 1 que a maior parte do público que buscou informações sobre o preenchimento da DIRPF reside em Criciúma (68%), nas demais cidades os resultados foram menos significativos. A renda do público atendido consta no Gráfico 2.

Gráfico 2- Renda dos Entrevistados



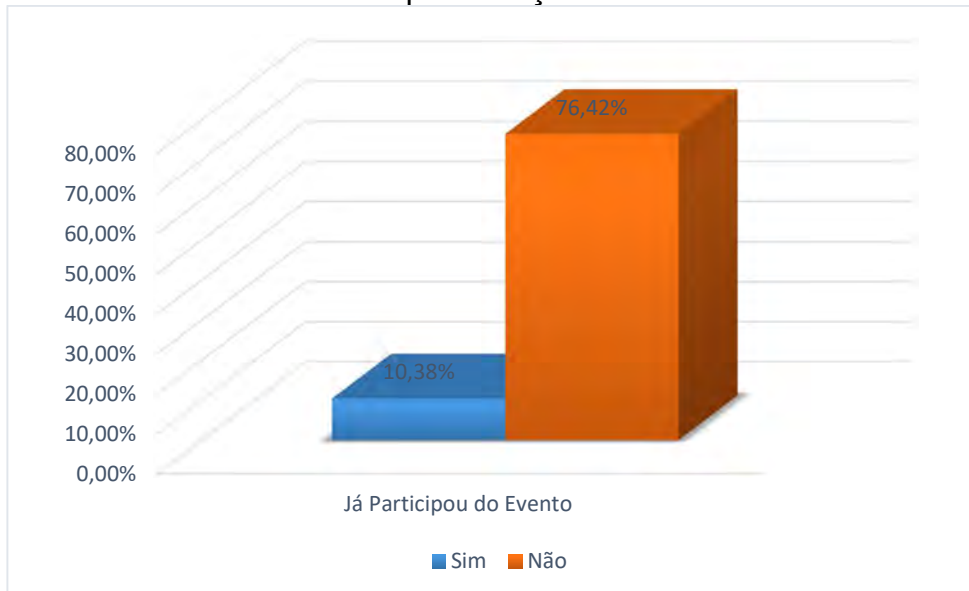
Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Conforme observa-se por meio do Gráfico 2, que 30,19% dos respondentes possuem renda até R\$ 1.903,98; 19,81% ganham entre R\$ 1.903,98 e R\$ 2.826,68; 18,87% tem renda entre R\$ 3.751,06 e R\$ 4.664,68; 15,09% perfazem valores acima de R\$ 4.664,68; e apenas 5,66% possuem renda entre R\$ 2.859,66 e R\$ 3.751,05.

O Gráfico 3 demonstra a participação da comunidade na ação de extensão Imposto de Renda na Praça em anos anteriores.



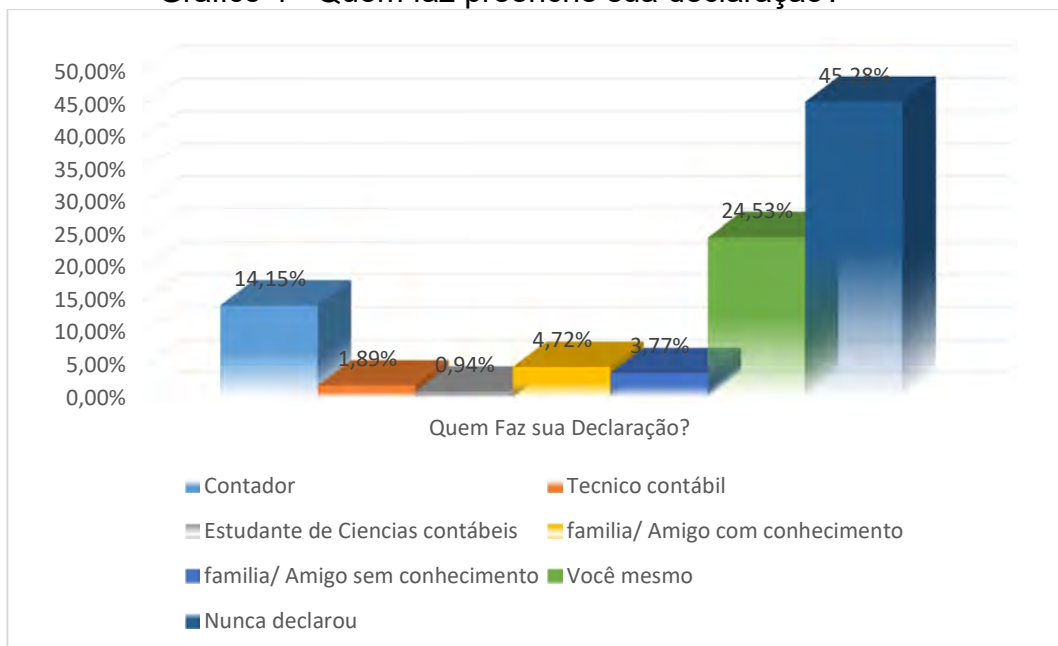
Gráfico 3 - Participou da ação comunitária em anos anteriores a 2019.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Observa-se por meio do Gráfico 3 que em 2019 o Imposto de Renda na Praça atendeu um novo público visto que 76% responderam que nunca haviam participado da ação anteriormente. Foi questionado ao público quem preenche a DIRPF. Os resultados constam no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Quem faz preenche sua declaração?



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

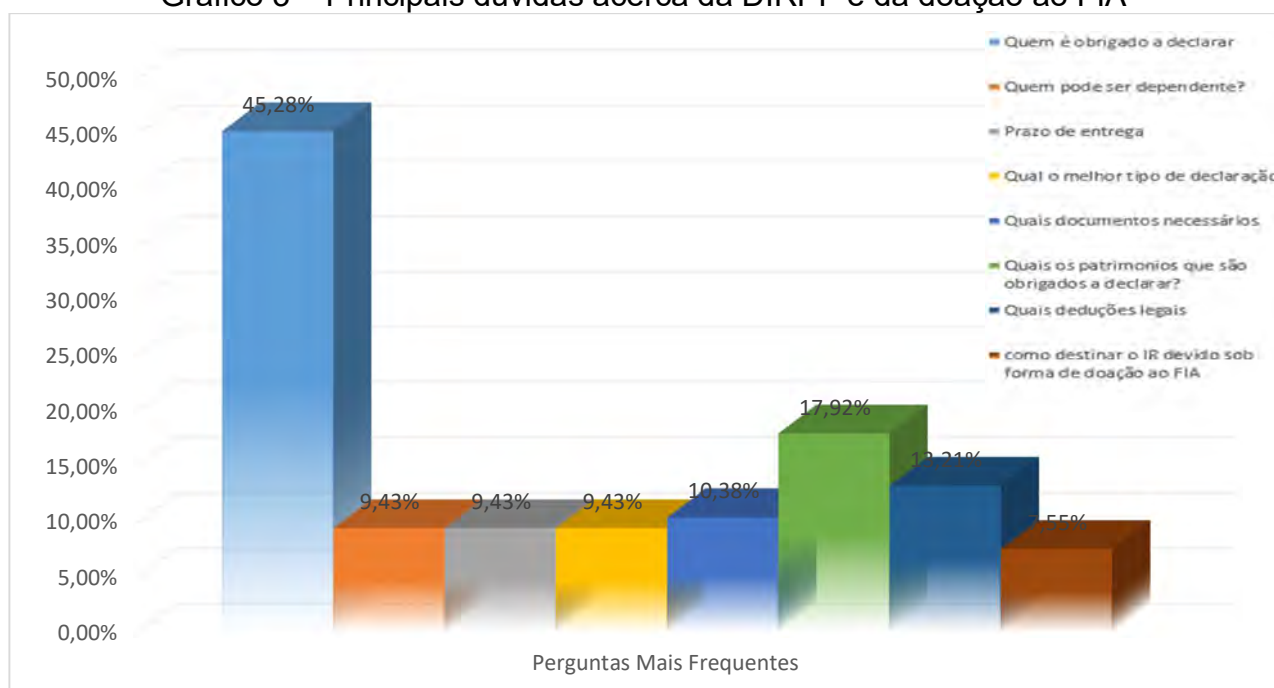
Conforme observa-se no Gráfico 4, a maior parte dos respondentes nunca havia declarado suas rendas para a Receita Federal (45,28%); 24,53% do público admitiu a



reponsabilidade própria de elaboração do documento (24,53%); e, 14,15% dos respondentes buscam os serviços especializados de um contador.

O Gráfico 5 demonstra as principais dúvidas da população que buscou atendimento nos diversos espaços onde o Curso de Ciências Contábeis realizou a ação comunitária Imposto de Renda na Praça.

Gráfico 3 – Principais dúvidas acerca da DIRPF e da doação ao FIA



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Conforme apresentado no Gráfico 6 a principal dúvida das comunidades atendidas pela ação comunitária foi em relação a obrigatoriedade da elaboração e entrega da DIRPF à Receita Federal (45,28%). As demais especificidades da temática são: os patrimônios que precisam ser declarados (17,92%); as deduções legais (13,21%); os documentos necessários (10,38%).

Observa-se que as dúvidas sobre a doação para o FIA aparecem com percentual menor (7,55%), embora este dado pareça ser positivo infere-se que a população ainda tem receio em doar e ficar preso na malha fina, prática comum há alguns anos.

5 Conclusão

Com o intuito de orientar a comunidade de Criciúma e região sobre o correto preenchimento da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e divulgar aos contribuintes a possibilidade de doação de parte do imposto de renda devido ao Fundo da Infância e Adolescência o Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), desde o ano de 2011, realiza a ação comunitária denominada Imposto de Renda na Praça.

A ação acontece em parceria com entidades beneficentes e com a Secretaria de Assistência Social de Criciúma por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).



Enquanto partícipe da Unesc, uma universidade comunitária, pautada nos pilares indissociáveis ensino, pesquisa e extensão, o Curso de Ciências Contábeis capacita seus estudantes e professores para atuar como agentes fundamentais na ação Imposto de Renda na Praça.

O presente artigo além de apresentar o contexto histórico do imposto sobre a renda da pessoa física no Brasil, descreveu o planejamento e a execução da ação comunitária Imposto de Renda na Praça evidenciando a captação de recursos ao FIA que cresceu significativamente nos últimos 10 anos. Ademais, com a pesquisa pode-se identificar que a maioria do público assistido na ação era do gênero masculino (54%), solteiros (30%), com idade entre 21 a 30 anos (20,80%), residentes em Criciúma, com renda até R\$ 1.903,98, que não haviam participado da ação em anos anteriores e nunca declararam imposto de renda ao fisco. As principais dúvidas apresentadas durante a ação comunitária foram a obrigatoriedade da entrega da DIRPF e os patrimônios que deveriam ser informados.

Para o FIA a realização da ação comunitária traz inúmeros benefícios aos envolvidos nos diversos projetos sociais possibilitando potencializar a transformação social, ampliar a prestação de serviços e metas para o atendimento infanto-juvenil. A comunidade recebe orientações acerca do correto preenchimento da DIRPF minimizando o risco de ficar em débito com a Receita Federal, conhece com maior profundidade os projetos sociais integrados ao CMDCA e recebe informações de como pode contribuir diretamente ao FIA, por meio de doação, transformando o imposto em benefícios sociais. Para os estudantes e professores do Curso de Ciências Contábeis a ação representa uma oportunidade de colocar em prática o que foi aprendido e ensinado em sala de aula. Para a Universidade a ação dá concretude a sua missão de educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão para a melhoria da qualidade e sustentabilidade do ambiente de vida.

Por fim, a ação comunitária Imposto de Renda na Praça leva para o espaço público a vocação universitária de educar, por meio da troca de saberes entre professores, estudantes e comunidade, transformando o ensino-aprendizagem em um ato concreto de responsabilidade e transformação social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

BRASIL **Lei nº 4.783**, de 31 de dezembro de 1923. Orça a Receita Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1924. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-4783-31-dezembro-1923-564689-publicacaooriginal-88627-pl.html>. Acesso em: 29 jul.2019.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Resolução nº 105**, de 15 de junho de 2005. Dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://www.direitodacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/105-resolucao-105-de-15-de-junho-de-2005/view>. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL. **Instrução Normativa RFB 1.871**, de 20 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2019, ano-calendário de 2018, pela pessoa física residente no



Brasil. Disponível em:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=98886&visao=anotado>.

Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.594**, de 18 de janeiro de 2012. Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.625, de 31 de dezembro de 1922**. Orça a Receita Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1923. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1901-1929/L4625.htm. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Memória da Receita Federal**. Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/irpf/historia/hist1922a1924.asp>. Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. **Portal da Transparência**. 2019. Disponível em:

<http://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/favorecido?faseDespesa=3&favorecido=47028919&ordenarPor=valor&direcao=desc>. Acesso em: 29 jul. 2019.

CRICIÚMA. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Criciúma. **Cartilha FIA 2015**. Criciúma, 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MILANEZE, Carolina Citadin *et al.* Programa de Extensão em Gestão Contábil: construindo diálogo entre universidade e comunidade. **Revista de Extensão**, Criciúma, v. 1, n. 2, p. 41-57, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/revistaextensao/article/view/3056/2817>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários a Constituição de 1946**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1960.



NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RODRIGUES, José Honório. **O Conselho do Estado: O quinto poder?**. Brasília: Senado Federal, 1978.

SILVEIRA, Daniel. Imposto de Renda: saiba o que pode ser deduzido e quais os limites. **G1**. São Paulo, p. 1-10. 4 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/2019/noticia/2019/03/04/imposto-de-renda-saiba-o-que-pode-ser-deduzido-e-quais-os-limites.ghtml>>. Acesso em: 29 jul. 2019

TORO INVESTIMENTOS. **IRPF 2019 – Veja como declarar o imposto**, 2018. Disponível em: <https://blog.toroinvestimentos.com.br/como-declarar-imposto-de-renda-2018-irpf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

UNESC. **Resolução n. 12/2015/CONSU**. Aprova políticas de extensão da UNESC. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/files/262/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2012-2015-CONSU%20-%20Pol%C3%ADticas%20Extens%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

UNICEF. **Pobreza na infância e adolescência, 2018**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/uploads/pobreza-infancia-adolescencia.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

UNICEF. **UNICEF: 70 anos para todas as crianças**. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/about-us/70-years-for-every-child>. Acesso em: 29 jul. 2019.

FONTE FINANCIADORA:

Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc



2949997 - VISITA DOMICILIAR E ARTICULAÇÃO EM REDE NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Leandro Nunes, Dulciana Caroline Araújo

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Nova Veneza-SC)

O presente relato de experiência trata da importância do instrumento visita domiciliar no trabalho realizado por dois técnicos do CREAS do município de Nova Veneza e a articulação em rede setorial e intersetorial para sanar e dar maior cobertura às demandas atendidas na Proteção Social Especial de Média Complexidade. O percurso metodológico utilizado contou com a análise dos prontuários da Proteção Social Especial de média Complexidade, visita domiciliar, diagnóstico social, articulação intersetorial e setorial, atendimento psicossocial e eventos para abordar a prevenção de violação de direitos. Verificou-se que a partir das visitas domiciliares realizadas foi possível fazer diagnósticos sociais e promover ações preventivas e interventivas para atender as demandas de violação de direitos. As referidas ações foram realizadas com maior eficácia por meio da articulação entre as redes setorial e intersetorial, possibilitando a mitigação e diminuição do sofrimento dos sujeitos atendidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Palavras-chave: Visita Domiciliar, Articulação em Rede, CREAS, Assistência Social, Violação de Direitos.

1 Introdução

O relato de experiência trata das atividades realizadas por dois profissionais das áreas de Serviço Social e Psicologia em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no Município de Nova Veneza em Santa Catarina. A experiência relatada aponta a importância da visita domiciliar bem como do trabalho em rede na gestão municipal das políticas públicas, considerando que quando o serviço oferecido pelas políticas públicas se estabelece dentro da perspectiva da referência e contrarreferência, colabora para a amenização do sofrimento de indivíduos e famílias.

No mesmo contexto também é ressaltada a importância do trabalho interdisciplinar dos profissionais de Psicologia e Serviço Social na Política Pública de Assistência Social, e especificamente na Proteção Social Especial. As áreas profissionais de Psicologia e Serviço Social são essenciais na práxis do cotidiano na Proteção Social Especial, e no acolhimento do sujeito em situação de sofrimento psíquico e violação de direitos, pois possibilita a construção conjunta de práticas para possibilitar o fortalecimento e a reconstituição dos vínculos familiares e comunitários.

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (2007, p. 38):

O trabalho de assistentes sociais e psicólogo/as na política de Assistência Social requer interface com as políticas da saúde, previdência, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, comunicação social, segurança e habitação, na perspectiva de mediar o acesso dos(as) cidadãos(ãs) aos direitos sociais. As abordagens das duas profissões podem somar-se com intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual.



Considerando o posicionamento do Conselho Federal de Serviço Social (2007), é de extrema importância a articulação em rede possibilitando a interface do trabalho executado na Política de Assistência Social com outras políticas e serviços na gestão pública municipal.

A visita domiciliar é introduzida nesse contexto, considerando a possibilidade do conhecimento da construção de subjetividades no âmbito familiar do indivíduo, e da possibilidade da ressignificação de sua história pessoal em um lugar onde foi constituído o seu sentimento de pertença e apropriação do espaço, possibilitando o acesso a memórias e a sensação de segurança de quem está em seu ambiente familiar. Para os profissionais do Serviço Social e Psicologia, através da visita domiciliar, é possibilitado um diagnóstico social embasado no contexto sócio-histórico da família.

De acordo com Aron e Santos (2015) é de considerável importância que o Psicólogo tenha conhecimento sobre visita domiciliar, sobre as dificuldades e a constituição do trabalho possibilitando um olhar diferenciado em relação à totalidade do indivíduo inserido em seu âmbito social e familiar para que se tenha uma compreensão mais ampla do sujeito.

A visita domiciliar é uma das ferramentas que o profissional do Serviço Social utiliza para realizar estudos sociais com intuito de compreender determinadas situações e conseqüentemente conhecer a realidade dos sujeitos para que seus direitos sejam efetivados. Pelo fato de nem sempre as relações entre os sujeitos serem estabelecidas verbalmente, é importante que o profissional do Serviço Social esteja atento ao que não está visível e ao que não é dito (MOTA, 2013).

Considerando o trabalho interdisciplinar na Política de Assistência Social e a complexidade da atuação profissional nessa política pública esse relato de experiência se torna importante para reflexão e disseminação do conhecimento científico na práxis cotidiana.

2 Referencial Teórico

2.1 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social é um órgão que faz parte da Proteção Social Especial de Média Complexidade da Política Nacional de Assistência Social. Segundo Carneiro, Araujo e Araujo (2019) a assistência social como política pública inserida no campo da seguridade social é recente e decorrente de um processo sócio-histórico que se estabeleceu através da luta de diferentes grupos e sujeitos sociais. A partir de então, a institucionalização da proteção social como responsabilidade estatal começou a ser efetivada com o advento da Constituição Federal de 1988 e a regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social em 1993 (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993).

O Sistema Único de Assistência Social é organizado em dois níveis, os quais são: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica oferece uma gama de serviços, programas, projetos e benefícios visando prevenir situações que envolvam vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais. A Proteção Social Especial apresenta-se às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, onde os direitos tenham sido violados ou ameaçados através de violência física ou psicológica, além de abuso ou exploração sexual, abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Segundo a PNAS (BRASIL, 2005 apud RIBEIRO et al., 2014, p. 463) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009 apud RIBEIRO et al., 2014, p. 463):



a proteção social especial oferece: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social tem abrangência municipal ou regional, considerando o seu caráter público estatal. O seu papel configura-se na constituição de um local de referência nos territórios no Sistema Único de Assistência Social, para famílias e indivíduos que estão em situação de risco pessoal, social e violação de direitos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Segundo Brasil (2011, p. 11) algumas das normativas que estão na fundamentação dos serviços ofertados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social são:

Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, 1993; Política Nacional de Assistência Social – PNAS, 2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, 2005; Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, 2006; Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 2009; Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009; Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010.

As principais ações que constituem os serviços realizados pelos técnicos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social ao que se refere à prestação de serviços no trabalho social, são a acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço. Também é importante destacar a importância da orientação e encaminhamento para a rede de serviços locais e articulação intersetorial com outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Atendimento psicossocial; orientação jurídica; elaboração de relatórios e prontuários, estímulo ao convívio familiar e social também são práticas da equipe técnica da Proteção Especial de Média Complexidade (BRASIL, 2011).

Destaca-se, dessa forma, a importância da Proteção Social Especial no trabalho com indivíduos e famílias que passam por situações de violação de direitos, e a construção de ações conjuntas por profissionais do Serviço Social e Psicologia.

2.2 A visita domiciliar como instrumento na práxis dos profissionais de Serviço Social e Psicologia

A visita domiciliar é um instrumento indispensável no diagnóstico social realizado por Psicólogos e Assistentes Sociais na Proteção Social Especial de Média Complexidade. Trata-se de uma possibilidade de aproximação empática da realidade de indivíduos e famílias em situação de sofrimento e violação de direitos. Além disso, é a partir da visita domiciliar que é possível verificar as condições de existência do indivíduo na comunidade, conhecer o seu contexto social e ampliar a possibilidade de compreensão da sua visão de mundo e percepção de si.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2012) a visita domiciliar pode ser vista como uma estratégia de aprofundamento do acompanhamento psicossocial. Com isso, uma compreensão maior a respeito da família é favorecida verificando questões, como por exemplo, dinâmica familiar, valores, potencialidades e demandas. Abre-se a possibilidade de realização de orientações, encaminhamentos e fortalecimento de vínculos que podem vir fortalecer o processo de acompanhamento dos sujeitos.



De acordo com Aron e Santos (2015, p. 165). “O trabalho do psicólogo na Visita Domiciliar ultrapassa as fronteiras e limites presentes na clínica, fazendo-se necessário um olhar diferenciado sobre sua atuação, considerando o sujeito como um todo em seu âmbito familiar e coletivo”. Para o Assistente Social, “a visita domiciliar é um instrumento que faz parte do estudo da realidade social [...] comprometido com a transformação da realidade investigada” (MOTA, 2013, p. 44).

Psicólogos e Assistentes Sociais ao realizarem visitas domiciliares tem a possibilidade de trocarem experiências e ampliar o espectro de informações no diagnóstico social, possibilitando uma investigação da realidade de forma interdisciplinar, além de abrir a possibilidade de ajuda mútua quando na presença de realidades complexas. A realidade cotidiana do técnico da Proteção Social Especial de Média Complexidade envolvem situações que de riscos e tensões emocionais.

Na perspectiva de Ribeiro (2010, p. 210):

A sociedade está cada vez mais produzindo sistemas semióticos plagiados pela economia capitalista, é possível afirmar que os instrumentos profissionais fortalecem os códigos sociais de poder que, constantemente, reproduzem padrões de comportamentos policiais na vida heterogênea da população, tornando imperativa a imposição de uma modelização homogeneizante.

É possível verificar que Ribeiro (2010) quer lançar um alerta para o cuidado de não transformar o instrumento visita domiciliar em uma ferramenta de poder sobre o sujeito. Esse cuidado é muito importante, aja vista que os indivíduos que a equipe técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social atende, em sua maioria já tiveram os seus direitos violados. Considerando essa possibilidade, seria um erro grave fazer da visita domiciliar um instrumento de poder ou saber poder, pois não iria de encontro à proposta de trabalho do Sistema Único de Assistência Social, o qual estabelece que o objetivo das ações, projetos e práticas é o fortalecimento de vínculos e a garantia de direitos.

O momento da visita domiciliar pode estimular a família que está sendo orientada, romper com a situação de violação de direitos. Dessa forma, certas questões devem ser pautadas, como por exemplo, o direito à privacidade da família. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012). Para desconstrução da visita domiciliar como instrumento de poder, torna-se importante utilizar-se de uma escuta qualificada capaz de fazer uma leitura do fenômeno de forma empática e sem julgamentos, ou seja, se colocando no lugar do sujeito, em termos de emoções, percepção de si e do mundo que o circunda. Não há possibilidade de fazer um bom diagnóstico psicossocial sem compreensão empática.

Uma boa escuta qualificada na visita domiciliar leva em conta as condições a seguir: Aceitação positiva incondicional, a qual consiste em uma atitude de aceitação do outro sem julgamentos; Compreensão empática, a qual consiste na capacidade de se colocar no lugar do outro e perceber o mundo pelo ponto de vista dele; Abertura à experiência, a qual ocorre quando o indivíduo não sente ameaça e não se coloca em atitude de defesa; Autenticidade, a qual consiste em ser genuíno, ser consciente de si mesmo, no presente momento (GOBBI; MISSEL, 2002).

A avaliação da necessidade da visita domiciliar é muito importante, pois a partir da demanda que origina a ação, é possível planejar a utilização desse instrumento interventivo, pois a motivação da visita não deve ser meramente especulativa. Além dessa questão, é importante a investigação de informações prévias à visita domiciliar, como por exemplo, informações sobre a família e os sujeitos que serão visitados. Quando não houver a possibilidade de coletar informações prévias, é importante verificar com outros profissionais que tenham conhecimento da realidade do indivíduo ou família (CLOSS; SCHERER, 2017).

A entrevista domiciliar em situações de violação de direitos, muitas vezes pode ser um incômodo para o sujeito, portanto, é importante que os técnicos do Centro de Referência



Especializado de Assistência Social não se mostrem como agentes fiscalizadores de uma denúncia, mas sim, como profissionais aptos ao acolhimento dos sujeitos em sofrimento.

2.3 Articulação em rede e referência e contrarreferência

A articulação em rede é muito importante para a garantia dos direitos do cidadão, e no trabalho cotidiano dos profissionais do Serviço Social e Psicologia, essa ação se faz necessária para a cobertura das necessidades básicas e cuidados fundamentais da pessoa. A relação entre órgãos da mesma política pública e de políticas públicas diferentes, bem como entre profissionais, é fundamental para a troca de informações e acompanhamento integral de famílias e indivíduos.

Na perspectiva de Avelar e Malfitano (2018) as redes sociais de articulação entre serviços tem importância fundamental, pois incentivam o aumento da efetividade do trabalho executado pelos profissionais. Além dessa questão, possibilitam o aumento do suporte social à população, porém é importante que as instituições públicas e profissionais tomem cuidado com a produção de controle da vida dos pobres.

O profissionalismo é muito importante na articulação em rede, pois como se trata de vidas humanas, questões como o sigilo e respeito incondicional à condição do sujeito, devem ser tratadas com seriedade. Tendo em vista que, geralmente os cidadãos em condição de vulnerabilidade e violação de direitos são atendidos por tempo prolongado, e o respeito às suas condições e o sigilo são condições importantes para a manutenção do vínculo.

Considerando a complexidade dos problemas sociais contemporâneos, se passou a valorizar a consolidação da intersetorialidade no campo das políticas públicas, pois os gestores se atentaram para o fato da não existência da eficiência na resolução de problemas sociais. Com a intersetorialidade passou-se a ter mais efetividade e eficácia na gestão e execução das demandas apresentadas pela população. As ações intersetoriais também colaboram para diminuição dos custos na execução das políticas públicas (NASCIMENTO, 2010 apud CARMO; GUIZARDI, 2017).

No caso das ações executadas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, segundo Ribeiro et al. (2014) a referência e contrarreferência faz parte da proposta desse órgão, pois no cotidiano são realizadas articulações setoriais com a rede de serviços socioassistenciais, como por exemplo, a proteção social básica e especial, bem como com as demais políticas públicas e instituições componentes do Sistema de Garantia de Direitos e Movimentos Sociais.

Em relação à referência e contrarreferência na Política de Assistência Social, pode-se dizer que:

A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. O acesso pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento do usuário ao CREAS (municipal, do DF ou regional) ou para o responsável pela proteção social especial do município (onde não houver CREAS). A contrarreferência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica (BRASIL, 2009, p.10).

Para além das articulações de redes sociais no Sistema Único de Assistência Social, é importante ressaltar que as redes formadas por instituições em muitas ocasiões têm sua ocorrência de forma não instituída. Isso quer dizer que, as ações não são programadas seguindo pressupostos



de planejamentos embasados nas políticas públicas. Essas redes informalmente instituídas são formadas pelos profissionais que trabalham diretamente na assistência à população. Contudo, a gestão pública, muitas vezes não toma conhecimento das redes informalmente instituídas segundo as necessidades da práxis profissional (AVELAR; MALFITANO, 2018).

Não há possibilidade de cobertura e atendimento das demandas sem a articulação da rede setorial e intersetorial, pois a complexidade da demanda cotidiana leva os profissionais a se relacionarem e formar redes instituídas formalmente e informalmente para sanar a problemáticas sociais em nível municipal e regional.

3 Metodologia

Foi realizado um levantamento documental dos casos atendidos, dentro do espectro da proteção social especial de média complexidade, a partir dos prontuários existentes no serviço de assistência Social do município de Nova Veneza. A partir dos estudos dos casos, os prontuários foram divididos em prioridade 1; 2 e 3.

Em um segundo momento foi feita a utilização do instrumento visita domiciliar para a realização de escuta qualificada, levantamento de demandas, encaminhamentos para outro equipamento da Política de Assistência Social ou outras políticas públicas e atendimento psicossocial no CREAS.

Em um terceiro momento foram realizadas visitas institucionais em órgãos importantes de diversas políticas públicas para estreitar relações institucionais para melhor acolhimento da demanda que o município tem de proteção social especial de média complexidade.

Na quarta etapa do processo descrito, foram realizadas palestras com temas específicos sobre violação de direitos em instituições da rede estadual de ensino. E como consequência do trabalho, foram realizados atendimentos psicossociais individuais e em grupo com adolescentes.

Em uma última ocasião foi realizada uma palestra à comunidade, profissionais e gestores das áreas de saúde e assistência social da gestão municipal. A palestra foi realizada pelos alcoólatras em recuperação do Escritório de Serviços Locais de Alcoólicos Anônimos de Criciúma.

4 Relato de Experiência

Preteritamente, os casos de violação de direitos do município de Nova Veneza eram acompanhados por uma profissional do Serviço Social e por uma profissional de psicologia no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Tendo o Município de Nova Veneza uma população estimada de 14.987 pessoas, área territorial equivalente à 295,220 km², e densidade demográfica de 45,11 hab/km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019), é compreensível a necessidade de uma atenção técnica através da Proteção Social Especial de Média Complexidade aos casos de violação de direitos, bem como o estabelecimento de prática preventivas para a manutenção do estado de bem estar social da população.

Com essa consciência, a Secretaria Municipal de Assistência Social contratou profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social e homologou o órgão de Proteção Social Especial de Média Complexidade, conhecido dentro da Política Nacional de Assistência Social como Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em maio de 2019.

A partir de maio de 2019 os técnicos do CREAS começaram a realizar um levantamento dos casos de violação de direitos que eram atendidos pelo município até o momento, através da análise documental dos prontuários existentes. Contudo, observando a complexidade dos casos, os mesmos foram divididos por níveis de prioridade de atendimento. Tais níveis de prioridade foram estabelecidos de acordo com a gravidade dos casos, e tipos de violação de direitos. Para fins de organização dos trabalhos os casos foram divididos em três níveis de complexidade.



Os cuidados tomados pelos profissionais do CREAS, relativos aos casos de violação de direitos, levaram em conta o fato de que “tais situações podem incidir sobre as relações familiares e comunitárias, gerando conflitos, tensões e rupturas, demandando, portanto, atenção especializada e maior articulação com os órgãos de defesa de direitos e outras políticas públicas setoriais” (BRASIL, 2011, p. 7).

Tomados os devidos cuidados ao analisar os prontuários, os novos profissionais de Serviço Social e Psicologia do CREAS de Nova Veneza verificaram a necessidade da realização das primeiras visitas domiciliares para conhecer a clientela já atendida por outros profissionais em uma ocasião pretérita. É importante ressaltar que foi de fundamental importância a presença da Assistente Social do CRAS que fazia o acompanhamento das famílias anteriormente, pelo o motivo de já existir um vínculo entre a profissional e as famílias assistidas. O primeiro contato dos novos técnicos do CREAS com as famílias através da visita domiciliar, junto à Assistente Social do CRAS, foi de fundamental importância para a construção das práticas profissionais da instituição de Proteção Social Especial de Média Complexidade, recentemente homologada no município.

Segundo Closs e Scherer (2017) a visita domiciliar quando realizada diretamente no espaço da residência ou onde os sujeitos vivem torna possível uma aproximação com o cotidiano, bem como com a realidade socioterritorial vivenciada pelos sujeitos. Esse instrumento permite aos técnicos, conhecer os processos sociais singulares, os quais estão relacionados às realidades societárias.

Através das visitas domiciliares, se aventou a possibilidade de realização de um diagnóstico mais profundo e de estruturação de outros tipos de intervenções psicossociais e comunitárias. Os casos que os novos técnicos do CREAS começaram a atender a partir de maio de 2019 envolveram: abuso sexual infantil, violência contra mulher, violência intrafamiliar, negligência e abandono de idosos, e negligência contra criança e adolescentes. A partir do processo de observação através da entrevista domiciliar verificou-se a necessidade de uma estrutura de articulação em rede.

Através da verificação da necessidade da articulação em rede, os profissionais de Psicologia e Serviço Social do CREAS de Nova Veneza estruturaram um processo de visita institucional. As primeiras instituições que receberam a visita institucional do CREAS foram o Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Polícia Civil e Instituições Estaduais de Ensino.

Valida-se a importância da articulação em rede, pois os níveis de complexidade dos casos que um Centro de Referência Especializado de Assistência Social pode atender, são diversificados. Geralmente, além da avaliação psicossocial e atendimento, as pessoas também precisam de atendimento de enfermagem, medicina, psicologia clínica etc. De acordo com Brasil (2011, p. 7):

A atenção na Proteção Social Especial tem como objetivo principal contribuir para a prevenção de agravamentos e potencialização de recursos para o enfrentamento de situações que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento de vínculos familiares, comunitários e/ou sociais. Nesse sentido, algumas situações podem ser aqui elencadas: violência física, psicológica e negligência; abandono; violência sexual; situação de rua; trabalho infantil; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; afastamento do convívio familiar, dentre outras.

Prestando atenção à citação acima ao que se refere à diversidade de situações complexas que são prerrogativas de atendimento de uma instituição como o CREAS, torna-se importante ressaltar a importância da articulação em rede. Através do contato institucional com outros órgãos, naturalmente foi dado início a um relacionamento ampliado com a rede de serviço, e durante o mês de maio, junho e julho o CREAS de Nova Veneza recebeu encaminhamento de casos



de alguns órgãos municipais, como por exemplo, Conselho Tutelar e as Unidades Básicas de Saúde do município.

Os casos recebidos das Unidades Básicas de Saúde e do Conselho tutelar, durante o mês de maio, junho e julho, foram basicamente: abuso sexual infantil, negligência contra crianças e adolescentes e casos onde a família precisava de orientação para ter acesso adequado ao sistema público de saúde e benefícios assistenciais. Os casos em que eram identificados como tendo condições de fazer parte do Programa de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) passaram a ser acompanhado pelo CREAS. No entanto, todos os casos que não foram configurados como PAEFI, a equipe técnica do CREAS deu devolutivas à instituição que encaminhou o caso, bem como fez encaminhamentos para o órgão que melhor poderia atender o indivíduo ou família. Os casos, os quais poderiam ser acompanhados pela Proteção social Básica, foram encaminhados para o Centro de Referência de Assistência Social através da perspectiva da Contrarreferência.

Entre as atribuições que o CREAS tem, também está o PAEFI, o qual é conceituado como Programa de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Esse serviço é definido pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O PAEFI pode ser entendido como um conjunto de orientações, as quais tem o objetivo de promover direitos, preservar e fortalecer vínculos familiares, comunitários e sociais (HORA, 2014).

Além das visitas domiciliares os profissionais do CREAS de Nova Veneza também trabalharam com orientações a indivíduos e famílias através de atendimentos psicossociais. O atendimento psicossocial é muito importante no processo, pois permite o acolhimento e a escuta qualificada de pessoas e famílias que estão em situação de vulnerabilidade. O atendimento realizado pelo CREAS de Nova Veneza, é preferencialmente em conjunto, onde o profissional do Serviço Social e Psicologia acolhem e fazem a escuta qualificada dos sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade ou risco. Na escuta qualificada, através do atendimento psicossocial, é importante ter aceitação positiva incondicional, a qual se fundamenta no potencial interno do ser humano, e no respeito ao modo de pensar e agir do outro (GOBBI; MISSEL, 2002).

No campo da promoção e prevenção, a equipe técnica do CREAS desenvolveu palestras lúdicas intituladas “Caixa do Conhecimento”, onde levou o tema abuso sexual à duas escolas estaduais localizadas no município de Nova Veneza, durante os meses de junho e julho. Essa atividade de prevenção de violação de direitos levou os técnicos do CREAS a desenvolver práticas psicossociais de escuta individual e a formulação de um grupo operativo com adolescentes do gênero feminino para sanar demandas vinculadas à vulnerabilidade ao risco social. Esse tipo de atividade tem a potencialidade de gerar diagnósticos psicossociais e encaminhamento necessários para outros órgãos de outras políticas públicas, possibilitando novas articulações intersetoriais.

O debate atual pauta a intersetorialidade como ferramenta essencial para um diálogo mais efetivo entre as políticas sociais, no sentido de conferir cobertura mais integral às demandas postas pela sociedade - demandas que não se apresentam de forma setorializada, mas são atendidas como tal pelo poder público. Indica também uma abordagem da população com base nos diversos aspectos de sua vida, em sua dimensão integral (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013; SCHUTZ; MIOTO, 2010 apud CARMO; GUIZARDI, 2017, p. 1279).

A importância das ações intersetoriais se dá na possibilidade de fazer o acompanhamento de demandas que se acompanhadas somente por uma política pública, não garantirá a cobertura total, impossibilitando a mitigação ou diminuição do sofrimento dos sujeitos atendidos. No caso dos atendimentos psicossociais de adolescentes do gênero feminino realizados na instituição escolar, foi possível fazer o diagnóstico psicossocial e posteriormente orientações às



famílias, por meio de visita domiciliar, bem como na sede do CREAS de Nova Veneza. Esse tipo de ação possibilitou maior cobertura da demanda.

Através do instrumento visita domiciliar, também foi possível diagnosticar a presença da doença do alcoolismo relacionada aos principais casos de abuso sexual infantil, violência contra a mulher e violência intrafamiliar. “Muitos aspectos psicossociais podem estar relacionados à violência. Entre esses, destaca-se [...] o consumo de álcool e outras drogas, sobretudo nos casos de violência doméstica. Tal associação tem sido encontrada em diferentes sociedades e culturas” (DAY ET AL., 2003; FONSECA, GALDURÓZ, TONDOWISK, & NOTO, 2009 apud MARTINS; NASCIMENTO, 2017, p.110).

Com o intuito de promover ações para reflexão sobre o uso abusivo de álcool e sua relação com a fragilização dos vínculos familiares e comunitários, e violação de direitos, no mês de julho de 2019 a equipe do CREAS, promoveu juntamente à coordenação de atenção básica em saúde uma palestra sobre alcoolismo ministrada por alcoólatras em recuperação do Escritório de Serviços Locais dos Alcoólicos Anônimos de Criciúma. A palestra teve a participação da sociedade civil, profissionais da Política de Saúde e Assistência Social, consolidando a proposta de ação intersetorial.

As práticas descritas nesse relato de experiência terão continuidade, com vista a desenvolver e melhorar as atividades do CREAS de Nova Veneza, bem como propiciar a ampliação do trabalho intersetorial e as ações de referência e contrarreferência da Política Municipal de Assistência Social no município.

5 Conclusão

Considerando o relato de experiência das atividades desenvolvidas pela equipe técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de Nova Veneza no período de três meses, desde sua homologação, verifica-se a importância da visita domiciliar e das ações intersetoriais. As práticas profissionais na área de assistência social podem se beneficiar do instrumento visita domiciliar para o diagnóstico psicossocial, e conseqüentemente estabelecer possibilidades de atuação com famílias e indivíduos.

A visita domiciliar também possibilita maior proximidade e relação empática com as famílias e sujeitos atendidos na Proteção Social Especial de Média Complexidade, além de possibilitar um olhar mais ampliado sobre os processos sociohistóricos, econômicos e subjetivos da pessoa que teve seu direito violado. Através do diagnóstico social realizado na entrevista domiciliar, também torna-se possível a estruturação de práticas e projetos na área de prevenção de violação de direitos.

A articulação em rede setorial e intersetorial é um aspecto importante do trabalho realizado pelo psicólogo e pelo profissional de Serviço Social, pois possibilita maior cobertura das demandas sociais atendidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Também possibilita que as demandas advindas dos atendimentos domiciliares sejam sanadas com eficiência. Em alguns casos a necessidade de visitas domiciliares surge de denúncias realizadas pela rede intersetorial.

No trabalho realizado no CREAS, a ação conjunta do Assistente Social e do Psicólogo é importante para o diagnóstico social e a construção de práticas inovadoras na atenção psicossocial e garantia de direitos dos sujeitos atendidos na Política Municipal de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

ARON, Mariana Luzia; SANTOS, Cosme Damiã dos. Atuação do psicólogo na visita domiciliar. **Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 155-167, 2015.



AVELAR, Mariana Rossi; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Entre o suporte e o controle: a articulação intersetorial de redes de serviços. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 23, n. 10, p. 3201- 3210, out., 2018.

BRASIL. **Orientações técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. **Perguntas e respostas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: MDS, 2011.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI Francini Lube. Desafios da intersectorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1265-1286, 2017.

CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira; ARAUJO, Cleonice Correia; ARAUJO, Maria do Socorro Souza de. Política de Assistência Social no período de 1988-2018: construção e desmonte. **SER Social**, Brasília, v. 21, n. 44, p. 29-47, jan./jun., 2019.

CLOSS, Thaisa Teixeira; SCHERER, Giovane Antônio Scherer. Visita domiciliar no trabalho do assistente social: reflexões sobre as técnicas operativas e os desafios ético-políticos na atualidade. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.17, n. 2, p. 41-60, ago./dez., 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Brasília, CFP/CEFESS, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para prática de psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília: CFP, 2012.

GOBBI, Sérgio Leonardo; MISSEL, SinaraTozzi. **Vocabulário e noções básicas da abordagem centrada na pessoa**. São Paulo: Vetor, 2002.

HORA, Flávia Rodrigues Lima da. **Cotidiano profissional do assistente social no CREAS-PAEFI: trabalho com famílias na perspectiva de matricialidade sociofamiliar**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: Nova Veneza**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/nova-veneza.html>. Acesso em: 28 jul. 2019.

MARTINS, Aline Gomes; NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do Nascimento. Violência doméstica, álcool e outros fatores associados: uma análise bibliométrica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 1, p. 107-121, 2017.

MOTA, Ana Gabriele Souza. **Visita domiciliar: possibilidades e limites dentro de quatro paredes**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.



RIBEIRO, Cristine Jaques. Problematizando o instrumento visita domiciliar. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 16, n. 1, p. 209-221, jan./jun., 2010.

RIBEIRO, Adriana Barbosa; PAIVA, Ilana Lemos de; SEIXAS, Pablo de Sousa; OLIVEIRA, Isabel Maria Farias Fernandes de. Desafios da atuação dos psicólogos no CREAS do Rio Grande do Norte. **Fractal, Rev. Psicol.**, Niterói, v. 26, n. 2, p. 461-478, mai./ago., 2014.



RELATO DE ENSINO OU EXPERIÊNCIA: RESUMOS DE TRABALHOS CONCLUÍDOS



5597927 - POTENCIALIDADES DA GESTÃO PÚBLICA LOCAL/REGIONAL PARA A VISIBILIDADE DO SEGMENTO AGRÁRIO

Danieli Cristina de Souza, Roselaine Vieira Sônego, Überson Boaretto Rossa, Geraldo Muzeka, Mayara Pereira de Souza, Anderson Correa Benfatto

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
Instituto Federal Catarinense (Araquari)
Instituto Federal Catarinense (Santa Rosa do Sul)

O referido trabalho demonstra a intervenção realizada na vivência de estágio na Associação dos Municípios do Nordeste de SC (AMUNESC), por meio de um projeto instigador para o desenvolvimento rural sustentável municipal e regional, a fortalecer o atendimento socioeconômico aos municípios. O estudo caracterizou-se como pesquisa-ação com integração a aparato teórico ocorreu entre os anos de 2015 a 2017, através de encontros com o colegiado compostos pelos secretários e equipe técnica das secretarias da Agricultura e Pesca dos municípios associados, com discussões sobre as conjunturas da cadeia produtiva agrária na região, integrando as distintas ruralidades. Neste trabalho o enfoque será no primeiro município elencado como projeto piloto da proposta integradora regional. Objetivando, verificar as possibilidades de Gestão Estratégica pelas Secretarias da Agricultura, Pesca e Meio Ambiente do município de São Bento do Sul/SC, que amplie a visibilidade do segmento agrário. As demandas apresentadas pelo município, foram agrupadas por meio de uma matriz de interação, a qual identifica causa, efeito do problema e propõem sugestões de curto, médio e longo prazo, com dimensões técnicas e socioeconômicas. Ao analisar as questões relatadas no diagnóstico participativo, que são essenciais para a dinâmica do setor, porém problemáticas no quesito de desenvolvê-las com efetividade frente as lacunas legais e de integração de gestão pública com a comunidade rural, constataram-se sete eixos: Assistência Técnica, Defensivos Agrícolas; Segurança Alimentar e Preservação Ambiental; Uso e ocupação do Solo; Novo modelo produtivo; Abastecimento da Merenda Escolar; Emissão de Nota Fiscal de produtor e Turismo Rural. Juntamente a estas, caracterizou-se as ruralidades do município, números de produtores, cadeia produtiva local, extensão territorial, áreas de preservação e movimento econômico municipal. Constatando-se como principal ação a implementação de projetos aos editais estaduais e governamentais para alavancar fundos em uma dimensão que articule a estruturação de um ordenamento territorial do espaço físico, rural e urbano, transformando os projetos governamentais em projetos da e para sociedade, sendo possível determinadas intervenções da secretaria da agricultura e do meio ambiente, que minimizassem os impactos observados. Em prol da diminuição das desigualdades sociais, distâncias territoriais construídas entre rural-urbano, através de uma estrutura planejada, gerida e executada estrategicamente dentro das potencialidades da gestão pública, fortalecendo a capacidade administrativa, econômica e social do município atuante através do planejamento estratégico da gestão pública, o caráter indispensável da análise local multisetorial (educação, agricultura, saúde, econômico, ambiental), compreendendo que o desafio é constante em criar medidas integradoras entre rural e urbano, gestão pública e comunidade sem inferir a legislação e promover a valorização de ambos.

Palavras-Chave: Planejamento Estratégico, Gestão e Políticas Públicas, Ordenamento Territorial, Desenvolvimento Rural Sustentável.



3597547 - Arbitragem, método alternativo para solução de conflitos

Gabriel de Biasi, Michel Alisson da Silva, Mauricio da Cunha Savino Filó, Beatriz Bernardo, Maria Laura Vieira Alves, Daniela Jane De Souza, Gustavo Silveira Borges, Marcia Andrea Lirio Piazza, Yduan de Oliveira May

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Segundo grupo acadêmico GAEL com pesquisa realizada em 2012, a arbitragem iniciou-se quando empresários em 1990 não querendo queriam investir no Brasil pelo fato de que o poder judiciário brasileiro resolvesse lides com seus parceiros econômicos. Apesar de útil a arbitragem não era tão valorizada, já que mesmo o árbitro decidindo o conflito, ainda era possível a discussão da lide no judiciário após a decisão arbitral, levando plena ineficácia ao método. Seguindo tal período, a Lei Marcos Maciel no ano de 1996 causa um abalo na cultura de judicialização brasileira, pois o vice presidente na época participou da votação da norma e aprovou que o mérito decidido pelo árbitro não poderia ser revisto pelo judiciário. Iniciou-se um grande uso por parte das corporações, valendo salientar que qualquer um com direito patrimonial atingido poderia estar fazendo uso de tal ferramenta. Em Criciúma surgiram iniciativas por parte do CPJ da UNESC, com intuito de cientificar os benefícios por parte dos interessados. Associações comerciais tiveram iniciativas, abrindo espaço para câmaras de arbitragem. Em especial a primeira no CEJUSC, e também a ACIC, que passaram a possibilitar arbitragem aos empresários de Criciúma/SC. Ainda assim ocorre uma resistência por parte de uma cultura de judicialização de conflitos, que leva os cidadãos a pensar que somente o juiz tem capacidade para resolver litígios, sendo que alguns autores de renome salientam a importância da arbitragem com características muito especiais como: Viável, rápida, técnica, flexibilidade, advogado, força de sentença judicial e possibilidade de recurso por meio judicial em caso de falha ou fraude no respectivo processo. Uma das melhores explicações para o desuso da arbitragem, está ligada ao seu desconhecimento por parte da sociedade, principalmente em relação aos empresários. Este último problema apontado tem como atual e viável solução, a ação da Universidade do extremo sul catarinense, fazendo uso de seus acadêmicos e professores para alertar a comunidade em geral, em especial empresários e operadores do direito para levar a celeridade das questões litigiosas a um outro patamar, usando este método para resolução de conflitos. Nós integrantes do grupo de "Arbitragem como método de resolução de conflitos" primeiramente teremos uma capacitação sobre o assunto por meio da leitura de artigos sobre o tema. Após a capacitação entraremos em contato com a ACIC - Associação Empresarial de Criciúma para realizar apresentações a diferentes núcleos de micro e pequenos empresários, logo depois explicaremos sobre o tema e iremos expor seus benefícios. Por fim iremos realizar perguntas abertas e fechadas e questionaremos aos empresários sobre o interesse de ter assessoria jurídica sobre o assunto e a implementação prática em suas empresas, sendo que a UNESC irá oferecer a assessoria de forma gratuita e o próprio procedimento em parceria com a ACIC até um valor que será estipulado posteriormente aos interessados.

Palavras-Chave: GAEL, Arbitragem, Celeridade, Litígio, Empresários.



2357216 - Debates acerca da nova razão do mundo e da criminologia da reação social

Érica de Souza Gomes, Jackson da Silva Leal

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
Centro de Educação Profissional Abílio Paulo - CEDUP

Conhecer e realizar a crítica ao neoliberalismo são indispensáveis na sociedade atual, pois sua influência estende a lógica do capital a diferentes esferas da vida humana. O objetivo deste trabalho é relatar uma síntese dos debates realizados acerca da criminologia crítica, vivenciados pelo grupo de pesquisa denominado "grupo de pensamento jurídico crítico - linha de criminologia". Os encontros tiveram como objetos de estudo duas obras renomadas no campo do pensamento jurídico: "A Nova Razão do Mundo" e "Criminologia da Reação Social". No primeiro semestre, a metodologia focou no estudo do livro "A Nova Razão do Mundo (2016)", de Pierre Dardot e Christian Laval. As análises realizadas permearam a temática primária da obra: a compreensão do capitalismo contemporâneo. Cada encontro era dirigido por um participante, que mencionava trechos memoráveis e indagava sua própria interpretação sobre o estudo dos autores diante das modalidades práticas de dominação capitalista na sociedade. As temáticas abordadas, como a relação direta que tal sistema possui com o patriarcado, e o fato de a existência de um depender da atividade do outro, me possibilitaram conhecer e desenvolver críticas, utilizando de minha experiência como estudante e mulher para trazer uma perspectiva de vítima da sociedade patriarcal na qual estou inserida. Discussões voltadas aos meios de produção e às desigualdades causadas pelo capitalismo, que consequentemente levam às problemáticas do sistema penal foram narrativas sempre presentes nos encontros. As transformações que o neoliberalismo trouxe ao capitalismo, investigadas adjacentes às análises feitas pelos autores, foram de extrema importância para nossa compreensão inicial sobre história, geopolítica e sociologia. Durante o segundo semestre, iniciamos o estudo da obra "Criminologia da Reação Social (1983)" de Lola Aniyar de Castro, focada na possibilidade de fixação de uma criminologia alternativa, cujo objeto de estudo seria um processo de criminalização que passa a ser analisado por meio do sistema social e de seus mecanismos penais de proteção e preservação. Com a obra, percebemos que esta perspectiva transforma o foco inicial da criminologia clássica, anteriormente preocupada em encontrar a causa de um delito e sua "recuperação social". Após o término das análises, foram realizados seminários embasados no projeto do IBCCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais). As apresentações eram feitas por duplas formadas pelos membros do grupo, que traziam suas interpretações e iniciavam debates que as obras do projeto apresentavam. Apesar das temáticas diferenciadas, ambos semestres foram extremamente relevantes para a construção de reflexões e conhecimentos de nós, participantes. A relevância das problemáticas estudadas corroborou não somente para o meu entendimento da área criminológica, mas para um conhecimento mais amplo das relações histórico-sociais no decorrer do desenvolvimento da sociedade até a contemporaneidade.

Palavras-Chave: Criminologia, Capitalismo, Neoliberalismo, IBCCRIM, Patriarcado.



RELATO DE ENSINO OU EXPERIÊNCIA: RESUMOS DE TRABALHOS EM ANDAMENTO



2429896 - RELATO DE ENSINO: EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Carina Nunes, Melissa Watanabe

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Este relato de ensino apresenta as atividades realizadas com 24 alunos do 6º ano do ensino fundamental II na disciplina de empreendedorismo, ministrada uma vez por semana, em uma escola particular localizado no Estado de Santa Catarina. O acompanhamento das atividades foi realizado por meio de observação participante e registros em diários de campo. A disciplina foi sobre o tema empreendedorismo em serviços e o material utilizado pela escola contemplou conteúdos tais como: as características dos empreendedores; empreendedorismo no cotidiano; possibilidades de empreender em serviços; criatividade e desenvolvimento do espírito empreendedor; empreendedorismo na prestação de serviços; habilidades e competências do empreendedor. Deste modo, com vistas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), buscou-se articular elementos da Agenda 2030 aos conteúdos programáticos para a disciplina. Inicialmente para traçar paralelos entre os conteúdos da apostila aos da Agenda, buscou-se integrar vídeos disponíveis na Plataforma da Agenda 2030, as aulas teóricas. O primeiro vídeo trabalhado foi: “A ONU tem um plano: os Objetivos Globais”. Neste vídeo os ODS são abordados de maneira lúdica por personagens fictícios, os quais aparecem realizando ações referentes aos objetivos da agenda. Após passar o vídeo, em círculo iniciou-se um debate sobre o entendimento dos alunos sobre o vídeo. A experiência foi muito positiva e os alunos estavam bem entusiasmados com a atividade. Nas aulas subsequentes, além do trabalho com a apostila, continuou-se trazendo elementos audiovisuais sobre empreendimentos sustentáveis em serviços. Dentre os exemplos abordados em sala de aula, teve o caso da Vivenda, com o vídeo intitulado “Apresentando o Programa Vivenda”. Neste serviço, o empreendedor observou a partir da realidade de uma comunidade em condições de vulnerabilidade sociais e econômicas aliado aos seus conhecimentos específicos, que as moradias dessa localidade apresentavam condições insalubres, hora por infiltrações, hora por falta de ventilação e assim por diante. Neste caso os empreendedores desenvolveram um sistema de reformas de baixa complexidade, com agilidade na entrega e pagamento facilitado. A classe foi então disposta em círculo e foram realizadas discussões sobre o vídeo. Neste momento, buscou-se tratar a relação dos ODS ao empreendedorismo na prestação de serviços, integrando à discussão dos elementos da apostila. Assim, as aulas passaram a ficar mais divertidas e os alunos mais produtivos, percebeu-se ainda o interesse de alunos que inicialmente não participavam das discussões e que passaram a entrar nas conversas. Ressalta-se que tratar assuntos tais como o desenvolvimento sustentável pode auxiliar na maior compreensão e comprometimento de jovens engajados com causas sociais, econômicas e ambientais. Novos estudos podem verificar a aplicabilidade de conceitos da agenda 2030 a outras turmas e outros conteúdos.

Palavras-Chave: Agenda 2030, Sustentabilidade, Serviços, Ensino Fundamental II.



2649969 - A MONITORIA ACADÊMICA NA DISCIPLINA DE DIREITO DAS SUCESSÕES

Letícia Anselmo Manique Barretto, Rosangela Del Moro

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

O presente trabalho tem como objetivo descrever as percepções da aluna-monitora na disciplina de Direito das Sucessões, presente na grade do curso de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), monitorias essas realizadas no segundo semestre de 2018 e primeiro semestre de 2019. Este trabalho inicialmente abordará a importância da monitoria acadêmica na formação do aluno monitor e de sua iniciação à docência, valendo-se do aporte teórico para tanto, em busca de referências e outras experiências e pesquisas envolvendo a monitoria acadêmica na graduação. Nunes (2007) salienta que a monitoria acadêmica permite a observância compartilhada entre o professor orientador e o aluno-monitor, sobre as percepções das dificuldades e facilidades encontradas em cada turma, as melhores abordagens para a compreensão e apropriação dos saberes, em que reside a importância da identificação destes processos, para tanto, deve ser incentivada a sistematização e publicização destas práticas. Ressalta-se a relevância da monitoria acadêmica, uma vez que se encontra permitida no artigo 84 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em segundo momento apresentará um relato de experiência, sobre o desenvolvimento da monitoria nesta disciplina em específico: os temas abordados e os métodos desenvolvidos, os obstáculos encontrados e as impressões pessoais geradas na aluna-monitora e apresentadas nos relatórios entregues regularmente a instituição, bem como as devolutivas apresentadas pelos acadêmicos que participaram das monitorias. Como o presente trabalho está em andamento, a execução dele se dará por meio da aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, para os acadêmicos que participaram das monitorias. Desta forma, tem como objetivo avaliar a percepção dos acadêmicos frente a monitoria, sobre sua necessidade e aproveitamento.

Palavras-Chave: Relato de Ensino, Aluno-Monitor, Iniciação à Docência, Ensino Superior.